

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD**

Giselle Alves Silva

**Pós-Desenvolvimento: uma análise crítica das experiências
alternativas conduzidas pela ação comunitária em localidades
situadas na Amazônia**

Recife – 2016

Giselle Alves Silva

**Pós-Desenvolvimento: uma análise crítica das experiências
alternativas conduzidas pela ação comunitária em localidades
situadas na Amazônia**

Orientadora: Dra. Débora Coutinho Paschoal Dourado

Co-Orientadora: Dra. Jackeline Amantino de Andrade

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito complementar para a obtenção do grau de Doutora em Administração, na área de concentração em Gestão Organizacional.

Recife – 2016

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S586p

Silva, Giselle Alves

Pós-desenvolvimento: uma análise crítica das experiências alternativas conduzidas pela ação comunitária em localidades situadas na Amazônia / Giselle Alves Silva. - 2016.

231folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dra. Débora Coutinho Paschoal Dourado e Co-orientadora Prof.^a Dra. Jackeline Amantino de Andrade

Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016.

Inclui referência e apêndices.

1. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais. 2. Comunidades - Organização para o desenvolvimento. 3. Fundo de investimentos da Amazônia. I. Dourado, Débora Coutinho Paschoal (Orientadora). II. Andrade, Jackeline Amantino de (Co-orientadora). III. Título.

658 CDD (22. ed.)

UFPE (CSA 2017 – 161)

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD**

**Pós-desenvolvimento: uma análise crítica das experiências alternativas conduzidas pela
ação comunitária em localidades situadas na Amazônia**

Giselle Alves Silva

**Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração
da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 12 de dezembro de 2016.**

Banca Examinadora:

(Débora Coutinho Pascoal Dourado, Doutora, UFPE) (Orientadora)

(Jackeline Amantino de Andrade, Doutora, UFPE) (Co-orientadora)

(José Ricardo Costa de Mendonça, Doutor, UFPE) (Examinador Interno)

(José de Arimatéia Dias Valadão, Doutor, UFLA) (Examinador Externo)

(Bárbara Eduarda Nóbrega Bastos, Doutora, UFPE) (Examinadora Externa)

*Dedico este trabalho aos grandes amores da minha vida,
Sem os quais seria impossível tê-lo concluído,
À minha linda avó Maria,
Aos meus pais, Lúcia e David, os quais dedicaram a vida deles em favor da minha,
Ao meu irmão Macleyton, fonte eterna de amor e gratidão, e
Ao meu marido, companheiro e incansável amor, Jailson Junior.*

Agradecimentos

Talvez este seja o momento mais aguardado dos últimos anos de minha vida. Por várias vezes durante a produção da tese, principalmente nas fases de angústia, fechava os olhos e imaginava o momento de redigir os agradecimentos. Percorri um longo caminho até chegar aqui, mas felizmente é chegado o dia de externar minha gratidão a todos que fizeram parte deste grande marco de minha vida, a busca pelo título de doutora.

Optei por redigi-la a partir dos sentimentos que me unem às pessoas especiais que reconheço como basilares para que essa etapa pudesse ser concluída.

FÉ. Deus em sua infinita bondade me concedeu sabedoria para perseverar em meu propósito, e com as bênçãos de Seu filho Jesus Cristo e Nossa Senhora de Nazaré (padroeira de Belém) fui capaz de trilhar esse desafiador caminho sem perder a minha fé na vida, no amor ao próximo e na crença de que sou um instrumento de Deus a serviço de um mundo melhor.

AMOR. Agradeço aos meus pais David e Lúcia pelo desmedido esforço que empreenderam durante todos esses anos para educar a mim e meu irmão amado irmão Macleyton. Ao final deste ciclo sinto-me orgulhosa em ter os três como minhas maiores referências de amor, felicidade, integridade e união, nunca esquecerei todo o empenho que fizeram para que esse sonho pudesse ser realizado e me esforçarei por todos os anos de minha vida para retribuir à altura tamanha dedicação. Amo vocês.

RECONHECIMENTO. Sinto-me privilegiada por ter ao meu lado um amigo, companheiro e esposo que me apoiou incondicionalmente em todas as fases desse processo. A maior prova de amor recebi quando ainda éramos namorados, quando ele incentivou o meu sonho do doutorado, mesmo sabendo que teria que abrir mão da minha companhia em Belém, aliás, sua única companhia à época, e por isso e outras coisas mais que lhe admiro muito Junior e rogo à Deus que me permita passar todo o resto de minha vida ao eu lado. Te amo! Esse agradecimento é extensivo à minha sogra Cícera, que me acolheu em sua casa e proporcionou as condições ideias de estudo durante esses anos em que estivemos juntas.

INSPIRAÇÃO. Serei eternamente grata ao meu querido amigo, professor e mentor, Eunápio Dutra do Carmo, que me fez acreditar que esse sonho era tangível e que plantou em mim a semente da docência, me inspirando a buscar novos conhecimentos, novas práticas e crer na possibilidade de pensar uma administração situada no contexto Amazônico.

AMIZADE. À minha inseparável “mana” Simone Fonseca agradeço pelo simples fato de alegrar a minha vida, mesmo distante a 2.220km. Ao meu amigo-irmão Walery Reis, agradeço pela companhia, pela atenção carinhosa e pelas orientações ao trabalho. Ao meu “parente” José Augusto Lacerda agradeço pela inspiração, pela companhia em campo, pelas contribuições e correções valorosas. Um agradecimento às minhas companheiras de turma e orientação, que no percurso se tornaram grandes amigas, Iraneide Pereira e Myrna Lorêto. E à minha querida professora Juliana Lima que colaborou carinhosamente com a releitura e correção do texto.

ACOLHIMENTO. Professora Débora Dourado, meus sinceros agradecimentos pela forma corajosa e acolhedora como recebeu há 1 ano atrás uma doutoranda angustiada e com prazos vencidos, saiba que seu voto de confiança foi um dos combustíveis para me fazer seguir diante os desafios que se apresentavam à época. À professora Jackeline Amantino, agradeço pelo olhar

atencioso, crítico e construtivo dedicado a este trabalho, sua influência teórica me fez encontrar algo que busca há tempos: o prazer em produzir a minha tese. Encontrei no pós-desenvolvimento a expressão teórica da leitura que faço do mundo, e os poucos vou me transformando e me reinventando.

MOTIVAÇÃO. Dedico um agradecimento especial a duas figuras ilustres do PROPAD - Programa de Pós-graduação em Administração, que mesmo sem saber, foram grandes motivadores e incentivadores de minha jornada: o Professor Fernando Paiva que cultivava uma preocupação humanizada com o meu percurso e o professor Walter Moraes, que com seu acolhimento paternal, sempre demonstrou interesse pela minha produção e no seminário de acolhimento dos calouros do Propad 2016 me fez lembrar os motivos que me trouxeram até aqui: o compromisso de pensar a Amazônia de maneira endógena e contribuir para a implantação do primeiro programa de pós-graduação stricto sensu em administração (mestrado e doutorado), ofertado por uma universidade federal do norte do país. Aos dois, meus sinceros agradecimentos.

APOIO. Agradeço à minha instituição de origem UFOPA- Universidade Federal do Oeste do Pará e meus colegas de trabalho pelo apoio concedido durante minha estada e à UFPE – Universidade Federal de Pernambuco que me recebeu nessa condição especial de Exercício Temporário, em especial ao DCA – Departamento de Ciências Administrativas pela redução de carga horária neste último semestre para que pudesse me dedicar intensamente à conclusão do trabalho.

RESPEITO. Durante as imersões em campo, tive o enorme prazer de conviver com a população da Baía do Sol e seus representantes comunitários, onde aprendi muito sobre a vida, os ribeirinhos, os saberes tradicionais, a cultura Amazônica e sobre como a força do coletivo pode ajudar a transformar vidas. Um reconhecimento especial a Ivoneide e Marivaldo Vale que intermediaram o acesso às entidades e demais comunitários, muito obrigada!

DOAÇÃO. Encerro esses agradecimentos com o sentimento de doação, firmando meu compromisso com o ensino, pesquisa e extensão em administração e com os meus alunos do passado, presente e futuro.

Agradeço ainda por todas as experiências boas e ruins vividas durante esse percurso do doutorado, elas serviram para me fortalecer, testar minha resiliência e mostrar que a maioria das coisas ruins, segundo a inteligência humana, são na verdade a base para a melhora no mundo espiritual.

“O avanço do conhecimento,
a construção de um outro projeto de mundo e de sociedade,
implica em sairmos de nosso lugar confortável,
lançarmo-nos a que-fazeres,
a questões que, mesmo analisadas de forma detida,
nunca se encerram em respostas finais – encaminham novas questões”.

(Petronilha Silva)

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo geral analisar práticas sociais comunitárias vivenciadas na Baía do Sol - PA sob a lente teórica do Pós-desenvolvimento. Sua abordagem teórica inicia com o sentido que o termo desenvolvimento adquiriu no contexto da modernidade, seguida da caracterização das abordagens teóricas predominantes nesse campo de estudos: modernizante, estruturalista e pós-estruturalista, dando ênfase ao contexto teórico, institucional e ideológico em que se constituiu a sua antítese – o subdesenvolvimento. Partindo de um prisma pós-estruturalista, o trabalho avança em direção às críticas a perspectiva hegemônica de desenvolvimento, e aponta para algumas experiências alternativas ao desenvolvimento produzidas em contexto latino-americano que acreditam na possibilidade de criar um mundo onde caibam vários mundos. A declaração de tese do estudo afirma que as práticas sociais comunitárias vivenciadas na Baía do Sol - PA revelam possibilidades alternativas de organização da vida social, apesar de serem marcadas por um hibridismo nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas; ou seja, os processos socioculturais vivenciados nesse território são frutos da combinação de elementos do discurso hegemônico de desenvolvimento característico da modernização e de práticas de pós-desenvolvimento, e essa amalgamação gera na Baía do Sol a construção coletiva de uma nova maneira de viver. A trilha metodológica percorrida na investigação foi um estudo de caso qualitativo, que compreendeu pesquisa documental, entrevista individual, grupo focal e observação das práticas sociais empreendidas pelas entidades comunidade de uma pequena localidade amazônica denominada Baía do Sol, localizada na Ilha de Mosqueiro, distrito administrativo de Belém – PA. Os dados foram codificados, organizados em unidades de análise, categorizados à luz do referencial teórico, e tratados sob a perspectiva da Análise de Conteúdo de Bardin. O capítulo da discussão está dividido entre a apresentação das entidades comunitárias da Baía do Sol; a análise de suas principais práticas administrativas, econômicas, políticas e sociais; e suas aproximações à concepção desenvolvimentista e pós-desenvolvimentista que caracterizam o hibridismo observado na investigação. A conclusão do estudo sinaliza que as entidades comunitárias têm suas práticas sociais influenciadas pela constelação semântica que envolve o pensamento hegemônico do desenvolvimento, com ênfase a perspectiva de *mercado*, *progresso* e *ajuda* aliada à figura do *Estado*. Apesar deste atrelamento, identificou-se estas mesmas entidades possuem um *ethos* capaz de inspirar práticas sociais e elucidar formas alternativas de organização da vida social neste território, inspirados nas categorias *respeito*, *solidariedade*, *autonomia* *pluralidade*, *subsistência*, *harmonia* e *confiança*.

Palavras-Chave: Desenvolvimento. Pós-desenvolvimento. Práticas Sociais. Amazônia

Abstract

The present research aims at analyzing the experiences of social practices in communities of Bahia do Sol - PA under the theoretical lens of post-development. The theoretical approach begins with the sense that the term of development has acquired in the context of modern day. This is followed by the characterization of the theoretical approaches prevailing in this field of study: modernization, structuralism and post-structuralism. This emphasizes the theoretical, institutional and ideological context in which it was constituted, its antithesis - underdevelopment. Starting from a poststructuralist prism, the work advances towards the critical and hegemonic perspective of development and points to some alternative experiences of development produced in Latin American context. This context believes in the possibility of creating a world where several worlds fit in. The thesis statement of the study affirms that the social practices experienced in communities of Bahia do Sol reveal alternative possibilities for the organization of social life, although they are marked by hybridity in which discrete structures or practices, which existed separately, combine to generate new structures, objects and practices. The socio-cultural processes experienced in this territory are the result of the combination of elements of the hegemonic development discourse characteristic of modernization and post-development practices. This amalgamation generates the collective construction of a new way of living in the Bay of the Sun. The methodological trail covered in the research was a qualitative case study, which included; documentary research, an individual interview, a focus group, and observations of the social practices undertaken by the entities of a small community located in the Amazon called Baía do Sol. This particular community is located in Mosqueiro Island, an administrative district Of Belém - PA. The data was; coded, organized into units of analysis, categorized in the light of the theoretical framework, and treated from the perspective of the Bardin Content Analysis. The chapter of the discussion is divided between; the presentation of the entities in the community of Bay of the Sun; the analysis of its main administrative, economic, political and social practices; and their approaches to the developmental and post-developmental conception that characterizes the hybridism observed in the research. The conclusion of the study indicates that the entities of the community have their social practices which are influenced by the semantic constellation that involves the hegemonic thought of development, with emphasis on the perspective of market, and the progress and aid, allied to the figure of the State. Despite this link, these same entities have an ethos capable of inspiring social practices and elucidating alternative forms of organized social life in this territory, all which are inspired by the categories of respect, solidarity, plurality, subsistence, harmony, and trust.

Keywords: Development. Post-development. Social Practices. Amazon.

Lista de Figuras

Figura 1 - O Sistema Centro-Periferia.....	42
Figura 2 - O ciclo do capital na economia dependente.....	46
Figura 3 – Discursos de Transição.....	59
Figura 4 – Contexto regional da Baía do Sol.....	79
Figura 5 – Amazônia Legal.....	83
Figura 6 – Portal de entrada da Ilha de Mosqueiro.....	87
Figura 7 – Imagem da Baía do Sol.....	89
Figura 8 – Gráfico da faixa etária da população de Baía do Sol – Belém.....	91
Figura 9 – Escolaridade da População de 25 anos ou mais – 2010.....	94
Figura 10 - Síntese da Pesquisa.....	111
Figura 11 – Palavras mais frequente no corpus da pesquisa.....	113
Figura 12 – Sede do CMPBS.....	122
Figura 13 – Evolução do Consumo na Baía do Sol.....	131
Figura 14 – Movimentação Financeira do Banco – Consolidado.....	132
Figura 15 – O que significam esses números?.....	133
Figura 16 – Reunião do Fórum de Desenvolvimento Local.....	133
Figura 17 – Divulgação de Reunião junto à comunidade.....	134
Figura 18 – Projeto CECI Mulheres.....	135
Figura 19 – Inauguração da Lanchonete e Restaurante Moquear.....	136
Figura 20 – Banner de divulgação do IV Arraiá Tupi – ano 2016.....	137
Figura 21 – Árvore de Palavras – Reunião.....	154
Figura 22 – Reunião do Fórum de Desenvolvimento Comunitário.....	155
Figura 23 – Principais parceiros das entidades comunitárias da Baía do Sol.....	156
Figura 24 - Palavras mais frequente na categorização de Práticas Econômicas.....	158
Figura 25 – Cédula de 1 Moqueio.....	161
Figura 26 – Cédula de 5 Moqueio.....	161
Figura 27 – Cédula de 10 Moqueio.....	161
Figura 28 – Convite do Fórum de Desenvolvimento Comunitário.....	173
Figura 29 - Palavras mais frequentes na categorização de Práticas Sociais.....	174
Figura 30 - Mulheres do Projeto CECI no NENO – 2015.....	176
Figura 31: Grupo de danças amazônicas.....	178

Figura 32 - Caminhada pela Paz na Baía do Sol.....	178
Figura 33 - Reunião Comunitária na Baía do Sol.....	179
Figura 34 - Nós em Cluster por similaridade de palavra no contexto do desenvolvimento na Baía do Sol	183
Figura 35 - Codificação das categorias do desenvolvimento.....	186
Figura 36 - Codificação das categorias do pós-desenvolvimento.....	194
Figura 37 - Nós em Cluster por similaridade de palavra no contexto do pós-desenvolvimento na Baía do Sol	195

Lista de quadros

Quadro 1 - Teorias do desenvolvimento segundo seus paradigmas de origem.....	32
Quadro 2 – Novos enfoques ao desenvolvimento.....	52
Quadro 3 – Dados tabulados sobre a População de Baía de Sol.....	91
Quadro 4 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Mosqueiro : Marahu / Paraíso / Baía do Sol / Cuaruara – PA – 2000-2010.....	92
Quadro 5 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Mosqueiro: Marahu / Paraíso / Baía do Sol / Cuaruara – PA.....	93
Quadro 6 - Vulnerabilidade Social - Mosqueiro: Marahu/Paraíso/Baía do Sol/Cuaruara – PA..	94
Quadro 7 – Visitas realizadas à Baía do Sol	96
Quadro 8 - Objetivos Específicos X Instrumentos de Coleta de Dados.....	100
Quadro 9 – Material audiovisual utilizado na constituição do corpus de pesquisa.....	101
Quadro 10 – Documentos utilizados na constituição do corpus de pesquisa.....	102
Quadro 11 – Lista de Entrevistados.....	103
Quadro 12 – Estrutura de Entrada no NVivo.....	108
Quadro 13 - Termos mais usados no corpus da pesquisa.....	113
Quadro 14 – Finalidades específicas x ações da Colônia dos Pescadores.....	115
Quadro 15 – Finalidades específicas x ações das Associação das Mulheres da Pesca da Baía do Sol.....	125
Quadro 16 – Quadro síntese das linhas de atuação do Banco Comunitário Tupinambá.....	130
Quadro 17 – Movimentação Financeira do Banco em números.....	132
Quadro 18 – Premiações Recebidas pelo Instituto Tupinambá.....	139
Quadro 19 – Palavras mais frequente na categorização de Práticas Administrativas.....	149
Quadro 20 – Palavras mais frequente na categorização de Práticas Políticas.....	169

Lista de abreviaturas e siglas

AMP	Associação de Mulheres da Pesca da Baía do Sol
AMPBS	Associação das Mulheres da Pesca da Baía do Sol
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BV	Bem Viver
CCBS	Centro Comunitário da Baía do Sol (3 SIGLAS C/ MSM SIG.)
CEF	Caixa Econômica Federal
CEMAT	Ordenamento do Território do Conselho da Europa
CEPAL	Comissão Econômica para a Americana Latina e Caribe
CMPBS	Clube de Mães do Povoado Baía do Sol
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CPZ09	Colônia de Pescadores Z-09 de Mosqueiro
DAMOS	Distrito Administrativo de Mosqueiro
DPC	Diretoria de Portos e Costas
DT	Discursos de Transição
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNPAPA	Fundação João Paulo XXIII
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBCT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBTDSS	Instituto Banco Tupinambá de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFPA	Instituto Federal do Pará
IMAZON	Instituto do homem e meio ambiente da Amazônia
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IT	Instituto Tupinambá
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MB	Marinha do Brasil

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
NAE	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público jurídico
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIN	Plano de Integração Nacional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PTC	Programa Territórios da Cidadania
RBA	Rede Brasil Amazônia de telecomunicações
RUC	Uso dos Recursos Comuns
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPAq	Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura do Pará
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SPVEA	Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UDH	Unidade de Desenvolvimento Humano
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 OBJETIVOS	26
1.2 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO	27
2 REFERENCIAL TEÓRICO	31
2.1 ABORDAGENS TEÓRICAS PREDOMINANTES NO CAMPO DO DESENVOLVIMENTO.....	31
2.1.1 Abordagem modernizante: a busca pelo progresso econômico, científico e tecnológico	33
2.1.2 Abordagem estruturalista do desenvolvimento: eliminando as estruturas que bloqueiam o desenvolvimento	40
2.1.3 Abordagem pós-estruturalista do desenvolvimento: um combate as verdades eternas e universais	48
2.2 PÓS-DESENVOLVIMENTO: CONSTRUINDO UM MUNDO EM QUE CAIBAM OUTROS MUNDOS.....	50
2.2.1 Bem viver: um mundo em que cabem outros mundos	62
2.2.1.1 Relações no contexto do Bem Viver.....	63
2.2.2 A gestão dos bens comuns	64
2.2.3 Práticas sociais como ações territorializadas das comunidades	67
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	74
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	74
3.2 ESTUDO DE CASO	75
3.3 ABRANGÊNCIA DO ESTUDO	78
3.3.1 Região Amazônica e influências sobre a Baía do Sol	79
3.3.2 Contextualizando a Baía do Sol	87
3.4 A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS ANALÍTICO.....	95
3.4.1 Acesso aos dados	95
3.4.2 Material audiovisual	100
3.4.3 Documentos	102
3.4.4 Entrevistas	103
3.5 ANÁLISE DO CONTEÚDO COMO TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS	104
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	112

4.1 A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DA BAÍA DO SOL.....	112
4.2 AS PRÁTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DA BAÍA DO SOL	149
4.2.1 Práticas administrativas.....	149
4.2.2 Práticas econômicas.....	158
4.2.3 Práticas políticas	168
4.2.4 Práticas sociais	173
4.3 A BAÍA DO SOL SOB UM OLHAR PÓS-DESENVOLVIMENTISTA.....	180
4.3.1 Aproximações ao desenvolvimento	181
4.3.2 Um outro mundo é possível	193
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	204
REFERÊNCIAS.....	214
APÊNDICE A	227
APÊNDICE B	228
APÊNDICE C	229

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia com seus 7 milhões de Km² abrangendo nove países da América do Sul tem ocupado nos últimos anos posição de destaque no cenário mundial (ARAGÓN, 2013). Sobretudo, a partir da década de 1980, quando o fenômeno da globalização acelera a integração entre as economias do mundo, acirrando a competitividade e criando uma nova ordem internacional, fundamentada na capacidade tecnológica, na biotecnologia, na engenharia genética e na tecnologia da informação, a Amazônia passa a ser o centro das atenções internacionais (AMIN, 2015). A economia mundial no século XXI demanda por novas fontes de matérias-primas, como petróleo, gás, minerais da terceira geração e água, elementos abundantes em território Amazônico.

A região é uma terra de superlativos, pois nela é possível encontrar o rio Amazonas que despeja 17 bilhões de toneladas de água por dia no Atlântico, a maior bacia hidrográfica do mundo, a maior biomassa florestal do planeta, a maior concentração de biodiversidade da Terra, a maior concentração de água doce do planeta, com quantidade aproximada de 400 bilhões de árvores. Todavia, suas riquezas não se limitam às potencialidades naturais, nesta mesma região 180 línguas nativas são faladas; nela convivem, indígenas, quilombolas, populações extrativistas, populações ribeirinhas, populações de coleta, população urbana; enfim, encontra-se um universo absurdamente rico, culturalmente diverso, socialmente complexo e ainda bastante desconhecido (ARAGÓN, 2013).

A Amazônia com sua grandiosidade territorial, riqueza de recursos naturais e exuberância de biodiversidade, vem historicamente sendo submetida a um processo de intervenção caracterizado pela proeminência dos fatores econômicos, que subordina a história da região, a cultura de seu povo, a diversidade de sua população e a riqueza de seu ecossistema, aos interesses de uma “lógica de operacionalização do progresso, orientada por um nexo instrumental e mercadológico” (KNOPP et al, 2010, p. 47), inspirados na ideologia desenvolvimentista.

Na Amazônia brasileira¹ a integração e exploração da região teve início ainda durante o período colonial com a extração de iguarias, perpassando pelo ciclo da borracha no início do século XX, mas foram com as primeiras Políticas Nacionais de Integração da região ao plano de industrialização, nos anos de 1950, que a Amazônia foi fortemente integrada ao sistema

¹ Refere-se à região norte do país, formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, segundo os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

capitalista mundial. E a partir deste período até os dias atuais a região passou a ser envolvida por um senso de modernização que considera que todos precisam e querem seguir o mesmo percurso civilizatório, progressista e desenvolvimentista, onde o desenvolvimento é visto como algo naturalmente positivo e desejável (LACERDA, 2009).

Na década de 1970, as políticas governamentais desenvolvimentistas para a região giraram em torno do discurso da defesa e integração nacional da Amazônia, seguida dos grandes projetos de extração mineral na região, iniciados nos anos 1980 e predominantes até a atualidade. Todas essas etapas brevemente situadas, correspondem a uma interferência exógena à região, que desconsidera completamente o contexto sócio territorial da região, ou seja, ignorando a cultura e a dinâmica social local (KNOPP et al, 2010).

A Amazônia tem se posicionado no cenário da divisão internacional do trabalho como uma grande fornecedora de commodities, como grãos (especialmente a soja), madeira semielaborada, minérios, carvão vegetal, mas também como grande fornecedora de energia para os grandes projetos industriais do país por meio de suas hidrelétricas (LOUREIRO, 2009). Diante da forte pressão global pela disponibilidade de recursos naturais estratégicos para a manutenção do padrão de desenvolvimento e crescimento econômico, a Amazônia passou a ser, no novo âmbito global, a grande fronteira do capital natural do mundo (BECKER, 2005).

O modelo de desenvolvimento pensado para a Amazônia desde o período colonial está pautado na intervenção estatal por meio de políticas públicas formatadas em parceria com o grande capital privado que reproduzem uma perspectiva economicista e ocidentalista que priorizam o capital à dignidade humana, e que camuflados no discurso do crescimento econômico para a região, trazem modelos de negócios obsoletos, ou seja, geradores de poucos empregos, geralmente subempregos para a população local, ao custo de um enorme passivo ambiental e com pouco recursos financeiros destinados à região e/ou convertidos em programas sociais para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes (LOUREIRO, 2009; ARAGÓN, 2013).

A forma como a região e suas riquezas materiais e imateriais se integram ao sistema capitalista global tem causado efeitos danosos à mesma, como degradação e esgotamento de seus recursos naturais, destruição do modo de vida das comunidades tradicionais, degradação das relações sociais vigentes, violação de direitos, o aumento da concentração de renda e pobreza, o crescimento desordenado de centros urbanos, a favelização, dentre tantos outros (LOUREIRO, 2009). Cabe ressaltar que o cenário acima exposto não representa um problema exclusivo e pontuado à região Amazônica, mas sim é a realidade predominante nas regiões periféricas ao sistema capitalista mundial, cunhadas de “subdesenvolvidas”.

A proposta de desenvolvimento pensada para a periferia do sistema capitalista, e replicada para o contexto amazônico, baseada na promessa de progresso linear e prosperidade econômica, não consegue atingir os objetivos que se propõem, e ao invés da promoção de melhoria na qualidade de vida da população, observou-se um cenário de forte concentração de renda no mundo, onde em “1960 os países ricos eram 20 vezes mais ricos que os países pobres. Em 1980, graças ao desenvolvimento, eram 46 vezes mais ricos” (ESTEVA, 2009, p. 3), aliada a uma forte deterioração das condições ecológicas, sociais e culturais do planeta.

Outros indicativos da falência da proposta de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos, foram a (1) Estagnação Econômica na década de 1980, período que ficou conhecido como a Década Perdida, caracterizada pela “concentração de riqueza, a distribuição da pobreza, a destruição dos recursos naturais, a violência e a desigualdade social com seus efeitos perversos” (RADOMSKY, 2011, p.154); e (2) as ostensivas políticas neoliberais da década de 1990, que proferiram um forte golpe à perspectiva hegemônica de desenvolvimento quando não conseguem cumprir com a promessa de promover justiça social no mundo seguindo um caminho único (ESCOBAR, 2015).

Após testemunharem a falácia de programas desenvolvimentistas, amparados no discurso da modernização social e do crescimento econômico, que promoveram êxito temporário nos anos de 1960 e 1970, surge nas últimas décadas movimentos sociais e intelectuais de teor crítico ao redor do mundo, que se propõe a romper com os velhos paradigmas, com o mito do progresso e da concepção linear da história ocidental. Esse novo movimento intelectual se propõe a desenhar caminhos plurais e heterogêneos com diferentes matizes (RADOMSKY, 2011), substituindo o sonho perverso de um sistema unificado e integrado sob a dominação ocidental – EUA, pela hospitalidade e abertura, onde as diferenças culturais não são apenas reconhecidas, mas também aceitas (ESTEVA, 2009).

Não há mais espaço para adjetivações ao desenvolvimento, ou ações paliativas, superficiais, criadas pelo revestimento de novos contornos teóricos ao termo, mas mantendo sua essência exploradora, como o desenvolvimento sustentável, ambiental, social, regional, comunitário, integrado, desenvolvimento como liberdade, entre outros (ESTEVA, 2009). A descrença nas ampliações ao termo dá-se em virtude de elas não romperem com as questões basilares que promovem os efeitos indesejados do modelo, constituindo assim discursos superficiais que acabam por atribuir uma sobrevida ao mesmo, alimentando o campo do desenvolvimento com novos formatos, garantindo assim a manutenção do *status quo* (RADOMSKY, 2011).

O aumento da gravidade das crises atuais nos mais variados cenários do globo e as tentativas frustradas de reduzir os impactos danosos do desenvolvimento à vida humana e ecossfera têm levado um número cada vez maior de intelectuais em todo o mundo a pensar que é chegado o momento de “desmontar a meta do desenvolvimento em todas as suas formas” (ESTEVA, 2009, p. 1), ou seja, promover uma completa implosão da narrativa subjacente ao conceito de desenvolvimento, questionando os elementos basilares do mesmo, e trazendo como demanda central interrogar os modos em que Ásia, África e América Latina chegaram a ser definidas como “subdesenvolvidas” e, por conseguinte, necessitadas de desenvolvimento. A inquietação trazida consiste em substituir a pergunta “como melhorar o processo de desenvolvimento? ”, por “como abandonar a ideia de desenvolvimento? ” (ESCOBAR, 2005).

O novo caminho proposto refere-se a uma “crítica variada do modelo de desenvolvimento planejado que efetivou transformações sociais radicais desde meados do século XX” (RADOMSKY, 2011, p.154). Tal abordagem propõe questionamentos mais profundos sobre a própria pertinência ideológica do desenvolvimento, como é o caso da perspectiva do pós-desenvolvimento.

Escobar (2005, 2007), uma das expressões do campo das teorias críticas ao desenvolvimento, afirma que o pós-desenvolvimento surge por não haver mais espaço para reparação do desenvolvimento, devendo o modelo ser suprimido como um todo, e assim abrindo espaço para pensar em formas alternativas de organização da vida social (SANTOS, E., 2014). Vivenciamos um contexto de tamanha instabilidade, em que o paradigma hegemônico já não consegue prover soluções dentro de seu próprio campo de atuação, fazendo pressão para que o mesmo se reinvente, que rompa com as estruturas vigentes, dando origem a um amplo e heterogêneo movimento de crítica ao desenvolvimento (ESCOBAR, 2007).

Baseado em uma epistemologia pós-estruturalista, esta abordagem entende a gestão do desenvolvimento como um instrumento de dominação das sociedades ocidentais do Primeiro Mundo para com os países do Terceiro Mundo. É visto como um regime de representação, uma “invenção” que resulta da história do pós-guerra e que, desde seu início, modelou inelutavelmente toda concepção da realidade e ação social dos países que, a partir de então, ficam conhecidos como subdesenvolvidos (ESCOBAR, 2007). Em função disso, os pós-estruturalistas consideram o desenvolvimento como um fenômeno de poder historicamente criado, construído sob circunstâncias bem definidas e comandadas por atores institucionais como: BM, FMI, ONU, OMC, agências de fomento, universidades, entre outros. Os estudos apresentados por Rist (2008), Sachs (2010), Latouche (2009), Esteva (2000, 2009), Santos

Boaventura (2007), Reginaldo Souza Santos (2012, 2015), Escobar (2005, 2007, 2011, 2015) e outros, ilustraram essa abordagem (Santos E., et al 2015).

Como movimento intelectual, o ponto de intersecção entre os autores é a crítica variada à hegemonia do desenvolvimento. À título de exemplificação podemos citar as definições de Rist (2008), Escobar (2015) e Misoczky et al (2010):

“Desenvolvimento” consiste de um conjunto de práticas, as vezes aparecendo em conflito uma com outra, que requer – para a reprodução da sociedade – a transformação geral e a destruição do ambiente natural e das relações sociais. Seu objetivo é aumentar a produção de mercadorias (bens e serviços) direcionadas, pelo mecanismo da troca, para demanda efetiva (RIST, 2008, p. 13, grifo do autor).

Desenvolvimento foi um conjunto de discursos e práticas que tiveram um profundo impacto na maneira Ásia, África e América Latina passaram a ser consideradas como "subdesenvolvidos" desde o final da Segunda Guerra Mundial, e tratado como tal a partir daquele momento (ESCOBAR, 2015, p. 225, grifo do autor).

Desenvolvimento é a raiz conceitual de uma formação discursiva ocidentalista que, desde sua emergência tem sido estratégico para a legitimação de diferentes regimes de dominação: do imperialismo colonial à divisão mundial do trabalho contemporânea; do silenciar da alteridade contida em histórias e culturas próprias à naturalização de relações de classe exploradoras. (MISOCZKY et al, 2010, p. 1)

Uma breve análise das definições expostas acima nos permitem observar que elas são convergentes na crítica ao regime de dominação estabelecido por meio de discursos e práticas que levaram os países da Ásia, África e América Latina a serem considerados como subdesenvolvidos. Apesar da crítica comum ao desenvolvimento, o campo de estudo do pós-desenvolvimento dificilmente pode ser considerado um programa unitário e homogêneo de pensamento (RADOMSKY, 2011).

Escobar (2015) sintetiza o campo de estudos em três principais pontos de concentração, amplamente inter-relacionados: o primeiro deles é a necessidade de descentralizar a variável “crescimento” no contexto das representações dos países periféricos; o segundo refere-se a crença dos autores pós-desenvolvimento de que é perfeitamente possível pensar o fim do desenvolvimento, criando possibilidades alternativas; o terceiro enfatiza a importância de transformar as prioridades do desenvolvimento referentes a conhecimento especializado e poder, e assim valorizando as práticas dos grupos e movimentos de base.

O campo de estudos do pós-desenvolvimento é marcado pela predominância das práticas não acadêmicas, como as reuniões de ativistas e intelectuais, mas aos poucos tem expandido para ambientes acadêmicas e ONGs (ESCOBAR, 2015, p. 230). O tema ainda é pouco discutido pelas ciências sociais brasileiras (RADOMSKY, 2011), mas é crescente o número de movimentos sociais, ONGs, associações comunitárias que buscam por formas

alternativas, em oposição à democracia liberal globalizante, e a favor de uma nova forma de reprodução de vida social que privilegie o social, o local, o regional e os valores éticos, em especial a solidariedade e a integração (LOUREIRO, 2009).

Um número crescente de experiências baseadas no pós-desenvolvimento começa a gerar novas relações sociais, alheias a qualquer exploração, e que lhes permite não só enfrentar as dificuldades da crise, mas expandir a dignidade pessoal e coletiva, desafiando todo o sistema político e econômico existente (ESCOBAR, 2015). Estas experiências, que tem se proliferado em torno dos países subdesenvolvidos, possuem um conteúdo político e estão construindo silenciosamente um mundo novo (ESTEVA, 2009).

Os movimentos sociais, as práticas comunitárias, os grupos ambientalistas ocupam posição de destaque nas configurações teóricas e práticas do pós-desenvolvimento (ESTEVA, 2009). Este pode ser caracterizado como um campo de estudo heterogêneo, formado por uma grande variedade de correntes teóricas que estudam alternativas *ao* desenvolvimento. Aqui cabe um destaque à conotação de sentido que a conjunção *ao* carrega quando associa alternativas e desenvolvimento, refere-se a um sentido mais profundo, ou seja, tem a intenção de romper com as bases culturais e ideológicas de desenvolvimento, trazendo a um primeiro plano outras especulações, metas e práticas (ESCOBAR, 2015). As alternativas *ao* desenvolvimento pressupõem mudanças profundas nas concepções de desenvolvimento, que vão além de meras correções ou ajustes. A utilização do termo intenta opor-se ao conceito de Desenvolvimento Alternativo, uma vez que este não abandona completamente o núcleo conceitual perverso do desenvolvimento, baseado no progresso, no uso da natureza e nas relações instrumentais entre os seres humanos. Por isso que se diz: Em vez de insistir em “desenvolvimentos alternativos” se deveria construir “alternativas *ao* desenvolvimento” (GUDYNAS, 2011). O alternativo sem dúvida tem sua importância, mas são necessárias mudanças mais profundas.

As investigações empíricas em comunidades da Ásia, África e América Latina, requerem a construção de uma nova epistemologia baseada no lugar. Escobar (2005, p. 63) afirma que “o lugar [...] desapareceu no “frenesi da globalização” dos últimos anos, e este enfraquecimento do lugar tem consequências profundas em nossa compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza, e da economia”. O autor defende a retomada do lugar e do local na perspectiva de um olhar epistemológico para além da ciência moderna, da hegemonia do conhecimento científico e das práticas gerenciais capitalistas, posto que a estes processos acabaram por promover uma verdadeira ausência de lugar, uma “condição generalizada de desenraizamento” (ESCOBAR, 2005, p.69), que implica em reprodução de ações e pensamento alheios ao seu modo de vida local.

Reconhecer e reconstruir o mundo a partir de uma perspectiva prática, baseadas nas experiências do lugar, do território é caminho para se produzir experiências alternativas de pós-desenvolvimento (ESCOBAR, 2005, 2007, 2015; ESTEVA 2009; SANTOS, E., 2014, LESBAUPIN, 2010; ARRUDA, 2008). Neste contexto, o lugar é entendido como “a experiência de uma localidade específica, com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa” (ESCOBAR, 2005, p.69). Na valorização do lugar existe um sentimento de pertencimento que é mais importante do que queremos admitir, o que faz com que se considere se a ideia de “regressar ao lugar” – para usar a expressão de Casey (1993) – ou a defesa do lugar como projeto – no caso de Dirlik (2000).

O grande desafio proposto por este estudo crítico, que intenta produzir avanços teóricos no campo de estudos do pós-desenvolvimento, é romper com a proeminência do discurso do desenvolvimento como o único caminho possível para uma vida digna, e pensar a partir da multiplicidade das trajetórias, em que cada local possa traçar autonomamente o percurso que deseja trilhar, inspirados na sua cultura, história, valores compartilhados, nas vidas envolvidas em um dado território. Para tal é necessário refletir a partir da diversidade, da pluralidade na construção de formas alternativas de gerir a mudança social; abandonar a natureza hegemônica do discurso científico do ocidente, construído para dominar a natureza e legitimar a apropriação dos recursos naturais pelas ações do desenvolvimento; e assumir que efetivamente estamos num período de transição paradigmática, onde os conceitos de desenvolvimento e terceiro mundo já fazem parte do passado (ESCOBAR,2005).

A pesquisa realizou-se a partir de uma análise das práticas sociais comunitárias vivenciadas pela pequena comunidade da Baía do Sol - PA, que correspondem às falas, ações, projetos e eventos executados pelas entidades representativas criadas pelos próprios moradores do território como estratégia para atingir seus objetivos comuns.

Antropólogos, geógrafos e ecologistas políticos demonstraram com crescente eloquência que muitas comunidades rurais do Terceiro Mundo constroem a natureza de forma bastante diferente das formas modernas dominantes, estes atores utilizam os ambientes naturais de maneiras muito particulares (ESCOBAR, 2005). Os modelos locais evidenciam um arraigamento especial a um território concebido como uma entidade multidimensional que resulta dos muitos tipos de práticas e relações; e também estabelecem vínculos entre os sistemas simbólico/culturais e as relações produtivas que podem ser altamente complexas (ESCOBAR, 2005).

Desta forma, considerando a relevância que as práticas sociais comunitárias vivenciadas em pequenos territórios tem assumindo enquanto espaço de afloramento de novos olhares para

o entendimento da política, da economia, da natureza, dos bens comuns, das relações, da construção familiar, da construção da vida cotidiana, do nosso encontro com as coisas, baseados na pluralidade, nas ações comunitárias, na revalorização do local e na ressignificação de nossas relações, uns com os outros, com a natureza, como os bens comuns e com a espiritualidade; o presente estudo produzirá uma investigação sobre as práticas sociais comunitárias vivenciadas em um pequena localidade situada no seio da floresta Amazônica, denominada Baía do Sol.

Esta comunidade foi escolhida como *locus* de investigação da tese por constituir-se em uma típica comunidade ribeirinha da Amazônia com forte tradição na pesca artesanal, localizada na região insular da cidade de Belém no Pará, chamada Mosqueiro. Distante do circuito dos grandes dos empreendimentos desenvolvimentistas pensados para a Amazônia, como os projetos de exploração mineral, dos projetos de produção de energia hidrelétrica, da fronteira agrícola da soja, a comunidade da Baía do Sol nos últimos 100 anos tem se organizado autonomamente por meio de entidades comunitárias, num total de 5 (cinco) formalmente instituídas, na intenção de fortalecer sua prática econômica da pesca artesanal, buscar alternativas de subsistência para sua população e promover vida de qualidade nesse território que ao longo dos anos vem sendo assolado por problemas básicos de ordem ambiental, econômica, social, política, de segurança pública, saúde, transporte e educação.

Considerando que esta ação de se organizar autonomamente por meio de entidades comunitárias, inspira a criação de novos valores, novas dinâmicas de regulação e ordenação social e a composição de novos mosaicos territoriais, o presente estudo traz como questão problematizadora central: **De que forma as práticas sociais comunitárias vivenciadas na Baía do Sol - PA se configuram em experiências de pós-desenvolvimento?**

Como afirmam os Zapatistas, mudar o mundo é muito difícil, talvez impossível, mas a construção de um novo mundo é possível (IBAÑEZ, 2016). O movimento intelectual do pós-desenvolvimento, conforme já mencionado anteriormente, não possui uma homogeneidade teórica (se é que esse objetivo é perseguido), não possui um denominador comum no que tange às críticas ao desenvolvimento, e nem tem a intenção de propor um modelo de viver que sirva a todos, porém constitui-se em um poderoso aliado no processo de “desnaturalização teórica e prática” dos conceitos de crescimento, progresso, mercado, economia e desenvolvimento (ESCOBAR, 2015).

Não será fácil desvencilhar-se do regime de representação que o discurso do desenvolvimento criou para os países da Ásia, África e América Latina dada a robustez produzida por mais de meio século de políticas, programas, debates acadêmicos e teóricos

acalorados sobre desenvolvimento, que atribuem ao termo uma profunda capacidade de resiliência apesar das inúmeras tentativas de desconstrução (RADOMSKY, 2011).

Face ao exposto, a presente pesquisa assume como declaração de tese a seguinte afirmativa:

As práticas sociais comunitárias vivenciadas na Baía do Sol - PA revelam possibilidades alternativas de organização da vida social, apesar de serem marcadas por um hibridismo nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas; ou seja, os processos socioculturais vivenciados nesse território são frutos da combinação de elementos do discurso hegemônico de desenvolvimento característico da modernização e de práticas de pós-desenvolvimento, e essa amalgamação gera na Baía do Sol a construção coletiva de uma nova maneira de viver.

A concepção de hibridização assumida neste texto inspira-se na concepção de Canclini (2013, p. XIX) ao afirmar que este evento estaria relacionado aos “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”. Segundo o mesmo autor, somente a partir dessa noção de hibridismo é possível discutir sobre processos globalizantes em contexto de analfabetismos, estruturas econômicas e hábitos políticos pré-modernos.

Para dar resposta a esta declaração de tese que pressupõe uma coexistência entre elemento do desenvolvimento e do pós-desenvolvimento no contexto territorial da Baía do Sol - PA, propõem-se um referencial teórico que prioriza duas discussões essenciais, a primeira delas explora as perspectivas teóricas predominantes nos estudos sobre desenvolvimento objetivando demonstrar como a ideologia subjacente ao termo foi construída e como se tem avançado no campo das críticas em direção ao pós-desenvolvimento; a segunda, por sua vez, imerge no campo de estudos do Pós-desenvolvimento, indo da explanação das principais evidências da queda do desenvolvimento à apresentação do campo teórico do Pós-desenvolvimento e por fim explora as formas alternativas de reprodução da vida social, tais como o Bem-Viver, a Gestão dos Bens Comuns e Práticas Sociais Comunitárias vivenciadas em pequenos territórios.

No capítulo referente aos procedimentos da pesquisa, elencou-se um conjunto de operações que foram adotadas e sistematizadas para se atingir objetivo final da tese. O texto inicia com a caracterização da pesquisa enquanto uma análise qualitativa, exploratória, que utiliza como estratégia de pesquisa o estudo de caso. Partindo da premissa que a compreensão da unidade de observação empírica - Baía do Sol - requer um entendimento preliminar sobre

os fatores históricos, sociais, populacionais, geopolíticos e econômicos que caracterizam a Amazônia, macrorregião na qual a comunidade é tipicamente representativa, foi criada uma subunidade específica para tratar dessa abrangência do estudo que explora o contexto macro, a Amazônia e a comunidade da Baía do Sol. Seguida desta apresentação, o capítulo explora os materiais identificados como fontes importantes para que o pesquisador proceda suas análises, apresentando também os métodos de acesso a estes e a forma como foram analisados a partir do conjunto de técnicas da Análise do Conteúdo.

No capítulo referente à discussão, apresento a pesquisa empírica desta tese que fortalece o argumento esclarecido acima. Esse capítulo se inicia com a apresentação e análise dos dados e foi dividida em três partes. Na primeira delas, o objetivo é descrever e analisar como se processa a organização comunitária em pequenas localidades da Amazônia, notadamente o caso da comunidade da Baía do Sol. A etapa seguinte dedica-se a caracterizar e analisar as práticas sociais comunitárias vivenciadas nestas localidades específicas, que para maior organização foram dispostas em práticas administrativas, econômicas, políticas e sociais, e por fim, no último tópico realizo uma discussão sobre as práticas sociais comunitárias, recorrendo aos elementos da literatura sobre pós-desenvolvimento para fortalecer o diálogo entre esta literatura e o campo. Assim, concluo o trabalho mostrando como os objetivos da tese foram cumpridos.

A seguir, apresentam-se os objetivos da pesquisa.

1.1 OBJETIVOS

Face ao exposto, a presente pesquisa tem como **Objetivo Geral: Analisar as práticas sociais comunitárias vivenciadas na Baía do Sol - PA sob a lente teórica do Pós-desenvolvimento**

No intuito de se atingir o objetivo geral da pesquisa, faz-se necessário a formulação de **Objetivos Específicos**, propostos a seguir:

- a) Investigar como se processa a organização comunitária na Baía do Sol - PA;
- b) Caracterizar as práticas sociais comunitárias vivenciadas na Baía do Sol - PA;
- c) Comparar as práticas sociais comunitárias vivenciadas na Baía do Sol - PA com os valores compartilhados pelo campo de estudos do Pós-desenvolvimento.

1.2 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO

Produzir uma investigação empírica que objetiva analisar as práticas sociais comunitárias vivenciadas na Baía do Sol - PA sob a lente teórica do Pós-desenvolvimento possui justificativas de ordem teóricas, práticas e de motivação pessoal.

Do ponto de vista teórico o pós-desenvolvimento ainda é um campo de estudo recente. Segundo Radomsky (2011), são poucos os estudos brasileiros e internacionais que se dedicam ao exame crítico do desenvolvimento sob esta perspectiva pós-estruturalista. Em levantamento bibliográfico nas principais bases de dados nacionais e internacionais buscando pelo tema principal deste estudo - Pós-Desenvolvimento - e suas traduções After Development, Post Development e Postdesarrollo chega-se a mesma conclusão que Radomsky (2011): de que há pouca publicação no campo de estudos do pós-desenvolvimento.

As bases consultadas para a realização da busca foram os Periódicos Capes, Scielo (Scientific Electronic Library Online), Spell (Scientific Periodicals Electronic Library), Rebela (Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos), e BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), dentre as quais foram encontrados 23 produções referentes ao tema Pós-desenvolvimento, sendo que 12 são publicações em periódicos internacionais, redigidos originalmente em português (4), Inglês (3), Espanhol (4) e Francês (1), distribuídos entre os anos de 2005-2016; e 11 são de periódicos nacionais, distribuídos entre os anos de 2008-2016.

Essa baixa ocorrência de publicações em periódicos nacionais e internacionais pode ser justificada pelo argumento de Escobar (2015) que aponta um predomínio de práticas não acadêmicas no campo de estudos do pós-desenvolvimento, que opera por meio dos movimentos sociais, utilizando-se basicamente de duas modalidades: a metodologia das oficinas, organizadas em sua grande parte por representantes de movimentos políticos ou sociais, com participação de ativistas e líderes comunitários locais; e as publicações não arbitradas (e frequentemente ativistas), a informação difundida na rede, comunicados, declarações, folhetos e outros meios (ESCOBAR, 2015).

As 12 publicações realizadas em periódicos internacionais foram elaboradas por 12 autores distintos. No cenário brasileiro, das 11 produzidas, apenas Radomsky apresentou 3 publicações, os demais apenas 1 cada. É possível perceber uma pulverização das produções não existindo ainda autores que se destacam notoriamente por suas publicações no tema.

Os dados acima expostos nos permitem afirmar que ainda há muito a ser feito no campo de estudos do pós-desenvolvimento que se demonstra bastante fortalecido no campo das críticas ao desenvolvimento, mas ainda embrionário na construção das bases teóricas do movimento.

Sachs (2010), afirma que a era do desenvolvimento dá sinais claros de esgotamento e precisa imediatamente ser sucumbida, abrindo espaços para estudos que “propõem uma saída dos limites institucionais e epistêmicos vigentes a fim de vislumbrar mundos e práticas capazes de gerar as transformações significativas que são consideradas necessárias” – Pós-desenvolvimento (ESCOBAR, 2015, p.219).

A relevância científica da tese dá-se ainda por outros fatores, dentre os quais destaco: a necessidade de produzir um novo conhecimento a partir da região Amazônica, baseada em uma epistemologia própria, capaz de interpretar a sua realidade para além dos ditames da racionalidade, do utilitarismo e dos interesses do mercado; a intenção é acolher o saber tradicional, o saber comum, as artes, a ética, a solidariedade, afim de evitar que o multiculturalismo desapareça sob a tutela de uma racionalidade científica dominante, criando um contexto em que a ciência aceite a conviver com outras formas de saber (LOUREIRO, 2009). Cabe destacar que a presente tese propõe debruçar-se sobre as experiências alternativas *ao* desenvolvimento produzidas no contexto da Amazônia brasileira, território tão vasto quanto desconhecido, detentor de amplo “valor simbólico para o futuro da humanidade” (BECKER; STENNER, 2008, p.7).

Seguindo a proposição de Calado et al (2011) em que cada objetivo específico da pesquisa deve explicitar a sua justificativa teórica e prática. A seguir serão apresentadas as justificativas práticas e teóricas da pesquisa de acordo com os objetivos específicos do estudo, no qual as justificativas teóricas apontam a lacuna presente na literatura sobre o tema, e as justificativas práticas indicam a relevância da pesquisa para os *stakeholders* no trabalho, isto é, para os públicos que podem se favorecer do conteúdo e das descobertas realizadas pela investigação.

O primeiro objetivo versa sobre a intenção de investigar como se processa a organização comunitária na Baía do Sol - PA e justifica-se na medida em que promove um registro e análise das experiências de organização comunitárias na região amazônica, contando sua história a partir de seus próprios atores, inspirando a criação de um modo de reprodução de vida próprio do território, enquanto um espaço de construção social conflituosa, dinâmica, multidimensional, com trajetórias históricas em aberto, que coloca a população local como agente protagônica das melhorias de suas condições de vida. Na prática, pode trazer contribuições para as entidades que compõe o cenário de mobilização comunitária que poderão se ver na descrição deste estudo, refletir sobre suas atuações e talvez redirecionar seu sentido de direção e orientação.

Quanto ao segundo objetivo de caracterizar as práticas sociais comunitárias vivenciadas na Baía do Sol - PA, justifica-se na medida em que proporciona um registro e análise das principais práticas administrativas, econômicas, políticas e sociais vivenciadas em território Amazônico que podem suscitar nossas possibilidades de um fazer comunitário alheado ao pensamento dominante do desenvolvimento. Do ponto de vista prático, justifica-se pela valorização das práticas sociais advindas dos grupos e movimentos de base comunitária na Amazônia e dos conhecimentos advindos do saber local; além de promover um material que pode ser utilizado pelas entidades comunitárias da Baía do Sol para realizar uma práxis qualitativa em suas práticas sociais.

Por fim, tem-se o objetivo de comparar as práticas sociais comunitárias vivenciadas em pequenas localidades na Amazônia com os valores compartilhados pelo campo de estudos do Pós-desenvolvimento, cuja intenção é contribuir para o avanço deste, posto que o mesmo decreta a falência do desenvolvimento, porém não possui clareza sobre o que vem depois (SACHS, 2010). Durante a realização da pesquisa bibliométrica não foram encontrados registros de experiências alternativas ao desenvolvimento produzidas no contexto da Amazônia brasileira. Na prática, este objetivo contribui para a produção de um conhecimento autônomo, que valorize as especificidades amazônicas e que considere a dinâmica sócio-histórica-cultural presente na região, consistindo em mais um registro empírico para contribuir no fortalecimento do campo de estudos do pós-desenvolvimento.

Enfim, é possível inferir que a presente investigação possui contribuições tanto do ponto de vista teórico, quanto prático. Na dimensão teórica, a relevância justifica-se por se tratar de um campo de estudos que anseia pela produção de investigações empíricas que registrem possibilidades alternativas de organização da vida social, que possam fazer avançar o campo teórico do pós-desenvolvimento. Do ponto de vista prático, a notoriedade dá-se em função do estudo debruçar-se sobre a Amazônia – região estratégica para a sustentabilidade da vida no planeta, e sobre as reflexões que os resultados da pesquisa podem suscitar nas entidades comunitárias da Baía do Sol no sentido de valorização e reflexão sobre suas práticas sociais.

Como fator de motivação pessoal que interferiu na escolha do tema, destaca-se o origem amazônica da autora, oriunda da cidade de Belém do Pará, da esquecida região norte do país, que intenta contribuir com esta tese em dois sentidos: O primeiro deles refere-se a tentativa de desconstruir um modelo de desenvolvimento exógeno proposto pelas elites dirigentes para a Amazônia, pautado em políticas elitistas e patrimonialistas que enxergam a região como permanente espaço de Acumulação Primitiva de Capital. Esta lógica interpreta a região como um inesgotável reservatório de recursos naturais e de geração de superlucros, desde o período

colonial e tem causado enormes danos de ordem sócio ambiental para essa importante região para o equilíbrio do ecossistema global. O segundo está pautado na crença e esperança de construção de um mundo melhor, pautado na solidariedade na melhoria das condições de vidas das populações mais empobrecidas, onde os direitos humanos sejam respeitados, que tenha fundamento na equidade, na valorização da diversidade histórica, cultural, religiosa, étnica, e na valorização do lugar como uma potencialidade de geração de novos modos de reprodução de vida.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para responder à questão problema da pesquisa, apresento neste referencial teórico duas discussões essenciais: as “Abordagens teóricas no campo do desenvolvimento”, e “Pós-desenvolvimento: construindo um mundo onde caibam outros mundos”. Como o próprio nome sugere, a primeira discussão explorará as perspectivas teóricas predominantes nos estudos sobre desenvolvimento, divididas em: a abordagem Modernizante, a Estruturalista e Pós-estruturalista, dando maior ênfase a esta última em virtude de corresponder à perspectiva epistemológica assumida pela presente pesquisa. A explanação de cada uma dessas abordagens é condição indispensável para a compreender como foi construído o projeto hegemônico de desenvolvimento identificado com a racionalidade econômica moderna, como tal perspectiva consolida-se com o surgimento de uma nova conotação ao termo, sua antítese: o subdesenvolvimento (LACERDA, 2009); e ainda para demonstrar como se tem avançado nas críticas em direção ao pós-desenvolvimento. A segunda discussão teórica imerge no campo de estudos do pós-desenvolvimento, iniciando com a explanação das principais evidências da queda da ideologia do desenvolvimento, e conclui apresentando o campo teórico do pós-desenvolvimento e algumas das formas alternativas de reprodução da vida social como o Bem-Viver, a Gestão dos Bens Comuns e Práticas Sociais Comunitárias vivenciadas em pequenos territórios.

2.1 ABORDAGENS TEÓRICAS PREDOMINANTES NO CAMPO DO DESENVOLVIMENTO

Ao longo das últimas sete décadas a conceituação sobre o desenvolvimento nas ciências sociais tem passado por diferentes momentos, que podem ser resumidos em três orientações teóricas principais e contrastantes entre si. Para Escobar (2005), estas fases correspondem a Teoria da Modernização nos anos de 1950 e 1960; a Teoria da Dependência e perspectivas relacionadas, nos anos de 1960 e 1970; e aos Estudos Críticos ao Desenvolvimento como discurso cultural na segunda metade da década de 1980 e anos 1990. Para o autor, estes três momentos são classificados de acordo com os paradigmas originais dos quais emergiram, sendo eles: teorias liberais, marxistas e pós-estruturalistas, conforme demonstra a Quadro – 1.

Quadro 1 - Teorias do desenvolvimento segundo seus paradigmas de origem

Paradigma Variáveis	Teoria Liberal	Teoria Marxista	Teoria Pós-estruturalista
Epistemologia	Positivista	Realista/Dialética	Interpretativa/construtivista
Conceitos chaves	Indivíduo Mercado	Produção (Ex: modos de produção) Trabalho	Linguagem Sentido (significado)
Objeto de Estudo	-“Sociedade” - Mercado - Direitos	- Estruturas Sociais (relações sociais) - Ideologias	- Representação/discurso - Conhecimento – poder
Atores Relevantes	- Indivíduos - Instituições - Estado	Classes sociais (classes operárias; camponeses) Movimentos Sociais (trabalhadores, camponeses) Estado (democrático)	- “Comunidades locais” - Novos movimentos sociais e ONGs - <i>Todos</i> os produtores de conhecimento (incluindo indivíduos, Estado, movimentos sociais)
Perguntas ao desenvolvimento	Como pode uma sociedade desenvolver-se ou ser desenvolvida através da combinação de capital e tecnologia e ações estatais e individuais?	Como funciona o desenvolvimento enquanto ideologia dominante? Como pode desvincular-se o desenvolvimento do capitalismo?	Como Ásia, África e América-latina chegaram a ser representados como subdesenvolvidos?
Crítérios para a mudança	- “Progresso”, crescimento - Crescimento mais distribuição (anos setenta) - Adaptação de mercados	- Transformação de relações sociais - Desenvolvimento das forças produtivas - Desenvolvimento de consciência de classe	- Transformação da economia política da verdade - Novos discursos e representações (pluralidade de discurso)
Mecanismo para mudança	- Melhores teorias e dados - Intervenções mais focalizadas	Luta social (classe)	Mudar as <i>práticas</i> de saber e fazer
Etnografia	- Como o desenvolvimento e mudança são mediadas por <i>cultura</i> - Adaptar projetos culturais locais	Como os atores locais resistem às intervenções do desenvolvimento	Como os produtores de conhecimento resistem, adaptam, subvertem o conhecimento dominante e criam seu próprio conhecimento.
Atitude crítica a respeito do desenvolvimento e da modernidade	Promover o desenvolvimento mais igualitária (aprofundar e concluir o projeto da modernidade)	Reorientando o desenvolvimento, a justiça social e sustentabilidade (Modernismo crítico: Desvincular capitalismo e modernidade)	Articular uma ética do conhecimento especialista com a prática da liberdade (modernidades alternativas e alternativas a modernidade)

Fonte: Escobar (2005, p. 21)

Corroborando com a classificação de Escobar (2005), Radomsky (2011) também divide o campo de conhecimento sob as mesmas perspectivas paradigmáticas, porém utilizando-se de termos teóricos distintos: modernização, neomarxismo dependentista e pós-desenvolvimento. Já Santos, E.(2014) e Santos, E. et al (2015) apresentam uma proposta de divisão das principais abordagens teóricas do desenvolvimento no campo das ciências sociais de maneira muito

similar, com apenas algumas modificações, conforme segue: A primeira corresponde à Abordagem Modernizante que compreende a gestão do desenvolvimento como um processo decorrente dos efeitos benéficos do progresso econômico, científico e tecnológico, bem como da capacidade gerencial dos agentes administrativos em transformar uma sociedade arcaica numa sociedade moderna. A segunda corresponde à Abordagem Estruturalista que entende a gestão do desenvolvimento como um processo histórico-estrutural entre países centrais e países periféricos, e em função disso, argumenta que as raízes do subdesenvolvimento estão na conexão entre dependência externa e exploração interna e não sobre a suposta falta de capital, tecnologia ou valores modernos. E por fim, a terceira abordagem que é oriunda dos movimentos culturais críticos, que passaram a questionar o conceito de desenvolvimento, até então, utilizado pelas ciências sociais, de modo que fez emergir o pensamento Pós-Estruturalista na gestão.

Para fins deste estudo, utilizaremos a classificação de Santos, E.L. (2014) e Santos, E.L. et al (2015), que promovem uma ampliação da perspectiva original de Escobar (2005), trabalhando o viés estruturalista para além das teorias marxistas. Tal medida justifica-se pela compreensão da importância que os movimentos estruturalistas não marxistas ensejaram neste campo de estudo, a exemplo da Teoria Cepalina que corresponde a um importante movimento intelectual endógeno de contestação ao modelo exportador-primário adotado pelos países latino-americanos, trazendo um olhar mais autônomo na definição do tom que o desenvolvimento deveria assumir nos países periféricos.

Nos tópicos a seguir, as três abordagens serão mais bem explanadas com o objetivo de criar as condições preliminares para a compreensão da Teoria do Pós-desenvolvimento, que surge dos estudos críticos concebidos pelo pós-modernismo, pós-estruturalismo e pós-colonialismo.

1.2.1 Abordagem modernizante: a busca pelo progresso econômico, científico e tecnológico

Essa abordagem teórica representa a ortodoxia do pensamento econômico-administrativo e é baseada nas teorias concebidas por autores como Joseph Schumpeter, Rosentein-Rodan, Artur Lewis, W. Rostow, François Perroux, Peter Drucker e Michael Porter. Sua característica dominante é a recomendação de uma estratégia de desenvolvimento por

imitação, seguindo os caminhos trilhados pelos países do Primeiro Mundo (SANTOS, E.L., 2014).

A utilização do termo desenvolvimento, na forma como é compreendido nos dias atuais, tem um pouco mais de sete décadas; no entanto, sua consolidação é fruto de uma longa construção histórica de ideias e instituições ao longo dos quatro últimos séculos. Suas origens estão atreladas à concepção de progresso trazida pelo iluminismo nos séculos XVII e XVIII, que baseada na confiança extrema da razão inaugura uma nova lógica ao pensamento moderno e uma nova forma de buscar conhecimento sobre as coisas, onde o progresso passa a ser visto como algo natural, como uma tendência inerente à vida humana (OLIVEIRA, 2010).

Caiden e Caravantes, (1982, p.4) apontam que originalmente o termo desenvolvimento referia-se a um “processo de revelação, de esclarecimento, de descoberta. Alguma coisa anteriormente oculta, ou secreta, ou não conhecida estava sendo revelada”.

Associada a esta perspectiva, Fischer (2002) afirma que a primeira noção de desenvolvimento remonta ao século XVIII, quando o mesmo estava relacionado à área da Biologia, referindo-se ao movimento de um ser vivo do estágio inicial até sua forma apropriada. Com o surgimento da Teoria Darwinista o conceito virou sinônimo de “evolução”, visão que seria predominante até o final deste século, quando houve uma transferência do conceito para a área social, passando a ser entendido como um processo gradual de mudança social.

Entretanto, é somente durante o século XVIII que as noções de progresso e evolução se consolidam enquanto conceitos associados ao desenvolvimento (OLIVEIRA, 2010; FURTADO 2002). O progresso, fundamentado em ideais religiosos, prega o sacrifício do presente em troca de recompensas futuras (FURTADO, 2002); e está relacionado à possibilidade de melhorar as condições da vida humana a partir de incrementos em tecnologia, do desenvolvimento da ciência e de mudanças no padrão de organização social. Já a ideia de contínua evolução defende que “a sociedade humana progride, está progredindo e continuará a seguir este caminho. A humanidade move-se obrigatoriamente para um destino melhor” (OLIVEIRA, 2010, p.52).

E assim o termo é acrescido de uma nova dimensão - o valor, que amplia seu significado para além de uma revelação ou algo que estivesse oculto, e passa a representar a passagem de um estágio a outro com ganhos em qualidade e desempenho, o objetivo passa a ser o progresso e o domínio das forças da natureza para o benefício da humanidade (CAIDEN, G., CARAVANTES, G., 1982).

De acordo com Caiden e Caravantes (1982), além da natureza, as organizações sociais também deveriam ser conquistadas e domadas para atender aos interesses dos seres humanos.

Nesse momento abandona-se a postura passiva do homem que aguardava pelas revelações da natureza e o mesmo passa a assumir o papel de dominador, defendendo a ideia da utilização de métodos e técnicas científicas para ofertar produtos e serviços de maior qualidade e quantidade a humanidade. E assim, o termo vai tomando os contornos do mundo moderno em que “desenvolver significa empregar talento e as energias do homem para melhorar a condição humana”. (CAIDEN, G., CARAVANTES, G., 1982, p.6).

As ideias de iluminismo, razão, progresso, etapas, avanço, desenvolvimento e modernidade chegam ao século XIX como um ponto de referência para o destino da humanidade. Tais ideias estão aliadas a métodos comparativos de análise, em que as especificidades culturais e institucionais do ocidente passaram ser uma referência a ser seguida, dando origem ao que Lacerda (2009) denomina por “naturalização dos processos sociais”. Neste contexto, o desenvolvimento é visto como algo naturalmente positivo e desejável.

Nas palavras de Caiden e Caravantes (1982, p.6) é possível observar o quanto o discurso da modernidade dominou o cenário de meados do século XX:

Quem quer que se colocasse no caminho do progresso deveria ser afastado ou esmagado. A tradição e os tradicionalistas constituíam obstáculos que deveriam ser removidos, se o progresso fosse desejado.

Não se permitia que as regiões atrasadas impedissem o caminho do progresso: teriam de ser modernizadas, a menos que tivessem condições de resistir à intromissão do Ocidente, ou nada tivessem que a este pudesse interessar.

Neste cenário, um forte esquema de pensamentos, instituições, ciência, tecnologias e costumes ocidentais passam a dominar a lógica da vida social, sobretudo a partir da década de 1940, no Pós-Segunda Guerra Mundial, quando o termo ganha reforço e passa a ser “encarado como um processo sequencial e interdependente, através do qual a sociedade tradicional seria transformada numa sociedade moderna, isto é, ocidentalizada” (FISCHER, 2002, p. 3). Cria-se uma cultura de patrocínio das potências mundiais, onde as sociedades progressistas se dispunham a disponibilizar seu protecionismo, seu paternalismo e sua tecnologia aos países “atrasados”, criando um *the best way*, onde a única coisa a ser feita pelos países que queriam atingir o nível de desenvolvimento conquistado pelos países ricos, era seguir a prescrição determinada. (CAIDEN, G., CARAVANTES, G., 1982)

Nesse contexto evolutivo, os investimentos em tecnologia, a criação de um aparato institucional e o desenvolvimento de um suporte teórico, passam a assumir posição de destaque no projeto de consolidação da perspectiva hegemônica de desenvolvimento identificada com a racionalidade econômica moderna. Tal perspectiva consolida-se com o surgimento de uma nova conotação ao termo, sua antítese: o subdesenvolvimento (LACERDA, 2009).

Segundo Esteva (2000), o termo subdesenvolvimento passou a ser amplamente difundido e utilizado a partir de 1949, no discurso de posse do segundo mandato, do então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman. Ao utilizá-lo, conferiu-se um novo sentido ao termo, referindo à hegemonia americana, ou aos países desenvolvidos do Norte, sinalizando que estes seriam uma referência a ser seguida enquanto modelo de desenvolvimento socioeconômico e político para os países do Sul, a fim de superar suas condições de atraso econômico no qual se encontravam, por meio do transplante e aculturação de processos inovadores de gestão.

No ponto quatro de seu discurso de posse do segundo mandato, Truman (1967), declarou:

Nos próximos anos, o nosso programa para a paz e a liberdade enfatizará quatro grandes linhas de ação.

(...)

Em quarto lugar, temos de embarcar em um novo programa arrojado para fazer os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial disponíveis para a melhoria e o crescimento de áreas subdesenvolvidas.

Mais da metade das pessoas do mundo vivem em condições próximas à miséria. A comida é inadequada. Eles são vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. Sua pobreza é uma desvantagem e uma ameaça tanto para eles como para áreas mais prósperas.

Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e a habilidade para aliviar o sofrimento dessas pessoas.

Os Estados Unidos são preeminentes entre as nações no desenvolvimento de técnicas industriais e científicas. Os recursos materiais que podemos usar para a assistência de outros povos são limitados. Mas nossos recursos imponderáveis em conhecimento técnico estão crescendo constantemente e são inesgotáveis.

Acredito que devemos colocar à disposição dos povos amantes da paz os benefícios de nossa provisão de conhecimento técnico para ajudá-los a realizar suas aspirações para uma vida melhor. E, em cooperação com outras nações, devemos fomentar investimentos de capital em áreas que precisam de desenvolvimento.

(...)

O antigo imperialismo - exploração para o lucro estrangeiro - não tem lugar em nossos planos. O que pretendemos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos da honestidade democrática.

(...)

Uma produção maior é a chave para a prosperidade e paz. E a chave para uma produção maior é a aplicação mais ampla e mais vigorosa do conhecimento científico e técnico moderno.

A partir do pronunciamento de Truman, um amplo conjunto de palavras além de “subdesenvolvimento”, surge para caracterizar essa relação de poder dentro do sistema capitalista (MISOCZKY; GOULART; MORAES, 2010), como: terceiro mundo, países em desenvolvimento, países dependentes, países periféricos, dentre outros. Todos esses casos são representativos de uma relação de imposição de superioridade dos países ricos sobre os países de menor desempenho econômico.

O discurso de Truman é representativo da perspectiva hegemônica de desenvolvimento presente até os dias atuais e reforça as noções associadas a crescimento, progresso, especialização, industrialização, tecnologia, urbanização, acumulação de capital, planejamento, modernização e ajuda externa (ESCOBAR, 1995).

A partir do cenário acima exposto, os países do Norte passam a ser o farol que iluminaria pretensamente os caminhos dos países do Sul (LUZZARDI, et al 2009). A noção de desenvolvimento passa a predominar na percepção ocidental da realidade (ESCOBAR, 2007), utilizando para tal um vasto leque de possibilidades institucionais, teóricas e ideológicas que justificam e reiteram esse posicionamento de um modelo a ser seguido, com etapas pré-definidas que indicam o caminho rumo ao desenvolvimento e à possibilidade de atingir condições igualitárias de acesso ao consumo e estilo de vida dos países ricos nos países subdesenvolvidos.

O aparato institucional supra citado compreende uma variada gama de organizações, desde as instituições de *Bretton Woods* - como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, e outras organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), até as agências nacionais de planejamento e desenvolvimento, assim como projetos de desenvolvimento em escala local (ESCOBAR, 2005, p.19); responsáveis em pensar as ações e dar o suporte metodológico para implantação do modelo de desenvolvimento criado.

Dentre as instituições mais relevantes nesse contexto destaca-se o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), também conhecido como Banco Mundial, criado no Pós-Segunda Guerra Mundial para auxiliar na reconstrução da Europa e da Ásia. O mesmo tinha por objetivo conceder empréstimos aos seus países membros, oferecendo financiamento e assistência técnica aos países menos avançados, a fim de promover seu crescimento econômico. Outra importante instituição nesse processo foi o Fundo Monetário Internacional (FMI), criado para promover a estabilidade monetária e financeira no mundo, oferecer empréstimos a juros baixos para países em dificuldades financeiras, em troca do compromisso de perseguir metas macroeconômicas, como equilíbrio fiscal, reforma tributária, desregulamentação, privatização e concentração de gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura. Estes organismos tornaram-se responsáveis pela definição do caminho a ser percorrido e pelo financiamento das propostas. No âmbito profissional, burocratas e consultores especialistas eram designados para dar suporte às ações, consolidando um modelo de desenvolvimento pautado no crescimento econômico, através de metas e indicadores quantitativos (MIRANDA, 2012).

Quanto ao desenvolvimento de teorias de apoio, é possível observar uma forte interdisciplinaridade no estudo do desenvolvimento com contribuições advindas da economia, ciência política, sociologia, psicologia, administração, entre outras. Dado o caráter eminentemente determinista e unidimensional que o fator econômico assume nesta fase de consolidação do conceito, serão apresentadas a seguir apenas as teorias da narrativa clássica do desenvolvimento econômico, as quais afirmam que os países subdesenvolvidos estão presos na armadilha da pobreza, e que somente um grande esforço em direção ao aumento dos investimentos, uma decolagem na renda *per capita*, uma estratégia de desenvolvimento baseada na imitação e na ajuda externa seriam capazes de libertá-los desta condição subalterna (SANTOS, E. 2014).

Uma das teorias utilizadas para justificar essa ação desenvolvimentista proposta pelos países centrais é a Teoria da Modernização de Walt Rostow (1971). Em sua obra intitulada “*Etapas do Desenvolvimento Econômico*”, o autor argumenta que seria possível enquadrar todas as sociedades dentro de cinco categorias principais: “sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo de massa” (ROSTOW, 1971, p.16). Segundo o autor, as sociedades progridem e podem ser analisadas a partir de diferentes estágios em que se encontram na linha de evolução. Esta teoria reforça a ideia de que todas as comunidades do mundo podem atingir um fim único e isso corresponderia a uma universalização do desenvolvimento em escala planetária. Cabendo ressaltar que esta teoria propõe que essas etapas do desenvolvimento sejam conduzidas pelo Estado.

Perspectiva esta que coincide com a teoria do *Big Push* de Rosenstein- Rodan (1943), que defende que para aumentar o grau de atratividade dos países subdesenvolvidos, a criação da infraestrutura necessária à consolidação desta etapa do desenvolvimento deveria ser promovida e custeada pelo Estado, reduzindo os investimentos e os riscos para o capital internacional.

A ideia central por trás dessa teoria é que um grande impulso ou pacote de investimentos abrangente pode ser útil para trazer crescimento econômico. O autor defende a tese de que através de alocações financeiras de "pouco a pouco", nenhuma economia pode mover-se no caminho do desenvolvimento econômico, pois uma quantidade vultosa de investimentos é considerada algo necessário para tal conquista. Logo, diante da elevada necessidade de produzir esse grande impulso econômico nos países subdesenvolvidos, os mesmos deveriam recorrer à ajuda externa, sob a forma de empréstimo financeiro para subsidiá-lo. A expectativa gerada em

torno de toda essa trajetória seria um aumento de qualidade de vida e renda da população local (ROSENSTEIN- RODAN, 1943).

Outra solução apontada no Pós-Segunda Guerra Mundial para a superação do subdesenvolvimento refere-se à problemática regional, tema bastante discutido por diversos teóricos, dentre os quais se destaca François Perroux, com a *Teoria dos Polos de Desenvolvimento* (1967), cujas ideias influenciaram fortemente o planejamento econômico regional nos países periféricos, especialmente na América Latina.

A ideia central desta teoria é que o desenvolvimento é um processo que se propaga através de impulsos econômicos desequilibrados entre as unidades produtivas, desta forma não surgindo em todos os lugares ao mesmo tempo. Na realidade, ele se manifesta em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis. O crescimento se transmite através de diversos canais e com efeitos variáveis para o conjunto da economia.

Outro teórico que defende a produção como o elemento responsável pela ruptura do mundo estacionário e pelo início de um processo de desenvolvimento é Joseph Schumpeter. Em sua obra *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (1997) o mesmo defende que é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, dado sua capacidade de influenciar o comportamento dos consumidores, ou seja, estes são ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar. E assim fortalecem-se as ideias de produção, industrialização e consumo, axiomas tão marcantes no pensamento moderno e muito influentes na forma de conceber o desenvolvimento para os países subdesenvolvidos.

Aliado ao aparato institucional e aporte teórico anteriormente expostos, Lacerda (2009) agrega a este grupo outro elemento responsável por reforçar a perspectiva modernizante de desenvolvimento: os pressupostos filosóficos, com destaque para o individualismo e o determinismo econômico. Sendo o individualismo utilizado para justificar o privado como a única possibilidade norteadora da ação humana, dada sua natureza subjetiva e utilitarista (LACERDA, 2009); e o determinismo econômico empregado para defender a tendência natural de como a economia pode progredir, promovendo a modernização de estruturas arcaicas pela via do progresso econômico, social, cultural e político (SANTOS E.L., SANTOS R.S., BRAGA, 2015).

2.1.1 Abordagem estruturalista do desenvolvimento: eliminando as estruturas que bloqueiam o desenvolvimento

Esta segunda abordagem do campo de estudos do desenvolvimento entende a gestão do desenvolvimento como um processo histórico estrutural entre países centrais e países periféricos. Em função disso, argumenta que as raízes do subdesenvolvimento estão na conexão entre dependência externa e exploração interna e não na suposta falta de capital, tecnologia ou valores modernos, como defende a abordagem modernizante.

Esta subunidade se dedicará a apresentar as principais expressões no movimento estruturalista nos estudos sobre a administração do desenvolvimento, com destaque para a Teoria Cepalina e a Teoria da Dependência.

No final dos anos 1940 e início dos anos 1950 surgia uma organização especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países latino-americanos, a **Comissão Econômica para a Americana Latina e Caribe** (CEPAL) que traria novas contribuições na definição do tom do desenvolvimento nos países periféricos. Seu principal objetivo à época era “a fundamentação de uma análise econômica e de uma base institucional que criasse condições para que o desenvolvimento da região se firmasse de forma autônoma” (DUARTE; GRACIOLI, 2007, p. 1).

Elemento central para a compreensão dessa escola de pensamento, o estruturalismo econômico consiste em “analisar e corrigir as estruturas econômicas que impediam ou bloqueavam o desenvolvimento, para depois aderir ao modelo capitalista” (SANTOS, E, 2014, p.284), subsidiando desta forma, a sistematização das principais referências dentro da teoria, em especial a concepção centro-periferia e a condição de subdesenvolvimento enquanto processo histórico autônomo (MISSIO et al 2013).

A abordagem Cepalina legitimou-se enquanto escola de pensamento quando inaugura um movimento endógeno de contestação ao modelo exportador-primário adotado pelos países latino-americanos. Defende a ideia de que o tão desejado desenvolvimento só poderia ser conquistado por esses países se alterado às condições estruturais de suas inserções no sistema de divisão internacional do trabalho (BRESSER-PEREIRA, 2010a).

Os autores dessa corrente, com destaque para Celso Furtado (economista brasileiro) e Raúl Prebisch (economista argentino), defendiam a presença ativa do Estado nas políticas de industrialização e criticavam a lei das vantagens comparativas, responsáveis por produzir condições desiguais de troca no contexto internacional do sistema de produção capitalista entre

países latino-americanos e os países desenvolvidos. Essa corrente teórica tem grande importância no contexto das teorias críticas ao desenvolvimento por ser o primeiro grande esforço de uma teorização autônoma a respeito dos problemas específicos que se apresentam para uma economia periférica (BRESSER-PEREIRA, 2010b).

Muitas são as contribuições críticas da abordagem Cepalina em relação ao pensamento econômico modernizante, dentre elas é possível citar: a defesa da presença do Estado e da elite capitalista nacional na elaboração das políticas de industrialização; a rejeição à teoria das vantagens comparativas responsáveis pela posição desigual assumida pelos países latino-americanos no contexto internacional do sistema de produção capitalista; a crítica à especialização primário-exportadora; e a deterioração dos termos de troca, que implica em transferências de ganhos de produtividade para os países centrais (BRESSER-PEREIRA, 2010b; MISSIO et al 2013).

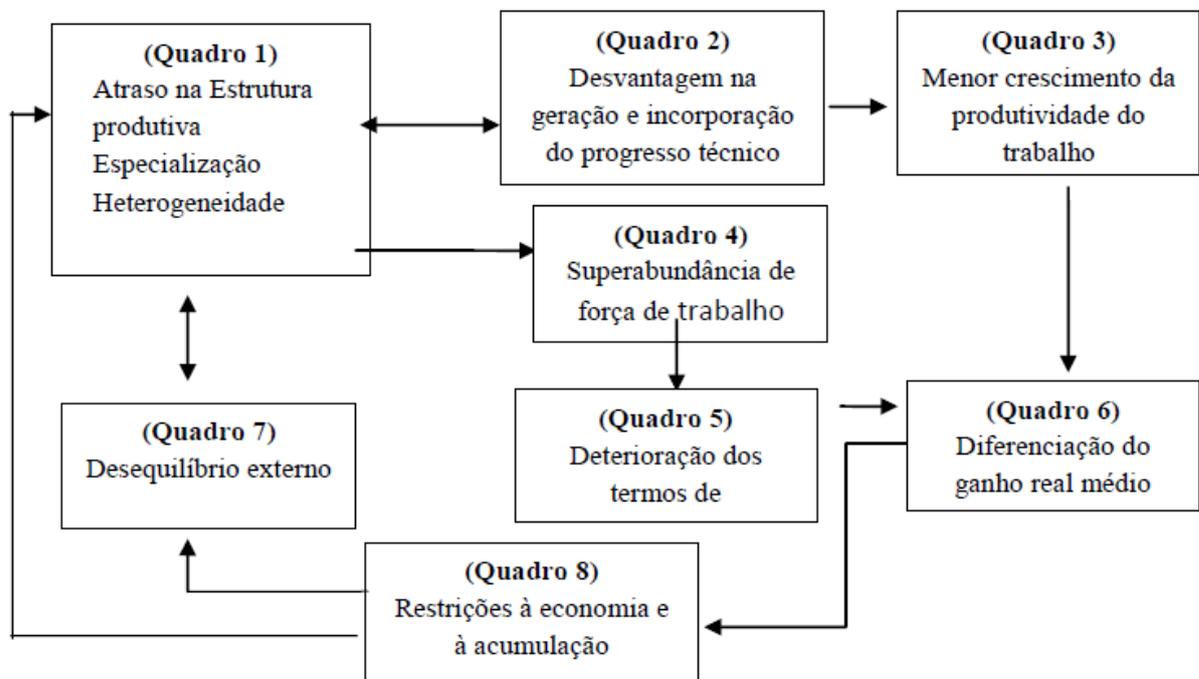
Um elemento importante para compreender a abordagem cepalina de origem estruturalista, segundo Santos E.L., Santos R.S., Braga, V. (2015), é compreender o enfoque dado à relação centro-periferia como partes constituintes de um sistema unificado da dinâmica econômica; e ao desenvolvimento e subdesenvolvimento como processos mutuamente constituídos.

Missio et al (2013, p. 11) afirmam que o sistema de relações internacionais é constituído entre “um centro hegemônico industrial e uma periferia dependente agrária, que, em contraposição à teoria do comércio internacional, baseada nas vantagens comparativas, admite, implícita ou explicitamente, a existência de um processo de desenvolvimento desigual originário”. Segundo a corrente Cepalina, os países periféricos do sistema capitalista, já entram no contexto internacional de trocas com amplo retardo, e ao fazer acabam por se dedicar às atividades primário-exportadoras, priorizando um “desenvolvimento pra fora”. Entretanto, este processo leva a um espiral de efeitos inter-relacionados, pois a especialização conquistada em um setor que emprega baixa tecnologia, pouca utilização de mão-de-obra e baixos salários é incapaz de difundir o progresso técnico para o resto da economia. De acordo com Rodriguez (2009), este fator agrava-se ainda mais quando analisado o caráter heterogêneo da estrutura, onde alguns setores são mais produtivos, principalmente os relacionados ao setor exportador, do que outros. Em síntese, a estrutura produtiva da periferia é especializada e heterogênea, enquanto a dos centros é diversificada (composta por um amplo espectro de atividades econômicas) e homogênea (na medida em que a produtividade do trabalho alcança níveis relativamente similares em todas as atividades).

Os elementos acima expostos acabam por produzir o que Raúl Prebisch denominou de “deterioração dos termos de troca”, ou seja, o valor atribuído internacionalmente aos bens primários exportados pelos países periféricos seria muito mais baixo em comparação aos bens industriais importados dos países centrais. Justificando assim “as assimetrias no processo de desenvolvimento do capitalismo que perpetua e amplia a condição periférica das economias em desenvolvimento mediante processo de troca desigual no mercado internacional” (MISSIO et al 2013, p. 13).

Rodriguez (2009, p. 85) sintetiza o sistema centro-periferia conforme a figura 1:

Figura 1: O Sistema Centro-Periferia



Fonte: Rodriguez (2009, p.85)

Esse processo de trocas desiguais promovidos por estruturas dualistas, onde uma pequena parte organiza-se com base na exploração dos recursos de uma maioria, na maximização do lucro, para atender seus fins exclusivos, Furtado (1968) denomina por Subdesenvolvimento. Segundo o autor, este é constituído por meio de um processo histórico, e não é uma etapa preliminar, obrigatória para se chegar ao fim que seria o desenvolvimento, ideia proposta pelos autores do desenvolvimento econômico. Na perspectiva Cepalina, desenvolvimento e subdesenvolvimento são faces do mesmo processo mundial de acumulação

capitalista, no qual reproduz de maneira permanente ambos os polos do sistema, ressaltando seu caráter dinâmico (FURTADO, 1968).

Esta teoria abandona a análise do desenvolvimento latino-americano a partir das relações econômicas internacionais, para pensá-lo sob a luz de uma nova forma de inserção da região, mais independente dos fluxos internacionais de renda, focada no mercado interno e em um desenvolvimento para dentro. A proposta para atingir tal desenvolvimento seria via industrialização, liderada pelo Estado e realizada através da substituição de importações; promovida através de políticas governamentais direcionadas às indústrias existentes, bem como à formação de novas indústrias (LACERDA, 2009).

No início da década de 1960, a política econômica desenvolvimentista começa a entrar em crise dado a ausência de experiências vindouras, sobretudo nos países latino-americanos. Nem a cartilha ditada pelos organismos internacionais responsáveis em facilitar o acesso ao desenvolvimento (Teoria do Desenvolvimento Econômico), nem a proposta de “desenvolvimento para dentro” (Teoria Cepalina) foram suficientes para promover melhorias no sistema de acumulação do capital, afim de quebrar a condição de atraso dos países periféricos e gerar ganhos em qualidade de vida nestes. Nesse contexto emerge, em meados da década de 1960, uma contundente crítica aos pressupostos do desenvolvimentismo, inspirada em ideais marxistas que defendia a acumulação de riquezas no interior do país e a resistência às pressões internacionais do capital - a Teoria da Dependência (DUARTE; GRACIOLLI, 2007).

Os estudos sobre a dependência dos países periféricos em relação aos países centrais representam um significativo avanço na interpretação das condições que perpetuam o atraso dos países subdesenvolvidos. Dada à proeminência da *Teoria da Dependência* para interpretar o contexto de sujeição dos países latino-americanos e do Brasil, esta subunidade visa conceituar brevemente a categoria dependência, demonstrando as principais vertentes assumidas pelo movimento teórico, fazendo emergir reflexões sobre como esta pode sugerir mudanças no sistema de produção do capital, na reconstrução do conceito de desenvolvimento, e auxiliar na suplantação das condições dependentes.

Sua abordagem corresponde a uma tendência crítica que segundo Duarte e Graciolli (2007, p.1)

(...) se propunha a tentar entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia, enquanto um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras.

O ponto de partida para a compreensão dessa corrente crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico é o conceito de dependência, que Santos, T. (1970, p.231) define como:

By dependence we mean a situation in which the economy of certain countries is conditioned by the development and expansion of another economy to which the former is subjected. The relation of inter-dependence between two or more economies, and between these and world trade, assumes the form of dependence when some countries (the dominant ones) can expand and can be self-sustaining, while other countries (the dependent ones) can do this only as a reflection of that expansion, which can have either a positive or a negative effect on their immediate development.

Corroborando com esta perspectiva, Marini (2000) define dependência como a relação de subordinação existente entre nações capitalistas formalmente independentes, em que são dependentes os Estados cuja acumulação é determinada pelo consumo de outros países, ou seja, que a economia dos países dependentes está condicionada ao desenvolvimento e expansão de outras economias, de forma que os países centrais possuem plena capacidade de se auto sustentar, diferentemente dos países dependentes, que só conseguirão expandir suas economias como um reflexo da expansão dos países centrais (DUARTE; GRACIOLLI, 2007). Na visão de Amaral (2012), o subdesenvolvimento guarda uma conexão estreita com a expansão dos países industrializados.

Diferentemente do desenvolvimentismo modernizante, a teoria da dependência não enxerga o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como etapas de um *continuum* evolutivo, mas sim como realidades que, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas; e defende que os diversos tipos de sociedade do mundo não precisam seguir o mesmo caminho comum ao desenvolvimento, onde a pobreza é vista como a versão primitiva do desenvolvimento (DUARTE; GRACIOLLI, 2007).

Os autores supracitados destacam que estas relações estruturais que fortalecem os laços de dependência entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos estão para além dos limites mercantis, mas também acontecem por meio do investimento direto estrangeiro e da dependência tecnológica. No contexto das economias dependentes latino-americanas, Amaral (2012) afirma que este fenômeno não se manifesta apenas externa, mas também internamente sob o ponto de vista social, ideológico e político, agravando ainda mais as condições de submissão.

A principal expressão teórica no movimento da dependência é a Teoria Marxista da Dependência, que também é conhecida como abordagem da Superexploração (SANTOS, T., 2014). Tal abordagem constitui-se em um desafio radical ao pensamento hegemônico de

desenvolvimento construído na Europa e nos Estados Unidos; e à expansão do capitalismo mundial.

O objeto de estudo da Teoria Marxista da Dependência, de acordo com Duarte e Graciolli (2007, p.6) é:

A compreensão do processo de formação socioeconômico na América Latina a partir de sua integração subordinada à economia capitalista mundial. Dentro desse processo, o que se observa é uma relação desigual de controle hegemônico dos mercados por parte dos países dominantes e uma perda de controle dos dependentes sobre seus recursos, o que leva à transferência de renda – tanto na forma de lucros como na forma de juros e dividendos – dos segundos para os primeiros. Ou seja, essa relação é desigual em sua essência porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras.

De influência marcadamente socialista e crítica ao imperialismo, a Teoria Marxista da Dependência (TMD) se origina na análise particular de como o sistema de produção capitalista se instalou no cenário latino-americano e brasileiro. Segundo Carcanholo (2008), trata-se de um recorte necessário, posto que Marx, em suas obras seminais, não afirma que o capitalismo funcionaria igualmente em todos os lugares do mundo, abrindo espaço para a releitura das especificidades do capitalismo mundial em outras realidades. A TMD foca sua apreciação nas lutas de classes, tendo como preocupação principal mostrar a responsabilidade das elites locais dependentes, inclusive as industriais, pelo subdesenvolvimento; sua unidade de análise é o capital e as relações sociais que se definem a partir das influências mercantis; e acredita na possibilidade de romper com os laços de dependência que subordina os países dependentes aos centrais (AMARAL, 2012).

Os principais expoentes desse movimento são Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo e Alberto Pizarro. Para esta vertente, a relação de dependência é expressa por meio da subordinação entre nações formalmente independentes, onde os países centrais se auto sustentam, enquanto que os países periféricos expandem as suas economias a partir da expansão dos primeiros (DUARTE; GRACIOLLI, 2007). Sendo que este fenômeno da dependência ocorre também no nível das elites locais em relação às elites dos países ricos, estando as primeiras estreitamente comprometidas com seus interesses econômicos e subordinadas às elites dos países desenvolvidos. Os autores desta corrente de pensamento rejeitam a possibilidade de criação de uma burguesia-nacional empenhada com os interesses de um desenvolvimento autóctone para o país (AMARAL, 2012).

Em sua crítica sobre o ciclo do capital na economia dependente, Marini (2012) aborda as duas formas de geração de excedentes para transferência ao exterior, a produção e a financeirização. Por Ciclo do Capital o autor descreve o movimento pelo qual o dinheiro assume

a forma de mercadorias, que inseridas em um sistema de produção dão origem a novas mercadorias com valor adicional produzido pela integração da mais-valia, e que são novamente transformadas em dinheiro (MARINI, 2012), conforme demonstrado na figura a seguir:

Figura 2: O ciclo do capital na economia dependente



Fonte: Elaborada pela autora a partir de Marini (2012)

O início do ciclo do capital na economia dependente é denominado de **Primeira Fase da circulação – C1** corresponde ao capital sob a forma de dinheiro, que é utilizado para adquirir meios de produção e contratar mão de obra. Sua origem nesta fase da dependência tecnológica-industrial, Pós-Segunda Guerra Mundial (década de 1960), é predominantemente o capital estrangeiro sob a forma de investimento direto, com a implantação de indústrias multinacionais no país. Mas também aparece em menor proporção sob a forma de investimento indireto - empréstimos e financiamentos.

Marini (2012) sinaliza como problemas centrais desta primeira fase do ciclo do capital na economia dependente o fato de que o dinheiro advindo do exterior é destinado para adquirir meios de produção, como matéria-prima, equipamentos, máquinas, também do exterior. Desta forma a indústria manufatureira que se instala nos países latino-americanos apresenta dois tipos de dependência, material (máquinas e equipamentos) e tecnológica (conhecimento para operar as máquinas) em relação aos países capitalistas avançados. Cabendo ressaltar que as máquinas e equipamentos advindos do exterior se tratavam de tecnologia obsoleta e equipamentos já depreciados no seu mercado de origem. Todos esses fatores implicavam em remessa de capital

dinheiro ao exterior, na forma de pagamento de royalties, assistência técnica; e no caso dos investimentos indiretos, sob a forma de juros, multas, constituindo-se em fatores de transferência de mais-valia², de descapitalização.

A fase seguinte corresponde à **Produção**, momento em que os elementos materiais, como matéria-prima, máquinas, equipamentos, e instalações, são adicionados à capacidade humana de criação de novos valores de uso. Segundo Marini (2012, p. 28), “estamos, pois, diante de um processo de valorização que deve proporcionar uma mais-valia”. Essa fase de transformação é marcada por vultosa acumulação de capital, produzida através dos lucros extraordinários advindos das vantagens tecnológicas das empresas, do pagamento de salários inferiores ao real valor da força de trabalho, da criação de um exército de reserva com pouca capacidade reivindicatória, da superexploração dos trabalhadores e da subordinação técnica e produtiva em relação aos países desenvolvidos. O capital estrangeiro nesta etapa produz lucros extraordinários, pois fixa seu preço no mercado interno de acordo com seu custo de produção, que é infinitamente inferior aos custos da indústria local, criando um contexto de derrocada do capital nacional (MARINI, 2012).

A última fase, denominada de **segunda fase de circulação - C2** ocorre quando as mercadorias produzidas na fase anterior são levadas ao mercado e novamente transformadas em capital dinheiro. Enquanto circula sob a forma de mercadoria, o capital apresenta três categorias fundamentais: bens de consumo necessários (consumidos ordinariamente pelos trabalhadores, como feijão, sapatos, rádios), bens de consumo suntuários (não estão incluídos no consumo diário dos trabalhadores, como os automóveis) e os bens de capital (matérias-primas, bens intermediários e as máquinas que servem para a produção tanto dos bens de consumo como de bens de capital).

Apesar da produção de bens de capital ser a base para a produção dos bens de consumo, o que se observa nas economias dependentes é uma maior valorização destes, a fim de não se confrontar com os interesses do capital internacional. E ainda, ao investir na indústria de bens de consumo, priorizam-se setores suntuários, como o automobilístico, criando um parque industrial que não corresponde às necessidades das massas consumidoras dado os salários baixíssimos pagos aos trabalhadores. Utilizando as palavras de Marini (2012, p. 33) “a economia dependente revela mais uma vez sua essência interna, que corresponde à agudização até o limite das contradições inerentes ao modo de produção capitalista”.

² A **mais-valia** foi o conceito criado por Karl Marx para descrever o processo de exploração da mão de obra assalariada utilizada na produção de mercadorias. Trata-se de um processo de extorsão por meio da apropriação do trabalho excedente na produção de produtos com valor de troca (MARX, 1974).

Retomado a forma de dinheiro, o lucro produzido no país flui para o exterior através de diferentes mecanismos de mais-valia, e a parte que fica retida é destinado para acumulação e gastos improdutivos, correspondentes à aquisição de bens para o consumo individual dos capitalistas e das classes a eles associados, como a classe média.

2.1.2 Abordagem pós-estruturalista do desenvolvimento: um combate as verdades eternas e universais

Costa e Vergara (2012) de maneira bastante geral definem o pós-estruturalismo como um movimento filosófico que procura romper com o estruturalismo, mas que ainda mantém, com este, alguns pontos em comum. Tal afirmativa deriva da caracterização de Giddens (1999), que sinaliza alguns aspectos considerados coincidentes entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo, tais como: (a) a linguística é de importância fundamental, (b) a ênfase na natureza relacional das totalidades, (c) o caráter arbitrário do signo, (d) a primazia do significante sobre o significado, (e) a descentralização do sujeito, (f) a preocupação especial com a natureza da escrita – com o material textual, (g) o interesse no aspecto temporal como algo constitutivo e integrante da natureza dos objetos e eventos, e (h) o questionamento da noção de sujeito do pensamento humanista renascentista que aponta o sujeito como um ser autônomo, livre e autoconsciente, fonte de todo conhecimento e da ação moral e política.

Assinalados os elementos coincidentes entre as duas abordagens, seguimos para o apontamento de suas diferenças essenciais, que Costa e Vergara (2012) sintetizam em três pontos principais. A primeira diferença diz respeito à tentativa dos pós-estruturalistas em resgatar a história, trazendo-a para o nível de análise. A segunda diferença se refere aos questionamentos iniciados pelos autores pós-estruturalistas acerca do cientificismo das ciências humanas, o que vai de encontro à capacidade transformativa do método científico que o estruturalismo havia retomado do positivismo. E por último, a terceira diferença diz respeito à ênfase que o pós-estruturalismo atribui ao questionamento das grandes narrativas, focalizando as pesquisas e análises nas multiplicidades, localidades e fragmentações.

O pós-estruturalismo pode ser entendido como um movimento que critica o caráter abstrato e a-histórico do estruturalismo, que não resolve o problema do significado e das questões relacionadas à ação; e entende o discurso como algo problemático a ser investigado (COSTA; VERGARA, 2012). Como destaca Harvey (2010, p.49), o pós-estruturalismo ataca

as noções de metalinguagem, metanarrativa ou metateoria, isto é, “as verdades eternas e universais”, e é neste sentido que o mesmo se aproxima das concepções pós-modernas.

Na década de 1980 e 1990 um número crescente de críticos culturais, apoiados na perspectiva pós-estruturalista, começaram a questionar o conceito de desenvolvimento até então utilizado pelas ciências sociais, culminando com o surgimento do pensamento Pós-Estruturalista no campo do desenvolvimento (ESCOBAR, 2015). Para esses cientistas sociais, o desenvolvimento é um instrumento de dominação utilizado pelas sociedades ocidentais do “Primeiro Mundo” para impor seu domínio sobre os países do “Terceiro Mundo” (grifo nosso). As discussões apresentadas por Rist, Souza-Santos, Escobar, Esteva, entre outros, ilustram essa abordagem.

“O pós-estruturalismo já faz parte do manancial teórico das ciências sociais no Brasil desde longa data” (RADOMSKY, 2011, p. 150). No entanto é recente, e possui pouca ressonância os estudos que se dedicam ao exame minucioso e crítico do desenvolvimento sob esta perspectiva (RADOMSKY, 2011). Tal aspecto reforça a relevância teórica do presente estudo, visto que o mesmo se propõe analisar o desenvolvimento sob uma nova perspectiva epistemológica.

Um grande de fluxo de produções sobre o desenvolvimento orientado pelo pós-estruturalismo, pelo debate pós-moderno e pela perspectiva pós-colonial (RADOMSKY, 2011; SANTOS E., 2014) tornaram-se vigorosos em direção a um movimento que tem como propósito se libertar dos incômodos do desenvolvimento, como o aumento da concentração de renda, das desigualdades sociais, dos impactos ambientais, entre outros. Uma das grandes referências desse movimento intelectual é Arturo Escobar que propõe a possibilidade de imaginarmos o que ele chama de uma Era Pós-Desenvolvimento (ESCOBAR, 1996, 2005).

É sob este prisma que se debruçará a unidade teórica a seguir, na qual buscamos falar sobre o Pós-desenvolvimento e que tem por objetivo demonstrar os argumentos principais que confluem para a consolidação de uma nova abordagem epistemológica ao termo.

2.2 PÓS-DESENVOLVIMENTO: CONSTRUINDO UM MUNDO EM QUE CAIBAM OUTROS MUNDOS.

Os anos de 1980, caracterizados como a Década Perdida; e os anos de 1990, marcados pelas ostensivas políticas neoliberais, proferiram um forte golpe à perspectiva hegemônica de desenvolvimento como o caminho capaz de promover justiça social no mundo (ESCOBAR, 2015). O discurso da “operacionalização do progresso apoiada em seu alicerce econômico e orientada por uma lógica instrumental e mercadológica” (KNOPP et al, 2010, p. 47) tem degradado e esgotado os recursos naturais, destruindo relações sociais, sem levar em conta a especificidade cultural e as dinâmicas locais. São indisfarçáveis os efeitos do grande aquecimento da atmosfera ou da destruição da camada de ozônio, da perda de fontes de água doce, da erosão, da biodiversidade agrícola e silvestre, da degradação dos solos ou do rápido desaparecimento de espaços de habitação das comunidades locais, além da degradação social que passam a ser fortes indicadores do fracasso das políticas desenvolvimentistas (ACOSTA, 2012).

Os teóricos do pós-desenvolvimento apontam quatro principais evidências da queda da ideologia do desenvolvimento (LUBIENIECKA, 2013, p.6).

- 1) A suposição de que as sociedades ocidentais são padrão (modelo) a ser seguido foi falseada e isto pode ser evidenciado por meio dos crescentes problemas ambientais ocorridos ao redor do mundo (uso intensivo de recursos naturais limitados, eliminação de resíduos, a poluição da hidrosfera e atmosfera) e o fato relacionado "de se mover em direção a um precipício" (grifos do autor).
- 2) A queda do muro de Berlim em 1989 põe fim a uma realidade geopolítica bipolar constituída no período da Guerra Fria, e leva a cabo o discurso de Truman, baseado na democracia, no liberalismo econômico e na necessidade de uma liderança para o bloco capitalista. A desintegração do sistema em bloco tornou as relações internacionais policêntricas, configurando a ideia de governança de Truman como obsoleta.
- 3) Em quarto e último, a ideia de desenvolvimento era equivocada desde o início; quando propunha um caminho único para que os países conquistassem um nível único de cultura e desenvolvimento econômico. A universalidade do mundo torna-se agora uma realidade, de modo que "o espaço mental em que as pessoas sonham e

seus atos são em grande parte ocupadas hoje pelo imaginário ocidental" (LUBIENIECKA, 2013, p.6).

- 4) O aumento do fosso entre os ricos e os pobres. Segundo Esteva em "1960 os países ricos eram 20 vezes mais ricos que os países pobres. Em 1980, graças ao desenvolvimento, eram 46 vezes mais ricos" (LUBIENIECKA, 2009, p. 3).

De acordo com Andrade (2010) o processo de financeirização (CHESNAIS, 1998) e de acumulação flexível do capital (HARVEY, 2010) que emergiram com o avanço da globalização no final do século XX e início do XXI também não foram capazes de produzir ganhos e promover expansão na ordem social. Pelo contrário, agravaram ainda mais a realidade acima exposta de pauperização e de desigualdade. Conforme Santos (2002), esses tempos de globalização e do acirramento das desigualdades, trouxeram à tona o debate sobre a reconversão global dos processos de socialização, de formação cultural e dos modelos de desenvolvimento.

Diante do cenário exposto, a perspectiva hegemônica de desenvolvimento político-econômico passa a ser fortemente contestada, fazendo emergir dois encaminhamentos para o campo de estudo: O primeiro que se dedica a promover ajustes e adaptações ao termo, a fim de minimizar os impactos negativos gerados pelo enfoque excessivamente mercadológico, e corresponde ao *mainstream* da literatura crítica nacional e internacional; e a segunda perspectiva, que inspirada no ideia do pós-desenvolvimento, advogam a ideia de que não há mais espaços para reparação do desenvolvimento, devendo o modelo ser suprimido como um todo, perspectiva assumida por este estudo.

No primeiro campo de críticas, trata-se de revestir o desenvolvimento de novos adjetivos, novas roupagens, sem, entretanto, romper com as questões basilares que promovem os efeitos indesejados do modelo. Pois, como afirma Acosta (2012, p.199) "o conceito de 'desenvolvimento', como toda crença, nunca foi questionado, mas simplesmente redefinido" (grifo do autor). Este primeiro campo de estudos sobre o desenvolvimento é responsável por atribuir novo fôlego ao conceito, e assim tais iniciativas acabam por revitalizar a importância do desenvolvimento no cenário mundial (ESTEVA, 2009).

Seguindo essa linha de pensamento, será apresentado no quadro 2 algumas das principais adjetivações e enfoques criados sobre o conceito de desenvolvimento, ressaltando que os mesmos se tratam de um redesenho de novos caminhos, sem abandonar sua essência, ou como denomina Esteva (2009) - Adjetivos Cosméticos.

Quadro 2 – Novos enfoques ao desenvolvimento

PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO	AUTORES/ANO	DEFINIÇÃO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Anos 1950 François Perroux e Jacques Boudeville CEMAT (União Europeia)	O desenvolvimento regional é considerado quer como aumento da riqueza de uma região, quer como as atividades que conduzem a esse aumento. O desenvolvimento regional tem forte orientação econômica, embora possa também incluir aspectos sociais e culturais (GLOSSÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, 2011, p. 8).
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Anos 1950 CEPAL	Desenvolvimento social é a mobilização e dinamização de condições de educação, saúde, lazer e serviços sociais em geral, de modo a dotar a população de condições básicas de inserção no processo de desenvolvimento econômico (SOUZA, 2010, p. 75).
DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE	Anos 1960 Louis Lebret	Desde o início da década de 1960 e por muitos anos, o desenvolvimento de comunidade no Brasil teve como referência a concepção de desenvolvimento assumida por Lebret em seu Movimento de Economia e Humanismo. A perspectiva é a da existência de um desenvolvimento global que reúne as seguintes características: - desenvolvimento harmônico e indivisível; - desenvolvimento autopropulsivo ou autossustentável; - desenvolvimento democrático com participação popular; - desenvolvimento humanista e solidário. (SOUZA, 2010, p. 76).
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	UNESCO (1970)	A UNESCO define desenvolvimento integrado como “um processo total, multirrelacional e que inclui todos os aspectos da vida de uma coletividade, de suas relações com o resto do mundo e de sua própria consciência” (FISCHER, 2002, p.19).
DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO	Anos 1970 – CEMAT (União Europeia)	O desenvolvimento endógeno é uma forma específica de desenvolvimento econômico, que depende principalmente da mobilização de recursos internos de cada território. O desenvolvimento endógeno opõe-se ao desenvolvimento exógeno (ou complementa-o). Este último baseia-se em investimentos realizados por empresas externas (ao Estado ou região) (GLOSSÁRIO DE DESENV. TERRITORIAL, 2011, p. 8).
ECODESENVOLVIMENTO	Anos 1970 Ignacy Sachs	Saindo das primeiras discussões internacionais sobre os riscos ambientais da ação do homem sobre a natureza, alcança-se o conceito de ecodesenvolvimento, proposto por Ignacy Sachs. Este autor propõe a ligação do conceito de desenvolvimento à esfera da ética, e não da economia. Sua ideia foi ampliada por pensadores e organismos internacionais reguladores do desenvolvimento nos países ligados à Organização das Nações Unidas (ONU) (CHACON, 2014, p. 48/49).

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Relatório de Brundtland - ONU (1987)	O desenvolvimento sustentável busca um crescimento econômico eficiente e racional, por meio de ações que supririam as necessidades da humanidade no presente, sem tirar das gerações futuras o direito de também terem as suas necessidades supridas (CHACON, 2014, p. 49).
DESENVOLVIMENTO HUMANO	PNUD (1990)	O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser (PNUD, s/d).
DESENVOLVIMENTO LOCAL	Anos 1990 - OIT	O desenvolvimento local é um processo de desenvolvimento participativo que fomenta os acordos de colaboração entre os principais atores público e privados de um território, possibilitando o projeto e a colocação em prática de uma estratégia de desenvolvimento comum à base, de aproveitar os recursos e vantagens competitivas locais no contexto global, com o objetivo final de criar emprego decente e estimular a atividade econômica (OIT, 2002).
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	CEMAT (União Europeia)	O desenvolvimento territorial é entendido como o processo através do qual a geografia dos territórios habitados pelas sociedades humanas é progressivamente transformada (GLOSSÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, 2011, p. 9-10).
DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE	Anos 2000 Amartya Sen	O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2010, p. 30).
DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO	Anos 2000 Paul Singer	Desenvolvimento Solidário (Alternativo) é um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma (SINGER, 2004).
DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO	Anos 2000 Boaventura de Souza Santos	Este novo desenvolvimento deve estar ancorado nos princípios da (1) emancipação social, pautando-se nas necessidades materiais, intelectuais e afetivas das camadas expostas à exclusão social; (2) no fortalecimento de uma nova forma de conhecimento, onde o científico abre espaço para o saber tradicional, o saber comum, as artes, a ética enfim, onde a ciência aceite conviver com outras formas de saber e de aspirações além das suas; e por fim (3) na busca de uma nova via para caminhar rumo ao futuro, nova formas de organizar a produção, por vias distintas às hegemônicas, ainda que essas vias se estabeleçam paralelamente às formas de organização da produção já existente (LOUREIRO, 2009).

FONTE: Elaborado pela autora (2016).

Analisando as conceituações das principais perspectivas de desenvolvimento criadas a partir da década de 1950 até os dias atuais, apresentadas no quadro anteriormente exposto, evidencia-se a predominância de um viés mercadológico e economicista. Do total dos 13 (treze) conceitos apresentados, 6 (seis) – Regional, Social, Endógeno, Sustentável, Local e Solidário – possuem explicitamente o interesse em promover “crescimento econômico” para as populações, aliando este, a ganhos secundários nas áreas do social, ambiental, humano, etc. O conceito de desenvolvimento como liberdade - eufemiza o economicismo utilizando-se do termo “melhorar a vida que levamos”, mas igualmente assume o mesmo viés desenvolvimentista, explorado em maior detalhes a seguir.

Outros aspectos que merecem destaque referem-se à concepção moderna de natureza assumida pelos novos enfoques de desenvolvimento que a interpretam como um “recurso” natural, a disposição do homem, que dotado da suprema racionalidade tem a responsabilidade de bem administrá-la, submetendo-a às regras da razão por meio da ciência e da técnica. Esse antropocentrismo passa a sofrer duras críticas no cenário da pós-modernidade, que tende a relativizar o homem, removendo-o do estágio central e afirmando a sua igualdade ecológica com os demais organismos (FROEHLICH; BRAIDA, 2010). Um segundo destaque é para a tentativa forçosa do desenvolvimento de comunidade em tentar harmonizar conceitos que caminham em direção completamente opostas como desenvolvimento e auto sustentabilidade, desenvolvimento e participação popular, desenvolvimento com humanismo e solidariedade.

Desta forma as conceituações nos mostram que “a questão não é simplesmente aceitar um ou outro caminho em direção ao desenvolvimento” (ACOSTA, 2012, p.199), mas sim assumir uma postura mais crítica e radical em relação ao desenvolvimento, trazendo questionamentos mais profundos sobre sua própria pertinência, como é o caso da perspectiva do pós-desenvolvimento, que de acordo com Escobar (2007), surge por não haver mais espaços para reparação do desenvolvimento, devendo o modelo ser suprimido como um todo. Trata-se de pensar em formas alternativas de organização da vida social (SANTOS, E., 2014).

Para exemplificar o aspecto cosmético e superficial das adjectivações ao termo desenvolvimento cita-se a concepção de Desenvolvimento como Liberdade de Sen (2010), que é fortemente criticado por Maranhão (2012), dentre vários fatores, (1) por não oferecer qualquer análise crítica aos efeitos nefastos da atual dinâmica de financeirização e mundialização do capital, (2) por renovar as promessas liberais, (3) por focar nas capacidades individuais e no desenvolvimento de habilidades para se inserir no mercado; e (4) insistir na “deificação do mercado enquanto regulador supremo da vida social”(MARANHÃO, 2012, p.

90). O autor denomina o desenvolvimento como liberdade, como “o novo canto da sereia do pensamento liberal” (MARANHÃO, 2012, p. 101).

Igualmente criticado por sua perspectiva ilusória, é o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Vizeu; Meneghetti e Seifert (2012) afirmam que a visão aparente do conceito, aliado à sua essência ideológica, cria uma falsa noção de conciliação entre o capitalismo e a questão ecológica. Os autores defendem que o conceito está imerso em uma profunda contradição dado a impossibilidade de conciliar a lógica interna do capitalismo e os objetivos do sistema à uma suposta prática ecologicamente correta. Sua crítica fica evidente ao afirmarem que:

Desenvolvimento sustentável é também ideologia, pois mascara e distorce o real ao fazer das suas ideias a versão dominante, mas não verdadeira de algo, e seu compartilhamento como necessidade central nos discursos empresariais demonstra como a ideologia se impôs ante a reflexão permanente e contínua da realidade, motivando justamente o aparecimento da sustentabilidade. O termo surgiu e ganhou força como forma de promover uma ideologia materializada em ações modestas para dissuadir a opinião pública, evitando que a realidade se apresente como ela realmente é. A sustentabilidade é um termo contraditório por se apresentar como uma verdade salvadora, como um mito salvador ante o apocalipse eminente (VIZEU; MENEGHETTI E SEIFERT, 2012, p.581)

Diante das limitações conceituais expostas, Escobar (1995) defende que a crítica ao desenvolvimento deve ir além de uma mera elaboração reflexiva que permita a reconfiguração de seus resíduos positivos e uma eufemização de seus efeitos danosos. Segundo ele, essa ação deve ser muito mais do que a criação de uma nova versão de desenvolvimento, ou uma espécie de refinamento progressivo. Vivencia-se um contexto de tamanha instabilidade no qual o paradigma hegemônico já não consegue prover soluções dentro de seu próprio campo de atuação, fazendo pressão para que o mesmo se reinvente, rompendo com as estruturas vigentes e dando origem a um amplo e heterogêneo movimento de crítica ao desenvolvimento.

Rits (2008) sinaliza o aumento da concentração da riqueza, a disseminação da pobreza, a destruição dos recursos naturais, o constante crescimento da violência e da desigualdade social com seus efeitos perversos, como evidências do caráter falacioso do discurso ocidentalista das teorias, programas e políticas de desenvolvimento, que acabaram por culminar nos eventos seguintes:

- A conferência de Bandung em 1955, para promover a força política global dos países do Terceiro Mundo;
- As políticas de ajuda internacional para a modernização dos países subdesenvolvidos;
- A crítica marxista e cepalina da década de 1960, sobre o modelo de desenvolvimento da economia política;

- As visões de multidimensionalidade do desenvolvimento como o IDH, formulado no âmbito do PNUD;
- O modelo de autoconfiança defendido pelos líderes dos países do Sul Global;
- O modelo de desenvolvimento sustentável;
- As metas do milênio concebidas pela ONU.
- O foco do desenvolvimento na redução da pobreza.

No contexto das discussões pós-desenvolvimentistas se multiplicam os esforços por uma reconstrução e inclusive pela superação da base conceitual, das práticas, das instituições e dos discursos do desenvolvimento (ACOSTA, 2012). Para Escobar (2015), a influência pós-estruturalista na crítica ao desenvolvimento deve promover uma completa implosão da narrativa subjacente ao conceito de desenvolvimento, questionando os elementos basilares do mesmo, e trazendo como demanda central interrogar os modos em que Ásia, África e América Latina chegaram a ser definidas como “subdesenvolvidas” e, por conseguinte, necessitadas de desenvolvimento. A inquietação trazida pelos pós-estruturalistas vai muito além de “como melhorar o processo de desenvolvimento? ”, e dedica-se a buscar respostas para perguntas como: “Por meio de quais processos históricos e quais as consequências da Ásia, África e América Latina terem sido ‘idealizadas’ como ‘Terceiro Mundo’ através dos discursos e das práticas do desenvolvimento? ” (ESCOBAR, 2005, p.18, grifos do autor).

Escobar (2005) afirma que não é simples responder a esta pergunta, dado o elevado número de elementos que a compõe, mas tenta sintetizar em alguns aspectos centrais:

- 1) Como discurso histórico, o desenvolvimento surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial, embora suas raízes se encontrem em processos históricos mais profundos da modernidade e do capitalismo.
- 2) O discurso do desenvolvimento fez-se possível pela criação de um vasto aparato institucional através do qual o discurso foi implantado; pelo qual se tornou uma força social real e de efetiva transformação da realidade econômica, vida social, cultural e política das sociedades em questão.
- 3) Pode-se dizer que o discurso do desenvolvimento tem operado através de dois mecanismos principais: i) a profissionalização dos problemas de desenvolvimento, no qual está incluso o surgimento de conhecimentos especializados, assim como campos para lidar com todos os aspectos de "subdesenvolvimento"; ii) a institucionalização do desenvolvimento. Estes processos facilitaram a vinculação sistemática de conhecimento

e prática através de projetos e intervenções particulares. Nessa perspectiva, as estratégias como "desenvolvimento rural", por exemplo, poderiam ser vistas como um mecanismo sistemático para vincular conhecimentos especializados sobre agricultura, alimentação, etc. com intervenções particulares (extensão agrícola, crédito, infraestrutura, etc.) de forma que, mesmo quando eles parecem ser "o caminho natural de fazer as coisas" – resultarão em uma profunda transformação do campo e das sociedades camponesas de muitas partes do Terceiro Mundo, de acordo aos alinhamentos dos conceitos capitalistas sobre a terra, a agricultura, a pecuária, etc.

- 4) Por fim, a análise pós-estruturalista destaca formas de exclusão que envolveram o projeto de desenvolvimento, abrangendo a exclusão do conhecimento, das vozes e das preocupações daqueles que, paradoxalmente, deveriam se beneficiar do desenvolvimento: os pobres na Ásia, África e América Latina.

Para Escobar (2007) desenvolvimento é um regime de representação criado pelos países do Norte que modelou inelutavelmente toda possível concepção da realidade e a ação social dos países que a partir de então passaram a ser conhecidos como ‘subdesenvolvidos’.

Seguindo o fio lógico da apresentação das críticas pós-estruturalista ao campo do desenvolvimento, citemos a definição proferida por Escobar (2009, p. 2) que afirma:

‘Desenvolvimento’ significa sacrificar entornos, solidariedades, interpretações e costumes tradicionais, sempre valorizando a assessoria de peritos. ‘Desenvolvimento’ promete enriquecimento. Para a grande maioria, significa na verdade a modernização da pobreza: a crescente dependência de um guia e da administração de outros. Reconhecer-se como subdesenvolvido implica aceitar uma condição humilhante e indigna. Não se pode confiar no próprio nariz; tem que confiar nos peritos, que o levarão a um desenvolvimento.

O aumento da deterioração das condições ecológicas, sociais e culturais do planeta já mencionadas; aliadas à incapacidade das instituições políticas e das instituições do campo do conhecimento em imaginar maneiras para sair destas condições críticas produzidas pelo *modus operandi* do desenvolvimento, faz emergir um novo campo de estudos denominado Discursos de Transição (DT), que “propõem uma saída dos limites institucionais e epistêmicos vigentes a fim de vislumbrar mundos e práticas capazes de gerar as transformações significativas que são consideradas necessárias” (ESCOBAR, 2015, p.219). Para o referido autor os discursos de transição correspondem a:

[...]transformações profundas na cultura, no econômico e no político nas instituições e nas práticas dominantes. Ao manifestar os efeitos danosos das instituições e das práticas do indivíduo e do mercado, dirigiremos nossa atenção a uma necessidade de reconstruir a identidade e a economia, frequentemente em torno das comunidades onde os regulamentos do indivíduo e do mercado ainda não se apoderaram

completamente da vida social e natural. Advogam por uma economia diversa com uma forte base comunitária, ainda que não esteja ligado a um local. (Gibson-Graham, Cameron e Healy, 2013). Ao enfatizar a continuidade entre a natureza e a cultura, os DTs projetam ao primeiro plano um dos imperativos cruciais de nosso tempo: a necessidade de reconectar-se os uns com os outros e com o mundo não-humano. (ESTEVA, 2015, p.224)

O conceito acima exposto revela o grande desafio que está por vir aos discursos de transição, não apenas em virtude da grandiosidade da mudança a ser articulada, mas também pela robustez produzida por mais de meio século de políticas, programas, debates acadêmicos e teóricos acalorados sobre desenvolvimento, que atribuem ao termo uma profunda resiliência apesar das inúmeras tentativas de desconstrução. (RADOMSKY, 2011)

Os argumentos sobre a necessidade de uma transição que marque uma era é um sinal dos nossos tempos. Os DTs estão emergindo de uma ampla variedade de locais, especialmente nos movimentos sociais, ONGs, nos paradigmas científicos e em novas teorias acadêmicas e intelectuais com ligações significativas com lutas ambientais e culturais (ESCOBAR, 2015). Apesar da raiz comum – mudança radical antidesenvolvimento rumo a um mundo totalmente diferente - este campo de conhecimento não é homogêneo, e apresenta formas de expressão bem distintas (ESCOBAR, 2015).

Ao Norte manifestam-se ações em direção a um pós-crescimento pós-materialista, pós-econômico e pós-capitalista com ênfase nas Teorias do Decrescimento, que tem por propósito combater a hegemonia dos conceitos de crescimento, produtividade e competitividade, sugerindo aos países desenvolvidos uma desaceleração e redução do crescimento (ESCOBAR, 2015). Decrescimento não é um conceito e também não é um oposto simétrico do crescimento, não é o crescimento negativo, é um *slogan* político provocador que visa enfatizar a importância de abandonar o objetivo do crescimento pelo crescimento, desprovido de sentido, cujas consequências são desastrosas para o meio ambiente (LATOUCHE, 2009).

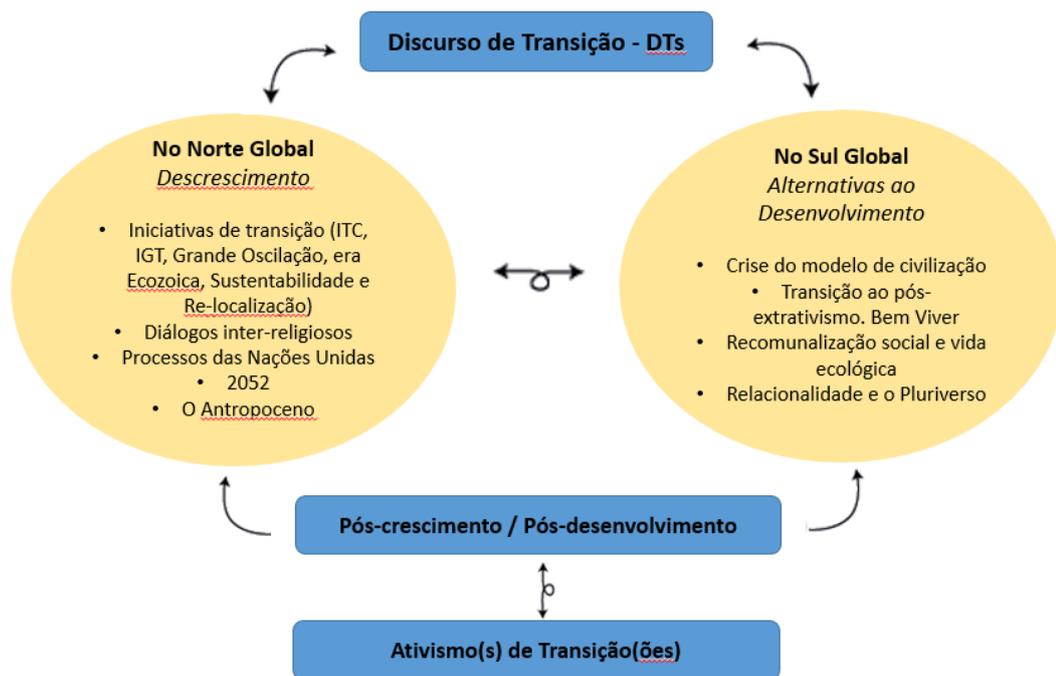
Ao Sul a transição se expressa em termos de um pós-desenvolvimento não liberal, pós/não capitalista e pós-extrativista (ESCOBAR, 2011), dando origem a uma “era pós-desenvolvimento”, onde o desenvolvimento deixaria de ser o princípio organizador central da vida social (ESCOBAR, 1996, 2005), e novos valores tomariam posição de destaque, como: a reciprocidade, a solidariedade, a redistribuição, a subsistência, a autonomia, o limite natural, entre outros, desconstruindo o conceito de desenvolvimento que foi formulado, historicamente, dentro dos cânones da economia política do desenvolvimento (SANTOS, E., 2014). Uma das questões centrais trazidas pelo pós-desenvolvimento é a reflexão sobre se, de fato, o projeto do

desenvolvimento é desejado por todos e se todos querem ser o que os países do Primeiro Mundo são?

Os dois discursos de transição constituem-se em posições radicais, contrárias à aceção da modernidade (capitalismo liberal ou socialista) como o único horizonte válido de pensamento e ação (GUDYNAS, 2013); além de serem considerados como políticas imaginárias orientadas para a transformação radical da sociedade, convocando amplas críticas filosóficas, ecológicas, culturais e econômicas ao capitalismo e ao mercado, bem como os conceitos acompanhantes de crescimento e desenvolvimento (ESCOBAR, 2015).

A figura a seguir ilustra a forma como estão dispostas as variadas manifestações desses discursos de transição no Norte e no Sul global.

Figura 3 – Discursos de Transição



Fonte: Adaptado de Escobar (2015, p. 221)

The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power, editado por Wolfgang Sachs em 1992 é uma obra clássica nos estudos sobre desenvolvimento e simboliza a maturidade conquistada pelos variados movimentos que se dedicavam às críticas ao desenvolvimento, constituindo em um marco para a perspectiva pós-desenvolvimentista. Esteve (2009) a interpreta como um esforço para dismantelar a frágil, mas poderosa constelação semântica do desenvolvimento, mostrando o caráter tóxico de seus pilares linguísticos: ajuda,

ciência, desenvolvimento, estado, igualdade, meio ambiente, mercado, necessidades, nível de vida, participação, planejamento, população, pobreza, produção, progresso, recursos, socialismo, tecnologia e um mundo. Para Escobar (2015) o dicionário do desenvolvimento representa o alcance da maioria às críticas ao desenvolvimento.

A referida obra enseja uma ‘perturbação a ordem’ quando traz em seus parágrafos iniciais da introdução a afirmativa de Sachs: “Os últimos quarenta anos podem ser chamados de Era do Desenvolvimento. Esta época está chegando ao fim. Está na hora de escrever seu obituário” (SACHS, 2010, p. XV). Nela o autor declara o completo esgotamento do modelo de desenvolvimento vigente nas últimas décadas, e induz a uma reflexão: se o desenvolvimento está morto, o que vem depois?

Considerando o desenvolvimento como fruto do discurso ocidental, que funciona como mecanismo poderoso para a produção cultural, social e econômica do terceiro mundo (Escobar 2011; Rist 1997), o pós-desenvolvimento, de acordo com Escobar (2015), foi concebido para designar três assuntos inter-relacionados:

Em primeiro lugar, a necessidade de descentralizar o crescimento. Isto significa (a) deslocar sua centralidade nas representações das condições da Ásia, África e América Latina; desta forma, o pós-desenvolvimento está relacionado com a diminuição e com o pós-capitalismo; e (b) questionar a capacidade para ocupar plena e naturalmente a economia. A corolário deste primeiro objetivo era abrir o espaço discursivo a outras maneiras para descrever estas condições, menos mediada pelas premissas do "desenvolvimento".

Em segundo lugar, os teóricos do pós-desenvolvimento sugerem que é certamente possível pensar no fim do desenvolvimento. Identificaram alternativas *ao* desenvolvimento, em preferência as alternativas *de* desenvolvimento, como uma possibilidade concreta.

Em terceiro lugar, enfatizou a importância de transformar as prioridades do desenvolvimento - conhecimentos especializados e poder. A este fim, propuseram que as ideias mais úteis sobre alternativas podem ser extraídas das práticas de grupos e movimentos de base.

De maneira sintética, Esteve (2009, p.4) define pós-desenvolvimento como,

(...) a atitude hospitaleira diante a pluralidade real no mundo. Isso significa, como dizem os zapatistas, pôr-se a construir um mundo no qual caibam muitos mundos. Em vez do velho sonho perverso de um sistema unificado e integrado sob dominação ocidental, que os Estados Unidos tomaram em suas mãos no final do mundo a Segunda Guerra Mundial, trata-se de abrir a receptividade ao pluriverso, onde as diferenças culturais não são apenas reconhecidas e aceitas, mas celebradas.

A concepção de “pluriverso” acima destacada pelo autor, corresponde um novo modo de ver a realidade, se opondo à suposição predominante de um mundo único, de que há uma

realidade única a qual correspondem múltiplas culturas ou representações subjetivas; e assumir que existe “um mundo em que cabem muitos mundos”, como expressou sabiamente o movimento zapatista, inspirados nos princípios da pluralidade, diversidade, multiculturalismo, harmonia e respeito (ESCOBAR, 2015).

A concepção de pluralidade na perspectiva pós-desenvolvimentista estende-se também para a sua composição, dado que é formada por uma grande variedade de correntes teóricas que atribuem um caráter bastante heterogêneo. São poucos os elementos compartilhados pelas variadas vertentes teóricas que compõe o campo de estudo do pós-desenvolvimento (RADOMSKY, 2011; SANTOS E., 2014; ESTEVA, 2009). Como pontos coincidentes é possível destacar a ideia de falência do desenvolvimento, a crença na possibilidade de promover mudança efetiva somente pela via da ‘ruptura’ e as ambições de descolonização, que apontam para o desmantelamento ou desativação dos aparatos de poder, e dos mitos e imaginários que se encontram na base do modelo de desenvolvimento vigente” (SVAMPA, 2012, p.51)

O pós-desenvolvimento tem experimentado um efeito prático crescente na América Latina nesta última década, prioritariamente em círculos minoritários (ESCOBAR, 2015; ACOSTA, 2012). As principais experiências epistêmicas na região incluem o Bem Viver, os Direitos da Natureza, as Crises Civilizacionais, dentre outras vivências alternativas *ao* desenvolvimento. Estas são caracterizadas pelo predomínio de práticas não acadêmicas, por operarem através dos movimentos sociais, utilizando-se basicamente de duas modalidades: a metodologia das oficinas, organizadas em sua grande parte por representantes de movimentos políticos ou sociais, com participação de ativistas e líderes comunitários locais; e as publicações não arbitradas (e frequentemente ativistas), a informação difundida na rede, comunicados, declarações, folhetos e outros meios (ESCOBAR, 2015, p.230).

Considerando esse pressuposto do campo teórico que sugere que as ideias mais úteis sobre alternativas *ao* desenvolvimento podem ser extraídas das práticas de grupos e movimentos de base, as unidades que seguem dedicar-se-ão a explorar as formas alternativas de reprodução da vida social como o Bem-Viver, a Gestão dos Bens Comuns e Práticas Sociais Comunitárias vivenciadas em pequenos territórios.

2.2.1 Bem viver: um mundo em que cabem outros mundos

Fundamentada em uma visão holística e deseconomizada da vida social, “o Bem Viver representa uma alternativa *ao* desenvolvimento; constituindo-se em uma das repostas mais substanciais ao pós-desenvolvimento” (GUDYNAS; ACOSTA, 2011, p.78).

Trata-se de um novo horizonte de sentido que tem permeado uma série de reflexões acerca de como entendemos o mundo e como nos relacionamos com ele, ou ainda, como fazer a transição a outros modos de vida que permitam escapar das armadilhas da modernidade e do desenvolvimento hegemônico, intrínsecas ao capitalismo (IBÁÑEZ, 2016).

O Bem Viver (BV) tem suas origens nas lutas indígenas da região andina, e aos poucos foi se articulando com as agendas de mudanças sociais dos camponeses, dos afrodescendentes, ambientalistas, estudantes, mulheres e jovens. É apresentado por Acosta (2010, p. 7) como “a oportunidade para a construção coletiva de uma nova maneira de viver”. Apareceu como horizonte político contemporâneo, com uma capacidade mobilizadora profunda, acompanhada de movimentos indígenas muito fortes na Bolívia, no Equador, no Peru e na Colômbia, que colocaram em xeque muitas das formas da ação política estatal (IBÁÑEZ, 2016).

Ecoando ontologias indígenas, o Bem Viver introduz na sociedade uma filosofia de vida diferente, tornando possível a subordinação dos objetivos econômicos aos critérios ecológicos, à dignidade humana e à justiça social (ESTEVA, 2015).

Dessa forma, essa perspectiva não muda apenas a estrutura do modelo econômico, mas principalmente a visão de mundo, que se volta para a identidade natural dos povos indígenas, expressa por valores de harmonia e equilíbrio na comunidade. A solução para a crise deve ser enfocada na “reconstituição da identidade cultural com a dimensão espiritual” (MAMANI, 2010 p. 68).

Ibáñez (2016) destaca algumas categorias centrais para compreender os debates em torno do Bem Viver, como os valores ancestrais, o colonialismo, a pluralidade, o patriarcalismo, as relações do bem viver, e a gestão do bem comum. Considerando o alinhamento ao objetivo da pesquisa, exploraremos a seguir as Relações do Bem Viver e a Gestão dos Bens Comuns.

2.2.1.1 Relações no contexto do Bem Viver

De acordo com Ibáñez (2016, p.10), o Bem Viver coloca no centro do debate quatro estruturas de relacionamento, quatro campos de relações.

O primeiro campo é a relação **seres humanos-seres humanos**. O Bem Viver propõe uma profunda reestruturação sobre as formas de relacionamento a fim de restituir o equilíbrio nas relações entre seres humanos. Alguns dos princípios básicos compartilhados pelo BV são a valorização da comunidade, a harmonia, a cooperação e o respeito mútuo. Partindo deste ponto de vista o movimento se aproxima do debate marxista no que tange as críticas sobre a relação capital-trabalho, estruturas de dominação e exploração, pois segundo o BV, o ser humano não pode viver bem se submetido a uma situação de exploração (IBÁÑEZ, 2016).

O segundo campo é a relação entre os **seres humanos e a natureza**. Neste sentido referindo-se à “Mãe Terra”, a terra que reproduz a vida; mas também de tudo que é externo ao nosso corpo — apesar de que o nosso corpo também é natureza. Desta forma o BV critica profundamente o modo ocidental de vida e o pensamento colonial que subjuga a natureza aos modos de industrialização, promovendo uma estrutura de desenvolvimento de dominação sobre a natureza (IBÁÑEZ, 2016). Esse modelo é potencialmente danoso ao meio ambiente e precisa urgentemente ser revisto, pois no dizer de Boff (1995), a Terra pode sobreviver sem nós, mas nós não podemos viver sem ela.

O Bem Viver restitui a relação **homem-natureza também nas coisas**, que se apresenta como o terceiro campo a ser trabalhado. Neste aspecto há uma completa abolição da perspectiva consumista e da cultura do descarté. Para as comunidades que compartilham das experiências do Bem Viver os objetos também fazem parte de uma estrutura vital, onde tudo é vida, e desta forma passam a estabelecer vínculos relacionais e afetivos com os mesmos. Um exemplo comum, é quando se compra um carro na Bolívia, há um ritual de boas-vindas ao automóvel, e a primeira coisa a fazer é colocar um nome nele, e em seguida adorná-lo. Isso estabelece um vínculo relacional com as coisas de uma maneira diferente (IBÁÑEZ, 2016).

Esta conexão emocional por sua vez, promove um grande senso de utilidade para os objetos fazendo com que praticamente inexista a noção de lixo para os povos indígenas. Como você joga no lixo algo que tem vida, algo que estrutura vínculos relacionais, faz afetividades? Isso recompõe nossa relação com a natureza e a necessidade de um equilíbrio que permite regenerar a natureza e a vida para nós mesmos.

O último elemento, quarto campo, do horizonte do Bem Viver, é a relação entre **os seres humanos e a dimensão espiritual**, ritual. A dimensão espiritual fortalece e articula o grupo,

dá coesão a ele, fazendo com que as pessoas se sintam parte do mesmo processo histórico quando cantam juntas, dançam juntas, cultuam seus ancestrais, enfim, sempre que entoam os ritos compartilhados pela comunidade. Esta dimensão implode o objetivismo, utilitarismo, materialismo das relações entre os seres humanos, a natureza, as coisas e as entidades (IBÁÑEZ, 2016).

2.2.2 A gestão dos bens comuns

Outro elemento apontado por Ibáñez (2016, p.11) como central nos debates relativos ao Bem Viver refere-se à “necessidade de mudança na noção de bens comuns e sobre o público”.

A história evolutiva do homem tem íntima relação com os princípios do trabalho coletivo. Durante a maior parte de sua existência na terra o homem organizou-se em pequenos grupos, e estes foram ganhando relevância à medida que aumentavam suas chances de sobrevivência face às ameaças externas. A cooperação deixou de ser a forma predominante de organização humana há 10.000 anos com a consolidação da agricultura, que passou a fixar as pessoas em uma área, gerar uma produção excedente a sua subsistência, que se converteria em acúmulo individualizado de ganhos (GOWDY, 2014).

O *mainstream* da teoria econômica que defende a ideia de que as únicas opções para administrar recursos de propriedade comum seriam a (1) estatização, por meio de um rígido controle de cima para baixo; ou a (2) privatização, atribuindo direitos de propriedade privada aos indivíduos. Ostrom (2011) utiliza algumas fontes teóricas mais relevantes para demonstrar esse pensamento hegemônico da economia sobre a gestão dos recursos de uso comum:

- a) **Tragédia dos comuns de Garrett Hardin (1968)** que demonstra como, frente a uma “pastagem aberta a todos”, cada pastor segue racionalmente uma lógica do benefício individual de externalização dos custos e internalização dos benefícios que, agregada coletivamente, conduz tragicamente ao esgotamento do recurso comum. Se o benefício é individual e o custo é compartilhado, o lógico é que cada agricultor faça o uso total do bem comunal que lhe seja rentável. Como todos atuarão do mesmo modo, o resultado será uma exploração intensa e o rápido esgotamento dos recursos. De acordo com Ostrom (2011) alguns artigos recomendam que o Estado controle a maioria dos recursos naturais para evitar sua destruição; outros sugerem que a privatização resolveria o problema.

- b) **A Teoria da Ação Coletiva de Mancur Olson (1965)** descreve um grupo que busca um objetivo comum. O razoável é pensar que, dado que os humanos são seres racionais, se guiarão por um modo eficaz para alcançar esse objetivo comum. Porém Olson diz que não, porque o fato de que o objetivo seja comum leva a que não se possa excluir ninguém dos benefícios, independente do esforço e dos custos em que incorram cada um, o que por sua vez conduz à paralisação generalizada.
- c) **A Teoria dos Jogos e o dilema do prisioneiro** reforçam as premissas de racionalidade individual dos comportamentos não cooperativos: frente à escolha entre trair e cooperar, em ausência de comunicação, o prisioneiro racional só pode trair, mesmo que a melhor escolha coletiva seria a de cooperar.

O foco exclusivo da teoria econômica em prol do “comportamento autocentrado” relegou a segundo plano as atuações de perspectivas cooperativa. Contudo, ao contrário do cenário dicotômico prospectado inicialmente, Estado ou Mercado, existe uma terceira via para evitar a tragédia: a Gestão Comunitária. Além disso, tal terceira via não é única: ela possui grande diversidade institucional interna, podendo e precisando se articular de forma flexível e adaptada à diversidade das reais situações locais, culturais e históricas.

Estudos recentes sinalizam uma nova abordagem na gestão dos bens comuns, apontando para uma governança comunitária pautada em um comportamento cooperativo (TENÓRIO, 2008; OSTROM, 2011; BRANDÃO, 2009; DALLABRIDA, 2011; HAESBAERT, 2005).

Pequenas comunidades que cooperam entre si para sobreviver, criam uma estrutura própria de governança, capazes de prosperar criando alternativas para resolverem seus conflitos de interesse quanto ao uso dos bens comuns, respeitando o semelhante, com sustentabilidade ambiental e sem depender de governos (OSTROM, 2011). O conhecimento popular local, combinado com a razão, leva a elaboração de normas que serão testadas pela experiência e vão sendo melhoradas, em um processo de tentativa e erro, até se converterem em um acervo, em um conjunto de instituições, que guardam uma inteligência sutil na resolução de conflitos e levam a comunidade a explorar eficazmente o recurso em questão (OSTROM, 2011).

O trabalho da economista política Elinor Ostrom, ganhadora de um Prêmio Nobel na década de 1990, introduziu a ideia de que sistemas criados por comunidades locais podem levar à governança sustentável dos recursos naturais. Para Ostrom (2011, p. 169-185), sistemas bons e sustentáveis devem possuir os seguintes aspectos:

1. Limites claramente definidos: Os indivíduos ou famílias com direitos de extrair unidades de recurso do sistema de Uso dos Recursos Comuns (RUC) devem estar definidos com clareza, igualmente aos limites do próprio sistema;
2. Coerência entre as regras de apropriação e provisão e as condições locais: as regras de apropriação que restringem o tempo, o lugar, a tecnologia, e a quantidade de unidades de recursos se relacionam com as condições locais e com as regras de provisão que requerem trabalho, materiais e/ou dinheiro;
3. Arranjos, escolha coletiva: A maioria dos indivíduos afetados pelas regras operacionais pode participar de suas modificações;
4. Monitoramento: Quem monitora as condições ativamente dos RUC e o comportamento dos apropriadores, são os responsáveis perante os apropriadores ou os próprios apropriadores;
5. Sanções graduadas: Os apropriadores que violam as regras operativas recebem sanções graduadas (dependendo da gravidade e do contexto da infração) por parte dos outros apropriadores, funcionários correspondentes ou ambos;
6. Mecanismos de resolução de conflitos: Os apropriadores e suas autoridades tem um acesso rápido às instâncias locais para resolver, a baixo custo, conflitos entre os apropriados ou entre estes e os funcionários;
7. Reconhecimento mínimo dos direitos de organização: Os direitos dos apropriadores para elaborar suas próprias instituições não são questionados por autoridades governamentais externas; e
8. Diferentes entidades envolvidas: As atividades de apropriação, provisão, monitoramento, aplicação das normas, resolução de conflitos e governança estão organizadas em múltiplos níveis de entidades envolvidas.

Os resultados das inúmeras pesquisas empíricas realizadas por Ostrom (2011) demonstram o grande potencial de eficiência econômica e ambiental de sistemas fundados em regras definidas autonomamente por grupos, ou usuários de recursos comuns, associados a mecanismos de controle e sanção. Essa gestão comunitária dos recursos de uso comum, não é fixa ou propõe um modelo único, ela possui grande diversidade institucional interna, podendo e precisando se articular de forma flexível e adaptada à diversidade das reais situações locais, culturais e históricas.

Ao se considerar e analisar inúmeros modelos comunitários de gestão de recursos coletivos, desenvolvidos e implementados de baixo para cima, fundados sobre novas e antigas

formas de empoderamento das comunidades de usuários, é possível verificar, entre os benefícios dos comuns, não apenas os ecológicos, ligados à indivisibilidade dos recursos ambientais e à manutenção da integridade dos ecossistemas, mas também diversas vantagens socioeconômicas da gestão comunitária (OSTROM, 2011).

Portanto, como afirma Ibáñez (2016), é necessário ampliar a visão ao discutir o público, posto que este não se refere exclusivamente a figura do Estado, concepção predominante no contexto vigente. Na construção das modernidades, o público foi trasladado para o campo de gestão do Estado. As pessoas, o comunitário, cederam o público ao Estado na construção da modernidade. A proposta do Bem Viver é que eliminemos a ideia do Estado como detentor do público e, portanto, único responsável pela gestão dos bens comuns.

“O debate do Bem Viver é a potencialização da comunidade como gestora dos bens comuns”, como afirma Ibáñez (2016, p.11).

2.2.3 Práticas sociais como ações territorializadas das comunidades

Considerando a potencialização das comunidades como gestora dos bens comuns (IBÁÑEZ, 2016), e a relevância das práticas dos grupos e movimentos de base como fomentadoras de alternativas ao desenvolvimento (ESCOBAR, 2015; ESTEVA, 2009, RADOMSKY, 2011), as práticas sociais empreendidas pela ação comunitária em pequenos territórios passam a assumir posição de destaque no campo de estudos do pós-desenvolvimento por representar uma oportunidade concreta de florescer reflexões e práticas capazes de inspirar novos horizontes de sentido sobre o mundo, e pela possibilidade de sinalizar a transição a outros modos de vida que permitam escapar das armadilhas da modernidade e do desenvolvimento hegemônico, intrínsecas ao capitalismo (IBÁÑEZ, 2016). Intentando uma melhor compreensão deste fenômeno a presente subunidade se dedicará a explicar os construtos: práticas sociais, território e comunidade no contexto de suas interações.

O conceito de práticas sociais é bastante abrangente, e está relacionado a tudo aquilo que os seres sociais praticam, agem, fazem em suas vivências, compreendendo um vasto conjunto de ações que vão desde a prática social do casamento, ou sentar-se para assistir uma novela, ir à escola, ir à igreja, ajoelhar-se em oração, ir a uma passeata, assistir a um jogo de futebol no domingo, consumir carne, etc. (ALMEIDA et al, 2000).

Para Frizzo e Sarriera (2006, p.198) a prática social corresponde a “toda prática de interação, relação entre sujeitos sociais, em que uns acabam produzindo efeitos em outros, planejada e conscientemente, ou não”. Ao exemplificar as práticas sociais, os autores as distinguem em dois grupos, (1) as práticas controladas que produzem efeitos calculados e visam determinados resultados, como as práticas de educação dos filhos, as práticas pedagógicas e as práticas de submissão e poder nas relações de trabalho; e (2) as práticas que não são necessariamente controladas, como as que se desenvolvem nas relações de gênero, no agir comunicativo, nas interações humanas, dentre outras. Desta forma, segundo os autores, não há neutralidade na ação, mesmo ao abster-se ou sendo imparcial em determinado contexto, sua ação produz um efeito, e, portanto, é uma prática.

Matos (1999) ilustra o conceito quando descreve que a ação de ler um livro, que ainda que feito a sós, é uma prática social. Nesta ação o leitor interage com ideias de outros, codificadas socialmente através da escrita nesse meio de comunicação, mediado numa relação entre o autor e o leitor. A tecnologia desta prática social de leitura está muito centrada em coisas como a organização do livro, os procedimentos que usamos para ler (de cima para baixo, da esquerda para a direita), etc. mas há também a questão central dos significados, do dar sentido àquilo que se lê. A atribuição de sentido às ações e seu compartilhamento pelos membros de um grupo contribuem para a legitimação das práticas sociais que vão progressivamente intervindo na definição das comunidades e conduzindo à criação de suas identidades (OLIVEIRA et al, 2009).

As práticas sociais decorrem das interações entre indivíduos, assim como geram interações entre estes e os ambientes, natural, social, cultural em que vivem. Desenvolvem-se no interior de grupos, das instituições, com o propósito de produzir bens, transmitir valores, significados, ensinar a viver e a controlar o viver, enfim, manter a sobrevivência material e simbólica das sociedades humanas (OLIVEIRA et al, 2009).

Dada a variedade infinita de práticas sociais possíveis de serem executadas no âmbito da interação social dos indivíduos, este estudo focalizará nas práticas sociais produzidas no contexto das organizações comunitárias que visam à transformação de realidades que identificadas por estas como injustas, discriminatórias e opressivas. De acordo com Frizzo e Sarriera (2006), os termos organização e práticas sociais estão intimamente interligados, sendo esta última entendida como as ações nas organizações, que representam suas manifestações culturais, mesmo antes de serem princípios administrativos.

Nessa linha, Souza et al (2011) definem as práticas sociais como ações organizacionais resultantes das ações dos indivíduos e seu conjunto de intenções, valores, atitudes e crenças; da

influência da estrutura; da interferência das relações internas e externas à organização, e dos contextos de interações organizacionais. Entendem-se práticas como atividades reais da organização, desde as cotidianas até as mais inovadoras, as quais, por sua vez, representam as manifestações culturais da organização.

Tanto no âmbito geral, quanto organizacional, as práticas sociais correspondem a construções sociais, criadas a partir das vivências e do pensamento humano no contexto social dentro do qual se vive (BERGER; LUCKMANN, 2004). Contudo, existe um conjunto de interpelações de ordem econômica-jurídica-repressiva-ideológica-discursiva que faz os seres sociais acreditarem que as práticas sociais que vivenciam são verdades dadas, necessárias, eternas e imutáveis, residindo aí a empecilho para se pensar práticas alternativas ao desenvolvimento para além de uma perspectiva político-econômico eurocêntrico baseado no produtivismo-consumismo com elevado custo socioambiental.

Enquanto construções sociais, as práticas são perfeitamente mutáveis, podendo ser radicalmente outras, elas não são eternas, elas não são naturais, elas não são inevitáveis, muitas delas não são necessárias e outras sequer legítimas (DUARTE, 2012); e isso alimenta a esperança do florescimento de outros modos de vida em que homem, natureza e espiritualidade possam conviver harmonicamente. Nesse contexto, o território tem sido utilizado como espaço de novas lutas sociais, avançando no sentido de se contrapor ao espaço alheado, racionalizado e abstraído, produzindo alternativas ao desenvolvimento a partir das experiências produzidas em grupos e movimentos de base ganham relevância enquanto elementos inspiradores de novas práticas sociais aliadas ao pós-desenvolvimento.

Nos estudos sobre território existem duas perspectivas distintas na delimitação do termo, uma que possui dimensão normativa e operacional, que Cazella, Bonnal e Maluf (2009) denominam de “território dado” e que corresponde a uma unidade político-administrativa; e a outra que entende território como uma construção social conflituosa, dinâmica, multidimensional, com trajetórias históricas em aberto, chamada por eles de “território construído”, que é mutável, provisório e inacabado, resultado da mobilização e da interação dos atores que pertencem a um determinado espaço geográfico e que busca identificar e solucionar problemas em comum.

Tomado por este sentido, a presente pesquisa assumirá a perspectiva de “território construído” por entender que a formação do território reflete a dinâmica social dos atores, e que este é possuidor de recursos materiais e imateriais específicos e não transferíveis de um lugar para outro, a exemplo de um saber-fazer original relacionado a história local. Logo, território

vai muito além de um cenário geográfico, físico, ou político-administrativo, envolve uma realidade humana, social, cultural e histórica (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

O lugar nesse contexto deve ser entendido como “a experiência de uma localidade específica, com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa” (ESCOBAR, 2005, p.69). Esse novo modo de ver a realidade inspira o registro e análise de experiências alternativas em torno do mundo, demonstrando que não há um caminho único a seguir, mas que cada experiência reproduzida em pequenas comunidades na periferia do sistema capitalistas pode inspirar novas forma de organização social, mais equitativas, plurais, inclusivas e sustentáveis.

No ato de se apropriar e controlar o espaço, os sujeitos tornam o “território socialmente utilizado” (SANTOS, B. 2007, p. 24) e ao fazê-lo produzem cultura, compreendida por uma estreita relação com as práticas da vida cotidiana e também com as representações materiais, simbólicas e rituais historicamente reelaborados. Na cultura são tecidas sociabilidades, memórias sociais e histórias coletivas, além de assegurar identidade, valores e ideais de um grupo. Verifica-se que no território há “afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contiguidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado” (SANTOS, M.,1996, p. 16).

Desta forma, o território tem sido utilizado como espaço de novas lutas sociais, como centralidade instauradora de mudanças efetivas e inspiração para pensar alternativas à perspectiva hegemônica de desenvolvimento. Pois como afirma Brandão (2009), não existe uma trajetória de convergência rumo a um tipo ideal e superior de capitalismo. Existe divergência e pluralidade em curso. Há culturas, instituições, geografias, estruturas de poder e decisões dos atores sociais envolvidos. Há história.

A importância da variável território para compreender como se processam as práticas sociais de uma comunidade ganha reforço nas palavras de Fernandes (1973, p. 154), que define comunidade como um “grupo territorial de indivíduos com relações recíprocas, que se servem de meios comuns para lograr fins comuns” e afirma não ser possível abstrair a comunidade do contexto geográfico, cultural e histórico-social da qual ela faz parte. Segundo o autor, os indivíduos de uma comunidade têm consciência que pertencem tanto ao grupo, como ao lugar e funcionam conjuntamente nos principais assuntos da vida e tendem a cooperar entre si, sendo que os sistemas sociais mais fortes e efetivos tendem a localizar-se em pequenas vilas, distantes das complexidades e das especializações urbanas.

Essa perspectiva territorializada da comunidade é compartilhada ainda por Hillman (1964) que a define como “grupo localizado de pessoas” e por Gohn (2005), sendo que esta,

define a noção de comunidade no contexto brasileiro e latino americano em 03 (três) períodos, os quais denomina de comunidade organizada como força social, a transição e a era da multiplicidade de agentes, que serão exploradas a seguir:

1) Corresponde à década de 1970, em que a ideia de comunidade representava a ideia-chave, emblemática, atuando como princípio organizador das camadas populares na luta por seus direitos sociais e econômicos, em um período marcado pelas lutas pela redemocratização, pelas eleições diretas, e contra os regimes militares. De acordo com Gohn (2005, p.52):

A comunidade representava a unidade mínima básica para a organização desse povo; era uma base territorial dotada de força política à medida que agregava associações e movimentos sociais territorializados, que demandavam bens e serviços urbanos mínimos, de forma que se integrassem no processo urbano-industrial vigente.

Esse primeiro ciclo é marcado pela luta por igualdade de direitos, por acesso e implantação de serviços de creche, escolas, postos de saúde, transportes, lazer e cultura, etc. que a autora resume como “a força social do povo advinda da comunidade organizada” (GOHN, 2005, p.52).

2) Corresponde a década de 1980, fase de transição em que a noção de comunidade se torna a expressão máxima das forças sociais organizadas, mas vai progressivamente sendo desmontada em decorrência de várias mudanças políticas nacionais e internacionais, como a redemocratização do país, a queda do Muro de Berlim e a crise dos regimes socialistas; e sobretudo pela nova conjuntura econômica do período, marcada pela estruturação e o rápido crescimento da globalização, que exigiu uma reestruturação produtiva das nações, alimentando o desemprego e as reformas estatais em busca do equilíbrio fiscal. Esse cenário conjuntural abriu caminho para uma nova concepção de comunidade, não mais exclusiva da sociedade civil, mas sim um campo multifacetado, constituído de uma esfera pública em que se articulam diferentes atores sociais, criando redes societárias e um novo tipo de associativismo comunitário.

3) Corresponde a década de 1990 e é caracterizado por uma multiplicidade de agentes e atores sociais, dentre os quais se destacam o Terceiro Setor (ONGs, organizações de assistência social, fundações sociais de empresas privadas), as universidades, setores governamentais, sindicatos, diferentes fóruns sociais e alguns pouco movimentos sociais remanescentes da década de 1980. O espaço de ação política nesse contexto são os conselhos, as audiências públicas, redes jurídicas, fóruns temáticos, assembleias organizadas pela sociedade civil, etc. Diferentemente do primeiro período, aqui “a comunidade passa a ser aliada

do Estado, sendo convocada a participar e a interagir com os poderes constituídos, e parte para de sua força advém dessa interação” (GOHN, 2005, p. 59).

Gohn (2005) conclui sua definição de comunidade afirmando que a categoria território vem se impondo no lugar de comunidade porque ela incorpora a noção de espaço/lugar aliada ao processo de relações sociais, referindo-se ao lugar da memória, da história, da cultura e do poder. O território passa a ser visto não mais como uma categoria espacial, mas sim um suporte de práticas identitárias, constituindo-se a base dos conflitos e também a fonte para a construção de consensos.

De acordo com Adams (2001), as práticas sociais comunitárias são importantes instrumentos para a construção de uma Cidadania Emancipadora, que em oposição ao modelo de desenvolvimento excludente, que privilegia o individualismo e a fragmentação social, abre espaço para uma ética da solidariedade “que aproxima, aquece e constrói relações” (ADAMS, p.54), fazendo emergir novos atores sociais que buscam a vivência de uma cidadania efetiva e plena, capaz de produzir profundas transformações de caráter econômico, político, cultural e religiosa, superando as estruturas de dominação existentes.

Desta forma, as organizações da sociedade civil assumem um papel estratégico quando se transformam em agente políticos autônomos (VIEIRA, 2005). As práticas organizativas vivenciadas pelas comunidades em seu contexto de interação territorial são capazes de promover uma intervenção crítica em suas realidades, de forma independente e criativa, superando o clientelismo e paternalismo enraizados na cultura de dependência transplantada para o Brasil. Contudo, Adams (2001) afirma não ser fácil abandonar o status de Cidadania Assistida ou Outorgada rumo à Cidadania Emancipadora em função da dominação exercida pelo Estado Capitalista que controla as classes trabalhadoras estabelecendo espaços regulados e restritos para se exercer a cidadania. Sendo assim, a falta de participação da comunidade não se deve a um despreparo dos setores populares, mas é reflexo da incorporação de uma condição imposta pela privatização do poder e pelo caráter excludente das instituições econômicas e políticas, sobretudo o Estado (ADAMS, 2001).

Adams (2001) afirma existir uma distinção entre a concepção real de cidadão que é aquele que almeja ter condições de comer, ter uma casa, trabalhar e ter esperança na vida; e o cidadão ideal, caracterizado como agente social detentor de senso crítico e político que só pode ser conquistado por meio de um processo de humanização, ou seja, pela superação da alienação. Logo, segundo o autor, não se pode exigir que uma comunidade conquiste a cidadania ideal, sem ter minimamente atingido o estágio anterior das condições de subsistência.

Concluída essa abordagem preliminar que justifica a importância da análise de práticas comunitárias vivenciadas em um dado território como possibilidade para emergência de alternativas ao desenvolvimento, o texto avança em direção ao conjunto de operações que foram adotadas e sistematizadas para se atingir objetivo final da tese.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Após a apresentação da intencionalidade da pesquisa e do referencial teórico que sustenta sua estrutura conceitual, faz-se necessário elencar o conjunto de operações que foram adotadas e sistematizadas para se atingir objetivo final da tese. Ressalta-se que uma versão síntese destes procedimentos estão disponíveis ao final desta seção.

Os procedimentos metodológicos estão organizados em sete partes: A primeira delas é composta por uma ampla caracterização do estudo, seguido de uma explanação teórica sobre Estudo de Caso e da delimitação da abrangência do caso analisado – Baía do Sol. O conteúdo avança com uma apresentação de como foi construído o *corpus* analítico da investigação, demonstrando em seguida como os dados foram tratados e analisados segundo a perspectiva da Análise de Conteúdo.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A perspectiva metodológica assumida nesta pesquisa será a **análise qualitativa**, posto que esse tipo de análise seja a mais indicada para as investigações interpretativas ou críticas, segundo Merriam (1998). Para Denzin e Lincoln (2006, p.17) “a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo”. Diante disto, o presente estudo apresentará tal abordagem em virtude das dimensões subjetivas do objeto de pesquisa, ressaltadas na relação pesquisador e pesquisado, tendo como condição *sine qua non* não apenas entender, mas compreender os fenômenos sociais vivenciados.

Os estudos de pesquisa qualitativa diferem entre si quanto ao método e aos objetivos. Godoy (1995a) ressalta a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos e enumera um conjunto de características essenciais capazes de identificar uma pesquisa desse tipo, a saber: “O ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental, o caráter descritivo, o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador, e o enfoque indutivo” (GODOY,1995a, p.62). Esse conjunto de características confere à pesquisa qualitativa o caráter holístico e “real” necessário à compreensão dos fenômenos sociais, que se traduz no nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressa pela linguagem comum e na vida cotidiana.

A pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes. É um conceito amplo que envolve uma gama de técnicas e procedimentos interpretativos, que procuram essencialmente descrever, decodificar e traduzir o sentido e não a frequência de eventos ou fenômenos do mundo social (MERRIAM, 1998). Merriam (2009, p.1) afirma que “a pesquisa focada na descoberta, insights e compreensão das perspectivas daqueles que estão sendo estudados oferece a maior promessa de fazer a diferença na vida das pessoas”.

Um segundo critério utilizado para caracterizar um estudo se refere a sua intenção em contribuir para o avanço do campo teórico relacionado. Neste sentido, a presente pesquisa é classificada como **Explicativa**, dada a sua preocupação com os porquês dos fatos e fenômenos que preenchem a realidade, isto é, com a identificação dos fatores que contribuem ou determinam uma determinada ocorrência. Seu objetivo é “aprofundar o conhecimento da realidade para além das aparências de seus fenômenos” (SANTOS, A., 1999, p.27).

Considerando as premissas da pesquisa qualitativa e a natureza do fenômeno a ser investigado, optou-se pela realização de um Estudo de Caso por promover análise intensa e holística de um exemplo, fenômeno ou unidade social singular

3.2 ESTUDO DE CASO

Um estudo de caso qualitativo foca-se na busca pelo significado e compreensão dos dados coletados (MERRIAM, 2009). O pesquisador é tido como o instrumento primário de coleta e análise de dados que se realizará sob a estratégia de investigação indutiva, sendo seu produto final ricamente descritivo. Caracteriza-se pelo interesse em casos individuais e não pelos métodos de investigação, os quais podem ser os mais variados, tanto qualitativos como quantitativos (STAKE, 2000).

Considerando o interesse da presente investigação em analisar uma comunidade específica da Amazônia, denominada Baía do Sol, o estudo de caso se apresenta como uma estratégia coerente de abordagem do tema por se dedicar a um sistema limitado, cultivando especial atenção a uma determinada situação local e a seu contexto especial por meio da utilização de vários procedimentos para coleta de dados, durante um tempo prolongado

(STAKE, 2000; 2006), pois de acordo com Merriam (2009), é a unidade de análise que determina se um estudo é realmente um estudo de caso.

Os estudos de caso são caracterizados como particularistas, descritivos e heurísticos (MERRIAM, 2009). A particularidade significa que os estudos de caso se concentram em uma situação particular, evento, programa ou fenômeno. O caso em si é importante em função do que revela sobre o fenômeno e o que isso poderia representar. O descritivo significa que o produto final de um estudo de caso é uma rica e intensa descrição do fenômeno em estudo, é um relato rico e holístico do que foi observado, o estudo aprofundado sobre uma unidade ou sistema demarcado e sobre sua relação com o contexto. A característica heurística significa que estudos de caso iluminam a compreensão do leitor do fenômeno em estudo, podendo trazer a descoberta de novos significados, estender a experiência do leitor, ou confirmar o que é conhecido. "Relatos e variáveis previamente desconhecidos podem surgir de estudos de caso que levem a uma repensação do fenômeno que está sendo estudado" (STAKE, 1981, p 47).

Vários autores consideraram útil diferenciar os estudos de caso de acordo com os tipos ou funções (descrever ou avaliar, por exemplo) e se o desenho é ou não de um único caso ou de um estudo multicase. A seguir apresentam-se as principais tipologias de estudo de caso apontadas por Merriam (2009).

Utilizando o critério "interesse do pesquisador", Stake (2000) criou três diferentes tipos de estudos de caso a partir de suas finalidades: intrínseco, instrumental e coletivo. No **estudo de caso intrínseco** busca-se melhor compreensão de um caso apenas pelo interesse despertado por aquele caso particular. Neste caso, o estudo é explorado porque, em todas as suas particularidades e no que têm em comum, este caso é de interesse em si.

No **estudo de caso instrumental**, ao contrário, o interesse no caso deve-se à crença de que ele poderá facilitar a compreensão de algo mais amplo, uma vez que pode servir para fornecer insights sobre um assunto ou para contestar uma generalização amplamente aceita, apresentando um caso que nela não se encaixa.

No **estudo de caso coletivo**, o pesquisador estuda conjuntamente alguns casos para investigar um dado fenômeno, podendo ser visto como um estudo instrumental estendido a vários casos. Os casos individuais que se incluem no conjunto estudado podem ou não ser selecionados por manifestar alguma característica comum. Eles são escolhidos porque se acredita que seu estudo permitirá melhor compreensão, ou mesmo melhor teorização, sobre um conjunto ainda maior de casos.

Uma segunda tipologia destacada por Merriam (2009), refere-se a Bogdan e Biklen (2007) que diferenciam os estudos de caso entre: organizacionais históricos, estudos de casos observacionais e histórias de vida.

O primeiro tipo, **estudo de caso organizacional histórico**, é exatamente o que o nome implica - é um estudo do desenvolvimento de uma determinada organização ao longo do tempo. A chave para estudos de caso históricos, organizacionais ou não, é a noção de investigar o fenômeno ao longo de um período de tempo. O pesquisador ainda apresenta uma descrição holística e análise de um fenômeno específico (o caso), mas apresenta-o de uma perspectiva histórica.

Um **estudo de caso observacional** é aquele em que a principal técnica de coleta de dados é a observação participante (complementada com entrevistas formais e informais e revisão de documentos), e o foco do estudo é uma determinada organização (escola, centro de reabilitação) ou algum aspecto da organização.

O terceiro tipo de estudo de caso descrito por Bogdan e Biklen (2007) é a **história de vida**. Pesquisa baseada em extensas entrevistas com uma pessoa com a finalidade de coletar uma narrativa de primeira pessoa. Este tipo de estudo de caso também pode ser conhecido como estudo de caso biográfico.

Uma última tipologia sugerida por Merriam (2009) são os Estudos de Casos *Multisite*, ou múltiplos lugares, múltiplos sítios, que são utilizados para estudar mais de um caso. Este tipo de estudo envolve coletar e analisar dados de vários casos e pode ter subunidades ou subcasos embutidos dentro de um caso.

Na pesquisa de estudos multicase, um caso em particular é de interesse, porque pertence a uma coleção particular de casos. Os casos individuais compartilham uma característica ou condição comum. Os casos da coleção são de alguma forma categoricamente ligados. Eles podem ser membros de um grupo ou exemplos de um fenômeno (STAKE, 2000, p. 5-6).

Quanto mais casos estiverem incluídos em um estudo, e quanto maior a variação entre os casos, mais atraente será uma interpretação. Ao investigar uma série de casos semelhantes e contrastantes, é possível realizar descobertas valorosas sobre um caso específico que desenvolva algum tipo de diferencial em relação aos demais, ampliando a possibilidade de descobertas no estudo. A inclusão de múltiplos casos pode reforçar a precisão, a legitimidade e a estabilidade dos resultados, tornando-se uma estratégia comum para o aumento da legitimidade externa ou generalização de seus achados (MERRIAM, 2009).

Os estudos frequentemente não se encaixam única e claramente em uma das categorias (STAKE, 1995), desta forma, mesclando as tipologias anteriormente expostas, a presente pesquisa caracteriza-se como uma investigação do tipo estudo de caso instrumental coletivo.

A unidade social singular eleita para esta tese foi a comunidade da Baía do Sol, localizada no distrito de Mosqueiro, pertencente à Belém-PA. Comunidade ribeirinha, típica do contexto amazônico, tem como atividade econômica principal a pesca artesanal, tradição influenciada pela abundância de recursos naturais e pela ancestralidade dos índios Tupinambás, primeiros moradores da região. Este povoado há mais de 100 anos desenvolve um associativismo próprio que congregam atualmente cinco entidades comunitárias dedicadas à luta pela melhoria das condições de vida da população local, e possui como grande diferencial a criação um banco comunitário, associado a circulação de uma moeda social própria em paralelo ao real, o Moqueio. O interesse no caso deve-se à crença de que as práticas sociais empreendidas pela ação comunitária nesse contexto podem revelar novas práticas alternativas *ao* desenvolvimento, contribuindo desta forma para o avanço do campo de estudos do pós-desenvolvimento. Considera-se como um caso coletivo em função do estudo realizados sobre as práticas sociais de cada uma das cinco entidades que compõe a ação organizacional do território. Desta forma, justifica-se a seleção da Baía do Sol e suas entidades comunitárias para o estudo deste caso, posto que congrega a particularidade da Amazônia e a complexidade dos fenômenos de pós-desenvolvimento, demonstrando-se um caso intrinsecamente relevante.

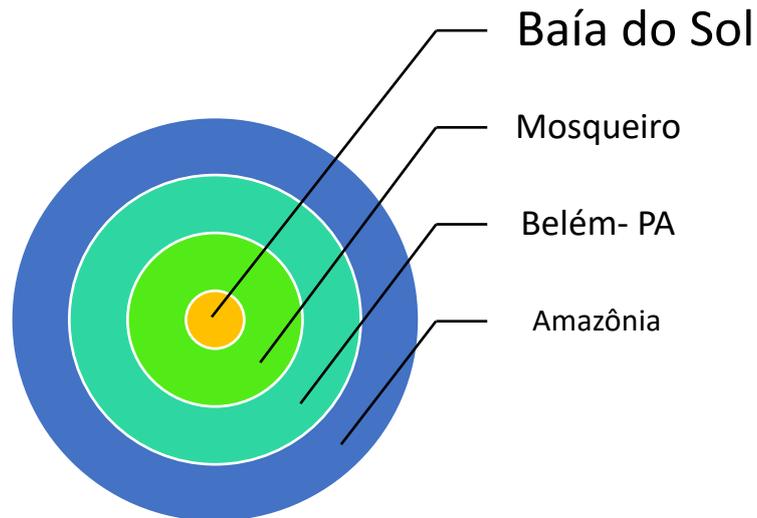
3.3 ABRANGÊNCIA DO ESTUDO

O estudo compreenderá a observação e análise de uma comunidade denominada Baía do Sol, localizada na Ilha de Mosqueiro, sendo este um distrito administrativo de Belém, capital do Pará. Situada na região norte do Brasil, a Baía do Sol pertence à região amazônica, e está situada no seio da maior floresta tropical³ do planeta – A Floresta Amazônia, caracterizada não apenas por uma ampla diversidade de fauna e flora, mas também por uma diversidade sociocultural, onde habitam diferentes povos e modos de vida (LOUREIRO, 2009).

³ As Florestas Tropicais são biomas que apresentam enorme biodiversidade, posto que são compostos por grande e diversa quantidade de animais e vegetais. As principais características das Florestas Tropicais são a presença de árvores altas, o clima quente e a elevada precipitação, sendo chamadas também de **Florestas Tropicais Úmidas**. A temperatura média atinge 20°C e chove cerca de 1.200 milímetros anuais (TODA MATÉRIA, 2016).

A figura 4 a seguir ilustra o contexto regional em que a Baía do Sol está inserida e a forma como a mesma será apresentada nesta subunidade, abordando primeiramente a dimensão da Amazônia, por ser uma condição precípua para a compreensão da dinâmica social, cultural e econômica vivenciada na comunidade, seguida de uma breve contextualização da cidade de Belém, seu distrito Mosqueiro, até chegar na Baía do Sol que é o *locus* investigado no trabalho.

Figura 4 – Contexto regional da Baía do Sol



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

A comunidade da Baía do Sol é uma comunidade tipicamente representativa da região amazônica brasileira. A compreensão da dinâmica social vivenciada nesta localidade perpassa pelo conhecimento dos fatores históricos, sociais, populacional, geopolíticos e econômicos que caracterizam essa macrorregião, que serão apresentados a seguir.

3.3.1 Região Amazônica e influências sobre a Baía do Sol

A Amazônia internacional⁴ tem ocupado posição de destaque no cenário mundial nos últimos anos. Aragón (2013) aponta que isto é resultado de uma conjugação de fatores, como: seus 7 milhões de Km², abrangendo nove países da América do Sul, o fato de a mesma ser a maior floresta tropical úmida do planeta, ter a maior bacia hidrográfica da Terra, ter a maior

⁴ A **Amazônia Internacional** é um termo que se utiliza para fazer referência à região norte da América do Sul, onde está localizada a Floresta Amazônica, que abrange uma área total de 7 milhões de km². Essa região é também conhecida por Selva Amazônica, Floresta Equatorial da Amazônia ou Floresta Pluvial (ARAGÓN, 2013).

reserva de biodiversidade e banco genético do globo e ter uma das mais ricas províncias minerais do mundo. Todo esse conjunto de atributos confere à Amazônia olhares atentos de todo o resto do mundo, em virtude do valor de seu patrimônio natural, que não se limita a sua vasta biodiversidade, sua potencialidade na geração de créditos de carbono e abundância de recursos naturais, como água, energia, alimentos e medicamentos; mas se expande para a compreensão da região como base para a fronteira da ciência contemporânea, como a biotecnologia e a engenharia genética; e segundo Becker e Stenner (2008, p.7) são esses fatores que atribuem à Amazônia um “valor simbólico para o futuro da humanidade”.

Entretanto, o grande potencial da região não se limita às suas riquezas naturais. No seio da floresta amazônica existe uma grande população formada por povos tradicionais e imigrantes, com suas histórias, tradições, religiões, ritos e culinária, que conferem à região uma riqueza cultural indelével para toda a humanidade (ARAGÓN, 2013).

Como afirma Aragón (2013, p. 23), “a Amazônia não é um vazio demográfico como se pensa, (...), pelo contrário, na região se processa intensa dinâmica demográfica”. Hoje, resultado de seu percurso historicamente construído, a população da Amazônia é caracterizada por ampla diversidade sociocultural, onde vivem os mais diferentes tipos humanos: indígenas, afrodescendentes, colonos, habitantes ribeirinhos e urbanos, que habitam os mais diversos ambientes. Esta ideia de terra desabitada é defendida pelos países ricos e inspirada no discurso do colonizador que imaginava ter encontrado uma terra sem dono e que poderia, sem resistência, ser subjugada aos seus interesses; e faz parte de uma estratégia para tentar internacionalizar a Amazônia, transformando-a em um patrimônio do mundo, pautado no discurso da preservação, mas que tem como pano de fundo motivações estritamente econômicas (BECKER; STENNER, 2008).

Contudo, antes de qualquer aprofundamento relacionado à Amazônia, cabe destacar que esse termo padece de uma polissemia que pode prejudicar a compreensão do objeto de estudo aqui trabalhado. Diante da complexidade de interpretações que envolvem o termo, cabe aqui um esclarecimento prévio sobre o sentido de Amazônia a qual esse texto se refere.

A palavra Amazônia foi utilizada pela primeira vez por Gaspar de Carvajal, um padre dominicano espanhol que participou da expedição de Orellana (1541/42), a primeira a percorrer o rio Amazonas dos Andes ao Atlântico, tendo como objetivo encontrar El Dourado, o mítico ser que se vestia de ouro em pó e se banhava toda noite na mesma lagoa. Ao deparar-se com as índias da região Carvajal pensou ter encontrado as amazonas, mulheres guerreiras e temidas da mitologia grega, e assim batizou a região de Amazônia (GOMBATA, 2013). Este episódio inaugura uma visão que tem sido dominante no tratamento dispensado à região: a Amazônia é

vista e analisada com os olhos do “descobridor”, do explorador, do aventureiro, que a vê como fonte inesgotável de recursos naturais e uma terra vazia, sem dono, desabitada, desta forma suscetível às intervenções exteriores (ARAGÓN, 2013).

A Amazônia tem hoje múltiplos significados, e se converteu em um conceito polissêmico conforme os interesses de quem a usa (ARAGÓN, 2013; BECKER; STENNER, 2008). Uma dificuldade latente é a de definição sobre a área geográfica, os limites físicos do que seria a Região Amazônica, posto que há inúmeros critérios utilizados para definir fisicamente a Amazônia, sendo os mais usados: o critério hidrográfico, o ecológico e o político-administrativo.

O critério hidrográfico abarca a área constituída pela bacia do rio Amazonas e todos os demais rios que compõem o sistema fluvial da região, segundo este critério, a Amazônia hidrográfica teria uma área estimada em 6.118.334 km² (PNUMA/OTCA, 2008), e deste total 63,3% pertencem ao Brasil, 11,8% à Bolívia, 15,8% ao Peru, 2,4% ao Equador, 5,6% à Colômbia, 0,9% à Venezuela e 0,2% à Guiana, sendo que o Suriname e a Guiana Francesa não fariam parte da região.

Tomando como critério a área coberta pelo bioma de floresta tropical, ou critério ecológico, ou biogeográfico, a Amazônia corresponderia à extensão coberta pelo bioma de floresta tropical úmida e subtropical sul-americano, localizado ao leste dos Andes. De acordo com este critério, a extensão varia de acordo com a altitude considerada como limite da selva tropical úmida, sendo assim regiões como os Altos Andes e o Cerrado Brasileiro não fariam parte da Amazônia. Além disso, Aragón (2013) aponta outro elemento responsável pela indefinição da área estimada segundo o critério florestal, que é aquele no qual desmatamento da cobertura florestal ocorrida ao longo dos tempos também vem reduzindo sua área. Sendo assim, a Amazônia ecológica teria uma área estimada em 6.825.421 km² (PNUMA/OTCA, 2008) e deste total, 60,7% pertence ao Brasil, 8,2% a Bolívia, 11,3% ao Peru, 1,1% ao Equador, 6,6% à Colômbia, 5,7% à Venezuela, 3,1% à Guiana, sendo que o Suriname e a Guiana Francesa passam a fazer parte da região com 2,1% e 1,2% respectivamente.

A floresta tropical úmida cobre cerca de 7% do planeta e contém cerca de 50% da biodiversidade mundial, constituindo-se um dos mais ricos biomas do mundo. A floresta Amazônica cobre 3,3 milhões de Km², que constituem 40% do território brasileiro e 1/3 das florestas tropicais mundiais, de acordo com Becker e Stenner (2008).

Um terceiro critério bastante utilizado para definir a Amazônia é o Político-Administrativo, ou Legal ou Geopolítico, que se refere à área compreendida pelos limites político-administrativos de diferentes hierarquias estabelecidas para cada país e definidos como

parte de sua Amazônia. Pnuma/OTCA (2008) estima a superfície da Amazônia por este critério, como sendo a maior de todas em extensão territorial, com 7.497.827 km², sendo que 67,3% desse total pertencem ao Brasil, 9,7% a Bolívia, 8,7% ao Peru, 1,5% ao Equador, 6,4% à Colômbia, 0,7% à Venezuela, 2,9% à Guiana, 1,9% ao Suriname e 1,1% à Guiana Francesa, ressaltando que no caso destes três últimos países, a Amazônia corresponde a 100% de sua extensão territorial.

A seguir apresenta-se uma tabela sintética dos três critérios de definição da área que correspondem à Amazônia:

Tabela 1 – Superfície da Amazônia segundo três critérios

País	Superfície do país (km ²)	Superfície da Amazônia (km ²)								
		Critério Hidrográfico			Critério Ecológico			Critério Político-Admin.		
		Superfície	% do país	% da região	Superfície	% do país	% da região	Superfície	% do país	% da região
Brasil	8.514.876	3.869.953	45,4	63,3	4.196.943	49,3	60,7	5.034.740	59,1	67,1
Bolívia	1.098.581	724.000	65,9	11,8	567.303	51,6	8,2	724.000	65,9	9,7
Peru	1.285.216	967.176	75,2	15,8	782.786	60,9	11,3	651.440	50,7	8,7
Equador	283.561	146.688	51,7	2,4	76.761	27,1	1,1	115.613	40,8	1,5
Colômbia	1.141.748	345.293	30,2	5,6	452.572	39,6	6,6	477.274	41,8	6,4
Venezuela	916.445	53.000	5,8	0,9	391.296	42,7	5,7	53.000	5,8	0,7
Guiana	214.960	12.224	5,7	0,2	214.960	100,0	3,1	214.960	100,0	2,9
Suriname	142.800	-	-	-	142.800	100,0	2,1	142.800	100,0	1,9
Guiana Francesa*	84.000	-	-	-	84.000	100,0	1,2	84.000	100,0	1,1
Total	13.598.187	6.118.334	45,0	100,0	6.909.421	50,8	100,0	7.497.827	55,1	100,0

Fonte: Pnuma/OTCA (2008, p.41)

(*) Refere-se somente ao território da Guiana Francesa, e não ao território da França. Esse território é excluído nas estimativas do Pnuma/OTCA (2008).

Segundo os dados acima expostos, a maior parte da região Amazônia encontra-se em território brasileiro, mais de 60% em todos os três critérios. Esse dado reforça a posição estratégica que o Brasil ocupa no cenário internacional de debate e intervenção sobre esta importante região que está sob os olhares atentos de todo o resto do mundo.

Considerando a exposição dos três critérios de definição da área geográfica correspondente à Amazônia: hidrográfico, florestal e político-administrativo, faz-se necessário declarar que o presente estudo, sempre que se referir à região Amazônica, estará tratando da Amazônia brasileira, segundo o critério político-administrativo, por ser o mais usualmente utilizado pelo Estado para definir políticas de desenvolvimento regional.

Tal é a polissemia do conceito de Amazônia que mesmo no contexto brasileiro existem duas definições possíveis do termo. A primeira refere-se à região Norte do país, definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), formada pelos estados do Acre, Amapá,

Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins; e a segunda é a Amazônia Legal, definida pela Lei 1.806 de 1953, que criou a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que em 1966 daria lugar a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e que delimitou como área geográfica da Amazônia os sete estados que compõem a região norte mais o estado do Mato Grosso e o estado do Maranhão a oeste do meridiano 44 (SUDAM, 2014). Sendo que em virtude da dificuldade de delimitar os limites municipais com a linha reta traçada pelo meridiano, diversos estudos acabam por incorporar todo o estado do Maranhão, à exemplo da Figura 5:

Figura 5 – Amazônia Legal



Fonte: Instituto do homem e meio ambiente da Amazônia (IMAZON, 2013)

Definida a concepção de Amazônia assumida por esse estudo, o texto segue para um breve resgate das variadas propostas de intervenção/modelos de desenvolvimento para a região. Tal enfoque justifica-se pela necessidade de compreender como se construiu a conjuntura vigente, para, a partir daí, identificar alternativas que permitam valorizar o estoque natural, priorizar a vida na Amazônia e atender os interesses de sua população local, para além dos fins econômicos. Para fins deste estudo, utilizar-se-á a caracterização de Locatelli (2009) para designar os diferentes períodos de integração da região às políticas de desenvolvimento nacional ou às estratégias de integração global.

Até a década de 1950, do século passado, a Amazônia vivia sob a égide de dois mitos: o do “*inferno verde*”, expressão dada pelos colonizadores portugueses em virtude da grandiosidade da floresta, do calor proveniente da mata e dos perigos que seus expedidores

encontraram durante a exploração; e o mito de que a Amazônia seria o “*pulmão do mundo*”, a maior produtora mundial do oxigênio responsável por manter a Terra viva. Foi somente a partir deste período que o governo brasileiro oficialmente adotou o modelo desenvolvimentista industrial para o país e, conseqüentemente, para a Amazônia (LOCATELLI, 2009).

Nessa trajetória, a Amazônia brasileira recebeu inúmeras expressões para designá-la, a primeira delas é **Amazônia dos rios**, fazendo menção às políticas públicas do tempo da colônia que estavam voltadas para as cidades localizadas às margens dos rios amazônicos. Nessa fase, as políticas públicas estavam voltadas para a área da saúde e melhoria das condições sanitárias das cidades ribeirinhas, dadas as constantes epidemias na região, oriundas do processo natural de cheia e vazante.

O termo **Amazônia Legal**, conforme já explicado anteriormente, foi criado para definir a área de ação da SPVEA, que anos depois viria a se tornar SUDAM. A partir do final dos anos 1950, sob o impacto da Administração de Juscelino Kubitschek e da inauguração de Brasília, a concepção “Amazônia Legal” se consolidou e ajudou na inversão de prioridade da ação estatal da “Amazônia dos Rios” para a “Amazônia das Estradas” com o início da construção da rodovia Belém-Brasília que ligou as regiões norte e sul do país.

Na década de 1960 a Amazônia recebeu inúmeras denominações representativas do modelo de desenvolvimento proposto para a região, como **Amazônia: frente de expansão**, “Amazônia: área de fronteira”, “Amazônia das estradas” e “Amazônia das pistas”, em todas essas nomenclaturas havia o discurso institucional do governo de incorporar a Amazônia ao território nacional, acabando assim com os “vazios existentes” (LOCATELLI, 2009).

Na década de 1970, a matriz desenvolvimentista apoiada no discurso da segurança e integração chegou ao seu apogeu na Amazônia por meio do **Plano de Integração Nacional** (PIN). Este período foi fortemente marcado pelos investimentos externos com alto custo financeiro para os cofres públicos brasileiros e ações pautadas na crença de que a livre atuação da força de mercado seria suficiente para reduzir as desigualdades internas do país (LOCATELLI, 2009).

A época era de expansão do capitalismo na região amazônica. A doutrina da segurança nacional endossava qualquer excesso dos militares. Configurava-se assim a concentração fundiária na região, constituía-se o cenário perfeito para o que é hoje a principal área de conflito na luta pela posse da terra no país. Uma história escrita pela preponderância, violência e impunidade” (ALMEIDA, 2006, p. 49).

O PIN intensifica a perspectiva desenvolvimentista na Amazônia através das grandes obras para a região, conhecidas como Os Grandes Projetos da Amazônia que nada mais são que megaempreendimentos que têm por objetivo explorar as riquezas naturais, principalmente

minérios, existentes em abundância na região. Estes projetos foram e ainda são planejados fora da região e visam atender exclusivamente aos interesses exógenos (LOCATELLI, 2009).

Trata-se de empreendimentos que necessitam de uma moderna infraestrutura portuária, ferroviária, aeroportuária e/ou rodoviária; utiliza tecnologia de ponta, sem falar no grande volume de capitais necessário para a implantação dessas megaestruturas. Tendo como exemplo os grandes projetos desenvolvimentistas implantados na região sob a égide do governo ditatorial, podemos citar: a construção das rodovias Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho-Manaus, a implantação dos Projetos Jarí, Trombetas e Albrás/Alunorte, além da construção da hidroelétrica de Tucuruí em 1977 (LOCATELLI, 2009).

Entretanto, como aponta Enríquez (2011, p. 245), esses projetos apresentam problemas estruturais graves, consequência do que a autora chama de “política de exploração predatória dos recursos naturais” da região. Trata-se de uma economia mineral, com enfoque extrativista, de limitada capacidade de geração de empregos locais, produtora de altos impactos ambientais e exportadora de empregos mais qualificados - quando envia para o exterior matéria-prima semielaborada para ser transformada em produtos industrializados (ENRÍQUEZ, 2011). Os limites da economia mineral para a região tornam-se evidentes quando:

Os indicadores da mineração, em termos de reserva, valor da produção e exportação contrastam fortemente com os indicadores socioeconômicos, em particular, com os do estado do Pará, que é a economia mineral dominante da região (ENRÍQUEZ, 2011, p.244)

Estes megaprojetos, além de gerarem inúmeros impactos para o ecossistema local, alteram consideravelmente a dinâmica de vida das populações ribeirinhas e dos povos da floresta, que tem a sua lógica de vida e relação de subsistência com a natureza impositivamente transplantada para uma lógica do capital. A partir de 1980, a Amazônia passa a ser caracterizada por **Terra de conflitos**, dado o confronto direto gerado entre os povos tradicionais (agroextrativistas, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e outros grupos) e os empreiteiros, madeireiros, mineradoras e outras categorias econômicas (LOCATELLI, 2009).

Segundo Locatelli (2009), esse viés desenvolvimentista sem restrições ao meio ambiente foi livremente executado na Amazônia até a década de 1980, quando surgiram as primeiras preocupações com o meio ambiente e a escassez dos recursos naturais. Desse contexto, depreende-se a expressão **Amazônia, terra da guerra ecológica**, movimento que se

estrutura a partir dos movimentos sociais e ganha repercussão nacional e internacional com a ECO-92⁵.

O período recente marcado pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rouseff à frente da presidência da república marcaram o início de um novo momento na agenda do desenvolvimento do país e da Amazônia (CORREA; OLIVEIRA, 2015). Destaca-se nessa nova fase “o papel indutor do Estado em vista ao crescimento econômico, geração de emprego e renda, estabilidade macroeconômica e a priorização de investimentos de grande porte na área de infraestrutura”⁶.

Apesar de Medeiros e Godoy (2015) destacarem algumas ações de caráter territorial do governo petista que buscavam reduzir os problemas sociais em áreas de pouco dinamismo econômico e elevada concentração de miséria, à exemplo do programa Territórios da Cidadania⁷, desenvolvido em 27 áreas da Amazônia; o que se observa predominantemente no contexto da recente gestão de políticas públicas para a Amazônia ainda é a promoção de um desenvolvimento exógeno, pautado em grandes projetos extrativistas, minerais e grande obras de infraestrutura, como ferrovias, rodovias e hidrelétricas que visam preferencialmente beneficiar e atender às demandas do grande capital instalado na região.

A predominância desse tipo de estratégia, que se reproduz há centenas de anos na Amazônia, acaba por desprestigiar em absoluto as demandas locais e as dinâmicas sociais plurais produzidas por seus habitantes, fauna e flora; além de ser responsável em promover um grande empobrecimento de pequenas comunidades rurais, distante dos grandes polos de desenvolvimento pensados para a região, como é o caso da Baía do Sol, lócus de investigação desta pesquisa.

Diante deste contexto, é possível compreender um pouco da trajetória socioeconômica a qual Amazônia vem sendo submetida; pois como afirma Loureiro (2009), resgatar o passado não significa olhá-lo com desânimo, ou sem a esperança de mudança; deve-se a partir dele, refletir criticamente a fim de nos proporcionar condições de no futuro desvencilhar-se das situações trágicas herdadas que hoje dificultam o nosso presente.

⁵A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como ECO-92, Rio-92, Cúpula ou Cimeira da Terra, realizada entre [3 e 14 de junho de 1992](#) no [Rio de Janeiro](#), reuniu mais de cem chefes de Estado que buscavam meios de conciliar o [desenvolvimento](#) socioeconômico com a conservação e proteção dos [ecossistemas](#) da [Terra](#).

⁶ Ibidem p.19

⁷ O Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2008).

3.3.2 Contextualizando a Baía do Sol

Típica cidade amazônica, a capital do estado do Pará, Belém, tem quase 1,5 milhões de pessoas. Uma metrópole que sofre os impactos da implantação “de cima” e de “fora” dos grandes projetos, de infraestrutura e minério-metalúrgico, que fazem do estado do Pará o terceiro maior saldo exportador da federação no ano de 2015, mas que também sofre as consequências da imigração desordenada, e da amplitude galopante da devastação ambiental e caos social (ENRÍQUEZ, 2011).

Belém, segundo a estimativa do IBGE (2011), conta oficialmente com uma população de 1.402.056.00 habitantes, possui 71 bairros, distribuídos em 8 distritos administrativos, dentre os quais, destacamos o Distrito Administrativo de Mosqueiro (DAMOS), onde se localiza a Baía do Sol.

A Ilha de Mosqueiro localiza-se no estuário do Rio Amazonas, em frente à Baía do Marajó e possui uma área de 11.000 hectares. De acordo com a lei nº 755/1901 a ilha é um distrito do município de Belém, característica peculiar que limita sua autonomia político-administrativa, posto que seu gerenciamento é realizado por um agente distrital indicado pelo prefeito de Belém (SIMONIAN; SILVA, 2010). A ilha tem como fontes de sustento predominante as atividades de pesca, artesanato, comércio (com destaque para a informalidade), o serviço público estadual e municipal, a construção civil e o turismo.

Figura 6 – Portal de entrada da Ilha de Mosqueiro



Fonte: Viagens Brasil (2016)

Fatores de ordens naturais proporcionam às águas dos rios de Mosqueiro efeitos de ondas como as do mar, apresentando a comunidade e seus visitantes com as inúmeras “praias de águas doces” e, por conta disto, é considerada como o principal balneário da capital e local

de lazer e entretenimento, que atrai visitantes de diversas áreas, fazendo do turismo umas das principais atividades econômicas da ilha.

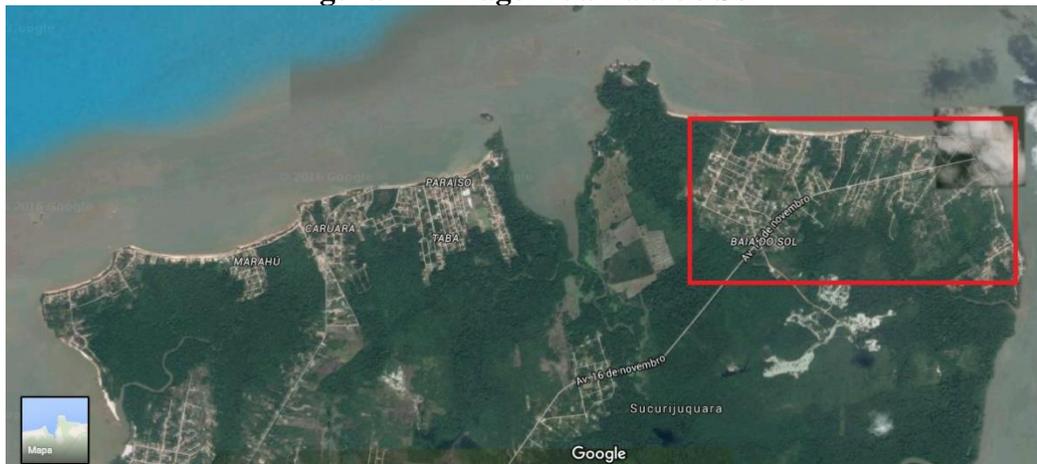
A atividade turística em Mosqueiro interfere diretamente no modo peculiar de ocupação da ilha, que baseado na ideia de lazer nos finais de semana, férias escolares, feriados e carnaval, alimenta as atividades econômicas informais como a de “caseiros” das casas de passeio, serviços domésticos, pedreiros, carpinteiros, vendedores ambulantes, etc. (VALENTE; CORRÊA, 2012; SIMONIAN; SILVA, 2010).

Em seu histórico recente, a ilha que era densamente recoberta por floresta, vem tendo sua paisagem alterada em virtude de um intenso e desordenado processo de urbanização, motivado por 3 (três) fatores fundamentais: a abertura da rodovia Augusto Meira BL-13 na segunda metade da década de 1960 que liga Belém à Mosqueiro, a construção da ponte Sebastião Oliveira em 1976 que possibilitou o acesso terrestre ligando a ilha ao continente, e por fim, as ocupações irregulares de áreas rurais da ilha, à exemplo das manifestações dos Movimentos dos Sem Terra e dos Sem Teto na região que vêm ocorrendo desde o fim da década de 1990 (SIMONIAN; SILVA, 2010).

As ocupações de caráter irregular trazem a reboque uma série de problemas para Mosqueiro, como o desmatamento, o desequilíbrio de seus ecossistemas, a poluição dos recursos da ilha, os problemas relativos à falta de saneamento básico e água tratada, o aumento dos índices de violência e a alteração nas condições de reprodução de vida econômica e social da população nativa. A Baía do Sol, que corresponde a um dos 19 bairros que compõe a Ilha de Mosqueiro, unidade de análise desta pesquisa, obviamente não consegue sair imune deste intenso processo de mudança.

A Baía do Sol está distante do centro de Belém 65 km por via rodoviária e por via fluvial em média de 23 km. Localizada ao extremo norte da ilha, a região é bem característica da flora Amazônica, apresenta baixa densidade demográfica e está estrategicamente posicionada para contemplar a baía que leva o mesmo nome da localidade, proporcionando acesso a uma linda praia de água doce e com ondas intensas. A imagem 7 demonstra a localização da comunidade alvo deste estudo:

Figura 7 – Imagem da Baía do Sol



Fonte: Google Maps (2016)

Segundo Pamplona (2014), a Baía do Sol foi a primeira comunidade da ilha do Mosqueiro a ter contato com os colonizadores portugueses vindos de São Luís do Maranhão. A antiga ilha do Sol, onde viviam aldeados os exímios pescadores tupinambaranas, possui praias largas que eram utilizadas pelos índios, no retorno da pescaria, como local apropriado ao processo de conservação do pescado, no preparo do moqueio, que consiste em assar o peixe no moquém (grelha de madeira fresca), ao calor brando da fogueira. Essa atividade indígena fixou a denominação de ilha do Moqueio (atualmente Mosqueiro), substituindo o registro cartográfico de ilha de Santo Antônio existente em 1666.

Ainda segundo o autor, os índios habitavam essa região, denominada Província dos Tupinambás, há 12.000 anos até que foram impiedosamente dizimados pelos conquistadores europeus, mesmo estes tendo participação ativa na construção e no progresso de Belém por mais de dois séculos, ajudando tanto nas edificações, quanto no abastecimento da cidade com o comércio de suas colheitas, frutas, drogas do sertão, mandioca, farinhas, além da caça e do peixe tão abundantes nas águas do riomar (PAMPLONA, 2014).

As terras da Baía do Sol foram doadas como sesmarias ao Padre Antônio Nunes da Silva, em seis de dezembro de 1746. Seus herdeiros, utilizando a mão de obra de escravos africanos, construíram e fizeram florescer sítios agrícolas, o que proporcionou uma condição favorável para a defesa da fauna e da flora da região, tão importantes que tornaram a família Silva a mais tradicional daquela parte da ilha.

A Baía do Sol é caracterizada como uma colônia de pescadores artesanais. A pesca artesanal de acordo com o site da Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura do Pará (SEPAq, 2016), é definida como:

A atividade exercida por produtores autônomos ou com relações de trabalho em parcerias, que utilizam pequenas quantias de capital e meios de produção simples, com tecnologia e metodologia de captura não mecanizada e baseada em conhecimentos empíricos. Em outras palavras, a pesca artesanal configura-se na exploração de recursos pesqueiros com a utilização de tecnologia simples para a captura, com a produção em baixa escala.

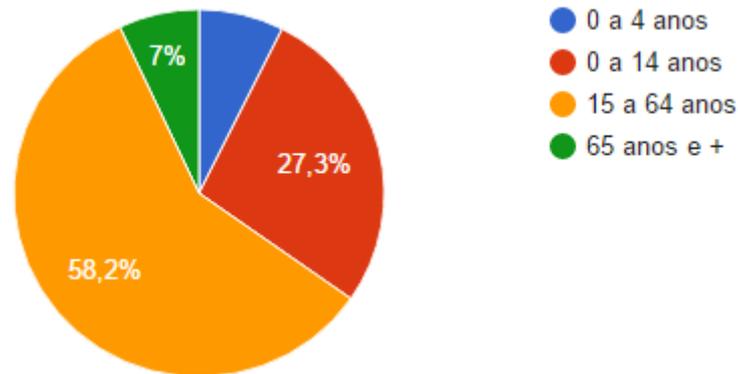
Entretanto, a inserção da pesca industrial a partir da década de 1970 e as intensas modificações na dinâmica de ocupação do espaço, têm reproduzido inúmeras alterações na estrutura socioeconômica desta pequena comunidade. O pescador artesão que antes era detentor dos meios de produção para sua subsistência, diante da expansão da pesca industrial, dos constantes assaltos promovidos pelos piratas na região e pela escassez do pescado, motivado pelo uso indiscriminado dos recursos da natureza; vê-se obrigado a se submeter às condições amplamente desfavoráveis impostas pelos comerciantes atravessadores do pescado (donos das grandes indústrias de pesca da região), ou ainda migrar para o setor informal, serviços domésticos, caseiros, pedreiros, carpinteiros, vendedores ambulantes, etc. (SIMONIAN; SILVA, 2010).

De acordo com os dados do Censo (2010), a população da Baía do Sol é composta por 2.414 (dois mil quatrocentos e quatorze) habitantes, sendo 51,66% homens e 48,34% mulheres. Entretanto, dados do Instituto Tupinambá (2016) afirmam haver na comunidade 7.000 mil pessoas. Questionado sobre esta substancial diferença nos dados populacionais, o líder comunitário e atual coordenador do Banco Comunitário Tupinambá, Marivaldo Vale, informou que a fonte de dados do Instituto são os registros efetuados pelo Programa Família Saudável, responsável por visitar cada um dos domicílios da comunidade, e sinalizou ainda a existência de muitos domicílios situados em pequenos sítios e ramais de difícil acesso.

Como reflexo da ocupação veranista da Ilha de Mosqueiro, a Baía do Sol possui 50,6% de seus domicílios não ocupados, conforme dados do Censo do IBGE (2010) apresentados no quadro 4 (p. 89).

Os dados da figura 8 demonstram a faixa etária da Baía do Sol, agrupada em grupos de 0 a 4 anos, 0 a 14 anos, 15 a 64 anos e 65 anos e +:

Figura 8 – Gráfico da faixa etária da população de Baía do Sol – Belém



Fonte: População - IBGE (2010)

As informações dispostas no quadro 3 representam uma síntese tabulada pelo site População a partir de dados extraídos do Censo realizado pelo IBGE no ano de 2010.

Quadro 3 - Dados tabulados sobre a População de Baía de Sol

Domicílios Particulares Permanentes	1.193
População Residente	2.414
População Homens	1.247
População Mulheres	1.167
Razão de Dependência ⁸ Jovens	46.8%
Razão de Dependência Idosos	12.1%
Razão de Dependência Total	58.9%
Índice de Envelhecimento	25.9%
Razão de Masculino x Feminino	106.9%
Razão Crianças-Mulheres	33.9%
Média de moradores por Domicílios	4.1
Proporção de domicílios ocupados	49.4%
Proporção de domicílios não ocupados	50.6%

Fonte: População - Censo (2010)

⁸ Razão de Dependência - peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

Afastada do centro administrativo e comercial de Mosqueiro, a comunidade da Baía do Sol é considerada zona rural da ilha e sofre com históricos problemas de ordem infra estrutural como o acesso a transporte, saúde, moradia, saneamento, cultura, água tratada, lixo, e ainda com a falta de estratégias de desenvolvimento para a geração de trabalho e renda na comunidade (VALENTE; CORRÊA, 2012).

No Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, a comunidade da Baía do Sol é integrada a mais 3 bairros vizinhos - Maraú, Paraíso e Cuaruara para compor uma unidade de desenvolvimento humano (UDH). Essa UDH é denominada Mosqueiro: Maraú/Paraíso/Baía do Sol/Cuaruara e apresentou Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM⁹ de 0,64 no ano de 2010. Esse valor situa a UDH na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o valor do IDHM da UDH é a Longevidade, com índice de 0,760, seguida de Renda, com índice de 0,625, e de Educação, com índice de 0,553. A UDH ocupa a 208^a posição entre as 251 UDHs da Belém, segundo o valor do IDHM. O quadro 4 faz uma síntese destes indicadores:

Quadro 4 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Mosqueiro: Marahu / Paraíso / Baía do Sol / Cuaruara – PA – 2000-2010

IDHM e componentes	2000	2010
IDHM Educação	0,375	0,553
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	40,77	50,56
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	74,85	88,07
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	41,94	69,87
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	18,64	46,63
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	8,32	26,54

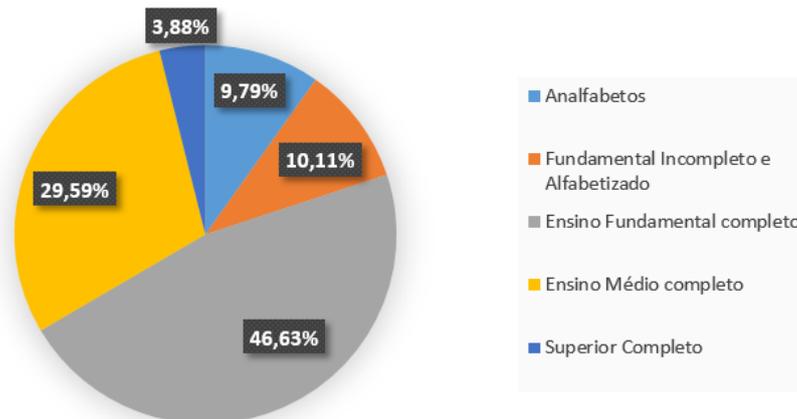
⁹ O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: ajusta a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Assim, o IDHM - incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda - conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira. O IDHM regula o IDH para a realidade dos municípios e reflete as especificidades e desafios regionais no alcance do desenvolvimento humano no Brasil (PNUD, 2016).

IDHM Longevidade	0,712	0,760
Esperança de vida ao nascer (em anos)	67,73	70,61
IDHM Renda	0,564	0,625
Renda per capita (em R\$)	267,67	390,70

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

No que tange ao critério Educação, a UDH Mosqueiro: Marahu/Paraíso/Baía do Sol/Cuaruara – PA apresentou em 2010, 9,8% de analfabetos, 10,11% com ensino fundamental incompleto e alfabetizados, 46,63% tinham o ensino fundamental completo, 29,59% possuíam o ensino médio completo e 3,88%, o superior completo, considerando-se a população de 25 anos ou mais de idade. Conforme o gráfico a seguir:

Figura 9 – Escolaridade da População de 25 anos ou mais – 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

A renda média per capita na UDH da Baía do Sol é R\$ 390,70, enquanto que no município de Belém é de R\$ 853,82, conforme o quadro 5:

Quadro 5 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Mosqueiro: Marahu / Paraíso / Baía do Sol / Cuaruara – PA

	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	267,67	390,70
% de extremamente pobres	14,90	6,30
% de pobres	38,28	21,87

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

A conjugação dos fatores anteriormente expostos culmina em elevados indicadores de vulnerabilidade social na comunidade e vizinhança, apesar o IDHM da unidade de desenvolvimento apresentar um índice avaliado como “médio”, segundo os parâmetros internacionais de avaliação do índice. O quadro retrata os principais componentes relacionados à vulnerabilidade social na comunidade:

Quadro 6 - Vulnerabilidade Social - Mosqueiro: Marahu / Paraíso / Baía do Sol / Cuaruara - PA

Crianças e Jovens	2000	2010
Mortalidade infantil	34,94	26,00
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	73,32	61,27
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	7,27	3,16
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	23,13	18,93
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	7,19	7,37
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	6,92	2,75
Família		
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	48,68	51,22
% de vulneráveis e dependentes de idosos	2,42	4,58
% de crianças com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais	19,89	7,73
Trabalho e Renda		
% de vulneráveis à pobreza	68,25	50,85
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	51,85	41,99
Condição de Moradia		
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	56,60	61,66

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

Os indicadores apresentados dão uma visão geral dos complexos problemas socioeconômicos que assolam a Baía do Sol. Empobrecida e desprestigiada pelas políticas públicas (VALENTE; CORRÊA, 2012), a própria comunidade começou a se organizar a fim de buscar alternativas de promover melhores condições de vida.

A prática social de mobilização comunitária é antiga no contexto da Baía do Sol, tendo sua primeira entidade representativa dos interesses comunitários - em específico dos pescadores artesanais, a Colônia de Pescadores fundada em 1918. Compartilham ainda o palco das entidades que lutam pela melhoria das condições de vida da população local, o Centro

Comunitário da Baía do Sol¹⁰, a Associação das Mulheres da Pesca (2000), o Clube de Mães (1980), o Instituto Tupinambá (2011) e alguns clubes de futebol informais, que serão alvo de descrição e análise posterior.

3.4 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* ANALÍTICO

O foco da pesquisa qualitativa possui inerentemente uma multiplicidade de métodos (DENZIN; LINCOLN, 2006). O uso de múltiplos métodos reflete uma tentativa de assegurar uma compreensão que proporcione maior profundidade do fenômeno em questão. Sendo assim, o presente estudo é uma combinação que envolve o uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos e uma multiplicidade de práticas metodológicas de acordo com os objetivos propostos pela pesquisa.

O *corpus* de uma pesquisa é composto pelos materiais identificados como fontes importantes para que o pesquisador possa fundamentar seu texto, adequando-o ao caráter científico necessário (BAUER; AARTS, 2002). O processo de seleção do *corpus* de análise para a realização desta pesquisa alinhou-se ao pensamento de Fairclough (2001), ao afirmar que este não pode ser totalmente constituído antes ou mesmo durante o período de análise, mas deve estar aberto e com possibilidades de crescimento em resposta a questões que surgem no transcorrer desse processo.

A retroalimentação produzida pelos elementos ontoepistemológicos da pesquisa e as demandas emergidas do *lócus* investigativo alteraram o curso previamente delineado, corroborando com o pensamento de Silva e Silva (2013), quando afirma que “trabalhar com *corpus* é, naturalmente, alterar o mapa preliminar da pesquisa”.

3.4.1 Acesso aos dados

Para compor o *corpus* analítico da pesquisa foram utilizados materiais audiovisuais, documentos e dados coletados por meio dos seguintes métodos de acesso:

As **técnicas observacionais** são procedimentos empíricos de natureza sensorial, focadas na observação da rotina cotidiana. A observação constitui-se em uma técnica de coleta de dados

¹⁰ Não foi possível ter acesso aos documentos de constituição dessa entidade.

imprescindível para as pesquisas de campo orientadas por um Estudo de Caso (MARTINS, G., 2006).

Para Cooper e Schindler (2003, p.304) a observação:

Se qualifica como investigação científica quando é conduzida especificamente para responder a uma questão de pesquisa, é sistematicamente planejada e executada, usa controles apropriados e fornece informações válidas sobre o que aconteceu. A versatilidade da observação faz dela uma fonte primária indispensável e um complemento para outros métodos.

Para fins deste estudo, foram consideradas como observações as visitas sistematizadas realizadas pela pesquisadora à comunidade no intervalo de julho de 2015 a outubro de 2016, que totalizaram 05 (cinco) visitas às entidades comunitárias representativas da Baía do Sol. Conforme quadro 07 a seguir:

Quadro 7 – Visitas realizadas à Baía do Sol

DATA	OBJETIVO
04/07/2015	Etapa exploratória, com visita às instalações do Instituto Banco Comunitário Tupinambá;
15/12/2015	Etapa exploratória, com visita aos empreendimentos comerciais da comunidade;
04/08/2016	Visita às instalações do Instituto Banco Comunitário Tupinambá e da Colônia de Pescadores;
06/08/2016	Visita à sede do Clube de Mães;
11/10/2016	Visita às instalações provisórias da Associação das Mulheres da Pesca – Creche UEI Bacuri

Fonte: Elaborado pela autora

Nesta fase das visitas, o foco da observação era perceber a estrutura física e organizativa das entidades, o perfil de sua diretoria, suas estratégias de intervenção na realidade social, a forma interação entre os seus atores, afim de caracterizar as práticas sociais comunitárias vivenciadas na comunidade da Baía do Sol e em seguida compara às categorias do pós-desenvolvimento.

O instrumento de coleta de dados empregado foi o diário de campo, que é um recurso utilizado pelos investigadores para registrar/anotar as experiências vivenciadas e permite sistematizar as experiências para posteriormente analisar os resultados. As principais observações foram transcritas para um documento do Word e inseridas no programa NVivo para posterior análise.

A **pesquisa documental** advém dos materiais que são fontes de informação que ainda não receberam organização, tratamento analítico e publicação (SANTOS, A., 1999, p.30). Permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social. Estudar documentos implica

fazê-lo a partir do ponto de vista de quem os produziu, isso requer cuidado e perícia por parte do pesquisador para não comprometer a legitimidade do seu estudo (SILVA et al, 2009).

Face aos objetivos específicos da pesquisa de investigar como se processa a organização comunitária na Baía do Sol e caracterizar as práticas sociais empreendidas por essas entidades, associando-as aos valores compartilhados pelo campo de estudo do pós-desenvolvimento; o estudo elegeu como fonte de pesquisa documental (1) os Estatutos de constituição das entidades, (2) os Projetos em execução na data de realização da pesquisa de campo 20015-2016, (3) as atas da reuniões do mesmo período, (4) as páginas da web (blog) e os (5) vídeos, como os elementos capazes de produzir resposta à intencionalidade da tese. Os estatutos, projetos e atas foram selecionados em virtude de os mesmos apresentarem formalmente o propósito das entidades, suas estruturas organizacionais, suas linhas de atuação, as principais ações empreendidas e os assuntos debatidos entre os atores nas reuniões; já a página da web e os vídeos servem de registro das ações cotidianas das entidades e dos depoimentos dos moradores da comunidade sobre as ações destas.

Cabe ressaltar que em virtude de nenhuma das entidades utilizar-se da prática sistemática de registro de seus encontros em forma de ata, não foi possível analisar esse tipo de documento em nenhuma das entidades.

A **entrevista** adquire importância no estudo de caso, pois através dela o investigador percebe a forma como os sujeitos interpretam as suas vivências, já que ela “é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.34).

Foram realizadas durante a pesquisa dois tipos de entrevistas: a entrevista individual e a entrevista em grupo, também conhecida como grupo focal. Ambas possuem muitas semelhanças entre si, dentre as quais destaco o fato de não serem conduzidas por um conjunto de perguntas predeterminadas, embora se tenha utilizado de *tópicos guia* ou *roteiro semiestruturado*, elaborados de acordo com os objetivos e a questão da pesquisa. Ao optar por este procedimento, a ideia não é fazer um conjunto de perguntas padronizadas ou esperar que o entrevistado traduza seus pensamentos em categorias específicas de resposta, ao contrário, como afirma Gaskell (2008, p.73), “as perguntas são quase um convite ao entrevistado para falar longamente, com suas próprias palavras e com tempo para refletir”, e desta forma estabelece-se um diálogo entre entrevistado e entrevistador, onde este pode solicitar esclarecimentos e acréscimos em pontos importantes. A pesquisadora esforçou-se para que as entrevistas fossem além de uma via de mão única, “transplantando” a informação de um lado

(entrevistado) para o outro (entrevistadora), mas que em vez disso, esses momentos fossem constituídos de ampla interação entre as partes, sendo composta por trocas de ideias e de significados, em que várias realidades e percepções pudessem ser exploradas e desenvolvidas.

As **entrevistas individuais** foram presenciais, realizadas com 6 (seis) líderes representantes das entidades comunitárias atuantes na Baía do Sol, totalizando 285 minutos de gravação (4h 45min) e teve como peculiaridade a contribuição de atores externos que acompanhavam o momento da entrevista e durante o seu curso sentiam-se a vontade com complementar ou exemplificar as falas dos atores principais que estavam sendo entrevistados. Estas falas “coadjuvantes” advinham de cônjuges, filhos e da própria auxiliar de pesquisa moradora da comunidade, e foram consideradas no corpus por apresentarem importantes contribuições à mesma.

A primeira entrevista foi realizada em 04 de junho de 2015 na comunidade da Baía do Sol, com o coordenador do Banco Comunitário Tupinambá – Marivaldo Vale e a coordenadora do Instituto Tupinambá – Ivoneide Vale, dois líderes comunitários de elevada notoriedade dentro da comunidade. Esta fase da pesquisa tem caráter exploratório e seu objetivo era proporcionar um entendimento preliminar das práticas sociais empreendidas pela ação comunitária da Baía do Sol, a fim de subsidiar a estruturação das etapas posteriores da pesquisa.

A segunda fase das entrevistas individuais ocorreu entre os dias 04 e 08 de agosto de 2016, também na comunidade, onde os atores foram entrevistados presencialmente. O critério de seleção para esta etapa foi um representante de cada instituição comunitária que compõe a Baía do Sol. O tópico guia utilizado nesta fase encontra-se no Apêndice D.

A entrevista em grupo, conhecida ainda como **grupo focal** ou *focus group* compreende:

Uma técnica de pesquisa na qual o pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico. (CRUZ NETO et al, 2002, p.5)

Cooper e Schindler (2003) o definem como um painel de pessoas, lideradas por um moderador ou facilitador, que se utilizando dos princípios da dinâmica de grupo irá guiar ou focar o grupo na troca de ideias, sentimentos e experiências em um tópico específico. O objetivo do grupo focal é promover uma entrevista em profundidade realizada em grupo, onde os participantes influenciam uns aos outros, por meio da exposição de suas ideias, experiências e eventos; e assim são registradas as opiniões-síntese das discussões estimuladas pelo mediador, que neste caso foi a própria autora da pesquisa (MARTINS, 2006).

Está técnica foi selecionada para a pesquisa em virtude da variedade de informações que podem advir do debate, envolvimento, concordância e discordância dos participantes do evento; além do que, a integração espontânea dos participantes, de acordo com Martins (2006), propicia riqueza e flexibilidade na coleta de dados, não comuns quando se aplica um instrumento individualmente.

O grupo focal foi realizado do dia 04 de agosto de 2016 na sede do Instituto Tupinambá das 15h30min às 18h00min, com a presença dos seguintes atores:

- ✓ A autora da pesquisa, na condição de moderadora, responsável por conduzir e controlar a discussão dos tópicos propostos;
- ✓ Uma assistente da moderadora, moradora da comunidade, responsável por acolher os participantes, entregando o crachá de identificação e auxiliando no preenchimento dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, documento disponível no Apêndice B da presente pesquisa.
- ✓ 9 representantes da comunidade e 1 intercambista mexicana que na época desenvolvia um projeto social na comunidade.

Para a execução do grupo focal foi utilizado um Roteiro de Debate com a adoção de tópicos guia alinhados aos objetivos da pesquisa (vide apêndice C), sendo o evento gravado na forma de áudio e registrado por meio de fotografias. A seleção dos participantes deu-se por meio da técnica de amostragem não probabilística denominada bola de neve, onde os indivíduos selecionados para serem estudados convidam novos participantes da sua rede de amigos e conhecidos (OCHOA, 2015). Neste caso, foi solicitado aos líderes do Instituto Tupinambá e do Banco Comunitário convidar de 10 a 15 pessoas envolvidas direta ou indiretamente nas ações da comunidade para participar da pesquisa.

A bola de neve é usada com frequência para acessar indivíduos de difícil contato por parte do pesquisador, fato ocorrido nesta pesquisa, dado que a autora reside atualmente em outro Estado, diferente do *lôcus* de investigação.

Cooper e Schindler (2003) destacam ainda como vantagens desta ferramenta, a capacidade de atingir as principais questões de um tópico de forma rápida e barata, proporcionando observar as reações à sua pesquisa em um ambiente aberto, no qual os participantes respondem com suas próprias palavras, sem serem forçados a se adaptar a um método formalizado e podem agir livremente, trazendo à tona coisas não previstas no roteiro.

Dada à multiplicidade de técnicas de coleta de dados utilizados nesta pesquisa, fez-se necessário a elaboração de um quadro que demonstre de forma sintética como os métodos e

instrumentos estão associados a cada um dos objetivos específicos da tese, conforme o quadro a seguir:

Quadro 8 - Objetivos Específicos X Instrumentos de Coleta de Dados

Objetivos Específicos	Método	Instrumento
a) Investigar como se processa a organização comunitária em pequenas localidades da Amazônia	Pesquisa Documental	Estatuto das entidades comunitárias da Baía do Sol
	Entrevista Individual	Roteiro de Entrevista - Liderança
b) Caracterizar as práticas sociais comunitárias vivenciadas em pequenas localidades da Amazônia	Pesquisa Documental	Páginas de web site, projetos e vídeos
	Pesquisa Documental	Textos dos projetos desenvolvidos pela comunidade
	Entrevista Individual	Roteiro de Entrevista
	Entrevista em Grupo	Roteiro de Debate com a adoção de tópicos guia - Comunitários
	Técnicas Observacionais	Diário de Campo
c) Comparar as práticas sociais comunitárias vivenciadas em pequenas localidades na Amazônia com os valores compartilhados pelo campo de estudos do Pós-desenvolvimento.	Pesquisa Documental	Páginas de web site, projetos e vídeos
	Pesquisa Documental	Textos dos projetos desenvolvidos pela comunidade
	Entrevista Individual	Roteiro de Entrevista - Liderança
	Entrevista em Grupo	Roteiro de Debate com a adoção de tópicos guia - Comunitários
	Técnicas Observacionais	Diário de Campo

Fonte: Elaborado pela autora

Apresentado a forma como os dados foram acessados durante o desenvolvimento da pesquisa, serão expostos a seguir o conjunto de textos escritos e falados utilizados na análise do presente estudo.

3.4.2 Material audiovisual

A mídia audiovisual diz respeito a todo meio de comunicação em que há a utilização conjunta de elementos visuais (imagens, fotografias, desenhos, gráficos, esquemas, etc.) e sonoros (música, voz, efeitos sonoros, etc.), em outras palavras, uma mídia audiovisual é toda aquela que pode ser vista e ouvida ao mesmo tempo (VESCE, 2016). Com base nessa definição, tem-se que a linguagem audiovisual é resultante de três tipos de linguagem: a linguagem verbal, sonora e visual, que em conjunto transmitem uma mensagem específica e amplamente rica para a composição de um escopo de análise de pesquisa qualitativa.

Os materiais audiovisuais que utilizamos na constituição do *corpus* analítico deste estudo são constituídos por 06 vídeos capturados no *Youtube*. Os mesmos referem-se a entrevistas e documentários realizados na Baía do Sol elaborados por fontes de produção interna (comunidade) e externas (emissoras de televisão locais e Caixa Econômica Federal) com o objetivo de descrever e noticiar a experiência do Instituto Banco Comunitário Tupinambá, o primeiro banco comunitário da região norte do país a trabalhar com moeda social própria denominada Moqueio. No decorrer das análises o material audiovisual foi classificado como “Vídeos”, e encontra-se sintetizado no quadro 9:

Quadro 9 – Material audiovisual utilizado na constituição do *corpus* de pesquisa

Codificação	Título	Produtor	Formato	Duração
VD - 01	Banco Tupinambá movimentando a economia em Mosqueiro.	Jornal RBA – Rede Brasil Amazônia de telecomunicações.	Reportagem	03:22
VD - 02	Banco Comunitário Tupinambá	Não identificado	Reportagem	03:11
VD - 03	Banco Tupinambá transformando vidas	Instituto Tupinambá	Reportagem	06:17
VD - 04	Banco Comunitário Tupinambá	Programa “ET&C e Tal” do SBT – Sistema Brasileiro de Telecomunicações.	Reportagem	07:06
VD - 05	Prêmio CAIXA – Melhores Práticas 2015.	Caixa Econômica Federal.	Documentário	04:39
VD - 06	Mosqueiro tem moeda própria	SBT – Sistema Brasileiro de Telecomunicações.	Reportagem	02:21

Fonte: Elaborado pela autora

O critério utilizado para a seleção dos vídeos foi a priorização das mídias audiovisuais que constassem depoimentos dos indivíduos da comunidade da Baía do Sol que acessam os serviços do banco, constituindo-se em uma espécie de entrevista indireta para captar as impressões desta população sobre as práticas sociais instituídas pelo Instituto Tupinambá, que é uma das entidades comunitárias atuantes na Baía do Sol.

Após a visualização dos vídeos, foram selecionados alguns trechos de fala dos entrevistados que foram transcritos literalmente de maneira que pudesse seguir a originalidade do texto como referência principal, e em seguida foi realizada a codificação destes com o auxílio do software de pesquisa NVIVO.

Cabe ressaltar que não foram encontrados na internet vídeos que documentassem as experiências das demais entidades atuantes na comunidade da Baía do Sol, como as: Colônia dos Pescadores, a Associação das Mulheres da Pesca, do Clube de Mães e do Centro Comunitário.

3.4.3 Documentos

Os documentos que compõe o *corpus* analítico da pesquisa são formados pelos documentos oficiais das entidades comunitárias existentes na Baía do Sol. Esta opção se deu porque eles representam a própria instituição, principalmente, no que concerne ao que eles pensam, fazem e avaliam (FLICK, 2009). No processo de análise destes documentos a intenção primordial foi de identificar a finalidade, os principais objetivos e a linha de atuação de cada uma das entidades comunitárias atuantes na Baía do Sol.

Durante as análises, cada documento oficial foi codificado sob a forma de EST (estatuto) ou PROJ (projeto), seguido das iniciais das entidades ou projetos as quais correspondem.

Quadro 10 – Documentos utilizados na constituição do corpus de pesquisa

Codificação	Título	Entidade	Ano
EST – CP	Estatuto da Colônia de Pescadores Z-09 de Mosqueiro	Colônia de Pescadores Z-09 de Mosqueiro	2013
EST – CM	Estatuto Social	Clube de Mães do Povoado Baía do Sol	1986
EST – IT	Estatuto do Instituto Banco Tupinambá de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária	Instituto Banco Tupinambá de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária	2011
EST - AMP	Estatuto Associação de Mulheres da Pesca da Baía do Sol.	Associação de Mulheres da Pesca da Baía do Sol	1990
PROJ – ET	Projeto Eco TUPI - Agência jovem de comunicação comunitária.	Instituto Banco Tupinambá de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária	2015
PROJ - CM	Projeto Ceci Mulheres	Instituto Banco Tupinambá de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária	2013
PROJ – BT	Apresentação Banco Tupinambá - 2016	Instituto Banco Tupinambá de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária	2016

PAG WEB	http://bancotupinamba.blogspot.com.br/	Instituto Banco Tupinambá de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária	2016
---------	---	--	------

Fonte: Elaborado pela autora

Os estatutos e projetos acima elencados foram scaneados ou transformados em modelo de arquivo PDF - *Portable Document Format*, e em seguida migrados para a base de dados do software de pesquisa NVIVO. A página da web serviu como fonte para o fornecimento de imagens ilustrativas das práticas sociais empreendidas pelo Instituto na comunidade.

Cabe ressaltar que até a data de conclusão desta pesquisa não foi possível ter acesso ao documento de constituição do Centro Comunitário da Baía do Sol.

3.4.4 Entrevistas

Utilizando-se dos procedimentos anteriormente expostos no subitem 3.4.1 *Acesso aos dados*, o quadro a seguir sintetiza as entrevistas utilizadas na composição do *corpus* analítico da pesquisa. Durante as análises, cada entrevista foi codificada sob a forma de EE (entrevista exploratória); ou EI (entrevista individual), seguido da sigla correspondente à entidade a qual o (a) entrevistado (a) representa; ou a sigla GF (grupo focal), seguida das iniciais do nome do participante.

Quadro 11 – Lista de Entrevistados

Codificação	Tempo	Denominação
EE	50:12	Entrevista Exploratória com a coordenadora do Instituto Tupinambá e o coordenador do Banco Comunitário Tupinambá
EI – CO	36:54	Entrevista Individual com o Presidente da Colônia de Pescadores Z-09 da Baía do Sol
EI – CC	32:52	Entrevista Individual com o Secretário do Centro Comunitário da Baía do Sol
EI – AMP	28:34	Entrevista Individual com a presidente da Associação de Mulheres da Pesca da Baía do Sol
EI – IT	17:16	Entrevista Individual com a coordenadora do Instituto Tupinambá
EI – CM	40:13	Entrevista Individual a Presidente do Clube de Mães da Baía do Sol
GF	79:00	Grupo Focal realizado com 9 integrantes da comunidade e 1 intercambista mexicana que desenvolvia um projeto social na comunidade à época da entrevista.
Total	285:01	

Fonte: Elaborado pela autora

As entrevistas foram todas gravadas em áudio, totalizando 285 minutos ou 4 horas e 45 minutos. Posteriormente, elas foram transcritas literalmente de maneira a garantir a originalidade do texto como referência principal. Em seguida, as entrevistas transcritas foram codificadas com o auxílio do software de pesquisa NVIVO.

Após a exposição do *corpus* analítico da pesquisa faz-se necessário uma apresentação sobre a forma como os dados foram tratados e analisados. Considerando a intencionalidade da pesquisa, aliada ao seu caráter qualitativo e exploratório, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo na análise dos dados da investigação.

3.5 ANÁLISE DO CONTEÚDO COMO TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

A Análise de Conteúdo corresponde a um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 2011). De acordo com Bauer e Gaskel (2002), este conjunto de técnicas possui elevada contribuição social dado sua intenção em produzir inferências de um texto para seu contexto social de forma objetiva, ou seja, utilizando de técnicas apropriadas para revelar os significados das palavras e desta forma apresentar em profundidade o discurso dos enunciados.

Autora amplamente referenciada neste campo de estudos, Bardin (2011, p. 42), define a Análise do Conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens.

Definida como um método empírico de cunho metodológico, aplicável a discursos extremamente diversificados, a análise de conteúdo é organizada em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (BARDIN, 2011).

A **pré-análise** compreende a leitura geral ou leitura flutuante do material eleito para exame, neste caso as entrevistas transcritas, os documentos, vídeos e registros de campo.

A organização geral do material a ser investigado foi realizada obedecendo os critérios propostos por Bardin (2011) de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. A exaustão refere-se ao esforço empreendido para não deixar fora da pesquisa qualquer um de seus elementos; a representatividade, significa a seleção de uma parte

representativa do universo inicial; a homogeneidade sinaliza que os documentos retidos devem ser homogêneos, obedecer critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora dos critérios; e a pertinência que significa verificar se a fonte documental corresponde adequadamente ao objetivo suscitado pela análise, ou seja, esteja concernente com o que se propõem o estudo.

No sistema NVivo11 esta etapa compreendeu a criação de um projeto denominado Tese_Giselle Alves, dentro dele, no menu Fontes Internas, foram criadas 04 (quatro) pastas, denominadas: Documentos, onde foram anexados os 04 (quatro) estatutos e 03 (três) projetos das entidades pesquisadas; Entrevistas a qual foram adicionadas 01(uma) entrevista exploratória, as 5 (cinco) entrevistas individuais e 01 (uma) entrevista do grupo focal; na pasta Relatórios foram organizados os conteúdos dos diários de campo e na pasta Vídeos foi incluída a transcrição dos trechos de fala dos 06(seis) vídeos analisados.

Após a seleção do *corpus* procedeu-se a leitura flutuante de todo o material, com o intuito de apreender e organizar de forma não estruturada aspectos importantes para as próximas fases da análise. Na leitura flutuante tomou-se contato com os documentos a serem analisados, conhecendo o contexto e deixando fluir impressões e orientações (BARDIN, 2011).

Finalizada a etapa da pré-análise, partiu-se para a **exploração do material**, que consiste na construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas. Nesta etapa, a utilização do software de pesquisa NVivo11 foi indispensável para auxiliar na organização, análise e busca por dados qualitativos, dado o vasto conteúdo coletado em campo, colaborando no descobrimento de conexões entre os dados e na revelação de novas perspectivas no desenvolvimento da pesquisa.

O processo de codificação dos materiais correspondeu à criação de um código, constituído por números e/ou letras, que possibilita identificar rapidamente cada elemento das entrevistas, vídeos e documentos analisados, auxiliando a pesquisadora na retomada de documentos específicos quando assim desejar (MORAES, 1999) e ainda para que não se percam na diversidade do material (CAMPOS, 2004).

As codificações utilizadas nesta pesquisa estão dispostas nos Quadros 08, 09 e 10, localizados nas páginas 100, 101 e 102, respectivamente. Sendo que os vídeos foram codificados como VD-01 a VD-06, os documentos foram codificados pela sigla EST (estatuto) ou PROJ (projeto) mais a sigla da entidade correspondente, as entrevistas foram identificadas com a abreviação EE (entrevista exploratória), EI (entrevista individual) seguida da sigla da

entidade correspondente e GF (grupo focal) e o resumo dos diários de campos foi codificado como DC.

Concomitante à fase de codificação, foram definidas as unidades de análise, também denominadas “unidade de registro” ou “unidade de significado”. A unidade de análise é o elemento unitário de conteúdo a ser submetido posteriormente à classificação (MORAES, 1999), elas incluem palavras, sentenças, frases, parágrafos ou um texto completo de entrevistas, diários ou livros (CAMPOS, 2004). O critério utilizado na escolha dos recortes a serem analisados foi a análise temática, utilizando-se de sentenças, frases ou parágrafos como unidades de significado, de acordo com a definição de Campos (2004, p. 613).

O tema pode ser compreendido como uma escolha própria do pesquisador, vislumbrada através dos objetivos de sua pesquisa e indícios levantados do seu contato com o material estudado e teorias embasadoras, classificada antes de tudo por uma sequência de ordem psicológica, tendo comprimento variável e podendo abranger ou aludir a vários outros temas.

A seleção destas unidades de análise temáticas ou recortes do texto, seguiram um processo dinâmico e indutivo de atenção às mensagens explícitas no texto, mas também as significações não aparentes do contexto. Durante a definição das unidades de análise dois critérios fundamentais foram seguidos: os objetivos do estudo e as teorias explicativas adotadas na fase do referencial teórico.

A etapa final da fase de exploração do material corresponde ao processo de categorização dos dados, que pode ser definido como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero” (BARDIN, 2011, p.117).

A categorização dos dados pode ser do tipo apriorísticas ou não apriorísticas. A apriorística o pesquisador de antemão já possui as categorias pré-definidas, segundo experiência prévia ou interesses; e na não apriorística, que é o caso deste estudo, as categorias emergem do contexto das respostas dos sujeitos da pesquisa, o que inicialmente exige do pesquisador um intenso ir e vir ao material analisado e teorias embasadoras, além de não perder de vista o atendimento aos objetivos da pesquisa (CAMPOS, 2004). Diante a inexistência de estudos prévios na área do pós-desenvolvimento que sinalizem categorias para a realização da análise, o presente estudo recorreu à criação de categorias analíticas tendo como direcionador as definições constitutivas dos elementos centrais que norteiam a pesquisa – desenvolvimento, pós-desenvolvimento e práticas sociais vivenciadas em pequenas comunidades na Amazônia – para subsidiar a seleção de algumas categorias que foram se aprimorando ao longo da pesquisa.

Conforme exposto no conteúdo teórico deste estudo, as práticas sociais foram subdivididas em administrativas, econômicas, políticas e sociais. A seleção das categorias de desenvolvimento e pós-desenvolvimento foi inspirada na literatura sobre o tema que “propõem uma saída dos limites institucionais e epistêmicos vigentes a fim de vislumbrar mundos e práticas capazes de gerar as transformações significativas que são consideradas necessárias” (ESCOBAR, 2015, p.219). Os autores do campo de estudos do pós-desenvolvimento propõem que para se avançar no campo é necessário afastar-se dos pilares semânticos que definem o discurso hegemônico do desenvolvimento e aproximar-se de novos valores que buscam reconceber e reconstruir o mundo e inspirar formas alternativas de reprodução de vida, valorizando as experiências que são únicas, pertencentes a uma comunidade específica (ESCOBAR, 2005, 2007, 2015; ESTEVA 2009; SANTOS, E., 2014, LESBAUPIN, 2010; ARRUDA, 2008).

Seguindo esta lógica, para observar a aproximação das práticas sociais vivenciadas pela comunidade da Baía do Sol à perspectiva dominante de desenvolvimento foram definidas como subcategorias de análise os conceitos de: Desenvolvimento, Ajuda, Ciência, Estado Mercado, Progresso, Igualdade e Exploração da Natureza; e para observar as práticas associadas ao pós-desenvolvimento foram selecionadas as subcategorias: Homem-Natureza, Solidariedade, Subsistência, Autonomia, Pluralidade, Harmonia, Respeito e Diversidade.

Cabe ressaltar que no contexto de utilização do NVIVO 11, estas categorias e subcategorias são denominadas de Nós e Sub-Nós. O quadro a seguir demonstra a forma como o tratamento dos dados foi estruturado e a definição utilizada para categorizar as falas dos atores no texto.

Quadro 12 – Estrutura de Entrada no NVivo

Abordagem Teórica	Categorias (Nós)	Subcategorias (Sub-Nós)	Definição Operacional¹¹
Práticas Sociais	Práticas Sociais Comunitárias	Sociais	Atividades reais da organização, desde as cotidianas até as mais inovadoras, as quais, por sua vez, representam as manifestações culturais da organização.
		Econômicas	Forma de organização da produção, consumo e distribuição de riqueza.
		Políticas	Ação de mobilização para produzir ou preservar bens comuns ou bens públicos.
		Administrativas	Estratégia organizativa adotada para atingir os objetivos propostos.
Pós-desenvolvimento	Pós-desenvolvimento	Homem-Natureza	Homem como parte integrante da natureza. Não havendo superioridade/exploração daquele sobre esta.
		Solidariedade	Compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas às outras e cada uma delas a todas.
		Subsistência	Junção do necessário para manter a vida.
		Autonomia	Liberdade de um indivíduo/grupo gerir livremente a sua vida, efetuando racionalmente as suas próprias escolhas.
		Pluralidade	Fato de existir em grande quantidade, de não ser único; multiplicidade, diversidade.
		Harmonia	Reestruturação sobre as formas de relacionamento a fim de restituir o equilíbrio nas relações entre seres humanos.
		Respeito	Sentimento positivo por uma pessoa ou para uma entidade e também ações específicas e condutas representativas daquela estima.
	Diversidade	Renunciar à norma epistemológica dominante, valorizando outras fontes de conhecimento para além do moderno ocidental e científico.	
	Desenvolvimento	Desenvolvimento	Formação discursiva ocidentalista estratégica para a legitimação de diferentes regimes de dominação: do imperialismo colonial à divisão mundial do trabalho contemporânea; do silenciar da alteridade contida em histórias e culturas próprias à naturalização de relações de classe exploradoras.

¹¹ Objetiva traduzir os conceitos expressos por palavras em eventos observáveis, de forma a deixar mais evidente como se procederá a operacionalização dos dados da pesquisa (FREITAS, 1994; VIEIRA, 2006). Representam uma ponte entre os conceitos (ou construtos) e as observações, e “refere-se a como aquele termo ou variável será identificado, verificado ou medido, na realidade” (VIEIRA, 2006, p. 19).

		Ajuda	Auxílio, socorro, assistência, que no contexto de PD alimenta os laços de dependência.
		Ciência	Ciência moderna, a hegemonia do conhecimento científico e das práticas gerenciais capitalistas.
		Estado	Estado como responsável pela administração do bem comum.
		Mercado	Deificação do mercado enquanto regulador supremo da vida social
		Progresso	Movimento para frente, avanço, que no contexto do PD está relacionado a concepção linear da história ocidental.
		Igualdade	É a falta de diferenças entre duas coisas, que no contexto do PD significa que todos nós devemos seguir a mesma trajetória rumo ao mundo único.
		Exploração da Natureza	Apropriar-se dos recursos naturais a fim de satisfazer os objetivos de vida do ser humano e do capital.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

A terceira fase da análise de conteúdo compreende o **tratamento dos resultados** e consiste na apreensão dos conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado (entrevistas, documentos, vídeos e observação). Nesta fase de interpretação dos dados, o pesquisador precisa retornar ao referencial teórico, procurando embasar as análises dando sentido a interpretação. Uma vez que as interpretações pautadas em inferências buscam o que se esconde por trás dos significados das palavras para apresentarem, em profundidade, o discurso dos enunciados.

Esse pensamento de Bardin (2011) converge com a afirmativa de Moraes (1999) que ressalta que este processo de análise do material se processa de forma cíclica e circular, e não de forma sequencial e linear. Ainda segundo o autor, os dados não falam por si, é necessário extrair deles o significado. Isto em geral não é atingido num único esforço. O retorno periódico aos dados, o refinamento progressivo das categorias, dentro da procura de significados cada vez melhor explicitados, constituem um processo nunca inteiramente concluído, em que a cada ciclo pode-se atingir novas camadas de compreensão, fatos presentes na condução do estudo.

Nesta fase foi utilizado como técnicas de tratamento dos resultados o agrupamento das unidades de análise associadas às categorias e subcategorias criadas. Feito isto, os resultados foram analisados seguindo os critérios de (1) freqüenciamento, ou seja, a quantidade de vezes em que uma categoria foi associada à uma unidade de análise; (2) a intensidade, medida através do número de diferentes respondentes e/ou documentos que citam determinada categoria; e (3)

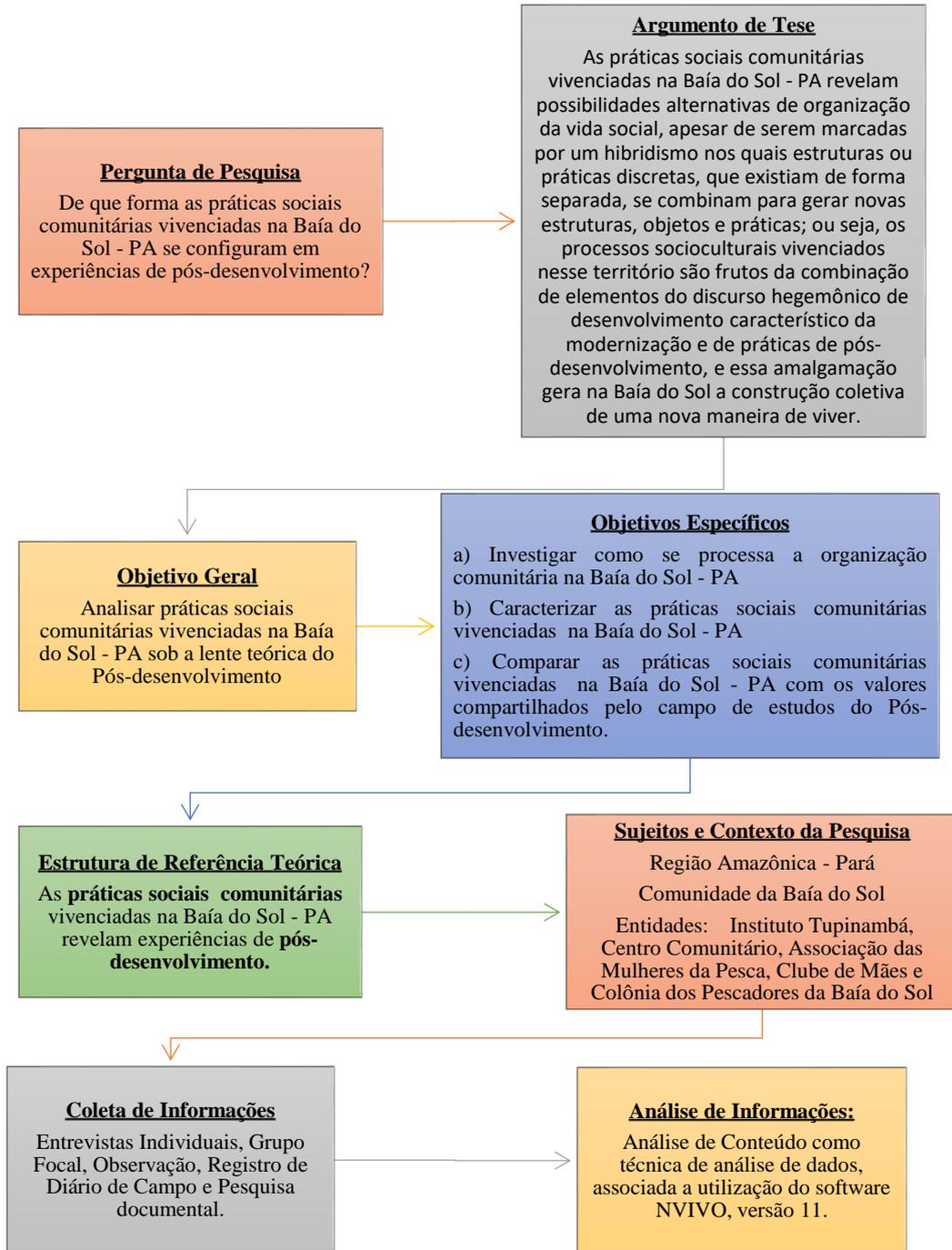
a relevância empírica, que se refere a um tema importante que não se repete no relato de outros respondentes/documentos, mas que guarda em si, riqueza e relevância para o estudo. Cabendo ressaltar que os elementos referentes à análise quantitativa – frequência e intensidade - foram utilizados nesta pesquisa como etapas complementares à análise qualitativa, sendo esta o enfoque principal da pesquisa.

No contexto do software Nvivo11, as principais consultas realizadas neste estudo referiram-se a Pesquisa de Texto, utilizada para localizar a ocorrência de uma palavra, frase ou conceito; a Frequência de Palavras empregada para descobrir conceitos e palavras que ocorrem frequentemente no corpus ou em partes específicas deste; a Consulta por Codificação, que busca as unidades de análises (trechos selecionados do texto) que foram associadas a uma determinada categoria ou subcategoria; e Matriz de Codificação, que realiza o cruzamento das codificações realizadas.

Apesar das fases da Análise de Conteúdo terem sido apresentadas de forma didática e sequencial, o exercício de compreensão e discussão dos dados/resultados desta pesquisa ocorreu em um processo cíclico de idas e vindas e constantes consultas ao material, ao corpo teórico norteador, às categorias e subcategorias criadas, ao referencial pessoal do pesquisador e suas inferências, eliminando desta forma ideia de um conjunto esquemático linear.

A figura a seguir apresenta uma síntese da pesquisa apresentada nesta unidade de procedimentos metodológicas e foi elaborada com base nas orientações de Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999).

Figura 10 - Síntese da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2016) com base em orientações de Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1999).

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo proponho uma discussão em torno da declaração de tese do presente estudo, que afirma que as práticas sociais comunitárias vivenciadas na Baía do Sol - PA revelam possibilidades alternativas de organização da vida social, apesar de serem marcadas por um hibridismo, que ora reproduz o discurso hegemônico de desenvolvimento característico da modernização, ora revela práticas de pós-desenvolvimento, sinalizando a construção coletiva de uma nova maneira de viver. Esta análise tem como pressuposição a convergência entre os elementos advindos do contato com a unidade de análise empírica da pesquisa - comunidade da Baía do Sol - e a estrutura teórica de referência do estudo, na qual proponho que, as práticas sociais comunitárias vivenciadas na Baía do Sol - PA revelam experiências de pós-desenvolvimento.

Esta subunidade está dividida em três etapas. Na primeira delas, o objetivo é descrever e analisar como se processa a organização comunitária em pequenas localidades da Amazônia, notadamente o caso da comunidade da Baía do Sol. A etapa seguinte dedica-se a caracterizar e analisar as práticas sociais comunitárias vivenciadas nestas localidades específicas e, por fim, no último tópico realizo uma discussão sobre as práticas sociais comunitárias, recorrendo aos elementos da literatura sobre pós-desenvolvimento para fortalecer o diálogo entre esta literatura e o campo.

4.1 A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DA BAÍA DO SOL

Considerando que a ação comunitária corresponde a toda atividade organizada e desenvolvida pelos habitantes de um lugar tendo como objetivo atingir um bem geral ou específico, a Baía do Sol constitui-se em uma seara de mobilização comunitária, que pode ser evidenciada pela quantidade das entidades comunitárias formadas localmente, pelo tempo de existência dessas organizações, pelas conquistas produzidas nesse contexto e pelo sentimento de pertencimento presente no discurso de seus atores que estabelecem com o lugar fortes laços de identidade.

Os dados de campo - entrevistas, vídeos e documentos – analisados com o auxílio do *software* NVIVO, apontam para a existência de um associativismo comunitário no território da

Baía do Sol, sendo este caracterizado por um grupo permanente de pessoas que ocupam um espaço comum, que interagem dentro e fora dos papéis institucionais, e criam laços de identidade entre si na busca de um bem comum no bairro (GOHN, 2005). Resultados de pesquisas anteriores, como Simonian e Silva (2010), corroboram a esta afirmação.

No presente estudo tal afirmativa decorre da elevada repetição dos termos *comunidade* e *comunitários* nos textos produzidos e analisados na pesquisa, conforme ilustram o Quadro XX e a figura XX a seguir; e da fala dos comunitários que se reconhecem enquanto comunidade organizada, “São muitas associações que têm aqui, associação de pescadores, associação de mulher da pesca, tem o Instituto Tupi, o centro comunitário, (...) Se pudessem se unir entre si, ganharia muito. A gente vê muito isso na comunidade” (EI – CC, 2016).

Quadro 13 - Termos mais usados no *corpus* da pesquisa

Nº	Palavra	Contagem	Palavras similares
01	Banco	346	Banco, bancos
02	Comunidades	334	Comunidade, comunidades
03	Gente	322	Gente
04	Pessoas	195	Pessoa, pessoas
05	Projetos	180	Projeto, projetos
06	Comunitário	152	Comunitário, comunitários
07	Fazer	132	Fazer
08	Instituto	131	Instituto, institutos
09	Tupinambá	130	Tupinambá, tupinambás
10	Mulheres	108	Mulher, mulheres

Fonte: Elaborado pela autora

A figura a seguir ilustra os termos mais utilizados pelos atores e nos documentos, e sinalizam ainda a presença marcante dos termos “gente” e “pessoas”, indicando um sentimento de participação e pertencimento dos atores envolvidos na pesquisa.

Figura 11 – Palavras mais frequente no *corpus* da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora

As entidades representativas do Associativismo Comunitário na Baía do Sol à época da realização da pesquisa foram 05 (cinco): a Colônia de Pescadores Z-09 de Mosqueiro (CPZ09), o Centro Comunitário da Baía do Sol (CCMS), o Clube de Mães do Povoado Baía do Sol (CMPBS), a Associação das Mulheres da Pesca da Baía do Sol (AMPBS), e o Instituto Banco Tupinambá de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (IBTDSS), que serão a seguir apresentadas e analisadas individualmente, e ao final desta unidade será feita uma apreciação geral buscando pontos de intersecção e relevâncias no contexto maior de integração entre essas entidades.

A **Colônia de Pescadores Z-09 de Mosqueiro (CPZ09)** é a entidade mais antiga na comunidade, está em atividade há 98 anos e se constitui em uma das mais importantes entidades de organização comunitária da Baía do Sol, por ser representativa da atividade econômica base no local - a pesca artesanal. Hoje as colônias de pescadores artesanais estão equiparadas aos sindicatos rurais, tornando-se assim legítimas representantes da classe. Após muitos anos de espera, o Governo Federal sancionou, em 03/05/2008, o decreto lei no 11.699, que transformou as colônias de pescadores em sindicatos rurais, conforme parágrafo único do artigo 8º da Constituição Federal. A decisão fortaleceu essas entidades de forma legal, dando-lhes maior representatividade e permitindo também a cobrança de contribuição sindical, igualando-as aos sindicatos de outras categorias profissionais (JORNAL MARTIM-PESCADOR, 2014).

O primeiro capítulo do estatuto da colônia de pescadores Z09 de Mosqueiro afirma que a mesma foi fundada em primeiro de junho de 1918. A Colônia é uma pessoa jurídica, de direito privado, do tipo entidade sindical colônia de pescadores sem fins econômicos (ESTATUTO COLÔNIA DOS PESCADORES, 2013). Em 2013, a Colônia de Pescadores promoveu uma reformulação em seu estatuto, que passou a estabelecer como finalidades específicas, em seu Art. 4º, defender e buscar aos seus associados:

- I – O melhoramento de suas atividades profissionais de captura, transporte, desembarque e comercialização de pescado;
- II – Beneficiamento da produção;
- III – A formação, qualificação e requalificação, a defesa social, econômica e cultural de seus associados;
- IV – Os serviços de assistência técnica e extensão pesqueira;
- V – Coordenar e unificar reivindicações, planejamento das estratégias, promovendo crescimento de todos os seus filiados e desenvolvendo ações unificada em sua base de atuação, repercussão em nível regional;
- VI – Representar e substituir as suas afiliadas em assuntos corporativos gerais, ou corporativos em juízo, ou fora dele, valendo como através de instrumento procuratório e ato de filiação na colônia Z-09.
- VII – Realizar parcerias, estudos, projetos, convênios e pesquisas, com entidades públicas e privadas, nas áreas da assistência técnica habitacional e habitação de assistência social.

- VIII – Atuar como agente promotor, executor e prestador de serviço de construção, assistência técnica e trabalho técnico social voltados para a questão habitacional;
 IX – Atuar como agente promotor de habitação de interesse social, com vistas a melhoria das condições habitacionais de seus associados;
 X – Construção, produção E execução e organização de unidades habitacionais em parceria com os governos Municipais, Estaduais, Federais e do Distrito Federal.

A Colônia dos Pescadores desenvolve um conjunto variado de ações que se alinham às finalidades específicas declaradas em seu documento de constituição, conforme sintetizado no quadro 14:

Quadro 14 – Finalidades específicas x ações da Colônia dos Pescadores

FINALIDADE ESPECÍFICA	AÇÕES EM CURSO PELA COLÔNIA Z-09
Art. 4º. I	Em parceria com o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia, a colônia conseguiu liberar uma linha de financiamento de crédito produtivo aos pescadores no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais).
Art. 4º II	Durante a pesquisa de campo não foi possível identificar uma ação específica alinhada a essa finalidade.
Art. 4º. III	A colônia Z-09 atua como entidade sindical representativa dos pescadores e intermedeia o acesso de seus associados aos benefícios sociais concedidos pela assistência social.
Art. 4º. IV	Parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER) para realização de recadastramento dos pescadores e emissão das novas carteiras.
Art. 4º. V	Depois de dois anos de parceria com a Federação dos Pescadores do Estado do Pará, com a Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a entidade conseguiu para a Z-09 o Seguro Defeso, que corresponde a um benefício concedido pelo governo federal a pescadores profissionais artesanais durante o período proibido para a atividade pesqueira, com o objetivo de preservar as espécies (PORTAL BRASIL, 2016).
Art. 4º. VI	Durante a pesquisa de campo não foi possível identificar uma ação específica alinhada a essa finalidade.
Art. 4º. VII a X	A colônia conseguiu em parceria com a Caixa Econômica Federal a liberação de 100 casas do Programa Minha Casa Minha Vida para seus pescadores associados. O projeto já foi aprovado e aguarda liberação por parte do governo.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Através das informações expostas no quadro acima é possível identificar que a Colônia dos Pescadores está desenvolvendo ações que atendem à maioria das finalidades específicas declaradas em seu documento de constituição – o Estatuto (2013), o que sinaliza uma gestão alinhada aos propósitos institucionais.

A Administração da Colônia de Pescadores possui uma estrutura associativa e sua gestão é compartilhada entre três organismos: a Assembleia Geral, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. A Assembleia Geral é o órgão supremo que decide sobre as políticas da entidade, é composta pelo conjunto dos associados com direito a voto. A Diretoria Executiva é responsável pela gestão das atividades operacionais da Colônia de acordo com as diretrizes estratégicas definidas em Assembleia Geral, possui um mandato de 04 (quatro) anos e é composta pelo Presidente, líder do nível executivo; 1º e 2º Tesoureiros responsáveis por operacionalizar toda a parte de arrecadação de recursos da entidade, assim como a sua devida contabilização e elaboração do orçamento anual; e 1º e 2º Secretários que exercem as funções relativas à Secretaria como registro das assembleias em ata, organização de documentos e comunicação geral com os associados. O Conselho Fiscal é o órgão de controle patrimonial e financeiro, desempenha a tarefa de examinar as contas elaboradas pela Diretoria Executiva e opinar sobre assuntos disciplinares e diversos de interesse da entidade.

A Diretoria Executiva em exercício na Colônia Z-09 é presidida pelo Sr. Roberto das Graças Pereira da Silva, 67 anos, filho de pescador da região. Seu pai (Sr. Lavareda) foi um dos fundadores da entidade, sua família tem um longo histórico de tradição na pesca e seu desejo de assumir o cargo na organização vem desde os sonhos de criança, quando, aos 12 anos, ele foi pela primeira vez à sede da colônia, conforme narra a seguir:

Olhei para cima, ... Papai e Mamãe fala que existe um Deus no céu, mas que quando eu crescer e for homem como o meu pai, Deus faz eu ser presidente dessa Colônia... e aconteceu e foi!

Sr. Roberto, conhecido na comunidade como *Farol*, está no seu 2º mandato de presidente, que já se estende por 11 anos. Quando questionado sobre o prolongamento da sua gestão, sua esposa Sra. Joana que acompanhava a entrevista respondeu por ele...

Os pescadores não se interessam...Só procuram a colônia quando estão doente, e aquela coisa toda[...] e se for para lá, sentar na cadeira dele, não vai erguer, só vai regredir, entendeu? E os próprios pescadores não se interessam.

A declaração da esposa foi confirmada pelo presidente, sugerindo uma dificuldade no processo de sucessão na gestão da entidade, originada, segundo eles, pela falta de interesse dos associados em assumir a Diretoria Executiva da Colônia e assim, com a falta de chapa para concorrer ao órgão, não são instaurados processos eleitorais e a equipe atual acaba ficando na função por mais tempo do que determina o estatuto.

Essa dificuldade na formação de novas lideranças para assumir a gestão da Colônia Z-09 parece ter associação com a falta de engajamento dos pescadores da região. Dados coletados em campo indicam algum tipo de imobilidade política, como o fato do total de 1.060 (mil e

sessenta) pescadores existentes na base de dados da Colônia, apenas 75 (setenta e cinco) - 7% do total - encontram-se ativos e quites com as contribuições mensais com a entidade, que sobrevive exclusivamente desse aporte. Segundo o presidente, a maioria dos pescadores só procura se associar ou atualizar seus pagamentos quando precisam ter acesso aos benefícios sociais. A fala de Dona Joana corrobora essa explicação

E os próprios pescadores não se interessam. Os pescadores não se interessam...Só procuram a colônia quando estão doentes, e aquela coisa toda...Aposentadoria... Aposentadoria, essas coisas, mas não tem como! Quer dizer que são desorganizados né?! No caso, se fossem organizados, procuravam desde quando já começaram a pescar!

(...) aí tem uma reunião e tem que levar vários pescadores, aí tem carro de graça, comida de graça, aí aparece umas dez pessoas, aí aparece os pescadores? Não aparece nenhum! É verdade! Não tem...São mais de mil e pouco, porque são muitos pescadores, mas não se legalizam na colônia!

(...) as vezes precisa ter uma reunião, precisa de pescador, mas eles não vão... não tem aquela união de tá com ele (referindo-se ao presidente), acompanhar, de dar força né, para conseguir vários benefícios para cá.

Porque é falta de interesse...Interesse é! não tem interesse assim, não sabem... tem o interesse, mas é pelo benefício! Aí quando chega no tempo deles irem lá e fazer seu *cadastro*, e tudo, pagar direitinho todo mês, aí eles não vão, quando então em uma certa idade, por exemplo, quando estão com 50 ou 60 anos, eles acham de querer ir lá... para querer o benefício que ele faz a documentação... mas nunca pagaram a colônia, entendeu?! É isso que acontece...

Contudo, essa pouca participação e envolvimento dos associados no cotidiano da entidade sinalizada pelo presidente da entidade e sua esposa durante a coleta em campo, aparentemente não comprometem as atividades operacionais da Colônia dos Pescadores Z-09, que tem empreendido inúmeras ações para cumprir com a sua missão de atender aos interesses de seus associados, ofertando os serviços básicos de cadastro para a atividade pesqueira, mediando o acesso aos benefícios sociais da previdência social, como aposentadoria, auxílio doença e auxílio defeso, buscando parcerias para conquistar linhas de créditos específicas para a atividade da pesca artesanal e promover o acesso ao sistema de habitação do programa Minha Casa Minha Vida.

Quanto à estrutura física, a Colônia é uma das poucas entidades atuantes na Baía do Sol que possui sede própria. Conforme observado em campo, a organização tem boa infraestrutura como computador, mesa, internet, telefone e espaço para a realização de encontros e reuniões.

A próxima entidade comunitária a ser apresentada é o **Centro Comunitário da Baía do Sol (CCBS)**, que segundo relatos dos comunitários tem pouco menos de 100 anos de existência. Durante o período em que estivemos na comunidade para a realização das entrevistas com a liderança das entidades comunitárias, o presidente do Centro estava afastado do cargo em

virtude de seu envolvimento com campanhas políticas no distrito de Mosqueiro, sendo a entrevista realizada com o presidente em exercício, o Secretário Geral Sr. Fábio Antônio de 37 anos.

Considerando que o secretário entrevistado havia assumido a presidência há poucos dias e que o Centro não possui uma sede própria em que fiquem arquivados os documentos oficiais e a memória da entidade, não foi possível ter acesso ao documento de constituição da entidade e algumas questões relativas à sua gestão não puderam ser respondidas por desconhecimento do entrevistado.

Durante a entrevista, o respondente pontuou alguns aspectos que ele considera como críticos para a atuação do centro comunitário neste último mandato, sendo eles: o cancelamento do CNPJ do Centro Comunitário, o estilo de gestão centralizado do presidente, a expiração do mandato em exercício, as limitações de ordem financeiras da entidade e a interferência de ordem político-partidária na gestão da organização. A seguir cada um deles será descrito e analisado.

De acordo com o relato do secretário, o CNPJ do CCBS está cancelado na Receita Federal desde a década de 1990, em virtude de um recurso financeiro recebido e não prestado contas pela diretoria da época. Fábio estima que a dívida supere a ordem de R\$ 8.000 (oito mil reais) e afirma que a atual equipe de gestão se esforçou bastante no início de seu mandato para obter apoio político e levantar os recursos financeiros necessários à quitação do débito e regularização das condições de atuação do Centro.

Porque nós nos doamos, no começo para fazer uma festa, para que pudéssemos arrecadar fundos justamente para isso, para que o CNPJ... pudesse reativar o CNPJ para que o centro comunitário pudesse abranger em relação a sociedade como um todo (EI – CCBS, 2016).

Apesar do empenho do grupo no início do mandato, problemas internos na gestão do Presidente acabaram por desmobilizá-lo. “Ele perdeu, sobre isso, ele perdeu a credibilidade também com a comunidade em relação a isso, a não prestação de contas em relação a dinheiro” (EI – CCBS). Segundo relatos do secretário, a não prestação de contas dos recursos arrecadados para a quitação da dívida do CNPJ foi um dos fatores que influenciou para o desmantelamento do grupo de trabalho eleito em 2011, que não levou adiante as ações de arrecadação de fundos. A acompanhante de pesquisa, moradora da comunidade comenta o assunto.

Como ele tá falando, se existe uma equipe, é assim, a equipe centro comunitário, a gente não conhece né?! Não sabe quem era o secretário antes dele, ou o tesoureiro, quem faz parte do meio ambiente, que tudo isso tem né? Tem! Quem faz parte da limpeza, são várias coisas que abrangem o centro comunitário, mas aí a gente não sabe, a gente só conhece o presidente! Presidente! (EI – CCBS, 2016).

Os relatos anteriormente expostos nos levam a sugerir uma centralização do poder na figura do Presidente do Centro Comunitário da Baía do Sol.

Não posso lhe responder isso, porque diante disso o Presidente ele agia sozinho. Sozinho porque como eu lhe falei, passou o cargo de Secretário para mim, agora esses tempos. Eu não atuava como Secretário, aliás, não teve tão atuação diante do grupo do centro comunitário (EI – CCBS, 2016).

E assim, a equipe que iniciou um trabalho motivado em 2011 para regularizar a situação fiscal da entidade e retomar suas ações junto à comunidade, aos poucos foi se afastando das atividades do centro, que segundo o relato dos comunitários, hoje se concentra unicamente na figura do presidente, Sr. João Brabo. Tal centralização pode ser um dos fatores que justificam a não realização de um processo eleitoral para votar uma nova comissão de moradores para administrar o Centro. O mandato que iniciou em 2011 deveria acabar em 2014, mas até a data da realização da pesquisa de campo não havia qualquer prenúncio do pleito.

Outro ponto crítico que interfere na atuação do centro junto à comunidade está relacionado às questões de ordem financeira. A entidade não possui uma fonte de arrecadação própria e, em virtude da condição irregular de seu CNPJ, está impossibilitada de acessar recursos financeiros em editais ou estabelecer parcerias com outros agentes. A insuficiência financeira do Centro limita suas atividades ao universo burocrático, a única ação desenvolvida pelo Centro à época da entrevista foi a intermediação junto ao cartório local para ajudar os moradores que pleiteavam o cheque-moradia¹², a ter acesso ao registro de seus terrenos, condição preliminar para a concessão do benefício.

Uma última questão que cabe destaque nesse contexto de atuação do Centro são as interferências de ordem político-partidárias na gestão da entidade, pois segundo o secretário do Centro Comunitário, apesar da boa articulação que o presidente do CCBS possui na Ilha do Mosqueiro, o mesmo pertence a um partido de esquerda, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o distrito de Mosqueiro é governado por um partido de direita, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o que dificulta a obtenção de conquista nos pleitos encaminhados à Agência Distrital de Mosqueiro, órgão pertencente à Prefeitura de Belém e responsável pela gestão da ilha. E assim, todas as solicitações que são encaminhadas para a agência distrital, seja para apoiar um campeonato de futebol, instalar um palco para a realização de um show na comunidade ou ajudar na regularização do CNPJ, nunca conquistam êxito.

¹² O Cheque Moradia do Pará é um programa habitacional gerido pela Cohab (Companhia de Habitação do Estado do Pará) que oferece às famílias com renda de até três salários mínimos a possibilidade de construir, reformar, ampliar ou melhorar suas moradias por meio de uma transferência direta do valor necessário. O Cheque Moradia do Pará não é um financiamento pois as famílias beneficiadas não têm que pagar nada (COHAB, 2016).

O cenário analisado permite concluir que a falta de recursos financeiros, aliada à restrição de ordem tributária, à centralização do poder na figura do Presidente e aos vícios político-partidários presentes nas relações com o centro de poder político-administrativo da ilha, são elementos que têm limitado a atuação do CCBS em direção a melhorias das condições de vida da comunidade local.

Seguindo a cronologia das entidades mais antigas para as mais jovens, tem-se o **Clube de Mães do Povoado Baía do Sol (CMPBS)**, fundado em 27 de novembro de 1980, possuindo 36 anos de atuação como uma Sociedade Civil sem fins lucrativos. A administração da entidade é composta por uma Diretoria de 05 (cinco) membros, eleitos em Assembleia Geral, por um período de 02 (dois) anos, sendo a Presidente, a Vice-presidente, a Secretária, a Tesoureira e a Diretora Social. A presidência é responsável pela representação oficial da entidade, assim como dar testemunho de liderança, dinamizar a participação e o nível de produtividade entre os membros, atuar em situação de conflitos, tomar iniciativa na direção do clube e fazer avaliações periódicas de seu desempenho e dos membros do Clube dentro da comunidade (Art. 8º, ESTATUTO SOCIAL CMPBS, 1980). A Vice-presidente substitui a presidente, executa as atribuições definidas por esta e coopera com o dinamismo e desenvolvimento do Clube (Art. 9º, ESTATUTO SOCIAL CMPBS, 1980). A Secretária é responsável pelas atas, avisos, comunicações, correspondências, apresentar relatório de atividades para a Diretoria e manter em dia a documentação do clube (Art. 10º, ESTATUTO SOCIAL CMPBS, 1980). A Tesoureira dedica-se a tarefas de controle do movimento financeiro do Clube, efetua compras e pagamentos devidamente autorizados, apresenta prestação de contas e submete à Assembleia Geral os relatórios de receitas e despesas anualmente (Art. 11º, ESTATUTO SOCIAL CMPBS, 1980). Curiosamente, o estatuto social da entidade não descreve a função da Diretoria Social e nem a sua finalidade enquanto organização ou os objetivos que pretendem atingir.

Em entrevista realizada com a atual Presidente, Sra. Durvalina Santos Silva de 62 anos, que contou com algumas intervenções de sua filha ao fundo, foi possível verificar que o CMPBS foi originado por senhoras da comunidade, que incentivadas pela presidente-fundadora já falecida, senhora Raimunda Figueiredo da Silva, tinham a intenção de promover ações sociais dentro da comunidade. O relato da atual Presidente da CMPBS narra como a entidade foi pensada.

Fomos chamadas para um evento lá na rampa, dali do Bacuri, que vinham os políticos para lá e o pessoal vinha da EMATER (...) Então, nós fomos convidadas para essa reunião lá, quando nós chegamos lá, tava mais quatro ou cinco mulheres, senhoras lá, que vieram para o evento, para a reunião, ali se surgiu uma conversa que não tinha nada aqui na Baía do Sol, não tinha uma associação, não tinha um clube, não tinha nada, uma delas, a dona Maria, falou para a dona Raimunda assim “Porque vocês não

fundam um clube de mães aqui, uma associação de clube de mães?” lá na rampa do Bacuri, nós tava na reunião da Emater, na Caixa Pesqueira. A dona Raimunda pegou um papelzinho e começou a escrever lá, tava “Vamos logo formar aqui a comissão para levar as mulheres para formar o clube de mães” (EI – CMPBS, 1980).

O Clube de Mães dedica-se a organização de eventos sociais e a promoção de cursos para as mulheres da comunidade, porém, a entidade está sem desenvolver atividades desde 2014. Segundo depoimentos, essa suspensão das atividades operacionais da organização iniciou com algumas presidências anteriores que não deram continuidade ao trabalho de mobilização das mães.

A Auri ganhou, ficou na presidência e simplesmente foi fechando as portas, tipo Maria-fecha-as-porta¹³. Que a gente bate e vai fechando devagar... então, foi fechando as portas, entendesse minha filha? Ela passou uns cinco ou dez anos na presidência, não fez nada, foi se acabando, o pessoal foi todo se afastando, tudo se afastando, ela parece que.... Durante todo esse tempo que ela teve na presidência, não sei, eu não me lembro, nunca fui chamada para saber se ela fez a reunião com as sócias, para saber quem era as sócias e quem não.

Após esse período da baixa participação de seus membros, a sede do Clube foi emprestada a um morador da comunidade que estava com câncer e depois a uma moça que estava com a casa em obras, que juntos geraram uma dívida com a rede de fornecimento de energia, no valor de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) para o Clube. A conjugação desses fatores – desmobilização, falta de espaço e dívida – parecem ser os responsáveis pelo estado atual de inoperância da organização, que apresenta dificuldades para retomar suas atividades, conforme relato de Dona Durvalina.

Gente, porque que vocês, eu cansei de falar isso, toda reunião que eu ia, tinha quatro, cinco pessoas, três, quatro, duas, três, gente, vocês não querem a minha presença, me diga, que eu saio, eu não tou aqui obrigada, eu não tou aqui porque eu quis, foi vocês que me colocaram aqui, então eu não tou aqui obrigada, tá aqui essa moça que é testemunha de tudo aquilo que eu dizia e digo. Foi todo mundo se afastando, se afastando, se afastando, ficou só eu lá.

Muito tempo sem atividade fez com que as sócias fossem se afastando do Clube, mas Dona Durvalina prometeu perseverar na retomada da sede, na promoção de ações para quitar a dívida de energia e reestabelecer as atividades da entidade. A seguir tem-se a imagem da sede do Clube de Mães do Povoado da Baía do Sol.

¹³ Planta comum em regiões úmidas, que apresenta folhagem sensitiva, ou seja, se fecham com o simples toque das mãos.

Figura 12 – Sede do CMPBS

Fonte: Pesquisa de Campo (2016)

O Clube de Mães foi comumente mencionado pelos entrevistados da pesquisa como uma entidade de referência na comunidade da Baía do Sol, sendo que muito dessa atribuição deve-se ao grande número de cursos que a organização já proporcionou no povoado, dentre os quais podemos citar o curso de decoração de sandálias, artesanato para encapar vasilhames, confecção de redes, curso de corte e costura, doce e salgados, pão caseiro, pintura em tecido, crochê, tapeçaria, cama, mesa e banho. Uma análise desses cursos sugerem três importantes conclusões: (1) os mesmos se concentravam em trabalhos manuais e artesanato, objetivando uma capacitação técnica dessas mulheres para conseguir uma renda e ajudar no orçamento familiar; (2) observa-se também que os aspectos primordiais relacionados ao modo de reprodução de vida dessa comunidade ribeirinha, como a pesca artesanal, a biodiversidade florestal, a abundância de frutas e sementes e a pequena agricultura familiar, não foram contemplados no rol dos cursos ofertados às mães, o que nos indica um desprestígio do conhecimento tradicional, da história, da cultura local, das riquezas naturais na hora de pensar em formas alternativas de melhoria de vida para estas mulheres; e por fim (3) destaca-se que esses cursos em geral eram executados em parcerias com outras entidades, como Legião

Brasileira de Assistência (LBA¹⁴), o Rotary Club¹⁵, Fundação João Paulo XXIII (FUNPAPA¹⁶), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER); de modo que as três primeiras entidades citadas são declaradamente filantrópicas, ou seja, dedicam-se à melhoria da condição de vida das pessoas, mas não possuem foco na transformação e emancipação social; e a última organização tem um enfoque na formação técnica, com o objetivo de instrumentalização dessas mulheres para conseguir um emprego ou renda. Logo, não foi possível identificar no contexto do Clube de Mães uma formação direcionada ao estímulo do empoderamento, geração de lideranças populares e promoção e efetivação dos direitos, características capazes de fortalecer a sociedade civil ao ponto de garantir a perenidade das ações da instituição.

A próxima entidade atuante no contexto comunitário analisado é a **Associação de Mulheres da Pesca da Baía do Sol (AMPBS)**, fundada em 08 de março de 1996. A AMPBS é uma entidade civil sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica de direito privado, que tem por finalidade “promover a união da pesca e sua organização em prol da melhoria das condições de vida de todos aqueles que vivem da pesca, regendo-se pelo presente estatuto, pelas normas emanadas dos órgãos dirigentes e pela legislação a ela aplicável” (Art. 1º, ESTATUTO AMPBS, 2000). Apesar de sua nomenclatura, a associação é formada por homens e mulheres da comunidade pesqueira da Baía do Sol, organizados com base no trabalho comunitário.

A estrutura organizativa da entidade é composta por uma Diretoria, um Conselho Fiscal e a Assembleia Geral. A Diretoria é eleita por um mandato de 02 (dois) anos, admitida a reeleição por igual período, sendo composta pelos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro; tem por

¹⁴ LBA é a sigla de Legião Brasileira de Assistência, uma entidade filantrópica fundada em 1942 por Darcy Vargas, primeira-dama naquela época. A LBA era presidida por primeiras-damas e sua função era existir para ajudar famílias carentes. As denúncias de desvios de verbas no ano de 1991 marcaram negativamente a gestão de Rosane Collor. Em 1995, a LBA foi extinta logo no primeiro dia do governo do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (SIGNIFICADOS, 2016).

¹⁵ O Rotary é uma organização de líderes de negócios e profissionais, que prestam serviços humanitários, fomentam um elevado padrão de ética em todas as profissões e ajudam a estabelecer a paz e a boa vontade no mundo. Rotary Club é definido como um clube de serviços à comunidade local e mundial sem fins lucrativos, filantrópico e social (ROTARY CLUB DO RECIFE – BOA VISTA, 2016).

¹⁶ A Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA) surgiu em 1964, constituída inicialmente como uma prática filantrópica de um grupo de senhoras voluntárias, cuja finalidade básica, se limitava “ajudar a resolver os problemas de desajuste social do Município de Belém”, trabalhando inicialmente com assistencialismo no plantão social. Com a constituição de 1988, a FUNPAPA ganhou novas funções, perdendo seu poder policialesco sobre o cidadão. Sua nova função passou a ser de coordenação e execução da política de assistência social do Município de Belém, ganhando assim status de secretaria (FERNADES, A.L.C. 2011).

competência elaborar o regimento interno, organizar a programação anual de trabalho, cumprir e zelar pelo estatuto e regimento interno, firmar convênios, promover festividades e apurar e avaliar as faltas (Art. 17. ESTATUTO DA AMPBS, 2000). Observou-se que as atribuições dos cargos da diretoria da Associação são semelhantes às da Colônia descritas na página 113. A atual diretoria da associação é presidida pela senhora Manolita da Silva, 65 anos, que nos recebeu durante a pesquisa de campo. O Conselho Fiscal é composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, todos associados, também eleitos para um mandato de 02 (dois) anos, prorrogáveis por igual período. Ao órgão compete a incumbência de I - examinar os documentos contábeis relativos às finanças e ao patrimônio da Associação; e II - conferir balancetes mensais e o balanço anual e respectivos documentos, emitindo parecer sobre os mesmos (ESTATUTO DA AMPBS, 2000).

Segundo o Art. 4º do Estatuto da AMPBS (2000), a associação tem por objetivo:

- I. buscar o reconhecimento dos direitos sociais e profissionais dos pescadores/as;
- II. lutar pelo direito das mulheres que exercem atividade no setor da pesca e não são reconhecidas como trabalhadoras profissionais;
- III. garantir os direitos previdenciários das mulheres e dos homens pescadores e agricultores.
- IV. procurar alternativas de renda e desenvolvimento sustentável para as famílias de pescadores e agricultores, através de ações comunitárias que visem a organização de todas as atividades passíveis de desenvolvimento;
- V. buscar a valorização do papel da mulher na sociedade e na família, a igualdade de direitos e obrigações com relação ao homem;
- VI. contribuir para melhorar a organização dos pescadores (as) artesanais com vista ao alcance de financiamentos, de apoio governamental e outros incentivos.
- VII. obter acesso às informações necessárias junto aos órgãos governamentais competentes com vistas ao alcance dos direitos relativos à saúde, à educação e ao trabalho de toda a comunidade.
- VIII. organizar recursos e palestra que venha contribuir na formação e qualificação da população pesqueira;
- IX. participar das lutas pela preservação da natureza e pelo respeito ao meio ambiente, garantindo o presente e o futuro da comunidade pesqueira;

A Associação das Mulheres da Pesca da Baía do Sol desenvolve um conjunto variado de ações que se alinham aos objetivos da entidade, declarados em seu documento de constituição, conforme sintetizado no quadro 15:

Quadro 15 – Finalidades específicas x ações da Associação das Mulheres da Pesca da Baía do Sol

FINALIDADE ESPECÍFICA	AÇÕES EM CURSO PELA AMPBS
Art. 4º. I e II	O atingimento dos objetivos I e II dá-se principalmente em parceria com o Conselho Pastoral dos Pescadores – Norte, organização criada pela Cáritas Brasileira Regional Norte, o CPP-Norte, que possui uma frente de mobilização nacional para debater assuntos relacionados à pesca artesanal e a valorização da figura da mulher nesse contexto.
Art. 4º. III	A Associação atua como entidade sindical representativa dos pescadores e intermedeia o acesso de seus associados aos benefícios concedidos pela assistência social.
Art. 4º IV	A fala da atual presidente da Associação sinaliza um interesse em atingir esse objetivo: “eu vou lá no SENAI ver o que é que tem, é um benefício para nós, se der para fazer, dá para trazer para a Baía do Sol? Daí eu vou no SENAC, dá para fazer? ” (EI – AMPBS). Essa preocupação em promover alternativas de renda para a população local também pode ser identificada pelos variados cursos já ofertados pela entidade, como produção de bombons de chocolates, cursos de corte e costura, artesanato e culinária.
Art. 4º. V	Este objetivo está explícito no protagonismo que as mulheres têm assumido à frente da entidade, tendo participado de debates importantes para o reconhecimento da mulher na atividade pesqueira, ramo tradicionalmente dominado pela figura masculina onde os benefícios sociais eram limitados a estes.
Art. 4º VI	A entidade em parceria com a Cáritas do Brasil promove a seus associados acesso a um Fundo Rotativo Solidário, espécie de microcrédito produtivo com taxas subsidiadas destinadas a atividade da pesca artesanal.
Art. 4º. VII	A entidade tem pleiteado junto ao Ministério Público um espaço próprio para desenvolver suas atividades, visto que atua em um espaço cedido dentro de uma escola pública.
Art. 4º VIII	Execução de um curso de qualificação profissional na modalidade Formação Continuada ou de Atualização, que tem como objetivo promover a capacitação dos jovens da comunidade às atividades aquaviárias e de piscicultura e apicultura.
Art. 4º IX	Durante a pesquisa de campo não foi possível identificar uma ação específica alinhada a essa finalidade. Mas está implícita nas ações da entidade que defende a promoção da pesca artesanal como meio de subsistência da comunidade local.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Face ao exposto no quadro acima, é possível identificar que a Associação das Mulheres da Pesca da Baía do Sol está desenvolvendo ações que atendem a maioria das finalidades específicas declaradas em seu documento de constituição – o Estatuto (2000), o que sinaliza uma gestão alinhada aos propósitos institucionais.

A Associação de Mulheres da Pesca da Baía do Sol acumula um histórico de contribuições ao enfrentamento das dificuldades socioeconômicas que se estabeleceram na localidade, a exemplo da criação de uma creche, de um laboratório de informática, da promoção

de cursos nas áreas de culinária e artesanato. Sendo que a creche e o laboratório não se encontram mais em atividade à época da pesquisa de campo.

Um ponto de destaque observado na dinâmica da AMPBS refere-se ao poder de mobilização e articulação com importantes entidades em busca de benefícios para a comunidade da Baía do Sol. Está em fase de execução um acordo de cooperação técnica idealizado desde 2013, que reúne instituições como a Diretoria de Portos e Costas (DPC) da Marinha do Brasil (MB), o Instituto Federal do Pará (IFPA), subordinado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC) e o extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), para a execução de um curso de qualificação profissional na modalidade Formação Continuada ou de Atualização, que tem como objetivo promover a capacitação dos jovens da comunidade às atividades aquaviárias¹⁷ e de piscicultura e apicultura¹⁸. Ações desta natureza nos permitem sugerir um engajamento da atual diretoria na busca por parcerias para a promoção de melhorias locais. Em entrevista, a Sra. Manolita afirma “Então o nosso objetivo é esse aqui mesmo na nossa Baía do Sol, a gente ter formação, (...) se todo mundo se dedicar, isso vai ser uma benção para nós” (EI – AMPBS, 2016). O curso que pretende formar 03 (três) turmas de 30 (trinta) pessoas, pensado inicialmente para jovens e posteriormente ampliado para todas as faixas etárias e gêneros, possui capacidade de promover um grande impacto socioeconômico na localidade, dado o seu alinhamento com as potencialidades locais da comunidade ribeirinha e sua tradição na atividade pesqueira que precisa ser resgatada e valorizada pelas novas gerações.

Ainda no âmbito das parcerias, a Associação de Mulheres da Pesca da Baía do Sol integra o Conselho Pastoral dos Pescadores – Norte, organização criada em parceria com a Cáritas¹⁹ Brasileira Regional Norte, o CPP-Norte tem como missão:

Desenvolver trabalho voltado para a promoção social dos pescadores e pescadoras artesanais e suas famílias, bem como acompanhar as lutas e organizações da categoria

¹⁷ O modal aquaviário compreende toda forma de transporte que é realizado com auxílio de fontes de águas, como rios, lagos, mares, oceanos, canais, etc., e compreende tanto o transporte de cargas, tanto em pequenos como em grandes volumes, como o transporte de passageiros, seja em formas convencionais como em turismo (COLUNISTA PORTAL, 2013).

¹⁸ A pesca baseia-se na retirada de recursos pesqueiros do ambiente natural. Já a aquicultura é baseada no cultivo de organismos aquáticos geralmente em um espaço confinado e controlado. A grande diferença entre as duas atividades é que a primeira, por ser extrativista, não atende as premissas de um mercado competitivo. Já a aquicultura possibilita produtos mais homogêneos, rastreabilidade durante toda a cadeia e outras vantagens que contribuem para a segurança alimentar, no sentido de gerar alimento de qualidade, com planejamento e regularidade (EMBRAPA-2016).

¹⁹ **A Cáritas Brasileira faz parte da Rede Cáritas Internationalis**, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi criada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal.

pela garantia do território, preservação do meio ambiente, na garantia dos direitos sociais e da produção (CPP – NORTE, 2016).

Nesta frente de atuação, a associação desenvolve sua incidência política que historicamente vem lutando para conquistar direitos e benefícios sociais para a categoria, sobretudo para a mulher, que desenvolve um importante papel de suporte à atividade pesqueira como tecer rede, tratar o peixe, cozinhar camarão, preparar o alimento para quem vai para o rio, visto que as mulheres que exerciam essas atividades não eram reconhecidas pela categoria como pescadoras e não tinham acesso aos benefícios sociais previdenciários conquistados pela categoria, como seguro defeso, aposentadoria, auxílio-doença, licença-maternidade, etc. Dedicar-se ainda nesse círculo de debates a discussões acerca do uso adequado dos recursos da natureza e das relações de cooperação e solidariedade que precisam ser cultivadas entre as pessoas (CPP – NORTE, 2016).

Em entrevista, a presidente relata sobre a realidade vivenciada na Baía do Sol e os desafios que precisam ser superados pela associação, sugerindo um abandono da comunidade por parte da prefeitura municipal.

A gente anda lá, vai lá pedir recurso, ajuda, nada, ninguém, ajuda não, a gente nem se ilude com isso. Para nós, os representantes, aqui para nós, não interessa nada, nessa gestão agora foi um caos, uma coisa muito feia que o prefeito de Belém não olhou nada pela nossa Baía do Sol, né? A gente precisa da segurança, educação, saneamento básico, viu? (EI – AMPBS, 2016).

A fala da presidente aponta para uma preocupação da entidade além do simples associativismo de classes, mas envolvida com as questões relativas a um contexto em que se vive.

A organização mais recente criada no contexto da Baía do Sol é o **Instituto Banco Tupinambá de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (IBTSS)**. Foi criado em 2009 com o formato de Banco Comunitário e depois de 02 (dois) anos de atuação transformou-se em Instituto para atender as exigências de uma parceria com a Caixa Econômica e para concorrer a editais públicos e privados de acesso a recursos e premiações. Em 31 de março de 2011, a instituição adotou o formato Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins econômicos, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), passando a ter como finalidade:

Difusão e Multiplicação das práticas do Banco Tupinambá, desenvolvidas na Baía do Sol, Belém- PA, objetivando facilitar o desenvolvimento econômico e social de comunidades excluídas, capacitando e implementando, no âmbito da sociedade brasileira. Busca facilitar o processo de geração e distribuição de trabalho, ocupação e renda para os mais pobres, tendo como estratégia o desenvolvimento local a partir da organização em rede de produtores e consumidores (prosumidores), com base na Lei. 9.790/99 art. 3º (Cap.II - Art.º 2, ESTATUTO DO IBTSS, 2011).

Ao tornar-se OSCIP, o Instituto Tupinambá pode remunerar seus dirigentes que efetivamente atuam na gestão executiva e aqueles que lhe prestam serviços específicos (Cap.IV - Art.º 18, ESTATUTO DO IBTSS, 2011).

De acordo com o estatuto da entidade, o Instituto Tupinambá conta com um número ilimitado de sócios, podendo estes pertencer às categorias: fundador, contribuinte e benemérito. Como o próprio nome sugere, o sócio fundador é aquele que participou da assinatura da ata de fundação da entidade; o sócio contribuinte é aquele que goza de todos os direitos e deveres de associado, podendo ser pessoa física ou jurídica e tem que necessariamente ter experiência em programas ou projetos de economia solidária. O poder de voto é concedido a essas duas modalidades de membros, desde que estejam em dias com as obrigações da entidade. O sócio benemérito é toda pessoa física ou jurídica que pertença ou não ao quadro social do instituto e que tenha prestado relevantes serviços para o engrandecimento da entidade e para o alcance de seus fins, é um diploma de reconhecimento concedido pela coordenação executiva (Cap.III - Art.º 10, ESTATUTO DO IBTSS, 2011).

De acordo com o Capítulo IV, do estatuto do IBTSS, a administração da entidade é constituída pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Coordenação Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Técnico. A Assembleia Geral é o órgão máximo do instituto, composta pelos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários, é soberana em suas deliberações desde que não contrarie o estatuto e as disposições legais aplicáveis (Art. 20). A Coordenação Executiva possui um mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleita e é composta por 04 (quatro) membros, a saber, a Coordenação Geral, a Coordenação Administrativo-financeira, a Coordenação de Projetos e Coordenação de Capacitação e a Gestão do Conhecimento (Art.29). O Conselho Técnico é formado por um conjunto ilimitado de profissionais de várias áreas do conhecimento, afinados aos conteúdos, métodos e princípios da economia solidária com a função de aconselhamento estratégico das ações do instituto, bem como contribuir na realização de consultoria e assessoria técnica (Cap.VI – Art. 36). O Conselho Fiscal é composto por 03 (três) membros, com mandato concomitante à Coordenação Executiva e tem como principais funções, examinar os livros e escriturações contábeis, opinar sobre o desempenho financeiro e contábil da entidade e contribuir a para a gestão dos recursos da entidade.

O texto acima apresentado se limita a uma breve explanação da estrutura administrativa proposta pelo estatuto, dado que a vivência da pesquisadora junto à entidade lhe credencia em afirmar que existe uma larga diferença entre a proposição do documento e a prática vivenciada na entidade. O instituto em sua dinâmica operacional não dispõe dos mecanismos burocráticos dispostos no estatuto, os órgãos e os cargos não são formalmente instituídos, na prática não há

a discriminação entre os sócios e o organismo coletivo observado em campo que é utilizado para tomada de decisão junto à comunidade é o Fórum de Desenvolvimento Local, aberto a todos interessados a participar, tendo direito a fala e voto.

(...) temos um outro instrumento dentro do próprio Banco Comunitário que é a ferramenta que a gente usa para empoderar a comunidade com o Fórum de Desenvolvimento Local, onde reunimos os comunitários para discutir a necessidade da comunidade e atuarmos nas ações juntos com a própria comunidade, empoderando esses atores (EI – IBTSS, 2016).

Estas reuniões são realizadas na sede do instituto e não possuem ata de registros dos participantes, dos assuntos tratados e encaminhamentos propostos, sinalizando certa informalidade na execução da atividade e descumprimento do que rege o estatuto da entidade. Outro ponto que corrobora a essa afirmativa é que o Sr. Marivaldo Vale se apresenta como Coordenador do Banco, inexistindo esta função na estrutura administrativa apresentada em parágrafos anteriores e quando questionado sobre a estrutura administrativa do Instituto à época da entrevista exploratória, ele afirma que “Ele tem na Coordenação Geral a Ivoneide abaixo o Financeiro depois Projetos e o reconhecimento abaixo deles tem o Conselho Fiscal” (EE – IBTSS). Além da fala não corresponder à estrutura, o que se observou em campo foram sinais de um acúmulo de atividades nas figuras do Coordenador do Banco Marivaldo e sua esposa, Coordenadora Geral do Instituto, Ivoneide Vale.

O Instituto tem hoje 04 (quatro) grandes projetos em execução: o Banco Comunitário Tupinambá, o Projeto CECI Mulheres, o Projeto ECOTUPI e o projeto E-Social, os quais serão apresentados a seguir.

O Banco Comunitário Tupinambá (BT) é o primeiro da categoria na região Norte do país e tem como missão “Promover o desenvolvimento econômico da comunidade da Baía do Sol, através de serviços financeiros, social e cultural tendo como base os princípios da Economia Solidária” (ESTATUTO IBTSS, 2011). Para compreender melhor seu funcionamento, recorreremos a definição de Silva Jr et al (2007, p.3) que define Bancos Comunitários como:

Um projeto de finanças solidárias em apoio as economias populares de municípios com baixo IDH, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Este banco oferece a população excluída quatro serviços: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária. Estas experiências se apoiam em uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território, geridos pela própria comunidade.

O Banco Tupinambá atua em três linhas distintas, conforme quadro 16:

Quadro 16 – Quadro síntese das linhas de atuação do Banco Comunitário Tupinambá

LINHA DE ATUAÇÃO	DESCRIÇÃO
Correspondente Bancário ²⁰	A instituição é correspondente bancária da Caixa Econômica Federal, suas principais atividades nesse contexto relacionam-se a: recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas; realização de recebimentos (água, luz, telefone, boletos de até R\$ 500,00), pagamentos (principalmente benefícios sociais como bolsa família, pensão, aposentadoria, etc.) e transferências eletrônicas;
Concessão de Crédito	O Banco atua com duas linhas de crédito. O Crédito para Consumo de até R\$ 150,00, concedido em moeda social e o Crédito Produtivo de até R\$ 3.000,00, concedido em reais e/ou moeda social para fomentar o desenvolvimento de pequenos empreendimentos na comunidade.
Fórum de Desenvolvimento Comunitário	O Fórum de Desenvolvimento Comunitário é a instância máxima de decisão sobre as ações do Banco Tupinambá, utilizada para estimular a participação da população nas tomadas de decisão da entidade e empoderar à comunidade local.

Fonte: Pesquisa de Campo (2016)

Uma das características marcantes dos Bancos Comunitários é trabalhar com a moeda social circulante local, que na Baía do Sol é o Moqueio, em homenagem a uma técnica centenária de conservação de peixes utilizada pelos índios Tupinambás, primeiros habitantes dessa região da ilha. O objetivo do Moqueio na localidade é promover o consumo solidário, estimulando a compra na comunidade da Baía do Sol, promovendo o circuito econômico local.

Segundo o Coordenador do Banco, Sr. Marivaldo Vale, a comunidade da Baía do Sol antes do surgimento do banco, não era uma comunidade pobre, mas sim empobrecida, pois na ausência de serviços bancários locais, obrigava seus moradores a receber seus salários e benefícios no centro comercial da ilha de Mosqueiro, que fica distante 45 minutos do bairro, ou na capital Belém distante a 1 hora e meia. Assim os moradores já gastavam por volta de R\$ 30,00 (trinta reais) de transporte e alimentação e por vezes ainda tinham que pagar alguém para lhe acompanhar e fazer o saque nos caixas eletrônicos, dado o desconhecimento dessa operação. Aliado a isso, esses moradores, já efetuavam as suas principais compras na farmácia, supermercado, açougue desses centros comerciais e voltavam para a Baía do Sol com apenas uma pequena sobra de seus recursos e assim o comércio local ficava muito empobrecido e não havia circulação de dinheiro na localidade.

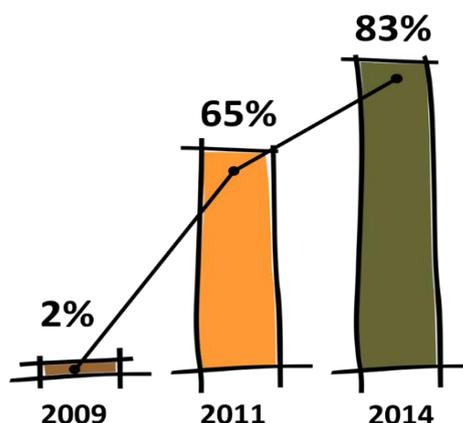
²⁰ Os correspondentes são empresas contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições. Entre os correspondentes mais conhecidos encontram-se as lotéricas e o banco postal. As próprias instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central podem ser contratadas como correspondente (BCB, 2014).

Com a criação da moeda moqueio a população passa a pagar suas contas, receber seus benefícios ou contratar empréstimo no Banco Tupinambá, dentro da própria comunidade. Além disso, os moradores recebem parte dos recursos em moeda social, o que lhes estimula a consumir localmente, fortalecendo o comércio e ajudando da geração de novos empregos e na geração de renda. Segundo a fala da coordenadora geral da entidade:

(...) percebemos que há um desenvolvimento muito grande em termos da economia local, crescimento, porque fizemos várias pesquisas no decorrer desses anos, fizemos já 3 pesquisas e essas pesquisas apontaram que houve um crescimento econômico, um crescimento de empreendimentos e apropria comunidade na qualidade dos serviços, e acaba que a gente percebe um pouco essa comunidade mais feliz (EI – IBTSS, 2016).

A imagem 13, com informações fornecidas pelo Banco, demonstra a evolução do consumo interno na Baía do Sol, medido por meio de pesquisa de consumo aplicada pelo Instituto Tupinambá na comunidade.

Figura 13 – Evolução do Consumo na Baía do Sol



Fonte: Instituto Banco Tupinambá (2016)

A quantidade de transações bancárias efetuadas pelo Tupinambá em seus 08 (oito) anos de atuação acumulou um crescimento na ordem de 736% (ver quadro 16), que aliado às pesquisas de consumo expostas anteriormente, sugere que a implantação do banco e a utilização da moeda social têm cumprido sua missão no território de “promover o consumo solidário, estimulando a compra na comunidade da Baía do Sol, promovendo o circuito econômico local” (PROJ – BT, 2016). O circuito econômico citado no documento da entidade corresponde ao conjunto de relações que se estabelece entre os vários agentes de uma economia (INFOPÉDIA, 2016), a coordenadora do Tupinambá criou um neologismo quando afirma que “estamos moqueando a economia local” (EI – IBTSS, 2016).

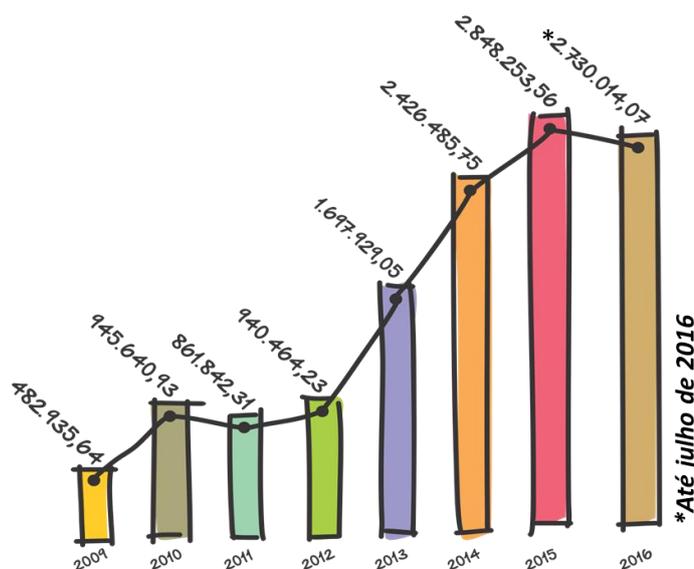
Quadro 17 – Movimentação Financeira do Banco em números

ANO	TRANSAÇÕES	Valor em R\$	Média p transação	Rel. ano anterior
2009	8755	R\$ 482.935,64	R\$ 55,16	
2010	11178	R\$ 945.640,93	R\$ 84,60	96%
2011	7954	R\$ 861.842,31	R\$ 108,35	-9%
2012	13811	R\$ 940.464,23	R\$ 68,10	9%
2013	24649	R\$ 1.697.929,05	R\$ 68,88	81%
2014	32225	R\$ 2.426.485,75	R\$ 75,30	43%
2015	30431	R\$ 2.848.253,56	R\$ 93,60	17%
2016 (*)	30618	R\$ 4.037.748,52	R\$ 131,87	42%
TOTAL	159621	R\$ 14.241.299,99	R\$ 85,73	736%²¹

(*) Jan- Ago/ 2016

Fonte: Instituto Tupinambá (2016)

Esse crescimento contínuo das operações do banco pode ser reflexo de uma interferência macroeconômica, mas também indicam a conquista de credibilidade da população em relação aos serviços ofertados pela organização. Outro ponto de destaque é que o valor médio das operações é de apenas R\$ 85,73 (cento e oitenta e cinco reais e setenta e três centavos), o que se referem a pequenos pagamentos e recebimentos do cotidiano das suas atividades diárias. A Imagem 14 ilustra os dados da tabela, indicando o crescimento na movimentação financeira do banco.

Figura 14 – Movimentação Financeira do Banco - Consolidado

Fonte: Instituto Banco Tupinambá (2016)

²¹ Total acumulado de crescimento de 2009- 2016.

Para o banco comunitário, esses números e gráficos significam que eles estão conseguindo segurar na comunidade os recursos que antes iam para outros lugares e assim promover ganhos relativos à Felicidade, conforme figura 15:

Figura 15 – O que significam esses números?



Fonte: Instituto Banco Tupinambá (2016)

Essa imagem recomenda que, apesar das ações do banco serem medidas em valores monetários, a instituição possui uma preocupação mais abrangente, que é com a felicidade das pessoas que habitam essa localidade. Na análise dos vídeos produzidos sobre a comunidade, é possível perceber que o consumo incentivado localmente pelas ações de economia solidária da entidade se refere a itens de primeira necessidade e não de consumo de supérfluos, como na fala descrita de uma dona de casa: “O gerente vai lá empresta, aí a gente vai no comércio, e troca, paga no fim do mês, é assim! O banco sempre ajuda nas compras de última hora, nas necessidades da casa né?!” (VID – 01).

A figura 16 ilustra a reunião mensal que ocorre na comunidade para comunicá-la dos eventos recentes do banco e discutir seus principais eixos de atuação. Em média essas reuniões agrupam de 20 a 30 pessoas da comunidade.

Figura 16 – Reunião do Fórum de Desenvolvimento Local



Fonte: Instituto Comunitário Tupinambá (2016)

Um das dificuldades apontadas pelo coordenador do banco para captar mais pessoas para as reuniões está relacionada a dificuldade de comunicação. As tecnologias utilizadas pelo banco para informar suas reuniões é (1) o convite porta em porta, verbal e realizado em uma bicicleta, (2) a divulgação pelo Facebook - rede social que não é de fácil acesso para a maior parte do público alvo do Banco, ou (3) a divulgação pelas ruas quando conseguem um aparelho de som emprestado pela comunidade, conforme Figura 17:

Figura 17 – Divulgação de Reunião junto à comunidade



Fonte: Instituto Comunitário Tupinambá (2016)

Durante a imersão em campo, foi possível identificar que dentre todos os projetos executados pelo Instituto Tupinambá, o banco é o que possui maior visibilidade entre os entrevistados. É bastante comum perceber na fala dos atores o reconhecimento dos benefícios trazidos para a comunidade com a oferta dos serviços bancários, como a fala proferida pela presidente do CMBS “Para mim é muito bom, é muito importante, até porque o banco, não é aquele banco milionário, mas é um banco comunitário, não é milionário, mas é comunitário, que a gente, eu como Durvalina Santos Silva, eu já precisei do Banco Tupinambá e me dei bem” (EI – CMBS, 2016).

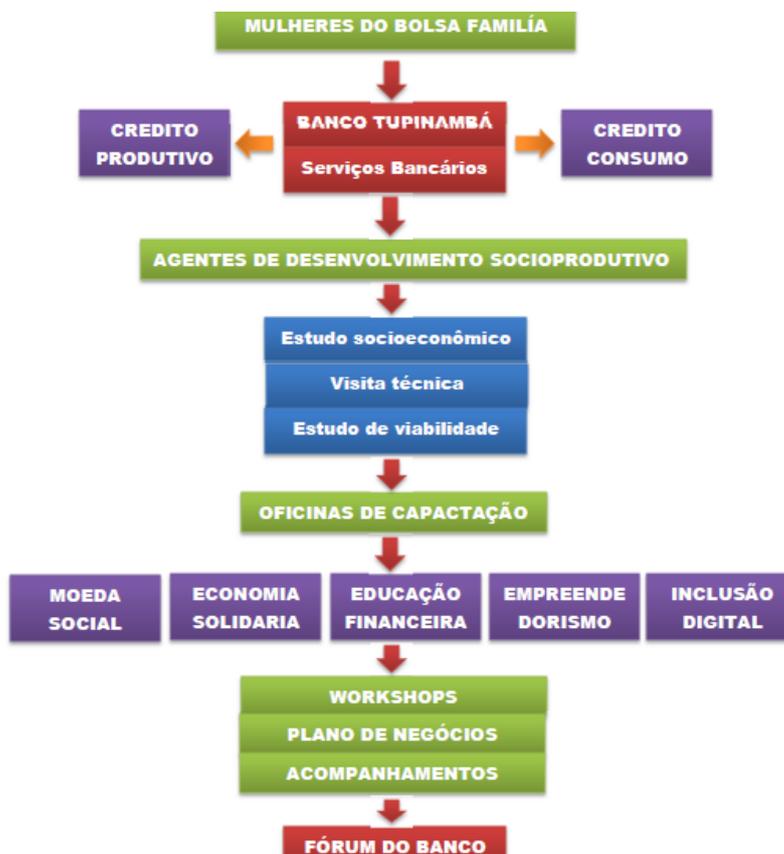
O segundo projeto em execução pelo Banco Tupinambá é o CECI Mulheres que se caracteriza pelo desenvolvimento de um conjunto de ações de promoção, formação e orientação às mulheres do programa Bolsa-Família e tomadoras de crédito no banco, tendo como objetivo a inclusão socioprodutiva, financeira e bancária destas mulheres. O projeto está ancorado numa política de microcrédito (e outros produtos financeiros) e no empreendedorismo social (PROJ – CECI, 2013).

Seu objetivo geral é beneficiar as mães do programa Bolsa-Família a fim de criar uma fonte de renda alternativa às mesmas, por meio da capacitação técnica/produtiva em diversas áreas, inclusão financeira e acompanhamento social. Seus objetivos específicos são (PROJ – CECI, 2013):

- Promover o empoderamento social das mulheres;
- Aumentar o consumo e a produção na comunidade;
- Estimular o convívio social;
- Desenvolver a autoestima nas mulheres.

No texto do projeto CECI consta uma espécie de fluxograma que demonstra como ele está estruturado:

Figura 18 – Projeto CECI Mulheres



Fonte: Projeto CECI Mulheres - Instituto Tupinambá (2013)

Passada todas essas fases de captação, análise, formação e incubação, as mulheres do projeto CECI inauguraram, em julho de 2016, seu próprio empreendimento na comunidade, baseado em uma gestão coletiva, denominado Lanchonete e Restaurante Moquear, a Figura 19 demonstra o dia da inauguração:

Figura 19 – Inauguração da Lanchonete e Restaurante Moquear



Fonte: Instituto Tupinambá (2016)

O terceiro projeto desenvolvido pelo Instituto Tupinambá é o ECOTUPI - Agência Jovem de Comunicação Comunitária. A mobilização para as ações do instituto, conforme já exposto anteriormente, acontecem no “boca-a-boca”, pelo Facebook ou pelas caixas de som na bicicleta, sendo as duas últimas menos comum. Estas estratégias possuem pouco poder de alcance da comunicação, posto que esses tipos de ações individualizadas que têm como objetivo atingir uma pessoa por vez criando um ciclo de propagação é extremamente cansativa e pode acabar influenciando no número de participantes envolvidos nas atividades da entidade.

Pensado a partir dessa necessidade, o projeto Eco Tupi propõe a criação de uma Agência de Notícias Local protagonizada pelos jovens de 14 a 25 anos da comunidade, que atuaria como uma plataforma de participação popular, uma vez que os assuntos a serem retratados seriam decididos em conjunto com a comunidade, e como uma agência de formação e propagação dos conceitos bases de Economia Solidária e Meio ambiente.

O projeto promoveu realização de oficinas de Educomunicação para 40 (quarenta) jovens nos campos de audiovisual, rádio e mídia impressa. Concluída essa primeira etapa da capacitação, o projeto está na fase da criação da Agência de Comunicação Comunitária, momento em que os jovens irão vivenciar o que aprenderam nas oficinas e produzir conteúdos informativos sobre a comunidade, fazendo com que as notícias do Instituto tenham um alcance maior e mais efetivo dentro da comunidade da Baía do Sol.

O projeto prevê ainda a promoção de 07 (sete) encontros mensais de sensibilização sobre temas importantes para a comunidade e a partir deles criar pautas e campanhas de comunicação, trata-se de uma troca de saberes com os moradores do bairro, pesquisadores e demais entendedores de temas importantes para a comunidade. Durante a execução do projeto já foram realizados debates importantes sobre os temas: Juventude e Educomunicação; Juventude, geração de renda e economia criativa; Juventude, cultura e saberes tradicionais; Juventude e Meio-ambiente; Juventude, turismo e economia criativa; Juventude e saúde; e Juventude, governança e desenvolvimento local (PROJETO ECOTUPI, 2015).

Além dos três projetos anteriormente expostos, o Instituto Tupinambá também promove eventos festivos na comunidade, como o Arraiá Tupi, realizado no período das festas juninas, que neste ano de 2016 apresentou para a comunidade o grupo folclórico Tupi Airá, responsável por resgatar a tradição das danças típicas da região como o carimbó, siriá e lundum; o Verão Tupi, que acontece no mês de julho, período de veraneio e férias escolares na região, o evento promove a realização de shows, feira de comidas típicas, além de campeonato de fotografias e pipas; e no mês de dezembro o instituto promove o Réveillon Tupi para comemorar a virada de ano. Esses eventos, no passado, chegaram a ter grande estrutura e muita repercussão na ilha, contudo, a equipe reclama muito da falta de apoio da Agência Distrital – representante do governo e do elevado risco que envolve a promoção de grandes eventos, sobretudo, com a participação de pessoas de fora da comunidade. A Figura 20 refere-se ao banner produzido para a Arraiá Tupi em junho/2016:

Figura 20 – Banner de divulgação do IV Arraiá Tupi – ano 2016



Fonte: Instituto Tupinambá (2016)

Durante a imersão no campo foi perceptível nas falas dos atores da comunidade da Baía do Sol a aprovação e apoio às ações empreendidas pelo Instituto Tupinambá nesses 07 (sete) anos de atuação, sendo 02 (dois) anos como Banco e 05 (cinco) anos como Instituto. A população reconhece e destaca os benefícios que a presença do Instituto promoveu na comunidade, conforme algumas falas destacadas a seguir:

O gerente vai lá empresta, aí a gente vai no comércio, e troca, paga no fim do mês, é assim! O banco sempre ajuda nas compras de última hora, nas necessidades da casa né?! (Dona de casa - VD – 01).

A minha vida era só dívida, só dívida. Uma solução inovadora trouxe desenvolvimento para a região e qualidade de vida para a população, os moradores, um banco comunitário. De primeiro a gente comprava tudo no centro de Mosqueiro, agora já dá de comprar tudo aqui na Baía do Sol.

O Moqueio me ajudou a construir a minha casa. Eu comprava a lajota com reais e separava o Moqueio para os alimentos (Dona de casa - VD-05).

Essa iniciativa tem ajudado muitos comerciantes e empresários locais, de repente a gente precisa pagar um boleto, ou alguma coisa, aí a gente vai lá no banco, aí ele financia para que a gente possa ressarcir esse compromisso (Comerciante - VD – 01).

Uma comerciante, que já fez quatro empréstimos no banco, afirma que com o dinheiro ela conseguiu comprar mais mercadorias e aumentou as vendas:

Eu não tinha condições de investir, já com a ajuda do Tupinambá que abriu as portas para nós, foi tendo credibilidade, né?! E eu agradeço o Marivaldo que confiou na gente, a gente paga direitinho, eu tenho pago direitinho (Comerciante - VD – 01).

O relato dos comunitários nos leva a crer que a população da Baía do Sol reconhece os benefícios promovidos pela presença do Instituto na comunidade, sobretudo em função do projeto do Banco Tupinambá e seu serviço de correspondente bancário, que oferece às pessoas a opção de sacar, depositar e pagar contas na própria comunidade, não tendo mais que se deslocar e se arriscar para o centro da Vila ou para a capital Belém para ter acesso aos serviços bancários.

O legado produzido pelo Instituto Tupinambá na comunidade da Baía do Sol é ratificado pelas 07 (sete) premiações que a instituição recebeu ao longo de sua trajetória, sendo elas:

Quadro 18 – Premiações Recebidas pelo Instituto Tupinambá

ENTIDADE PROMOTORA	PREMIAÇÃO	COLOCAÇÃO
Natura	Acolher	1º Lugar
Aliança	Prêmio Aliança	2º Lugar
Revista Cláudia	Prêmio Cláudia	1º Lugar
Vale	Prêmio Reconhecer	3º Lugar
Caixa Econômica Federal	Prêmio Melhores Práticas Caixa	1º Lugar
Consul	Prêmio Consulado da Mulher 2015 – de empreendedorismo feminino	1º Lugar
Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE e Grupo Paranaense de Comunicação – GRPCOM	Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável	Vencedor da Categoria Empreendedorismo Social

Fonte: Instituto Tupinambá (2016)

O campo indica que as premiações são um importante instrumento de legitimação das ações da entidade junto à população, fato identificado na atividade de grupo focal. As premiações surgem nas falas dos atores diretamente envolvidos no projeto, atreladas a um forte sentimento de orgulho em fazer parte do Instituto, conforme relato dos voluntários que disseram: “Aí nesses sete anos, ganhamos sete prêmios nacionais que é o reconhecimento do projeto que tá dando certo né?” e “Bem, uma conquista importante para nós. Érica. Para nós do Projeto Ceci Mulheres né, foi o grande prêmio que recebemos né, do Consulado das Mulheres, e também o nosso desenvolvimento” (voluntários – GF, 2016).

Mesmo diante das premiações, projetos, eventos e conquistas produzidas em seus 07 (sete) anos de atuação, a observação realizada junto à comunidade aponta para o não reconhecimento da população sobre o alto impacto de inovação social proposta pelas ações do banco e dos demais projetos do Tupinambá; e ainda para a adoção de uma postura passiva, não sendo possível identificar um sentimento de empoderamento em relação à instituição.

Esse é o ponto principal, engajamento, sair da participação passiva e ir para a participação ativa (...). As pessoas aqui têm esse problema, né? A gente lança uma ideia, aí as pessoas querem que a gente conduza a ideia, né? Só que a gente lança a ideia para outra pessoa pegar e conduzir. Tá faltando isso né? Se eu lanço o Tupi Airá, eu não vou ficar todo o tempo né, eles que tem que procurar se desenvolver, como pessoas que vão levar o projeto (Voluntário – GF, 2016).

O cenário exposto nos sugere concluir que a grande maioria da população se localiza na condição confortável de receptora dos benefícios produzidos pela organização, mas limitadas

no protagonismo social, no enfrentamento das mazelas sociais que assolam a pequena vila de pescadores e na criação de uma nova lógica de reprodução de vida social mais alinhada às especificidades da região.

Dentre as maiores dificuldades percebidas na atuação do Instituto destacam-se: a falta de uma sede própria, que gera um compromisso mensal de R\$ 1.000,00 (mil reais) no pagamento de aluguel e interfere diretamente no segundo fator crítico da entidade, que é a sustentabilidade financeira. A entidade vive hoje fundamentalmente do dinheiro captado por meio de editais e, segundo os seus coordenadores, tem sofrido bastante com a recente mudança de governo na esfera federal que extinguiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), forte parceira do Tupinambá, incorrendo no atraso do repasse de alguns recursos.

O principal desafio é se manter dentro dessa conexão de empreendedorismo social, empoderando os atores, mas sem esse viés do lucro, porque é difícil manter uma entidade da qual não visa o lucro, e agente atualmente vive de projetos, e com essa ruptura do próprio governo que era um parceiro muito forte, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), hoje os bancos comunitários está vivenciando um novo desafio de tentar se manter aberto com as condições que temos, que é muito difícil, de tentar manter esse instituto aberto, por que tem muita, é uma logística, tem muita despesa e no momento o retorno não é suficiente, então os institutos e as entidades que apoiam os bancos comunitários vivem de projetos e no momento o cenário não é muito bom.

Essa dificuldade no recrutamento de mão de obra voluntária para atuar nos projetos e na gestão financeira de seus recursos foram elementos recorrentes em todas as entidades entrevistadas e serão explanadas com mais detalhes na etapa a seguir, responsável por sintetizar as convergências das instituições pesquisadas.

Finalizada essa etapa preliminar de apresentação e análise individual das entidades que configuram o associativismo comunitário na Baía do sol, esta subunidade se encaminha para uma breve conclusão, partindo de uma apreciação geral da ação comunitária nesta pequena localidade situada no seio da Amazônia. Contudo, analisar a experiência na Baía do Sol à luz do pós-desenvolvimento não se constituiu em tarefa simples, posto que exigiu da pesquisadora um enorme esforço de “desinstrumentalização”, no qual foi desafiada a lançar mão de novas perspectivas epistemológicas para compreender que a Baía do Sol não é um grupo localizado de pessoas que dispõem de cinco unidades organizativas, mas é sobretudo uma comunidade que desenvolveu uma forma de organização própria baseada na rede da vida, em que as condições de convivência se dão constituídas no diálogo entre os sujeitos e em relações horizontalizadas entre seus atores.

Como pontos favoráveis à criação de um novo modo de reprodução de vida local que reconheça, prestigie e considere as peculiaridades de uma pequena comunidade localizada na

Amazônia, capaz de nos fazer refletir sobre outro projeto de mundo e sociedade, a experiência da Baía do Sol nos revela uma **forte integração social**, baseada em relações coletivas, cooperativas e igualitárias entre seus atores, valores tão esquecidos em tempo de predominância do individualismo e da exploração do outro como forma de acessar riqueza e benefício próprio.

Região abundante em recursos hídricos, fauna e flora, a comunidade da Baía do Sol se organiza tendo como objetivos garantir suas condições de subsistência e assegurar que esta colônia de pescadores continue sendo um lugar belo e tranquilo de ser viver. No bojo das intenções e ações das entidades comunitárias, é perceptível a **valorização da natureza**, no sentido de garantir o uso adequado dos recursos disponíveis, sem comprometer o equilíbrio do ecossistema local e a subsistência dos que dependem dela para sobreviver. Tal fato pode ser ilustrado por meio do esforço empreendido pela Colônia de Pescadores para conseguir o seguro desemprego para o pescador – seguro defeso – condição necessária para garantir que este não precise acessar o pescado do rio em tempos de reprodução das espécies. O Instituto Tupinambá também declara a valorização ao meio ambiente quando propõe em seu Art.5º do Estatuto do Instituto Tupinambá:

O Instituto Tupinambá no desenvolvimento de suas ações, não utilizará materiais não ecológicos que prejudicam a saúde do ser humano, e do planeta, tais como copos descartáveis, variáveis do petróleo, e outros produtos que não sejam biodegradáveis. O Instituto Tupinambá também não utilizará em suas ações quaisquer produtos ou serviços que desrespeitem e contaminem o meio ambiente (EST – IT, 2011).

Existe também uma preocupação comum às organizações quanto à **preservação e valorização das tradições e culturas locais**. Este cuidado pode ser visto pelas inúmeras ações do Instituto Tupinambá que: valorizam o modo de vida ribeirinho do caboclo da Amazônia, quando utilizam a sigla TUPI em todos os seus projetos e eventos como forma de resgatar a memória dos primeiros habitantes da ilha; cria um grupo folclórico de danças típicas da região advindas das culturas indígenas e africanas; valoriza o espaço e revela as belezas locais quando promove um concurso de fotografias com imagens capturadas na comunidade e pela comunidade; promove a culinária local no projeto CECI Mulheres que prioriza a produção de comidas típicas da região, como o tacacá, caruru, maniçoba, doces e sucos das frutas regionais, como bacuri, cupuaçu, açaí, etc.

Na Associação das Mulheres da Pesca e na Colônia dos Pescadores, essa ênfase às tradições vem à tona na preocupação em promover cursos de capacitação para os jovens e adultos da comunidade com foco na pesca artesanal, atividade econômica base da comunidade. Garantir que o “saber fazer” da pesca artesanal seja compartilhado e disseminado às próximas gerações é uma forma de assegurar subsistência à população da Baía do Sol, além de demonstrar

respeito e valorização pelas tradições locais, inspiradas nas memórias indígenas de seus ancestrais tupinambás.

E por fim destaca-se que a comunidade da Baía do Sol possui um longo **histórico de mobilização social**, seja para atender aos interesses de uma classe em específico ou de toda a população, constituindo-se em um celeiro de atuação comunitária, considerando o tempo de atividades das instituições, a quantidade de entidades de representação comunitária comparadas ao tamanho do bairro que possui apenas 2.414 (dois mil quatrocentos e quatorze) habitantes, segundo dados do censo (IBGE, 2010) e as variadas conquistas empreendidas por essas instituições. Entretanto, as visitas ao território e o relato dos entrevistados nos levam a sugerir que a integração dos comunitários se limita ao contexto endógeno de cada uma das entidades, inexistindo entre elas conexões, ações estruturadas e contínuas no sentido de somar esforços, eliminar sobreposições e promover uma ação comunitária comum a todo o bairro.

Nesse contexto de apreciação geral da ação comunitária desta pequena localidade situada no seio da Amazônia, o texto segue enfatizando os aspectos limitadores apresentados pelas entidades da Baía do Sol rumo à criação de um novo modo de reprodução de vida local conectado aos valores do pós-desenvolvimento.

A **pouca comunicação** entre as entidades comunitárias da Baía do Sol é uma das grandes responsáveis pela inexistência de ações cooperativas e colaborativas entre elas; levando-nos a refletir que a inexistência de um processo estruturado de comunicação abre espaço para a interferência de ruídos, conclusões precipitadas e por vezes geração de conflito entre elas. O trecho a seguir ilustra um episódio de problema de comunicação entre as entidades:

Olha, nós não temos parceria com o Banco Tupinambá. Nós tentamos fazer essa parceria com ele, mas quando chegou no fim ele se afastou de nós, né?! E aí nós perguntamos, ele nos procurou, mas ele não apoiou nada, e aí até hoje nós não temos *diálogo* com eles, certo? Agora quando chegou a abertura, que eu conversei com ele, que era para ele fazer a parceria com a caixa econômica, para que fosse pago esse defeso dentro da região de Mosqueiro, quando chegou lá ele disse que não tinha, não tem como fazer (...) (EI - CP)

O texto refere-se à entrevista EI-CP quando o líder da Colônia de Pescadores, por desconhecer as particularidades e a dinâmica de um Banco Comunitário, não compreende que o seguro defeso não pode ser pago pelo Banco Tupinambá, suscitando uma possível má vontade, ou falta de interesse do banco em pagar os pescadores no próprio bairro da Baía do Sol. Questão que foi esclarecida pela presença da auxiliar de pesquisa (moradora da comunidade e integrante dos projetos do Tupinambá) que explicou que a impossibilidade do pagamento do benefício pelo banco justifica-se em função do valor, pois o seguro defeso

estima-se em torno de R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00 e o banco só efetua pagamentos de valores abaixo de R\$ 200,00 (duzentos reais), em função de sua capacidade operacional limitada.

O Banco Tupinambá não possui um veículo para transporte de valores, sendo as operações de saque e depósito de dinheiro, realizadas pelos próprios coordenadores, que vão de ônibus ou van até o centro da ilha de Mosqueiro para realizar tais operações. Outro limitante do banco no atendimento desta demanda da Colônia refere-se à própria estrutura do prédio, que não segue a mesma lógica dos grandes bancos comerciais no que tange aos equipamentos de segurança predial. O BT dispõe apenas de 01 (uma) câmera de segurança que fica na direção do caixa, porém seu acesso principal é completamente livre a qualquer pessoa que queira entrar, não sendo seguro a movimentação de altos valores. Face ao exposto, sugere-se que falas como: “mas quando chegou no fim ele se afastou de nós” e “mas ele não apoiou nada”, são fruto de um desconhecimento da operação do outro, da falta de alteridade, que concebe pré-julgamentos e dificulta a convivência harmoniosa e o diálogo frutífero entre as entidades comunitárias da Baía do Sol, que nos seus discursos sinalizam um propósito comum, melhorar as condições de vida das pessoas que ali habitam, mas na prática não possuem ações integradas, inspiradas no sentimento de que juntos podem ser ainda mais fortes rumo à construção de um novo projeto de sociedade.

Essa dificuldade de comunicação e o risco potencial de **conflito** que ela representa vêm à tona nas falas de dois voluntários na comunidade:

Então são cinco, mais ou menos, cinco pilares que ainda não se comunicam né? (referindo-se às cinco entidades instituídas na comunidade). São poucas as comunicações entre nós, é pouca né! (referindo-se à comunicação entre o Instituto Tupinambá, onde ele é voluntário, com as demais entidades). Eu tô aqui há seis anos, eu não conheço quem é o presidente do Centro Comunitário, quem é o presidente da colônia de pescadores, eu não conheço, nunca conversei com ele (VOLUNTÁRIO – GF, 2016).

Outra participante do grupo focal, também voluntária, reitera a fala acima exposta: “Bem, isso é uma grande barreira que a gente tem mesmo, porque sempre tem um... uma... esbarra muito nisso... A colônia dos pescadores, por exemplo, “não se chega” a associação de mulheres da pesca” (VOLUNTÁRIO – GF, 2016).

Apesar da ausência de ações estruturadas e cooperativas entre as entidades e da pouca comunicação entre elas, insurge em alguns momentos das entrevistas falas que sinalizam uma aproximação para estabelecer diálogos sobre questões de relevância para a comunidade.

Um exemplo é a fala da presidente da Associação de Mulheres da Pesca quando relata o convite feito pelo Centro Comunitário para participar de uma reunião cujo a temática era “segurança na comunidade”:

[...] agora mesmo teve uma reunião de falar da segurança, a gente vai, e o negócio da política, o pessoal também vai, eu até que não tenho participado, o pessoal da associação, que eu mando, eles vão, na colônia também... (EI – AMP, 2016)

Outro exemplo é a própria iniciativa narrada anteriormente, quando a Colônia de Pescadores procura o Banco Comunitário Tupinambá na tentativa de estabelecer uma parceria para que os pescadores pudessem receber o seguro defeso na própria comunidade. Ainda que embrionários, esses casos revelam vinculações entre as entidades, que podem ser a semente de uma articulação em rede no futuro. Um elemento favorável nesse contexto é a predominância de uma consciência por parte das lideranças das entidades quanto à necessidade de promover ações integradoras entre elas, que vem à tona no discurso dos líderes das entidades, dos voluntários e da população local, conforme trechos das entrevistas a seguir, onde as duas primeiras representam a fala das lideranças e a última de uma moradora da comunidade:

Eu penso que como em todos os locais que atuam com atividades sociais, ainda não existe uma maturidade por parte de todas as pessoas que fazem parte desse cenário, porque a gente tem muito mais poder juntos. Acaba que as associações e as entidades existentes elas não comungam o mesmo espírito que agente na economia solidária e que a gente acha que o cenário não é para ninguém aparecer, não é para que ninguém seja Envaidecido. O cenário é para que a gente junte forças, consiga avançar, aí essas entidades costumam ficar fechadas entre si com seus próprios propósitos, são em categorias, fechadas tipo só com a pesca. E mesmo o centro comunitário, que seria um que teria mais abrangência, já chamamos por diversas vezes para reunião do fórum, e também do Clube de Mães, mas é muito assim fechado, cada um no seu cenário, e isso é uma coisa que enfraquece não só aqui na Baía do Sol, mas também em todo o Brasil, porque as entidades ainda não entenderam que trabalhar em rede faz com que a comunidade cresça, se consiga, se conquiste e tirar essa coisa do Eu, do empoderamento próprio, de se pensar mais no coletivo, a gente consegue avançar, mas isso é um estágio muito difícil, é um amadurecimento, e também entendemos que ... passa pela educação, da própria cultura que temos em mudar esse cenário e tentar juntar forças. Por exemplo, nosso maior gargalo no Instituto é um aluguel de prédio, aqui na comunidade temos entidades que tem prédio, poderíamos trabalharmos juntos e pensamos assim, e nem todo mundo pensa dessa forma. Chegamos a ir em São Paulo por exemplo e tem organizações que funcionam dentro de uma sala com 3. 4 ou 5 projetos, e isso diminui custos, isso avança, e otimiza tempo e consumo e tudo mais. Mas é um estágio, como ribeirinhos, estamos aqui na pontinha da Amazônia e aí a gente pensa que com o passar do tempo agente avança um pouco. Então hoje o cenário só um pouco difícil nesse sentido, tanto é que quando iniciamos o Instituto Tupinambá, pensamos na gestão do banco através das entidades, seria o coletivo das entidades, mas quando chamávamos às reuniões eles não vinham, porque cada um puxava para si, foi aí que agente avançou no sentido de criarmos o Fórum de Empreendedores e avançarmos agora pra o âmbito mais da comunidade, mais aberto. (EI-IT, 2016)

A gente quer união, porque o banco, com esses projetos fazendo isso aqui, melhora tanto para o banco quanto para nós da comunidade. É verdade. Porque nós não vamos

pegar o recurso lá no Banco da Amazônia, no Banco do Brasil, nós vamos pegar recurso aonde?! No Banco Tupinambá... né? É isso que é o nosso objetivo. (EI – AM, 2016)

Ainda agora eu não sei qual de vocês falou sobre as igrejas, sobre a Colônia, ... isso é se unir, fazer uma parceria, talvez se desenvolvia mais coisa ainda né? Que vocês sabem, ditado antigo: uma andorinha só não faz verão, mas muitas ela faz. Então a união faz a força, então eu creio que se acontecesse isso, melhoraria mais coisa aqui na Baía do Sol (COMUNITÁRIA – GF, 2016).

Esta última fala citada, surgiu em resposta à reflexão provocada no grupo focal, quando questionados sobre “o que se espera da Baía do Sol no futuro, e como seria esse futuro ideal?” Aliada aos demais relatos, esses registros ilustram como pessoas da comunidade, se identificam e anseiam por uma mudança na forma de atuação das entidades, mais conectadas e colaborativas, e, por conseguinte mais fortes na promoção de conquistas para a localidade.

Outro aspecto limitador na organização comunitária da Baía do Sol alude à dificuldade em se conquistar a **sustentabilidade financeira**. As parcerias com entes públicos e privados, as contribuições de seus membros associados e as doações não se demonstram suficientes para arcar com toda a estrutura operacional das organizações pesquisadas. A falta de perenidade e regularidade na entrada de recursos é apontada pelos líderes das entidades como os principais responsáveis pela dificuldade de equilíbrio financeiro das instituições, o que nos leva a crer que tal insuficiência impacta diretamente na capacidade operacional de organização, pois para realizar qualquer tipo de ação é preciso dinheiro, seja para pagar o transporte, reconhecer uma assinatura em cartório, tirar uma certidão negativa, ou ainda pagar um contador ou advogado. É comum perceber na fala da liderança a necessidade de acessar recursos próprios para fazer cumprir os deveres da entidade, como destacam os líderes nos trechos a seguir:

Vem tudo esses projetos para nós, mas quando a associação não tem do dinheiro que ela arrecada, mas eu tiro do meu bolso, mas a gente faz (EI – AMP, 2016).

Eu tinha uma venda de peixe que tava com tudo (referindo-se ao êxito financeiro do seu empreendimento) ... o tesoureiro, me chamou e disse: Olha, quanto é que você vai arrumar aí? Eu disse: Eu vou arrumar quinhentos! Ele disse: Toma seiscentos! Aí arrumei, peguei todo o dinheiro e saí (EI – CP, 2016).

Esta última fala relata a coleta feita entre os próprios associados da instituição (Presidente e Tesoureiro), a partir de seus recursos particulares, para arcar com as despesas de regularização do CPNJ da entidade, que se encontravam vencidas há muitos anos.

Essa limitação financeira observada nas atividades cotidianas das entidades entrevistadas nos leva a crer que as mesmas não possuem condições de contratação de funcionários - técnicos capacitados nas atividades do terceiro setor – posto que seu contingente

seja formado **exclusivamente por mão de obra voluntária**²², que dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, às diversas atividades das entidades. Foi possível observar que o gerenciamento da mão de obra destas organizações é complexo à medida que dependem exclusivamente de trabalho voluntário, que de acordo com Teodósio e Resende (1999) geralmente implica em problemas com a pontualidade, o absenteísmo, a avaliação de desempenho, a preparação e qualificação do corpo voluntariado para o trabalho e a disponibilidade para o exercício das funções na organização. Este conjunto de atributos prejudica a eficiência e a eficácia das organizações comunitárias, pois o afastamento de um voluntário pode gerar descontinuidade de algumas ações propostas pela falta de pessoas para levar a ideia adiante e ainda uma sobrecarga de tarefas na figura dos líderes das entidades.

Outro limitante observado foi a dificuldade na **sucessão das lideranças** das entidades. Quatro, das cinco entidades analisadas, estão com seus mandatos de presidência/coordenação vencidos e até a data da realização das entrevistas não haviam constituído uma comissão eleitoral para conduzir esta transição. Uma das voluntárias nas entidades explica o fenômeno a partir de sua percepção como moradora:

Porque não tem aquela pessoa que “Ah, eu vou me candidatar a ser um presidente da comunidade para que tenha o desenvolvimento” entendeu? Então isso é uma barreira. Se ele tá lá, é porque nunca apareceu ninguém para... se o presidente da Colônia dos Pescadores está lá, é porque ninguém quer ser o presidente da colônia dos pescadores, se lá na associação das mulheres da pesca tá lá, é porque já chegou alguém e não soube desenvolver aquilo, então ela tem medo de perder aquilo que ela criou, cresceu, tem medo que tenha uma.... Como é que se diz? Regressão né, diminua daquilo que já tem, entendeu? Então isso é uma grande barreira que tem dentro da comunidade (VOLUNTÁRIA – GF, 2016).

A presidente da Associação das Mulheres da Pesca relata sua dificuldade em repassar a liderança da entidade: “E aí, eu passei para várias pessoas a minha presidência e nenhuma deu conta, porque você quer ser presidente de uma coisa, mas você não quer andar, você não quer ter conhecimento, você não quer buscar informação, recurso, nada” (EI – AMPBS, 2016). O episódio relatado por dona Manolita no parágrafo acima também aconteceu na liderança do Clube de Mães, quando a senhora Durvalina (atual presidente) se afastou do cargo houve uma descontinuidade na promoção de ações pela organização. Essa dificuldade de sucessão na liderança das entidades sugere que a população da Baía do Sol precisa se apropriar desse movimento de associativismo comunitário e as entidades precisam trabalhar ações de formação de novas lideranças, enfocadas na renovação do vigor destes atores e na promoção das

²² Atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade (...). O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim (Art. 1º, LEI nº 9.608, 1998).

atualizações necessárias para lidar com os novos desafios postos pelo novo cenário que se apresenta.

Por fim, destacamos a necessidade dessas entidades pensarem em **ações endógenas**, propostas a partir das condições reais da localidade e seus verdadeiros anseios, posto que em alguns momentos da pesquisa identificou-se um processo que analogamente denominarei de “pescaria”. Na pescaria, as entidades públicas e privadas disponibilizam alguns recursos para o público do social, como recursos financeiros, cursos e benefícios sociais, e estes se esforçam em uma ação de captura das melhores oportunidades, porém como na pescaria, na maioria das vezes não se escolhe o que vai pescar, simplesmente pega o que vier no anzol/rede, incorrendo por vezes no desvio de seus propósitos iniciais, ou seja, o que você “pesca” nem sempre está alinhado à sua missão institucional ou com os interesses dos comunitários. Como exemplos dessa forte influência exógena no contexto das entidades comunitárias da Baía do Sol, citamos:

- Clube de Mães: a maioria dos cursos ofertados pela entidade, em parceria com organizações filantrópicas ou tecnicistas, não possuem uma associação direta com a realidade sociocultural e histórica da comunidade e possuem caráter assistencialista;
- Instituto Tupinambá: Por ser um correspondente bancário da CEF, acaba sendo incentivado a vender alguns produtos da Caixa que implicam em aumento de receita para o Banco Tupinambá, como a abertura de conta. Apesar da dificuldade de acesso à tecnologia e internet, o Banco Tupinambá vem incentivando a população a trabalhar com a moeda eletrônica (aplicativo E-social), posto que este produto possui uma margem de contribuição maior para o banco do que o boleto bancário. Outro aspecto dessa interferência dos fatores externos na dinâmica das organizações destaca-se pelo fato do Instituto, mesmo contrariando suas premissas de proteção ao meio ambiente e valorização da natureza, receber um prêmio de R\$ 24.000 (vinte e quatro mil reais) da Vale, entidade marcada por episódios de poluição, degradação e danos ao meio ambiente e à população da Amazônia com seus projetos de exploração mineral na região.
- Colônia dos Pescadores: A desconexão entre a missão institucional e as últimas finalidades descritas no estatuto da entidade sinaliza que a Colônia dos Pescadores realizou um ajuste em seu documento de constituição em 2013, incluindo quatro novas finalidades conforme abaixo, para se credenciar ao programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal.

VII – Realizar parcerias, estudos, projetos, convênios e pesquisas, com entidades públicas e privadas, nas áreas da assistência técnica habitacional e habitação de assistência social.

VIII – Atuar como agente promotor, executor e prestador de serviço de construção, assistência técnica e trabalho técnico social voltados para a questão habitacional;
 IX – Atuar como agente promotor de habitação de interesse social, com vistas a melhoria das condições habitacionais de seus associados;
 X – Construção, produção e execução e organização de unidades habitacionais em parceria com os governos Municipais, Estaduais, Federais e do Distrito Federal (EST – CP, 2013).

- Associação das Mulheres da Pesca: Revela a forma como os projetos e ações são desenvolvidos dentro da instituição.

Porque às vezes é assim, a gente fica aqui na Baía do Sol, eu ando lá na frente na Baía do Sol, eu vou lá no SENAI ver o que é que tem, é um benefício para nós, se der para fazer, dá para trazer para Baía do Sol, dá, aí eu vou no SENAC, dá para fazer? Dá.

E desta forma, assim como o pescador que aceita o que vem no anzol ou na rede de pesca em função das suas necessidades de subsistência, o mesmo acontece com as entidades comunitárias, que na maioria das vezes, em função da necessidade de se manter vivas e acessar algum recurso financeiro que lhes dê fôlego, assumem projetos desconectados às suas demandas reais e/ou ideologicamente controversos à sua atuação. As implicações desse processo remetem-se a posição de dependência ou coadjuvante que as entidades assumem nas relações com o outro, sempre aguardando novas oportunidades surgirem ou se colocando na condição de receptora de benefícios e aceitando “produtos prontos”, “enlatados” e desta forma se submetendo a reproduzir lógicas que desconsideram que estamos em uma pequena comunidade ribeirinha da Amazônia, uma colônia de pescadores com forte tradição na pesca artesanal, com natureza farta em fauna e flora, com uma população de 8.000 habitantes, descendentes de uma etnia indígena tupinambá que deixou para a população local uma forte influência nas danças, na culinária, na arte da pesca, além de um inestimável celeiro cultural e histórico que precisam ser considerados no momento de se pensar ações de mobilização comunitárias na Amazônia. É necessário desvencilhar-se das amarras do colonialismo e parar de reproduzir estratégias de organização comunitária desconectadas do contexto Amazônico e reprodutoras de uma lógica instrumental modernizadora focada do discurso a caminho do desenvolvimento.

4.2 AS PRÁTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DA BAÍA DO SOL

Vistas como construções dos atores sociais em seus variados contextos de interação, as práticas sociais, para fins deste estudo, terão como recorte espacial as organizações comunitárias da Baía do Sol. Nesta seção, analiso as principais práticas identificadas nas minhas inserções em campo, que inspirada na classificação de Gohn (2005), estão dispostas em 04 (quatro) práticas: administrativas, econômicas, políticas e sociais. Optou-se por esta estrutura compartimentada por acreditar no benefício que pode promover à organização e apresentação do conteúdo, apesar de assumir como pressuposto teórico que as práticas estão completamente interligadas e são interdependentes.

Esta seção tem como propósito atender ao segundo objetivo específico da tese que trata da caracterização das práticas sociais comunitárias vivenciadas em pequenas localidades da Amazônia. Para identificar as práticas mais relevantes nos contextos administrativo, econômico, político e social utilizou-se como ponto de partida a consulta ao software NVivo para verificar as 10 palavras (mínimo 05 letras) mais frequentes em cada uma destas categorizações - NÓS e como elemento adicional a percepção da autora para incluir ou excluir pontos que julgue relevantes para uma análise prudente.

4.2.1 Práticas administrativas

Considerando as práticas administrativas como as ações organizacionais adotadas pela comunidade para conquistar seus objetivos comuns, o quadro 18 aponta as 10 palavras (mínimo 05 letras) mais frequentes atribuídas a esta categorização da pesquisa:

Quadro 19 – Palavras mais frequente na categorização de Práticas Administrativas

Nº	Palavra	Extensão ²³	Contagem ²⁴	Palavras similares
01	Gente	05	44	Gente
02	Comunitário	11	38	Comunitário, comunitários
03	Comunidade	10	38	Comunidade, comunidades
04	Banco	05	33	Banco, bancos
05	Projetos	08	26	Projeto, projetos
06	Presidente	10	23	Presidente, presidentes
07	Centro	06	23	Centro

²³ Refere-se a quantidade de entrevistas, vídeos e/ou documentos em que o termo foi citado.

²⁴ Refere-se a quantidade de vezes em que o termo foi citado.

08	Colônia	07	20	Colônia
09	Associação	10	19	Associação
10	Curso	05	18	Curso, cursos

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

De acordo com a análise do quadro acima, as palavras *gente, comunitário e comunidade* são as mais frequentes no texto e remetem à identificação e reconhecimento da população da Baía do Sol como uma comunidade, aspecto já exposto no início desta análise. Já as expressões *banco, centro, colônia e associação* fazem menção às entidades organizativas criadas na comunidade para atingir seus objetivos, também já exploradas no item 4.1. Diante disto, nos dedicaremos a analisar o que nos revelam as expressões: *projetos, presidente e curso*; sinalizadas no contexto das práticas sociais administrativas que são adotadas em pequenas localidades da Amazônia, como a Baía do Sol. A autora optou ainda por incluir as palavras *reunião* (14 ocorrências) e *parceria* (12 ocorrências) no escopo de análise, posto que frequentemente estejam citadas pelos atores e observadas nas imersões em campo.

A prática administrativa relacionada a projetos refere-se à **elaboração e desenvolvimento de projetos** em áreas específicas de interesse das instituições pesquisadas. No *corpus* analisado, o termo aparece com frequência no texto dos documentos de constituição das entidades – Estatutos – como uma intenção da organização, conforme trecho a seguir:

XI – A Colônia de Pescadores Z-09 poderá desenvolver **projetos** de atividades do turismo cultura desenvolvendo projetos econômicos sob sua responsabilidade administrativa e promovendo encontros, seminários, workshops, feiras e encontros na área de ciência e tecnologia de agronegócios pesqueiros, reunindo especialistas e interessados em geral na agrotecnologia da pesca (Capítulo ii, Art.7º, EST – CP, 2016, grifo nosso);

Entretanto, o que se observa na prática das entidades é que, em sua grande maioria, não adotam a atividade de elaboração de projetos como um instrumento de planejamento e controle de suas ações, e quando o fazem é para atender às exigências de um edital que cobra o documento no processo seletivo para acessar recursos financeiros, participar de premiações e/ou estabelecer parcerias com instituições.

O ministério da agricultura lançou um projeto de escola de música para trabalhar a juventude da ilha, mas nossa maior dificuldade é técnica, para elaborar o projeto, a Celina tem as parcerias e nós repassamos para eles darem uma avaliação mais técnica (EE- IBTSS, 2015).

O trecho de fala acima exposto sinaliza ainda a dificuldade técnica apresentada pelo Instituto Tupinambá para elaborar os projetos de acesso a financiamento, sendo possível que

tal fato decorra de uma associação entre o elevado grau de complexidade que envolve a construção e acompanhamento de um projeto social e a falta de domínio das ferramentas da gestão relacionada a projetos do terceiro setor por parte da equipe da entidade.

Sobre isso, Gohn (2005) explica que o associativismo comunitário nos anos de 1990 começou a tomar um novo formato no Brasil, virou um campo multifacetado, composto por uma multiplicidade de agentes e atores sociais, dos três setores da economia: Estado, Empresas e Organizações do Terceiro Setor. Por isso, essa nova configuração de intensas parcerias entre os diversos setores passou a exigir das entidades comunitárias certa instrumentalização – como o domínio das técnicas de elaboração de projetos, acesso às plataformas informatizadas e propriedade no processo de prestação de contas dos recursos utilizados. A dificuldade para adaptar-se às exigências de modernização gerencial do terceiro setor, leva a crer que este seja um dos gargalos pelos quais as entidades comunitárias atuantes em pequenas localidades na Amazônia, como as da Baía do Sol, estão apresentando dificuldades de ordem financeira e gerencial para dar continuidade às suas contribuições na luta por melhores condições de vida no território.

Outra discussão que vem à tona no contexto das práticas administrativas refere-se à **ação de liderar as atividades das entidades comunitárias**, papel assumido pelos presidentes (as) ou coordenadores (as). No contexto analisado, é possível perceber que os agentes envolvidos nos cargos de liderança das entidades possuem um longo histórico de participação em ações de cunho social, dado que todos os presidentes/coordenadores hoje em atuação participaram da fundação das entidades que possuem vários anos de atuação; e ainda são pessoas que carregam uma enorme bagagem de conhecimento das dinâmicas socioculturais e econômicas reproduzidas no bairro, são extremamente engajados com a missão de transformar vidas e melhorar as condições socioeconômicas da comunidade.

Eu sendo o responsável pelo centro comunitário (...) eu vou fazer o quê, me diga?!_Só assinar papel?! E, no entanto, queremos fazer muito mais pela nossa comunidade, não isso. Assinar um papel para a pessoa receber o seu cheque moradia, mas também trazer para comunidade cursos que possam beneficiar a comunidade muito mais ainda. Olha, isso aqui eu aprendi antes de ontem Érica, a tecer rede. Eu aprendi com um rapaz. Eu estava pensando aqui, poxa, tanta gente na Baía do Sol que poderia ter um dinheiro extra. É fácil de fazer, mas se você tem um professor que se doe, para fazer, para ensinar as crianças, eles podem fazer uma tarrafa que podem ajudar seus pais, não é um trabalho infantil, escravo, eu não creio que isso... é um conhecimento que ele vai levar desde a sua infância, que vai servir para adolescência e o futuro (EI – CC, 2015).

Se eu quero botar um projeto aqui, você tudo tem que pagar, aí as coisas não vão para frente, terminam por ali, é muito difícil. Aí eu já nem participo porque ninguém tem apoio de ninguém, nosso apoio é com esse pessoal (referindo-se aos voluntários), por que a gente corre ali pela prefeitura, que também não dá um apoio para a gente. Olha, a gente luta muito para fazer um trabalho aqui! (EI – AMPBS, 2016).

A fala do secretário do Centro Comunitário acima exposta nos remete a uma valorização da geografia local, consciência da influência que esta possui sobre os modos de reprodução de vida no território, e ainda a preocupação em produzir ações no contexto local que possam promover elevado impacto na transformação de vida das pessoas que ali habitam. A segunda fala pertence a presidente da Associação das Mulheres da Pesca e demonstra a persistência da liderança na superação das dificuldades vivenciadas pela entidade.

Conforme já disposto anteriormente, uma característica comum a todas as organizações atuantes no contexto da mobilização comunitária no *lócus* investigado é a utilização da mão de obra voluntária. De acordo com Piacentini (2016), a participação da população brasileira em ações de voluntariado ainda é pequena, se comparada com outros países, somente 28% da população brasileira já participou de algum tipo de trabalho voluntário, sendo que apenas 11% continuam atuando neste tipo de iniciativa. No contexto da Baía do Sol, o cenário segue a tendência nacional, conforme ilustrado nos trechos de fala dos líderes a seguir: “Gente, porque que vocês..., eu cansei de falar isso, toda reunião que eu ia, tinha quatro, cinco pessoas, três, quatro, duas, três, gente” (EI – CMBS, 2016) e

No começo, mesmo o centro comunitário tendo CNPJ cancelado, havia reuniões para que a comunidade viesse unir-se com a gente, somar com a gente, no entanto, não houve em falar comunidade, ninguém foi convidar ela sem comunidade para discutir assuntos relevantes a comunidade, que poderia fazer pela comunidade, a comunidade em si não participava. Hoje...nunca aparece!

Essa baixa participação sinalizada nas entrevistas pode ser um dos fatores responsáveis pela concentração de demandas na figura dos presidentes/coordenadores, alimentando certa dependência da presença destes, como no caso da AMPBS que estavam com suas atividades funcionando parcialmente em virtude do afastamento da presidente para tratamento de saúde. Quando questionada sobre outras ações em curso no ano de 2016, ela responde: “Não, ainda não temos, vamos começar esse curso. Têm vários ainda, porque eu tava operada” (EI – AMPBS, 2016), ou como no próprio caso do secretário do Centro Comunitário que não nos respondeu várias perguntas utilizando-se da frase: “Não posso lhe responder isso, porque diante disso, o presidente agia sozinho” (EI – CC, 2016).

Outra prática administrativa identificada no contexto das entidades comunitárias da Baía do Sol é a **oferta cursos à comunidade**. Tal prática se constitui em uma forma de atuação bastante valorizada pelas organizações comunitárias, conforme descreve um representante da comunidade no trecho em que afirma que sua intenção é “trazer para comunidade cursos que possa beneficiar a comunidade muito mais ainda” (EI – CC, 2016) ou na fala da presidente da AMPBS que avalia o curso de qualificação profissional na modalidade Formação Continuada

ou de Atualização da seguinte forma: “se todo mundo se dedicar, isso vai ser uma benção para nós”.

Conforme já destacado em tópicos anteriores, a oferta de cursos na comunidade geralmente é fruto de parcerias com entidades filantrópicas ou instituições de formação técnica, promovida por agentes externos à comunidade, que não consideram a dinâmica social local no momento de pensar os cursos, que chega para a comunidade como produtos prontos, podendo este ser um dos fatores que levam ao abandono das práticas apreendidas na formação, conforme destaca a fala a seguir:

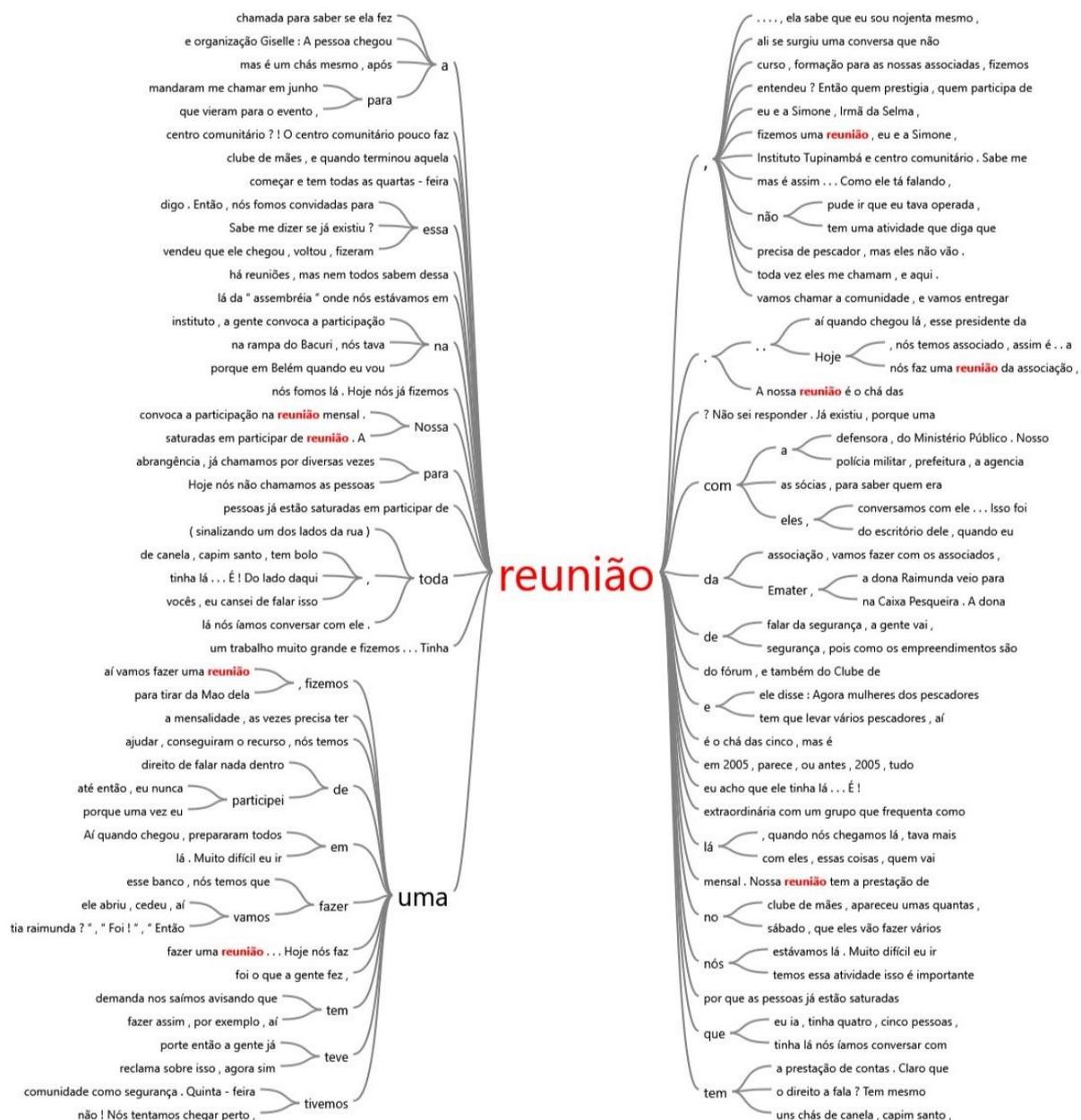
Aí a gente faz o curso de costura, curso de artesanatos, aí só faz naquela hora, quando acaba dali, ninguém vai se interessar de progredir, pegou seu certificado, entoca. E é justamente quando eles têm que trabalhar pra ganhar dinheiro (EI – AMP, 2016).

Observadas essas questões, é possível afirmar que a grande procura e aceitação dos cursos dá-se por uma valorização do conhecimento que vem de fora, do externo, quando na verdade essa transmissão de conhecimento considera condições completamente alheias à lógica de reprodução da vida na localidade. É incoerente promover um curso de decoração de sandálias havaianas para as mulheres da comunidade, se o bairro não dispõe de lojas fornecedoras de miçangas, se a população local não possui poder aquisitivo para tal e ainda há de se considerar que tal artesanato não possui nenhuma relação direta com a cultura Amazônica.

A prática recente da Colônia de Pescadores e da Associação de mulheres da Pesca sinaliza uma mudança no contexto da oferta de cursos, quando começam a ofertar cursos nas áreas relativas à pesca artesanal para a formação de pescadores jovens e adultos, atividade alinhada às potencialidades naturais da ilha. Outro indicador de mudança no perfil dos cursos é o enfoque na formação político-cidadã com vistas ao empoderamento de mulheres e jovens da comunidade proposto pelos projetos CECI Mulheres e EcoTupi.

A **realização de reuniões entre os comunitários** constitui-se em uma prática administrativa bastante acessada no cenário de atuação das entidades comunitárias de pequenas localidades na Amazônia. A figura 21 ilustra as 48 ocorrências do termo “reunião” no *corpus* da pesquisa, cabendo destaque para a alta intensidade da palavra que foi citado em quase todas as entrevistas, exceto no grupo focal.

Figura 21 – Árvore de Palavras - Reunião



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

Estas ações são utilizadas para fins de debate de assuntos de interesse da comunidade, operacionalização de suas demandas, compartilhamento de resultados, consultas e prestação de contas das ações em curso para seus integrantes e associados. Conforme demonstrado respectivamente nos trechos das entrevistas realizadas com a liderança da comunidade:

O centro comunitário pouco faz reunião, (...) a gente até reclama sobre isso, agora sim teve uma reunião de falar da segurança, a gente vai, e o negócio da política, o pessoal também vai, eu até que não tenho participado (EI – AMPBS, 2016).

Aí a gente já vai começar e tem todas as quartas-feiras reunião com a defensora, do Ministério Público (EI – AMPBS, 2016).

Nós temos as pessoas do banco, do instituto, a gente convoca a participação na reunião mensal. Nossa reunião tem a prestação de contas. (...). Então é assim, a gente se reúne uma vez por mês e discuti tudo da questão da comunidade e também as ações dos projetos que o banco tem hoje (EE – IBCTSS, 2015).

Sua convocatória acontece de boca em boca, casa em casa, o que demanda muito trabalho da liderança e gera um campo de alcance bastante limitado. As reuniões acontecem nos espaços das entidades, ou ainda na quadra de esportes, na escola municipal ou na casa dos líderes, geralmente as seções são conduzidas pelos presidentes/coordenadores (as).

A imagem a seguir é ilustrativa da realização do Fórum de Desenvolvimento Comunitário, instância máxima de decisão sobre as ações do Banco Comunitário Tupinambá, que reúne a população para discutir as necessidades da comunidade com o propósito declarado de empoderar esses atores. Esta reunião acontece na sede do Instituto, é conduzida pelo coordenador do Banco, Marivaldo Vale, na qual ele utiliza o recurso tecnológico do projetor de imagens (*data show*) como suporte para a apresentação dos pontos importantes a serem debatidos na reunião, a organização da sala em formato de semicírculo facilita a abertura ao diálogo e incita a participação dos comunitários.

Figura 22 – Reunião do Fórum de Desenvolvimento Comunitário

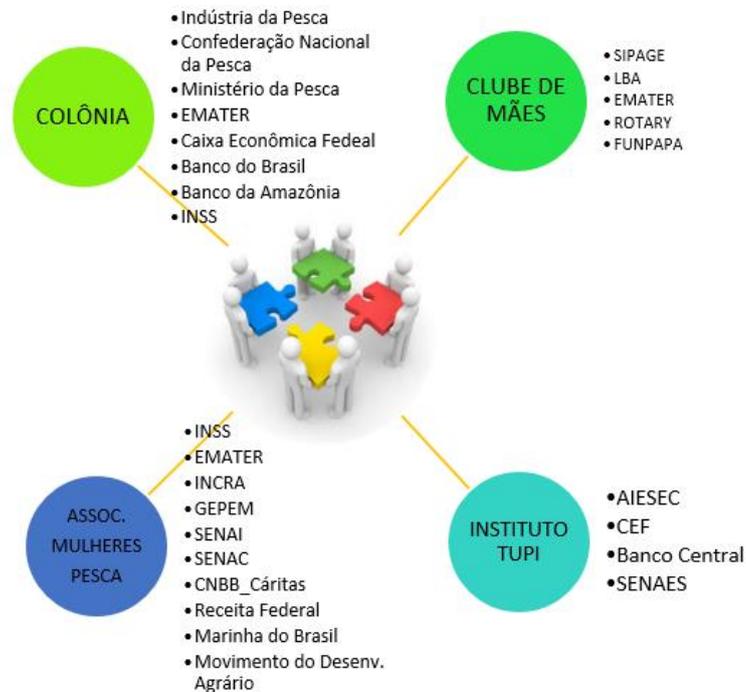


Fonte: Instituto Tupinambá (2015)

Por fim, a última prática destacada é a **firmação de parcerias**. Estas parcerias são estabelecidas prioritariamente com agentes externos à comunidade e se constituem em acordos formais e/ou informais para trazer para a Baía do Sol algum benefício que a população e/ou liderança julgue benéficas para o coletivo. A figura 23 demonstra algumas das diversas

parcerias já estabelecidas entre as organizações da Baía do Sol e organismos externos, ressaltando que não foi possível identificar parcerias estabelecidas pelo Centro Comunitário.

Figura 23: Principais parceiros das entidades comunitárias da Baía do Sol



Fonte: Elaborado pela autora

Neste cenário de parcerias, destaca-se um agente específico - o Governo Federal - representado pelo INSS e CEF para a concessão de benefícios sociais, como a aposentadoria, a licença maternidade, a licença saúde, o seguro defeso (seguro desemprego) e o acesso ao programa Minha casa Minha Vida para pescadores (as); e pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que promove ações de fortalecimento dos princípios da Economia Solidária. O estabelecimento de parcerias com as entidades representantes do Estado exige o cumprimento de uma série de pré-requisitos, como constituição jurídica específica, inclusão de itens no estatuto das entidades e prestação de contas quando envolve o repasse de recursos financeiros. Estas atividades de caráter burocrático são conduzidas pelas lideranças das entidades com o apoio de alguns voluntários com domínio técnico para atender a gama de requisitos exigidos, como assistentes sociais e contadores, conforme já explicitado anteriormente.

As parcerias instituídas internamente entre as organizações comunitárias são muito incipientes. A fala da coordenadora Geral do IBTSS (2016) corrobora com esta afirmação:

O cenário é para que a gente junte forças, consiga avançar, aí essas entidades costumam ficar fechadas entre si com seus próprios propósitos, são em categorias, fechadas, tipo só com a pesca. E mesmo o centro comunitário, que seria uma que teria mais abrangência, já chamamos por diversas vezes para reunião do fórum, e também o Clube de Mães, mas é muito assim fechado, cada um no seu cenário, e isso é uma coisa que enfraquece não só aqui na Baía do Sol, mas também em todo o Brasil, porque as entidades ainda não entenderam que trabalhar em rede faz com que a comunidade cresça, se consiga, se conquiste e tirar essa coisa do Eu, do empoderamento próprio, de se pensar mais no coletivo, a gente consegue avançar, mas isso é um estágio muito difícil, é um amadurecimento, e também entendemos que é um ... passa pela educação, da própria cultura que temos em mudar esse cenário e tentar juntar forças

O cenário exposto indica uma fragilidade na ação coletiva, ou como afirma Gohn (2005), cria uma paisagem de “guetização” das ações sociais na Baía do Sol, onde cada um prioriza seus interesses e atua individualmente, contribuindo para o enfraquecimento da cultura político solidária na localidade.

Os conteúdos analisados das práticas administrativas de entidades comunitárias atuantes no contexto de pequenas localidades na Amazônia levam a sugerir que existe uma dificuldade de adaptação destas instituições ao novo contexto das organizações sociais do século XXI. Foi possível observar que a atuação dessas organizações, em sua maioria, possui influências de um período da história (décadas de 1970 e 1980) em que a lógica da ação social era dotada de uma forte base política em função da necessidade de organização popular em torno da redemocratização da sociedade cível, da luta contra os regimes militares, da realização de eleições diretas e da luta por igualdade de direitos (GOHN, 2005). A partir da segunda metade da década de 1980 dois importantes marcos vão alterar significativamente a composição do cenário de atuação das organizações de base comunitárias atuantes no contexto social: (1) a Constituição de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, que inaugura um novo olhar do Estado sobre as questões sociais, substituindo a concepção de atendimento às carências pela garantia de direitos (DRAIBE, 1997); e a (2) Lei 9.790, de 23.03.1999, também conhecida como novo marco legal do Terceiro Setor, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); que institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências no que tange a uma reorganização do aparato burocrático do Estado, visando sua descentralização e a promoção de ganhos em agilidade e eficiência (JUNQUEIRA, 2004). E assim o Estado transfere algumas de suas competências para organizações da sociedade civil, que passam a assumir, em caráter complementar, e em parceria, ações sociais que possibilitam oferecer à população melhores condições de vida.

Essa composição multifacetada do campo social brasileiro criou novas demandas e exigiu uma modificação nas formas de atuação do associativismo comunitário. As práticas administrativas que antes eram fortemente influenciadas por um viés político, passam a assumir uma posição mais gerencial, no sentido de planejar, organizar, executar e controlar os projetos estabelecidos em parcerias com as entidades do 1º, 2º e 3º setor da economia, e isso envolve acesso a conteúdos específicos da área de gestão que estão fora do campo de alcance das entidades comunitárias atuantes no contexto de pequenas localidades na Amazônia.

4.2.2 Práticas econômicas

Considerando que as práticas econômicas correspondem à forma como a comunidade organiza sua produção, consumo e distribuição de riqueza localmente, a figura 24 apresenta uma nuvem de palavras com as 10 expressões (mínimos de 05 letras) mais frequentes no *corpus*, associadas a esta categoria da pesquisa. A incidência das palavras foi o ponto de partida para a seleção e organização das práticas econômicas mais relevantes no contexto da Baía do Sol, que estão dispostas a partir, das práticas mais frequentes para as menos frequentes.

Figura 24: Palavras mais frequentes na categorização de Práticas Econômicas



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

A prática econômica de maior relevância destacada no *corpus* da pesquisa refere-se à **criação de um banco comunitário com moeda social própria – o Moqueio**. Esta prática

sintetiza as expressões: banco (28)²⁵, comunidade (22), gente (22), moeda (20) e moqueio (19), e sugere a existência de laços de pertencimento e valorização da comunidade pelo Banco Tupinambá, que é ilustrado na fala do vendedor ambulante Sidnei quando perguntado se ele trabalha com a moeda social moqueio: “Aceito sim, esse é o nosso dinheiro aqui da nossa Ilha. Ele tem que circular aqui na nossa Ilha, se ele não circular ele não vai poder render” (VD – 06).

Os Bancos Comunitários são serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda tendo por base os princípios da economia solidária (PROJ - BT, 2016). Segundo o estatuto do Instituto Tupinambá, o propósito de criação de um banco próprio da comunidade era facilitar o processo de geração e distribuição de trabalho, ocupação e renda para os mais pobres, tendo como estratégia o desenvolvimento local a partir da organização em rede de produtores e consumidores (prosumidores), com base na Lei. 9.790/99, art. 3º (EST – IT).

No processo de imersão em campo foi possível observar o reconhecimento da comunidade sobre os benefícios econômicos proporcionados pela presença do banco no local. Isso fica evidente nas falas dos líderes e representantes da comunidade abaixo:

Olha, é muito válido para nós por motivo que tem muitas pessoas que são aposentadas e não podem ir até a Vila, já vai receber seu dinheirinho aí, muitas pessoas que não podem pagar sua luz, água, já paga aqui. Aí de primeiro teve uns projetos aí que eles financiavam um dinheirinho para começar a trabalhar - Liderança (EI – CP, 2016).

Aí isso aí foi um negócio bom, porque às vezes as pessoas não têm como iniciar um trabalho, quem quer vender seu carvão, vender sua farinha, sua verdura, sua fruta, vai lá, pega o dinheirinho, paga, isso aí para mim foi válido né? - Liderança (EI – AMPBS, 2016).

Eu consegui comprar umas redes para mim, linha que eu não tinha. Mando reformar o barco com esse dinheiro, aí o barco nunca se estraga (PESCADOR, VID – 01).

A inspiração para criar uma moeda social própria na comunidade veio de uma experiência vivenciada pelos atuais coordenadores do Banco e do Instituto Tupinambá no Banco Palmas, localizado no Ceará – pioneiro no Brasil com a adoção dessa tecnologia social. As moedas sociais surgem como um princípio da economia solidária e uma alternativa ao escambo, possuindo características próprias.

É considerada um instrumento de desenvolvimento local, destinada a beneficiar o mercado de trabalho dos grupos que participam da economia da localidade. Seu uso é restrito e a sua circulação beneficia a redistribuição dos recursos na esfera da própria comunidade. O aumento da quantidade de moeda social corresponde ao aumento das transações realizadas pelos participantes da economia local. Sempre observando o lastro (para cada moeda social uma moeda oficial do mesmo valor). É uma moeda complementar ao real (R\$), criada e controlada pelo Banco Comunitário. Possui componentes de segurança como nas moedas convencionais (Papel moeda, marca d'água, código de barra, número de série, tarja holográfica). O valor de cada moeda

²⁵ Esses números referem-se ao número de ocorrência da palavra no texto.

social (M\$) é correspondido o seu valor em real (R\$), ou seja, M\$ 1,00 = R\$ 1,00. (BANCO COMUNITÁRIO ESMERALDA, 2016).

O Banco Tupinambá possui um lastro de R\$ 8.000, 00 (oito mil reais) para a moeda moqueio, conquistado por meio de doação e possui atualmente 95 (noventa e cinco) empreendimentos da comunidade cadastrados para recebê-lo em suas operações comerciais. O relato dos comunitários nos permite sinalizar 03 (três) principais benefícios para a economia local a partir da adoção da moeda social no território: a capacidade de cercar a economia local, o resgate das relações de solidariedade e respeito e a segurança que o uso da moeda pode proporcionar.

O primeiro benefício refere-se à capacidade da moeda social em cercar a economia local, incentivando que o dinheiro permaneça na própria comunidade e que não ocorra uma evasão desses recursos deixando o bairro empobrecido, é o que a Coordenadora do Instituto chama de “Moquear a economia”. Ainda segundo ela “Os créditos que fornecemos em moeda social faz com que a economia fortaleça e se troque entre si dentro da própria comunidade” (EI – IBTSS, 2016).

O segundo benefício sinalizado pela comunidade é sobre o resgate das relações de solidariedade, respeito e, acima de tudo, confiança no seu igual, posto que o banco trabalha com taxa de juros subsidiadas para empréstimos concedidos em moeda social e seus critérios na análise de crédito são baseados na confiança e credibilidade dentro da comunidade. Ações dessa natureza inspiram um sentimento de autoestima entre os moradores, dado o sentimento de confiança que o banco deposita neles.

Eu não tinha condições de investir, já com a ajuda do Tupinambá que abriu as portas para nós, foi tendo credibilidade, né?! E eu agradeço o Marivaldo que confiou na gente, a gente paga direitinho, eu tenho pago direitinho.

O terceiro benefício identificado vem do relato de uma moradora:

Moqueio é um dinheiro que era para ta todo mundo aqui... Tipo assim, o ladrão veio fazer um assalto aqui, ele vem, assalta, leva moqueio, ta lascado, porque ele só vai poder comprar aqui, entendeu?! Ele não pode comprar lá na vila, no Caranduba, no Sucurê, ele só pode comprar aqui, na Baía do Sol, e onde tiver também a plaquinha “Aceitamos moqueio”, porque é o dinheiro social... Aí ta lascado, que vai saber... [RISOS]

Como o Moqueio não possui nenhuma validade monetária fora do espaço da Baía do Sol, se todos passassem a utilizá-lo na comunidade poderia inibir a ocorrência de roubos. As imagens a seguir ilustram as cédulas de moqueio utilizadas na comunidade.

Figura 25 – Cédula de 1 Moqueio



Fonte: Instituto Tupinambá (2016)

Figura 26 – Cédula de 5 Moqueio



Fonte: Instituto Tupinambá (2016)

Figura 27 – Cédula de 10 Moqueio



Fonte: Instituto Tupinambá (2016)

O relato de uma moradora explica como a moeda funciona na economia local:

A questão do moqueio é tipo assim, eu quero comprar um maço de papel, com o moqueio, se eu compro o papel, eu tenho desconto, se o papel é três reais, o senhor vai comprar ele a dois e cinquenta, naquele estabelecimento que tá cadastrado, onde o dono, junto com o banco firmou um compromisso em dar desconto comprando em moqueio, eu comprei várias vezes com desconto lá no Lourenço, com moqueio, eu comprei (EI – CM, 2016).

A presença de um banco comunitário em um território com dificuldade de acesso, cenário geográfico inerente à realidade amazônica, facilita sobremaneira a rotina de seus moradores. Para ilustrar os benefícios gerados à população, trazemos o exemplo dos moradores da Ilha do Marajó, um arquipélago de difícil acesso que fica em frente à Baía do Sol e até 2015 não tinha acesso aos serviços bancários. O coordenador do Banco Tupinambá, que auxiliou na implantação de um banco comunitário na região, relata a enorme dificuldade que a população tinha para receber os benefícios sociais concedidos pelo governo, como bolsa família, aposentadoria, pensão, etc.:

Todo tipo de corrupção você encontra dentro do município de Marajó, eles acumulam três meses, por que cada viagem de barco custa R\$ 30,00 (trinta reais), ele vai antes que perca. Ele passa para o cara do barco algo em torno de 100 cartões com senha e tudo, o cara tira, mas cobra os R\$30,00 e como se tivesse ido uma pessoa (...). Lá no Marajó quando você chega vê esses tipos de desvio e eles se sujeitam por causa da dificuldade então para nós a Rede Marajó vai incluir famílias que são exploradas. Para quem vai pessoalmente são R\$ 30,00 (trinta reais) de passagem mais R\$5,00 (cinco reais) para pagar uma pessoa para sacar o benefício.

O trecho acima explica que os moradores da Ilha do Marajó, devido ao elevado custo do transporte R\$30,00 (trinta reais) e da tarifa de saque R\$5,00 (cinco reais), deixam acumular 03 (três) meses de benefício (antes que o mesmo seja cancelado), para poder efetuar a retirada de seu dinheiro no banco, sendo que estes entregam seus cartões do benefício e as respectivas senhas para um representante da comunidade e este entrega ao dono do barco que passa na comunidade apenas algumas vezes na semana. Portador de aproximadamente 100 cartões e senhas, o dono do barco vai até um município que disponha de serviços bancários e realiza toda a retirada dos valores, cobrando dos usuários a taxa de R\$ 30,00 (trinta reais). Esse exemplo serve para ilustrar o quanto a presença de um banco comunitário pode facilitar a dinâmica socioeconômica de comunidades ribeirinhas localizadas na Amazônia.

Na Baía do Sol já são 07 (sete) anos de atuação do Banco Tupinambá e sua moeda social própria – o Moqueio, mas apesar dos inúmeros benefícios destacados pela comunidade, ainda prevalece a utilização do real como moeda corrente, e isso é expresso na prática econômica de **valorização do real (17) e do dinheiro (11)**, sinalizando que apesar dos princípios da economia solidária estarem pautados em práticas econômicas como as Feiras e Clubes e Redes de Trocas Solidárias ainda há na Baía do Sol a ideia predominante da circulação de papel moeda. O mercado de trocas, importante componente da Economia Solidária, conta com a figura dos “prossumidores”, participantes que são ao mesmo tempo produtores e consumidores. Segundo o Portal Brasil (2012), as feiras estimulam a cooperação porque são uma alternativa ao desemprego e criam benefícios para todos os integrantes. O sistema favorece ainda a cultura de

consumo consciente e fortalece as relações comunitárias (PORTAL BRASIL, 2012). As atividades de trocas ainda não são uma realidade na atuação do Instituto Tupinambá e em nenhuma das demais entidades pesquisadas, havendo o predomínio do uso do papel moeda e a valorização do real como moeda circulante na comunidade.

A **oferta de linhas de crédito** também constitui importante prática econômica das entidades comunitárias atuantes na Baía do Sol, sendo que das 05 entidades pesquisadas, 03 possuem parcerias com Bancos ou Agências de fomento para concessão de crédito. A Colônia dos pescadores possui parceria com o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia para a concessão de financiamento para pescadores no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a Associação das Mulheres da Pesca trabalha com um crédito solidário fornecido pela Caritas do Brasil-CNBB, e o Instituto Banco Tupinambá possui linha de crédito em Moqueio e em Reais, sendo que os valores concedidos em reais são oriundos de parcerias com o Banco da Amazônia.

Até setembro de 2016 o Banco Tupinambá já havia concedido 1.039 empréstimos para produção, que totalizam R\$ 1.252.200,00 (um milhão duzentos e cinquenta e dois mil e duzentos reais) e 3.069 empréstimos em moeda social destinadas ao consumo, totalizando M\$ 128.144,50 (cento e vinte oito mil cento e quarenta e quatro moqueios e cinquenta centavos). Porém, é importante destacar a preocupação permanente do Banco Tupinambá em oferecer cursos sobre educação financeira e consumo responsável para orientar os tomadores de crédito na boa utilização dos recursos. A seguir, seguem as orientações para a tomada de crédito no banco:

Para o crédito de consumo, basta a mulher apresentar o cartão do Bolsa Família e realizar uma entrevista com o atendente, o empréstimo saía imediatamente com o valor do primeiro empréstimo de M\$ 30,00 Moqueios, ressaltando que o crédito de consumo só será realizado com moeda social. Já para o empréstimo produtivo será necessário mostrar interesse e participar de uma capacitação, para que ela tenha acesso a um primeiro crédito de R\$ 300,00 (Trezentos Reais) podendo evoluir até R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais). Após receber 1º crédito a mulher se insere, automaticamente, no projeto CECI – Mulheres e fica sendo acompanhada pelos Agentes de Desenvolvimento Socioprodutivo, os quais passaram a acompanhar a mulher participante (PROJ – CECI, 2013).

Uma das moradoras da comunidade relata como utiliza a moeda social e os empréstimos para consumo na sua dinâmica financeira mensal:

O que me trouxe aqui, viver só emprestando a moeda, porque os juros são pequenos, e não vai para a frente com esse dinheiro quem não quer, porque só o juro ajuda, antes de eu trabalhar com esse banco, eu comprava no supermercado, se eu comprava R\$100,00 (cem reais) de compra, quando eu ia pagar aqueles R\$100,00 (cem reais) por trinta dias, eu pagava 30% ou então 25% de juro. Aí depois a nossa amiga Ivoneide perguntou se eu não queria trabalhar com ela com a moeda moqueio. Aí eu aceitei o convite, aí melhorou tudo, melhorou tudo para mim. Hoje em dia eu não compro fiado em canto nenhum, e também eu só fico fazendo empréstimo. É o mês todinho, é empréstimo pequeno né? É vinte, é trinta, é quarenta, é cinquenta, aí no final do mês,

eu liquido tudinho aquelas contas, aí começo novamente. Aí vai, vai todo o tempo, todo o tempo. E eu tenho um recado para dizer para vocês, quem quiser melhorar de situação, pode falar com a nossa amiga Ivoneide, e faça como eu fiz, trabalhe com ela (GF).

Alinhada aos dois últimos relatos, temos a presença de uma prática econômica bastante evidenciada nas ações institucionais na Baía do Sol que são **as ações afirmativas de empoderamento feminino**. As ações afirmativas correspondem às políticas e procedimentos obrigatórios ou voluntários, realizados pelo poder público, privado ou terceiro setor, desenhados com o objetivo de combater a discriminação e também de retificar os efeitos de práticas discriminatórias exercidas no passado. O objetivo da ação afirmativa é tornar a igualdade de oportunidades uma realidade, através de um “nivelamento do campo”. São políticas desenhadas para situações concretas, com a perspectiva da promoção de igualdade de oportunidades (HERINGER, 2010; SEPPPIR, 2016). Alinhados a esse interesse as entidades promovem cursos, ofertam linhas de crédito, elaboram projetos e desenvolvem ações específicas para o público feminino, a fim de auxiliá-las na conquista de sua emancipação pela via da inclusão financeira, bancária, social e produtiva. As mulheres possuem um papel de destaque nessa trajetória de integração e mobilização comunitária na Baía do Sol, dado os seus intensos envolvimento nas ações das entidades, além disso, 03 (três) das 05 (cinco) entidades são lideradas por figuras femininas.

Além das ações que são promovidas pelo Instituto Banco Tupinambá, pela Associação das Mulheres da Pesca e pelo Clube de Mães, as políticas públicas voltadas para a pesca artesanal feminina têm proporcionado à categoria importantes conquistas no campo dos direitos previdenciários, como o reconhecimento da categoria, a licença maternidade, aposentadoria, auxílio doença e o seguro defeso, e tudo isso tem importância fundamental na valorização da mulher nesse contexto socioeconômico. Em entrevista com a presidente da AMPBS, ela relata como ocorre o acesso ao auxílio maternidade às pescadoras: “nós fizemos um convênio com a previdência, aí quando fizer os quarenta e cinco dias, a gente encaminha para tirar a certidão do bebê, tudinho, aí você ia receber um salário maternidade para a criança, viu? Depois que o bebê nascer”. Ações dessa natureza, ao reconhecer os direitos previdenciários da categoria funcionam como uma espécie de ação afirmativa, pois promove igualdade de oportunidades para as pescadoras.

As práticas econômicas exploradas a seguir, não apareceram como as mais frequentes no *corpus* da pesquisa, mas foram destacadas pela sensibilidade da autora. A primeira refere-se à **gestão da sustentabilidade financeira das entidades**. As atividades mais comuns

visualizadas no cotidiano das entidades para garantir a sua subsistência são as contribuições mensais dos associados e as parcerias. Sendo que as contribuições não apresentam regularidade nos pagamentos, conforme narrado pela presidente da AMPBS, “paga dez reais de contribuição que não é nada hoje, e aí a pessoa se aposenta, ganha benefício assistencial, tudo pela associação. E tem uns que tem e nem pagam, porque a gente nem cobra, né Érica?” (EI – AMPBS, 2016). Já as parcerias com acesso a recursos financeiros, geralmente ocorrem via edital, um exemplo pode ser o Instituto Tupinambá que concorreu a um edital junto ao Fundo Casa da Caixa Econômica para participar da implantação de outros bancos comunitários no estado do Pará, o que lhes oferta uma renda mensal em torno de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) e à época da realização da pesquisa de campo o repasse do recurso encontrava-se atrasado desde agosto de 2016. Nos dois exemplos acima citados é possível identificar um dos fatores que geram dificuldades financeiras nas entidades pesquisadas: a falta de regularidade na entrada do fluxo de caixa, pois independente do aporte de recursos pelos associados ou parceiros, as entidades possuem obrigações mensais como aluguel, luz, internet e despesas de ordens administrativas.

O Banco Tupinambá é a única entidade da comunidade que possui uma fonte de renda direta oriunda da prestação do serviço de correspondente bancário da Caixa Econômica. Esta repassa ao Instituto um valor sobre o volume de operações realizadas, exemplo: R\$ 2,50 pela abertura de uma conta CAIXA Fácil, R\$ 0,35 por recebimento de boleto de outros bancos, R\$ 0,24 para pagamento de convênios (INSTITUTO TUPINAMBÁ, 2016) e por meio dessa arrecadação é que o banco paga sua estrutura operacional de aluguel, energia, internet, material de expediente, etc. Conforme trechos de fala já expostos anteriormente, a coordenadora geral afirma que estas receitas ainda sim são insuficientes para cobrir todas as despesas operacionais do Instituto e os problemas financeiros são agravados pelo atraso no repasse de verbas dos editais.

Reflexo dessa dificuldade em equilibrar receitas e despesas observou-se que todas as entidades pesquisadas estão passando por dificuldades de ordem financeira, à exemplo do Centro Comunitário que está com CPNJ vencido, tendo a dívida estimada em mais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para regularização; do Clube de Mães que possui uma dívida de aproximadamente R\$ 2.000,00 (dois mil reais) com a empresa fornecedora de energia elétrica; do Instituto Tupinambá que em virtude de assaltos e atrasos no repasse de recurso de projetos apresentam dificuldade em manter suas atividades operacionais; e as duas entidades de classe – Colônia dos Pescadores e Associação das Mulheres da Pesca - que relatam ter que acessar recursos particulares de seus presidentes para arcar com despesas básicas de cartório, passagens,

sanar dívidas etc. As falas a seguir exemplificam a dificuldade financeira das entidades “Se eu quero botar um projeto aqui, você tudo tem que pagar, aí as coisas não vão para frente, terminam por ali, é muito difícil” e “Vem tudo esses projetos para nós, mas quando a associação não tem do dinheiro que ela arrecada, mas eu tiro do meu bolso, mas a gente faz”, relata a presidente da Associação das Mulheres da Pesca (EI – AMPBS, 2016). A coordenadora do Instituto Tupinambá sintetiza a dificuldade de conquistar a sustentabilidade financeira na entidade no trecho a seguir:

O principal desafio é se manter dentro dessa conexão de empreendedorismo social, empoderando os atores, mas sem esse viés do lucro, porque é difícil manter uma entidade da qual não visa o lucro, e agente atualmente vive de projetos, e com essa ruptura do próprio governo que era um parceiro muito forte, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Hoje os bancos comunitários está vivenciando um novo desafio de tentar se manter aberto com as condições que temos, que é muito difícil, de tentar manter esse instituto aberto, por que tem muita ... é uma logística, tem muita despesa e no momento o retorno não é suficiente, então os institutos e as entidades que apoiam os bancos comunitários vivem de projetos e no momento o cenário não é muito bom. Então hoje a gente tá tentando fazer novos parceiros, criar novas alternativas para que podemos dar continuidade ao sonho (EI – IBTSS, 2016).

E por fim, temos a **atividade econômica da pesca artesanal**, que não é propriamente uma atividade realizada pelas entidades que configuram o cenário do associativismo comunitário, mas ocupa uma função central na determinação da lógica de reprodução social e econômica desse povoado e por isso será explorada nesta subunidade.

Esta prática não apareceu no escopo das expressões mais frequentes no *corpus*, apesar de sua relevância histórica, cultural, política e econômica. Este fato pode ser um indicador do recente enfraquecimento da atividade, conforme descreve a presidente da AMPBS a seguir.

Aqui você sabe que a nossa distância para Belém é difícil, a pesca predatória aqui tá cada vez mais pior, que hoje pirata acaba, rouba os pescadores e ficam ali sem condições de pescar, alguns tem.... Se você fosse olhar na beira, na época que o pessoal vinha fazer essa pesquisa em 96, era cinquenta, sessenta barcos que tinha aqui. Muito barco, aí foram roubando, roubando, os pescadores...Barco da comunidade... Barco grande. E era a pesca nessa época... A pesca que sustentava a família sem emprego nenhum, só da pesca. E hoje os piratas entraram, ficaram com medo os antigos e, os jovens que vem não quer saber de nada, não procura se qualificar (EI – AMPBS, 2016).

A partir desse relato é possível observar que a atividade pesqueira já foi a principal atividade econômica no território, capaz de gerar ocupação e renda para homens e mulheres da comunidade, que de forma autônoma produziam a sua subsistência. Porém, segundo relato dos entrevistados, este cenário vem se modificando e a pesca tem deixado de ocupar a posição de atividade econômica predominante nesta região da ilha.

Primeiro vai um curso de capacitação de aquaviária, depois vai de piscicultura, depois vai de apicultura, com tudo isso os jovens que se interessar, ele vai ganhar o dinheiro dele. É uma profissão. Mas aqui, só é profissão se você trabalhar em um posto de

saúde, em uma escola.... Nada é profissão, é só isso, é quando eles se perdem. E aí o que é que ele vai fazer? Ele vai roubar, ele vai usar droga (EI – AMPBS, 2016).

O ideário de empregabilidade desvaloriza a atividade pesqueira na comunidade local. As famílias que antes viviam da pesca passam a instruir seus filhos a estudarem para arrumar um bom emprego, não estimulando mais o trabalho como pescador, contudo, o acesso ao mercado de trabalho encontra barreiras no acesso ao serviço público e na quantidade de postos de trabalho formais gerados internamente na comunidade e assim o jovem sem perspectiva de posicionamento no mercado formal de trabalho muitas vezes acaba se envolvendo com o uso de drogas, realidade também relatada pelo secretário do Centro Comunitário:

Olhe, na rua do meu irmão, um dia antes, teve um aniversário na rua do meu irmão, com Claudio lá, aí um monte de jovem, criança consumindo droga, eu falei “Mano, tu permite isso aqui na tua rua?” ele disse que já ligou para a polícia e nada, aí realmente eu liguei 190 “Olha, está acontecendo uma situação aqui na rua da minha família, tem jovem, adolescente, até criança consumindo droga aqui.” “Criança consumindo? Sim, Crianças?!” aí foi, foi, ta vou mandar uma viatura, fiquei um tempo lá, apareceu uma viatura, dei o endereço tudinho... no outro dia, certos *cidadões* que estavam lá consumindo, que tava até envolvido no roubo do Carapirá, bem aqui debaixo dessa castanhola. Eu tava dando um cochilo, 2 horas levantei, olhei ali, começaram a desenrolar... “Ei, aqui não! Aqui não, eu mantenho limpo isso aqui e tenho famílias aqui Vocês querem consumir, vão consumir por onde vocês quiserem, mas aqui não!” “Não tio!” “Não tio uma ova, não sou nem teu tio moleque, sai fora daqui!” Só tem isso porque as pessoas ficam calada diante disso.

No relato, Fábio relata a expansão do consumo de drogas na comunidade e o descaso do poder público diante esta problemática social.

Além do problema da pirataria, outro elemento apontado pelos entrevistados como responsável pelo enfraquecimento da atividade pesqueira no território da Baía do Sol, é a diminuição na oferta do pescado. Segundo eles, essa falta é motivada por um conjunto de fatores, dentre os quais destacam (1) a falta de consciência do pescador que captura os peixes que entram para as margens do rio no período da desova, período de reprodução das espécies; (2) a ausência de um seguro defeso que garanta a proteção das espécies da região e a subsistência das pessoas que vivem da atividade; (3) a expansão da pesca industrial na região; e (4) a falta de fiscalização na área, que faz com que pescadores de outras regiões invadam a Baía do Sol quando a área deles está em fase de defeso. O relato de uma moradora da comunidade descreve um pouco dessa realidade.

A falta do pescado aqui, foi justamente por causa desse defeso, porque tem tempo que o peixe está entrando para desova, e o pequeno pescador ele vai e pesca em frente, pega peixe ovado né?! Aí vai, come esse peixe que ia desovar, e não vai desovar! Então é com isso que tem a falta do peixe aqui! Eu fiquei triste de ver uma Piraíba desse tamanho assim, enorme, olha o tamanho da ova dela, quantos filhotes não tinha ali né?! Quantos não iam se criar!?! Então é isso, a falta do nosso defeso (referindo-se ao seguro defeso) aí, nosso pescador pequeno aqui, ele não tem de onde tirar, ele vai tirar de onde? Da pesca né? Da beira, é! Principalmente o artesanal, né seu Roberto?!

Que o barco pequeno ele pesca aqui mesmo, nessa região, então ele vai, pesca, pega o peixe ovado, entrando para desova, para os rios, aí, com isso vai acabando os peixes! (EI – CP, 2016)

E assim, a conjugação dos fatores acima expostos vão contribuindo para o desequilíbrio do ecossistema local e se constituindo em um forte sinalizador do enfraquecimento da tradicional atividade pesqueira da região.

Os conteúdos analisados relativos às práticas econômicas das entidades comunitárias atuantes no contexto de pequenas localidades na Amazônia levam a indicar que a implantação de um banco comunitário corresponde a uma excelente alternativa econômica para promover transformação social baseada no resgate das relações de solidariedade, respeito e confiança no outro. O uso da moeda social própria, inspirada nos ideais de consumo responsável; a oferta de linhas de crédito a baixo custo; e ações afirmativas de empoderamento feminino, têm transformado a realidade econômica de pequenas comunidades, à exemplo da Baía do Sol, e promovido ganhos coletivos em direção a outros modos de vida que permitam escapar das armadilhas da modernidade e do desenvolvimento hegemônico, intrínsecas ao capitalismo.

Como aspectos limitadores podemos citar a predominância do papel moeda, representativo da lógica economicista; a dificuldade evidente de sustentabilidade financeira das organizações comunitárias; e o enfraquecimento da atividade pesqueira como princípio organizador central da vida dessa comunidade ribeirinha.

4.2.3 Práticas políticas

Considerando as práticas políticas como a ação de mobilização para produzir ou preservar bens comuns ou públicos, a unidade a seguir explorará as principais ações que compõem o fazer político das entidades comunitárias da Baía do Sol. O quadro a seguir sintetiza as 10 palavras (mínimo 05 letras) mais frequentes atribuídas à esta categoria da pesquisa, que servirão como um indicador para a realização de nossa análise, e não como roteiro, como fora realizado nos tópicos anteriores, em virtude de que muitos temas se sobrepõem e já foram devidamente tratados nas unidades anteriores sobre práticas administrativas e econômicas.

Quadro 20 – Palavras mais frequente na categorização de Práticas Políticas

Nº	Palavra	Extensão	Contagem	Palavras similares
01	Gente	05	30	Gente
02	Comunidade	10	23	Comunidades
03	Comunitário	11	19	Comunitário, comunitários
04	Fazer	05	16	Fazer
05	Presidente	10	16	Presidente
06	Centro	06	14	Centro
07	Reunião	07	13	Reunião
08	Parceria	08	12	Parceria, parcerias
09	Temos	05	12	Temos
10	Pessoa	06	11	Pessoa, pessoas

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

O epicentro das práticas políticas analisadas no *lócus* de pesquisa foi a **baixa participação dos atores locais nas ações cotidianas das entidades**, fator sinalizado unanimemente por toda a liderança e também presente na fala de alguns comunitários. O *quórum* reduzido da comunidade nas reuniões, a indisponibilidade para se voluntariar, o abandono dos cursos e atividades promovidos pelas entidades, são fortes sinalizadores dessa baixa participação, demonstrada nas falas a seguir:

No começo, mesmo o centro comunitário tendo CNPJ cancelado, havia reuniões para que a comunidade viesse unir-se com a gente, somar com a gente, no entanto, não se ouve falar em comunidade, ninguém foi convidar ela sem comunidade parar discutir assuntos relevantes a comunidade, que poderia fazer pela comunidade, a comunidade em si não participava. Hoje...nunca aparece! Nunca aparece! Agora se você prometer algo naquele momento, a comunidade aparece! Ah vai ter tal coisa.... Ah, vai ter um almoço, um churrasco! Ah, vai ter um cervejada. A comunidade aparece justamente só para isso.... Ela já foi educada para isso, foi educada dessa forma, infelizmente, não sou eu, não é a Érica, isso vem de tempos e tempos, infelizmente. Porque isso não é só aqui, é no país todo! (EI – CC, 2016).

O Banco Tupinambá tem vários projetos, são inúmeros projetos, só que quando a gente vai, porque a gente participa voluntariamente, a gente vai, pergunta, sempre tem uma barreira, da comunidade, do pessoal da comunidade, então as vezes a gente fica até carente de pessoas a participarem né. O projeto Eco Tupi, foi grandioso, a inscrição, só que com um tempo, eu não sei o que aconteceu, os jovens, foi assim... Foi se afastando, eu não sei se foi porque não gostou.... Tem esse tipo de coisa do jovem, dele não querer participar, eu acho que isso é um pouco... que a gente tem que trabalhar um pouco, os jovens, para participar mais (voluntária – GF, 2016).

(...) aí tem uma reunião e tem que levar vários pescadores, aí tem carro de graça, comida de graça, aí aparece umas dez pessoas, mas cadê os pescadores? Não aparece nenhum! É verdade! Não tem...São mais de mil e pouco, porque são muitos pescadores, mas não se legalizam na colônia! (EI – CP, 2016).

As vezes precisa ter uma reunião, precisa de pescador, mas eles não vão... não tem aquela união de tá com ele, acompanhar, de dar força né, para conseguir vários benefícios para cá (comunitária – EI – CP, 2016).

Os relatos anteriormente expostos nos sugerem que a histórica tradição de mobilização comunitária na Baía do Sol, que possui entidades centenárias na luta pela melhoria das condições de vida na localidade, pode estar se enfraquecendo nos últimos anos. De acordo com a tese de Senett (1999), esse esvaziamento da esfera pública dá-se em função do desenvolvimento de uma individualidade personalista, que ele denomina por sociedade intimista. Os princípios organizadores centrais da vida social moderna, como o capitalismo, o desenvolvimento e o neoliberalismo, que são inundados por concepções individualistas e concorrenciais, aprofundam ainda mais essa retração da cultura política enquanto arte de argumentação e debate dos temas e problemas públicos.

Utilizando-se do modelo teórico de Gohn (2005), é possível sinalizar que a origem da baixa participação na Baía do Sol dê-se ainda pela falta de clareza do sentido e significado da ação do grupo, condição precípua à efetiva participação coletiva. A comunidade da Baía do Sol, organizada em diversas entidades individualizadas que prezam exclusivamente pelo alcance de seus objetivos específicos, perdem o sentido de direção quando não possui um projeto sociopolítico e cultural em grupo. A observação de suas dinâmicas leva a crer que elas concentram seus esforços políticos, administrativos e econômicos na promoção de uma melhoria na qualidade de vida do grupo de comunitários e/ou associados diretamente impactados por suas ações e projetos. Desta forma, não é possível perceber engajamento com questões mais estruturais, pertencentes a uma instância macro, à exemplo da própria contestação sobre o modelo de desenvolvimento subjugado e dependente que tem sido imposto à região Amazônia, que privilegia grandes projetos de expansão agroindustrial, produção mineral e geração de energia e produzem enormes impactos nos modos de reprodução de vida dos ribeirinhos, da fauna e flora, que no caso específico da Baía do Sol podem ser percebidos pelo avanço da erosão, pelo desaparecimento do pescado, aumento da violência, etc.

A população amazônica ribeirinha precisa se tornar protagonista de sua história, fazendo o mundo compreender que na região habita uma população com valores, crenças, cultura e vidas que precisam ser reconhecidos e valorizados. Uma terra com tamanhas peculiaridades e riquezas não pode ser interpretada à luz das perspectivas objetivistas do pensamento moderno. A riqueza da Amazônia não cabe nos relatórios quantitativos contábeis, e nem pode ser enquadrada na máxima maquiavélica de que os fins justificam os meios, ou seja, que a exploração da região se dá em nome do progresso e do desenvolvimento do país.

Outro fator que pode estar diretamente associado à baixa participação popular, refere-se aos programas de transferência de renda do governo federal nas últimas décadas, que têm amenizado a pobreza no Brasil e abafado as convulsões sociais que impulsionam a mobilização

coletiva. Hoje, na Baía do Sol, são aproximadamente 400 mulheres que recebem o auxílio Bolsa Família e outros tantos moradores que são beneficiados com o auxílio maternidade para a pescadora, aposentadoria por acidente, tempo de serviço e em breve receberão o seguro defeso. Indiscutivelmente este recurso tem possibilitado a essas pessoas acesso aos insumos básicos de subsistência, uma vida mais digna e mais confortável. O grande problema que se observa é o vínculo de dependência que se cria em relação ao recurso, a falta de estímulo ao empoderamento desses atores e um inconsciente desejo de manutenção da condição miserável que lhes credenciam à recepção do benefício. E assim, são poucas as pessoas na comunidade que visualizam o repasse dessa verba como uma possibilidade para alcançar sua autonomia e lhes gerar condições próprias de subsistência.

Essa postura passiva e receptora implica também na forma como a sociedade civil se posiciona diante dos fatos e da gestão dos bem comuns. Percebeu-se na Baía do Sol uma constante responsabilização do Estado e a espera de uma ajuda da iniciativa privada na gestão dos assuntos de seus interesses. Conforme relatos da presidente da AMPBS (2016) e de comunitários entrevistados,

A gente anda lá, vai lá pedir recurso, ajuda, nada, ninguém, ajuda não, a gente nem se ilude com isso, para nós, a, os representantes, aqui para nós, não interessa nada, nessa gestão agora foi um caos, uma coisa muito que o prefeito de Belém não olhou nada pela nossa Baía do Sol, né? A gente precisa da segurança, educação, saneamento básico, viu? (EI – AMPBS, 2016).

Olha, o nosso desafio é nossa maneira que a gente ta te falando, nós não temos uma ajuda financeira de ninguém, para nos ajudar assim na parte financeira (EI – AMPBS, 2016).

Então ela (Colônia dos Pescadores) não tem ajuda de nada, a não ser dos pescadores mesmo, que vão lá, pagam a mensalidade (COMUNITÁRIA – CP, 2016).

A gente ainda precisa muito que o órgão venha a nos ajudar na limpeza realmente, no asfaltamento, como eu digo, que a verba não chega até aqui, só fazem tapar o buraco, que eles olhem com mais carinho para cá, e que a gente cresça mais um pouco. Nós fazemos a nossa parte, mas que os órgãos públicos façam a parte deles também (COMUNITÁRIA – GF, 2016).

Estas falas caminham na direção oposta ao que Ostrom (2011) demonstra em outras partes do mundo, em que pequenas comunidades que cooperam entre si para sobreviver, criam uma estrutura própria de governança capazes de prosperar originando novas alternativas para resolver seus conflitos de interesse quanto ao uso dos bens comuns, respeitando o semelhante, com sustentabilidade ambiental e sem depender de governos. E assim a colônia dos pescadores e pescadoras aguardou por quase cem anos por uma intervenção do governo em instituir o seguro defeso na região.

Essa elevada expectativa em torno das ações do Estado comumente se transforma em decepção. As lideranças locais possuem um completo descrédito em relação à construção de parcerias com os representantes do poder público local, em virtude do histórico abandono a que tem sido submetida a Baía do Sol e ainda pela predominância da **dimensão partidária que inunda as relações políticas na comunidade**. Isso é possível de ser observado na fala de uma das lideranças quando narra a dificuldade em conseguir um palco para promover um show de um artista regional na comunidade:

O presidente do centro comunitário era do partido de esquerda, e quem tava no governo, partido de direita. Então há essa controvérsia. E fica que quem perde somos nós da comunidade (EI – CC, 2016).

As entidades comunitárias da Baía do Sol são unânimes em apontar o abandono ao qual estão submetidas nesses 12 anos de governo de direita à frente da prefeitura de Belém. Segundo a liderança, quando precisam acessar esses atores políticos, como vereadores, deputados ou a agência distrital do Mosqueiro, é sempre para atender alguma demanda mais pontuada, como conseguir apoio logístico para um evento promovido pela comunidade, ajudar na regularização de um CNPJ, ou reforçar o policiamento na área, insinuando uma relação clientelista; ou seja, não existe um diálogo entre comunidade e seus representantes políticos em torno de uma agenda de debates sobre as questões estruturais que envolvem o cotidiano daquela população ou a criação de um projeto sociopolítico e cultural para a região.

Uma organização que se destaca no fazer político, rumo ao ideal de um Projeto Sociopolítico e Cultural é o Instituto Banco Tupinambá. É comum presenciar nos projetos e ações do Tupinambá uma preocupação genuína em empoderar os atores da comunidade, por meio de um processo de construção do saber e geração de conhecimento emancipatório. Isso pode ser percebido através dos cursos ofertados pelo Instituto ao grupo de jovens do projeto EcoTupi, que possui dimensões técnicas e produtivas, mas adicionalmente se preocupa com a promoção de debates capazes de transformar esses atores sociais em sujeitos sociopolíticos coletivos, construtores da sua história e capazes de atuar institucionalmente junto às políticas públicas. Foram previstas e executadas durante a primeira fase do projeto as oficinas sobre os temas: Juventude e educomunicação; Juventude, geração de renda e economia criativa; Juventude, cultura e saberes tradicionais; Juventude e Meio-ambiente; Juventude, turismo e economia criativa; Juventude e saúde; e Juventude, governança e desenvolvimento local (PROJETO ECOTUPI, 2015). Outro aspecto relevante é a integração do Instituto em várias redes da economia solidária e empreendedorismo social, como a Rede de Empreendedorismo Social da Amazônia e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

O Instituto realiza reuniões mensais do Fórum de Desenvolvimento Comunitário e estimula a participação da população, abrindo o espaço para um diálogo democrático sobre os projetos e os problemas da comunidade e da entidade e pouco a pouco vão trilhando um caminho rumo a um projeto sociopolítico cultural pautado na ação coletiva do grupo.

Imagem 28 – Convite do Fórum de Desenvolvimento Comunitário



Fonte: Instituto Tupinambá (2016)

Em linhas gerais, se conclui que todas as entidades atuantes no contexto de mobilização comunitária da Baía do Sol precisam amadurecer suas práticas políticas, visto que estas ainda se limitam aos discursos institucionais dos estatutos e projetos, mas as práticas revelam limitações relativas à priorização na formação político-cidadã; a construção de sólidas alianças, redes, parcerias, e articulação sobretudo entre elas; a construção de um projeto sociopolítico cultural que seja de toda a Baía do Sol; e ao fomento de um novo projeto de vida na Amazônia, pensado endogenamente por seus atores locais.

4.2.4 Práticas sociais

Considerando as práticas sociais como as atividades reais da organização, desde as cotidianas até as mais inovadoras, as quais, por sua vez, representam suas manifestações culturais, a unidade a seguir explorará as principais ações que compõem as práticas sociais das entidades comunitárias da Baía do Sol. A figura 29 sintetiza as 15 palavras (mínimo 05 letras) mais frequentes, atribuídas à esta categoria da pesquisa, que servirão como um indicador para a realização de nossa análise. Dado a sobreposição de temas, já explanado nas práticas

anteriores (administrativas, econômicas e políticas), daremos ênfase aos elementos novos que emergiram no contexto da nuvem de palavras encontradas.

Figura 29: Palavras mais frequentes na categorização de Práticas Sociais



Fonte: Elaborado pela autora

As palavras mais comumente citadas no âmbito das práticas sociais foram *a gente* (45), *comunidade* (35), *fazer/fizemos* (27), *pessoas* (24), *banco* (21), *dinheiro* (13), *projeto* (12) e *reunião* (10), que podem ser sintetizadas na seguinte frase: As **pessoas** da Baía do Sol se **reconhecem** (a gente) como uma **comunidade** e através de suas entidades associativas, criaram um **fazer** organizacional próprio, baseado em **projetos** e **reuniões**, a fim de melhorar suas condições de **subsistência** (banco e dinheiro).

Passado esse contexto mais amplo, a primeira prática social que merece destaque no campo das entidades comunitárias da Baía do Sol é: **a grande participação das mulheres na vida social da comunidade**. O protagonismo feminino no movimento comunitário da Baía do Sol evidencia-se por três fatores (1) número maioritário de mulheres envolvidas nas ações das entidades, (2) 03 (três) das 05 (cinco) entidades existentes no bairro são lideradas por mulheres - a Associação das Mulheres da Pesca, o Clube de Mães e o Instituto Tupinambá e (3) os estatutos de constituição das entidades já direcionam objetivos específicos para a atuação junto às mulheres.

A partir da conjugação desses elementos e das observações no *locus* de pesquisa é possível concluir que a prática social de predominância feminina no contexto das entidades é uma tentativa de romper com um ciclo histórico de machismo na região, e no Brasil como um todo, que atribui ao papel da mulher uma posição de inferioridade, fragilidade e submissão,

sendo esta condição aumentada pela dependência financeira em relação ao marido (RIBEIRO, 2009). A intenção é fortalecer a figura da mulher no contexto social por meio da inclusão socioprodutiva e da promoção e garantia de direitos, conforme pode ser percebido no Estatuto da Associação das Mulheres da Pesca que trata dessa questão em seu Capítulo II – Dos objetivos:

- II – lutar pelos direitos das mulheres que exercem atividade no setor da pesca e não são reconhecidas como trabalhadoras profissionais;
- III – garantir os direitos previdenciários das mulheres e dos homens pescadores e agricultores;
- V – buscar a valorização do papel da mulher na sociedade e na família a igualdade de direitos e obrigações em relação ao homem (EST – AMP, 2000).

O papel de destaque atribuído à figura feminina nos projetos e ações da AMP deixa claro sua intenção de promover maior equidade de gênero nas relações sociais e produtivas dentro da Baía do Sol, fato evidenciado também no texto do projeto CECI Mulheres que estabelece como diretrizes os seguintes tópicos:

O Projeto possui como objetivo principal beneficiar as mães do programa Bolsa Família, a fim de criar uma fonte de renda alternativa às mesmas, através da capacitação técnica/ produtiva em diversas áreas, inclusão financeira e acompanhamento social.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover o empoderamento social das mulheres;
- Aumentar o consumo e produção na comunidade;
- Estimular o convívio social;
- Desenvolver a autoestima nas mulheres (PROJ – CECI, 2013).

A identificação da necessidade de trabalhar uma ação específica para as mulheres assistidas pelo programa Bolsa Família na Baía do Sol aconteceu dentro do Banco Comunitário Tupinambá, que observou uma recorrente violação dos direitos destas mulheres, que ao receber o benefício no banco tinha parte do recurso subtraído por seus maridos/companheiros ou filhos (as) adolescentes, para gastos supérfluos e em alguns casos para gastar com bebida ou drogas. A inquietação gerada na equipe do banco deu origem ao projeto CECI Mulheres que trabalha com um grupo atualmente de 10 mulheres que está há 03 anos na luta pela emancipação e empoderamento dessas agentes sociais.

As conquistas relacionadas à elevação da autoestima das mulheres se faz presente no depoimento de uma das participantes do CECI quando narra o início delas no projeto e as conquistas obtidas.

Bem, uma conquista importante para nós. Para nós do Projeto Ceci Mulheres né, foi o grande prêmio que recebemos né, do Consulado das Mulheres²⁶, e também o nosso

²⁶ Realizado desde 2013, o Prêmio Consulado da Mulher é uma iniciativa do Instituto Consulado da Mulher, ação social da Consul, que apoia o empreendedorismo feminino e a geração de renda.

desenvolvimento. Porque no passado, nós andávamos com carrinho de mão, as duas barraquinhas lá na praça, e o fogãozinho de duas bocas, o botijão de gás, por baixo de chuva, ia panela, ia tudo. Hoje em dia nós temos um restaurante né? É uma grande conquista para nós.

O importante também do projeto Ceci, é uma conquista também as nossas viagens, para outros estados, mostrar nossa cultura, nossa comida típica (...). Aprender também a cultura de outros estados né? Isso é uma conquista para a gente ter que sair daqui. Fomos para Fortaleza, já fomos para a Bahia e isso é uma grande conquista para nós. Próxima agora é Rio de Janeiro (COMUNITÁRIA - GF, 2016).

Essas duas falas foram proferidas pela mesma pessoa e foram ratificadas por outras componentes do projeto durante a realização do grupo focal por outras pessoas da comunidade. É motivo de grande orgulho para essas mulheres terem iniciado com pequenas barracas de venda de comidas na praça e hoje elas serem empreendedoras, donas de uma lanchonete e restaurante, assim como também comemoram reconhecimentos importantes que lhes garantiram a premiação de uma cozinha industrial e as viagens que elas têm realizado nesses últimos anos. A figura 30 demonstra algumas das mulheres do projeto que participaram do Encontro Norte e Nordeste de Bancos Comunitários (NENO), realizado na cidade de Fortaleza em novembro de 2015, cabendo ressaltar que a grande maioria delas nunca tinham tido a oportunidade de conhecer outro estado do país.

Figura 30: Mulheres do Projeto CECI no NENO - 2015



Fonte: Instituto Tupinambá (2016)

Outra prática social comumente realizada pelas entidades comunitárias da Baía do Sol é a **participação e promoção de feiras e eventos**. A participação em feiras e eventos externos é mais comum ao Instituto Tupinambá, à Associação das Mulheres da Pesca e à Colônia dos

Pescadores, que geralmente participam de encontros nacionais fora do estado, sendo as entidades representadas pelas suas lideranças. Conforme relato do Presidente da Colônia dos Pescadores:

Eu fui para Natal, quando cheguei lá eu fui para uma conferência muito dedicada, muito importante para a comunidade, quando eu cheguei lá, eu escrevi na folha de um livro, uma mensagem e disse: Natal, muito obrigado, Deus, muito obrigado, Natal, muito obrigado por essa visita, muito mesmo, por essa representação que eu estou vendo aqui, essa dedicação e todo esse respeito, eu vou levar dentro do meu coração para mim, e quando eu chegar, eu vou fazer esse tipo de conferência, e eu vou conseguir a defeso pra lá (EI – CP, 2016).

A fala do Sr. Roberto, além de servir como exemplo da participação em eventos fora da comunidade, também demonstra o sentimento de gratidão que o presidente tem diante da oportunidade de participar de uma conferência nacional da pesca, sentimento este que alimentou o compromisso do representante em conseguir o seguro defeso pleiteado há décadas para a região. Durante a realização da pesquisa de campo em julho, agosto e outubro de 2016, o benefício já havia sido aprovado e estava aguardando apenas a liberação.

Relativo à participação e promoção de feiras e eventos no âmbito interno da comunidade, o centro comunitário, ainda que com pouca atuação no bairro, realiza eventos relacionados à filantropia, cultura e lazer, como festas, distribuição de sopa e organização de campeonatos de futebol para criança, jovens e adultos. A entidade de destaque nesse aspecto é o Instituto Tupinambá que tem promovido com frequência feiras para a exposição da culinária regional e eventos que têm se tornado tradicionais no bairro como: o Verão Tupi, Arraiá Tupi, Reveillon Tupi, Festival da Tapioca, competição de canoagem, concurso de fotografia, concurso de pipa;

Durante a promoção dos eventos locais é comum também a **apresentação de danças típicas da região**. Esta prática social é bastante valorizada pelas instituições e pela população, onde suas principais expressões são o carimbó, lundum, siriá, retumbão, marujada e acontecem durante os festejos e eventos da comunidade, geralmente na rua em frente à praça. O Instituto Tupinambá em junho de 2016 inaugurou um grupo folclórico durante a realização do IV Arraiá Tupi, conforme figura 31:

Figura 31: Grupo de danças amazônicas



Fonte: Instituto Tupinambá (2016)

Uma prática social que começa a ocupar espaço no cenário local são as manifestações de cunho político, como um abraço coletivo na praça para reivindicar a ação da prefeitura sobre o avanço da erosão e a destruição na orla e a “Caminhada pela Paz”, evento recente realizado em 14 de outubro de 2016 para protestar contra os constantes assaltos na localidade. Conforme figura 32.

Figura 32: Caminhada pela Paz na Baía do Sol



Fonte: Instituto Tupinambá (2016)

Em setembro de 2016 o Banco Comunitário Tupinambá sofreu um violento assalto, em que bandidos fortemente armados, fizeram 03 pessoas de refém, roubaram a importância de aproximadamente R\$/M\$ 3.000,00 (três mil) em reais e moqueios e ainda danificaram os

equipamentos do banco ao tentar retirar as câmeras de segurança interna. Em virtude do enorme trauma gerado na equipe e dos danos técnicos, o banco ficou sem operar por volta de 15 dias, período que abrangeu o maior fluxo de recebimentos e pagamentos do mês e foi aí que a comunidade, que até então reconhecia a importância do banco, mas se colocava na condição de beneficiária dos serviços do banco, começou a se mobilizar e assumir sua posição de protagonista da condução da mobilização comunitária.

Na ausência dos serviços do banco, imediatamente os comerciantes perceberam a diminuição da circulação de dinheiro na comunidade, a população voltou a se deslocar para os outros municípios para efetuar seus serviços bancários, agravando os problemas de transporte no bairro, em virtude do aumento da demanda, e assim como num efeito dominó em poucos dias já foi possível dimensionar o impacto negativo da ausência do banco na comunidade. E nesse cenário, dado o temor do Instituto encerrar suas atividades, iniciaram na comunidade reuniões para traçar um plano de ação para a recuperação financeira do banco e para exigir do poder público mais segurança e policiamento no local. A figura 33 ilustra a primeira reunião dos comunitários para discutir as questões relativas à segurança e aos novos rumos do Tupinambá, em 28 de setembro de 2016:

Figura 33: Reunião Comunitária na Baía do Sol



Fonte: Instituto Tupinambá (2016)

Talvez estejamos diante de um momento histórico para a Baía do Sol, marcado pela ampla mobilização popular e pela aproximação das entidades comunitárias. A desarticulação entre as organizações, descritas nas práticas anteriores, começa a dar sinais de mudança, um exemplo foi a participação do Presidente do Centro Comunitário nas reuniões com o Instituto, e a forte mobilização feita pela Associação das Mulheres da Pesca na convocação de suas associadas na Caminhada pela Paz. Assim, diálogos vão sendo oportunizados e barreiras vão sendo desfeitas rumo a ação social transformadora para essa pequena localidade amazônica.

4.3 A BAÍA DO SOL SOB UM OLHAR PÓS-DESENVOLVIMENTISTA

Apresentadas as principais entidades comunitárias que atuam no contexto da Baía do Sol e as principais práticas administrativas, econômicas, políticas e sociais que envolvem sua ação organizacional, o texto avança em direção ao atingimento do terceiro objetivo específico da tese: Comparar as práticas sociais comunitárias vivenciadas na Baía do Sol - PA com os valores compartilhados pelo campo de estudos do Pós-desenvolvimento.

Face ao exposto nos tópicos anteriores deste capítulo de análise, já é possível inferir que as práticas sociais observadas na ação comunitária da Baía do Sol - PA revelam possibilidades alternativas de organização da vida social, e confirmam a pressuposição declarada na introdução sobre a existência de um hibridismo, que ora reproduz o discurso hegemônico de desenvolvimento característico da modernização e ora revela práticas de pós-desenvolvimento, e na agregação desses elementos sinalizando a construção coletiva de uma nova maneira de viver.

Essa hibridez será explorada a seguir em duas subunidades. A primeira delas, com o título de “Aproximações ao Desenvolvimento”, dedicar-se-á a análise sobre a forma como essa pequena comunidade ribeirinha da Amazônia é influenciada pela poderosa constelação semântica que envolve o pensamento hegemônico de desenvolvimento, mostrando suas aproximações com os pilares linguísticos característicos ao termo e que são fortemente combatidos pelo campo de estudos do pós-desenvolvimento: Ajuda, Ciência, Desenvolvimento, Estado, Exploração da Natureza, Igualdade, Mercado e Progresso. Na segunda subunidade, denominada “Um outro mundo é possível” serão analisadas as práticas sociais adotadas em pequenas comunidades na Amazônia que indicam possibilidades da construção coletiva de uma nova maneira de viver, contribuindo desta forma para um avanço do campo teórico-prático do pós-desenvolvimento. A estratégia para construção dessa análise parte das aproximações entre

as práticas observadas na comunidade e o conjunto de valores compartilhados pelo pós-desenvolvimento, coletados a partir da literatura, que são Subsistência, Solidariedade, Respeito, Pluralidade, Homem-Natureza, Harmonia, Diversidade e Autonomia.

4.3.1 Aproximações ao desenvolvimento

Para iniciar nossas análises sobre a forma como a comunidade da Baía do Sol se apropria da lógica do desenvolvimento em suas práticas sociais comunitárias, resgatemos a definição de Misoczky et al (2010), que entende o desenvolvimento como uma formação discursiva ocidentalista, estratégica para a legitimação de diferentes regimes de dominação, que impõe as demais regiões do mundo, sobretudo aos países da Ásia, África e América Latina, uma lógica de reprodução de vida que não lhes é própria, desta forma silenciando a alteridade contida em suas histórias e culturas.

Ainda que se perceba uma forte contribuição da ação comunitária da Baía do Sol ao avanço do campo de estudos do pós-desenvolvimento, que serão exploradas a seguir, é possível observar um forte enraizamento à lógica desenvolvimentista modernizante que estabelece um caminho único a ser seguido por todos os países de diferentes regiões do mundo e o atrelamento a uma teia de significados que retroalimentam a ideia de dependência dos países ditos subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos, como: ajuda, ciência, desenvolvimento, estado, igualdade, meio ambiente, mercado, necessidades, nível de vida, participação, planejamento, população, pobreza, produção, progresso, recursos, tecnologia e “um mundo”. Para analisar como a perspectiva desenvolvimentista se faz presente nas práticas sociais da comunidade da Baía do Sol iniciemos pelo relato de uma comunitária que atua como voluntária em duas entidades da localidade:

Nós somos uma comunidade pesqueira, aqui o que temos é a pesca e a agricultura, na plantação... Só que muitos já não plantam, muitos já não pescam, porque?! O pescado sumiu, pescadores tiveram que vender suas canoas, suas redes, e se jogar para a cidade, trabalhar na construção civil, trabalhar na prefeitura de Belém, por exemplo, como gari, como... como é que se diz? Serviços gerais né, dentro de hospitais. Por quê? Porque não tivemos um órgão que viesse apoiar esses pescadores, não tivemos um órgão que viesse apoiar esses agricultores, muitos já não plantam, quiseram ganhar dinheiro vendendo suas terras, hoje em dia não tem espaço mais para plantar né? E sem contar com a erosão né, como por exemplo, a nossa praça, era grande, hoje em dia temos um pedacinho, já não temos mais terreno para construir uma praça, construir um local maior de lazer né, a não ser que o órgão público venha e diga “Ah! Eu vou comprar!”, compre e construa alguma coisa para que nós tivéssemos esses espaços para lazer. Então acho que como nós dependemos da prefeitura de Belém, nós somos distrito né?! Inclusive Baía do Sol aqui, nosso pedacinho depende de Belém, nosso,

acho que o nosso, o dinheiro que vem, Federal, não chega até Mosqueiro, imagine até Baía do Sol, então a minha visão para o futuro é assim, que a prefeitura tenha mais olhares para cá, para a nossa ilha, por exemplo, porque não é só a Baía do Sol que padece com isso. (...) Então eles acharam que foi melhor vender, pegar aquele dinheiro e gastar tudo, é melhor que plantar para comer né? (Comunitária - GF).

A situação relatada acima pela moradora do bairro revela a forma como a lógica desenvolvimentista vem solapando o estilo de vida da comunidade da Baía do Sol. A comunidade que desde seus ancestrais Tupinambás vivia da pesca e agricultura, com a falta do pescado - provocada pela apropriação indiscriminada dos recursos da natureza - e com o avanço da especulação imobiliária sobre a região, muito dos moradores venderam seus equipamentos de pesca e suas terras, condições primárias para a geração de subsistência de suas famílias, em troca de pequenas quantias de dinheiro e em busca do sonho da empregabilidade. O desprovimento dos meios de produção – equipamentos e terra – obriga essas pessoas a se submeterem ao nexo de exploração capitalista e implica no movimento pendular para os centros urbanos, que ocasiona em horas perdidas no trânsito em função da péssima infraestrutura de transportes na região, submissão a longas e desgastantes jornadas de trabalho pesado, empregos com baixa remuneração em virtude da pouca qualificação formal e desorganização do trabalho familiar no espaço rural. Diante disso, famílias que antes trabalhavam juntas na lavoura e na pesca, veem-se agora desintegradas por atividades e locais distintos.

As consequências da valorização da empregabilidade em detrimento da subsistência a partir da cultura e dos recursos do território, já foram pontuadas no item 4.2.2 Práticas econômicas e são indicadas pela presidente da Associação das Mulheres da Pesca, como um dos fatores responsáveis pela proliferação da violência e pelo uso de drogas no bairro, causados pelo desinteresse dos jovens em se tornarem pescadores e pela ausência de postos de emprego e trabalho suficientes para atender as demandas da comunidade. Estas certamente são apenas algumas das consequências geradas pela alteração no modo de vida dessas comunidades para se adequar ao ideário de desenvolvimento.

A fala da moradora voluntária anteriormente exposta, que trata das mudanças na forma de produção de subsistência na Baía do Sol, serve ainda para ilustrar a forte relação observada entre a comunidade e uma categoria semântica do desenvolvimento extremamente danosa a sua emancipação, a ideia de **Ajuda**. No contexto do pós-desenvolvimento, a ajuda se remete a auxílio, socorro, assistência e alimenta fortes laços de dependência. Na Baía do Sol, o conceito está intimamente associado à figura do Estado em suas diferentes esferas, conforme sinaliza a figura 34, que demonstra o nível de similaridade entre os nós que compõe a categoria Desenvolvimento no *corpus* da pesquisa:

Figura 34: Nós em Cluster por similaridade de palavra no contexto do desenvolvimento na Baía do Sol



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Essa similaridade entre **Ajuda** e **Estado** nos revela a predominância, na fala dos atores da Baía do Sol, da ideia de que o Estado deve ajudar a população e que a ausência desta ajuda é, inclusive, a origem da maioria dos problemas que assolam o bairro, como no caso citado, onde o Estado é responsabilizado pelo sumiço do pescado, pela decisão do pescador e agricultor de vender seus meios de produção. Pensamentos dessa natureza reforçam a ideia hegemônica no campo da economia, de que as únicas opções para administrar recursos de propriedade comum seriam a estatização, por meio de um rígido controle de cima para baixo; ou a privatização, atribuindo direitos de propriedade privada aos indivíduos; desconsiderando assim a possibilidade de uma governança comunitária pautada em comportamento cooperativo (OSTROM, 2011).

Foi possível observar na população local um comportamento de expectador e o gozo de uma confortável posição de receptora de ajuda e benefícios, o que Adams (2001) chama de Cidadania Assistida ou Cidadania Outorgada, conforme texto a seguir:

.... Agora com esse auxílio maternidade, muitas mulheres... antigamente tinham vergonha de dizer que era pescadora, agora todas elas são pescadoras. [risos] Porque o auxílio é um bom dinheiro né? Tá saindo o quê o auxílio maternidade hoje em dia? O salário mínimo né? (Acompanhante da Pesquisa, EI – CP, 2016).

A organização da colônia é o seguinte, nós... o objetivo ela é a parceria com o INSS. E essa parceria com o INSS tem aposentadoria por invalidez, aposentadoria por morte, aposentadoria por idade, tem o coisa da natalidade por filho, auxílio maternidade, tem lesão corporal para o pescador, um caranguejeiro, que eles se envolvem no Igarapé, aí ele pega, se vicia na bebida, fica bêbado, mas isso se ele tiver, o documento matriculado junto da colônia! Tudo organizado, isso aí ele tem direito! (EI – CP, 2016).

No começo, mesmo o centro comunitário tendo CNPJ cancelado, havia reuniões para que a comunidade viesse unir-se com a gente, somar com a gente, ela era convidada para discutir assuntos relevantes a comunidade, que poderia fazer pela comunidade, a comunidade em si não participava. Hoje, nunca aparece! Agora se você prometer algo naquele momento, a comunidade aparece! Ah vai ter tal coisa... Ah, vai ter um almoço, um churrasco! Ah, vai ter um cervejada! A comunidade aparece justamente só para isso.... Ela já foi educada para isso, foi educada dessa forma, infelizmente, não sou eu, não é a Érica, isso vem de tempos e tempos, infelizmente. Porque isso não é só aqui, é no país todo! (EI – CC, 2016).

O primeiro trecho de fala, acima destacado, demonstra a forma como essas mulheres se posicionam diante a possibilidade da recepção de um benefício social do governo. Durante a realização da pesquisa, alguns comunitários inclusive insinuaram que nem todas as beneficiárias são realmente pescadoras e/ou agricultoras, mas que a Associação das Mulheres da Pesca por vezes colabora na obtenção do benefício como forma de ajudar algumas famílias em condições de vulnerabilidade social agravada. Ações desta natureza reforçam o clientelismo e paternalismo resultantes de uma cultura de dependência.

A segunda fala ilustra o posicionamento de algumas entidades comunitárias, como a Colônia dos Pescadores e a Associação das Mulheres da Pesca, que muitas vezes se veem na condição de intermediadora de benefícios junto ao governo, como os previdenciários, acesso ao programa Minha Casa Minha Vida, ou ainda como captadora de linhas de crédito específicas para a categoria; deixando em segundo plano a incidência política, a militância ativa capaz de reposicionar a comunidade em sua relação com o Estado, abandonando a condição de favorecida e assumindo uma verdadeira Cidadania Emancipadora, capaz de gerar uma intervenção crítica na realidade, de forma autônoma e criativa.

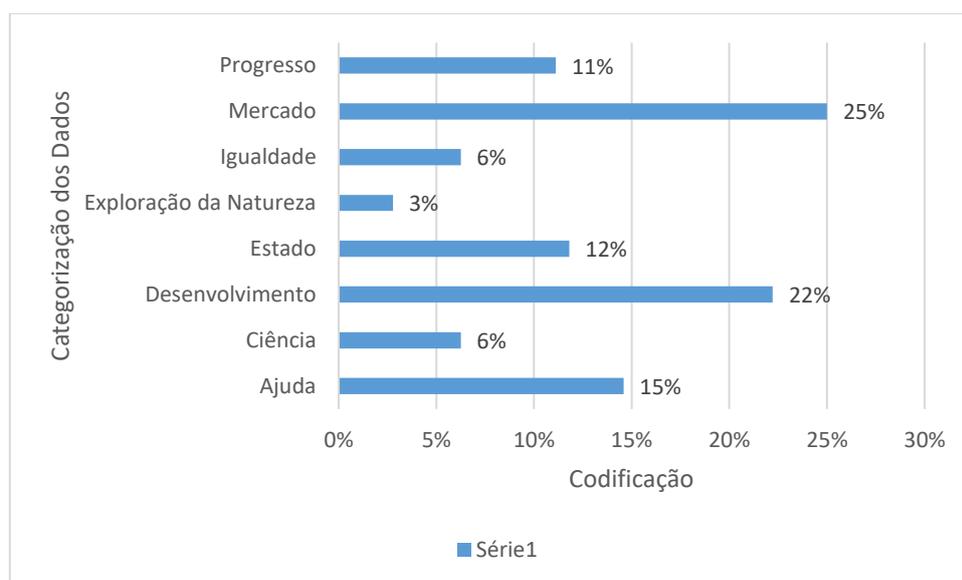
O último trecho, um dos mais reveladores capturados durante as entrevistas, explicita a forma alienada como parte da população se posiciona diante dos eventos políticos importantes da comunidade. Entretanto, cabe ressaltar que essa desmobilização comunitária, fruto do individualismo e da fragmentação social, não se deve ao despreparo dos setores populares, mas é antes de tudo, de acordo com Adams (2001), uma condição imposta pelo Estado Capitalista, que controla a cidadania, com a delimitação de espaços restritos, com a privatização do poder, alimentando o caráter excludente das instituições econômicas e políticas, condição favorável à criação de uma cidadania outorgada.

A conquista de autonomia, senso crítico e consciência política, é o que levará a comunidade ao empoderamento. Essa conscientização do poder entre os cidadãos, gera capacidade de autodeterminação dos rumos que pretende seguir de acordo com parâmetros morais por ela mesma estabelecida, livre de qualquer fator estranho ou exógeno com uma

influência subjugante. Entretanto, o observável nas práticas reproduzidas na Baía do Sol é a incorporação do discurso hegemônico de desenvolvimento produzido no contexto dos países de “primeiro mundo” - pautado nas lógicas de mercado, progresso, mundo único, modernidade, cientificidade - onde as entidades comunitárias da localidade têm suas ações direcionadas para a melhoria da qualidade/nível de vida das pessoas dentro da lógica capitalista vigente, sem contestação ao modelo, sem crítica ao desenvolvimentismo ou tentativa de modificação das estruturas do modelo econômico vigente rumo a uma construção coletiva de uma nova maneira de viver.

As entidades comunitárias da Baía do Sol assumem esse posicionamento afirmativo e reprodutor do ideário do desenvolvimento em virtude da robustez das políticas, programas, debates acadêmicos e teóricos em torno do termo e que influenciam suas práticas cotidianas (RADOMSKY, 2011). Elas são vítimas da reprodução de um discurso desenvolvimentista que soterra sua lógica de reprodução social, em troca de crescimento econômico, tecnologia, da preeminência do científico, da ideia de progresso e de que todos precisam seguir um caminho único. Especialmente no contexto amazônico, em virtude da sua história, da tradição de seus povos, da diversidade de sua fauna e flora e da existência da reprodução de um modo de vida milenar, essa imposição do nexu modernizante é especialmente danosa.

Para analisar a forma como os documentos e atores da pesquisa se apropriam do discurso de **Desenvolvimento** em sua perspectiva hegemônica, recorreu-se a literatura que sinalizou 07 (sete) categorias teóricas – Progresso, Mercado, Igualdade, Exploração da Natureza, Estado, Ciência e Ajuda, que juntas produziram 144 codificações em todo o *corpus* da pesquisa. A figura 35 mostra a representatividade percentual de cada uma delas na abordagem sobre o tema:

Figura 35 - Codificação das categorias do desenvolvimento

Fonte: Elaborado pela autora (2016)²⁷

A partir da análise gráfica e das observações realizadas em *locus* é possível concluir que a definição de desenvolvimento no contexto da Baía do Sol está intimamente relacionada ao nexo de **Mercado** enquanto regulador da vida social. Considerando a análise de cluster, que agrega as categorias por similaridade de palavras (ver Figura 34, página 184), a ideia de mercado remete a **Progresso**, como um movimento para frente, avanço, estando relacionado à concepção linear da história ocidental. Deste feito, é possível inferir que as práticas sociais empreendidas pela ação comunitária no cenário ora analisado, almejam a promoção de um desenvolvimento por meio do aquecimento do comércio local rumo a uma melhoria no nível de vida da população, representado pela ampliação de acesso ao consumo.

É recorrente, na fala da população local, a associação entre o desenvolvimento e o surgimento de novos empreendimentos comerciais no bairro. As pessoas entrevistadas narram com orgulho a inauguração na comunidade de 01 (uma) loja de calçados, 01 (uma) movelaria, a presença de 04 (quatro) açougues (antes não existia nenhum), 04 (quatro) padarias e 01 (uma) academia de ginástica e almejam ansiosas a chegada de 01 (uma) farmácia e 01 (um) posto de gasolina. Os moradores alegam uma melhoria em suas qualidades de vida por não precisarem se descolar para o centro da Ilha ou a capital Belém para ter acesso a esses produtos e serviços, como na fala de um voluntário no Instituto Tupinambá que declara:

A gente tem supermercado, a gente tem academia, aí eu fico pensando, se não tivesse o Tupinambá aqui, será que a gente teria hoje, em 2016? Será que teria? O número de

²⁷ Na categoria Desenvolvimento foram alocadas todas as falas que se remetiam ao tema, mas não se enquadravam em nenhuma das categorias criadas (nós).

comércios, lojas de moveis, será que a gente teria isso? Acho que não né? (...). Eu fico me perguntando né, essas coisas são simples para a gente, que hoje em dia a gente vai no supermercado e compra um quilo de carne, antigamente me falaram que era difícil, o cara tinha que esperar um cara para passar com um carrinho de mão, aí na boa vontade né? (VOLUNTÁRIO – GF, 2016).

A conjugação de fatores como a estabilização econômica do país nas últimas décadas, a ampliação dos programas sociais do Governo Federal, o aumento de disponibilidade de crédito, a existência de um banco na comunidade capaz de “segurar” esse recurso internamente e os demais projetos empreendidos pelas entidades comunitárias do bairro promoveram um aumento significativo na circulação de recursos financeiros na Baía do Sol. Dados do Instituto Tupinambá festejam a ampliação do consumo interno de 2% em 2009, para 65% em 2011 e 83% em 2014; a Colônia de Pescadores luta pela concessão de crédito produtivo, seguro defeso, e moradia para seus associados e a Associação das Mulheres da Pesca promove cursos de formação técnica para moradores (as) da comunidade e administra a concessão de benefícios para seus associados. Todas essas ações possuem influência direta das lógicas de mercado e geram fortes implicações no modo de reprodução de vida local.

A ampliação do crédito e da circulação de recursos financeiros internos não são suficientes para promover mudança de qualidade na vida dos habitantes da Baía do Sol. O aumento do consumo, gerado por um benefício social temporário; ou a tomada de um crédito, sem a devida orientação sobre taxas de juros, amortização e carência, podem trazer elevados prejuízos financeiros a essas pessoas que não têm domínio sobre a gestão das finanças pessoais e desconhecem as nuances do sistema financeiro brasileiro, que possui uma das maiores taxas de juros reais do mundo (RÊGO, 2009). Logo, avaliar o estilo de vida dessa pequena comunidade localizada na Amazônia unicamente por seu desempenho econômico nos últimos anos me parece uma visão bastante limitada, conforme demonstra a fala do coordenador do Banco Tupinambá a seguir:

Percebemos que há um desenvolvimento muito grande em termos da economia local, crescimento, porque fizemos várias pesquisas no decorrer desse anos, fizemos já 3 pesquisas e essas pesquisas apontaram que houve um crescimento econômico, um crescimento de empreendimentos, e apropria comunidade na qualidade dos serviços, e acaba que a gente percebe um pouco essa comunidade mais feliz (EE – BT).

O problema é que a prevalência do nexu mercadológico subordina os critérios ecológicos, a dignidade humana e a justiça social aos interesses do capital e isso não pode ser perdido de vista no momento da análise do cenário atual da Baía do Sol. Alguns casos observados na comunidade reiteram essa afirmativa, conforme a seguir:

O primeiro caso a ser narrado é o do Banco Comunitário Tupinambá, que nasce como um projeto social fundamentado nos princípios da economia solidária para ofertar serviços bancários à população e promover o desenvolvimento local, mas aos poucos precisa promover ajustes internos para se adequar às regras de mercado. A primeira dessas adequações feitas pelo Tupinambá é se transformar em uma OSCIP, exigência feita pela Caixa Econômica Federal a fim de que o mesmo possa operar como correspondente bancário, processo altamente burocrático e oneroso para uma entidade que ainda estava em fase de formatação à época do fechamento do contrato.

Na condição de parceira do Banco Comunitário, a Caixa Econômica paga ao banco as tarifas referentes aos serviços ofertados à comunidade e, além disso, repassa um adicional de segurança no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e exige que o instituto contrate da própria CEF um Seguro Empresarial no valor R\$ 101,55 (cento e um reais e cinquenta e cinco centavos) mensais e instale cercas elétrica e câmeras de segurança (ou empresa de segurança). Cabendo ressaltar que nos dois assaltos ocorridos no banco (2015, 2016), o mesmo não tinha o valor da franquia para acionar o seguro e não conseguiu atender a todas as exigências da Caixa para ser ressarcida dos prejuízos, logo, o seguro pago há anos não possui qualquer utilidade para o banco, servindo apenas de requisito burocrático no convênio com a Caixa. Segundo a coordenadora do Instituto, a CEF deveria repassar para o instituto um adicional institucional no valor aproximado de R\$ 1.000 (mil reais) para ajudar nas despesas operacionais do banco, mas este nunca foi repassado.

Face ao cenário exposto, é possível afirmar que o Instituto Banco Comunitário Tupinambá, ao firmar parceria com a CEF, torna-se subordinado à lógica de exploração do mercado financeiro tradicional posto que recebe da instituição financeira R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mais as tarifas referentes ao recebimento das contas (média de R\$ 0,25 por operação), em troca da exigência de uma estrutura que o habilite atuar como correspondente bancário, como:

- Espaço adequado e dentro dos padrões de exigência efetuados. A CEF é quem define onde deve ser colocada a grade, a porta de vidro, a cerca elétrica e o Banco Tupinambá tem prazo para cumprir essas exigências;

- O instituto disponibiliza mão de obra voluntária, sem qualquer vínculo empregatício com a Caixa Econômica para ofertar o serviço de correspondente;

- Os próprios voluntários do Banco é que são responsáveis pelo transporte de valores, deslocando-se diariamente até o centro da Vila para depositar na agência a apuração do dia;

- É de responsabilidade exclusiva do Instituto arcar com as despesas de material de expediente, aluguel, água, luz, energia e internet;
- A entidade é obrigada a pagar mensalmente pelo serviço de um Contador, uma exigência feita em virtude do formato jurídico que assumiu por recomendação da CEF;
- O Instituto ajuda na pulverização do pagamento dos benefícios do Governo Federal, desafogando as agências bancárias e ainda vende os serviços financeiros da CEF, como abertura de conta, crédito consignado e cartão de crédito.

Nesse contexto, cabe destacar ainda a falta de uma assistência gerencial por parte da CEF no auxílio à equipe do Banco Tupinambá em relação à administração do elevado volume de recursos movimentados, em torno de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) mês. Conforme já mencionado anteriormente, aliar baixo conhecimento, descontrole financeiro, às maiores taxas de juros reais do mundo praticada pelo sistema financeiro brasileiro, pode ser uma combinação extremamente danosa ao projeto da comunidade, que hoje já dá sinais de problemas de gestão financeira, sobretudo após o assalto de setembro/2016 e que tem afetado sobremaneira sua sustentabilidade operacional.

O que se observa no contexto do Instituto Banco Comunitário Tupinambá é que a lógica de mercado progressivamente tomou seu espaço e se tornou predominante no conjunto de atividades executadas pela entidade, que há 05 (cinco) anos opera com o mesmo lastro em moeda social de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), não havendo qualquer esforço de ampliação desse valor; que vem apresentando uma diminuição na circulação de sua moeda social própria, o Moqueio; e que segundo relato dos moradores, muitos comércios da comunidade que antes davam descontos para que consumissem em Moqueio estão deixando de fazer, o que sinaliza um enfraquecimento dos princípios da economia solidária. O diálogo destacado abaixo entre três comunitários explicita os desafios enfrentados pela moeda social na comunidade:

A: Perante a comunidade a moeda social, a divulgação da moeda social, não sei assim, qual seria a estratégia ideal. A senhora não usa mais a social, ninguém usa mais a social, poucas pessoas usam, então falta isso, tá faltando... Como nós já participamos de projeto lá (referindo-se ao Tupinambá), é excelente, só que até eles mesmos já falaram, que a questão é a moeda social. Mas falta o essencial, nós, o pescador, seu Raimundo, o meu pai, o senhor aqui, o senhor sabe o que é moqueio?! O senhor comprou alguma vez com moqueio?!

B: Com moqueio não...

C: Pois é, é isso que falta, falta nossa moeda ser divulgada, a gente conhecer a moeda..., mas o senhor sabe o que é moqueio?

B: Não.

A: Ele não sabe não. Moqueio é um dinheiro que era para tá todo mundo aqui... Tipo assim, o ladrão veio fazer um assalto aqui, ele vem, assalta, leva moqueio, ta lascado, porque ele só vai poder comprar aqui, entendeu?! Ele não pode comprar lá na vila, no Caranduba, no Sucuré, ele só pode comprar aqui, na Baía do Sol, e onde tiver também a plaquinha “Aceitamos moqueio”, porque é o dinheiro social...

(...)

A: A questão do moqueio é tipo assim, eu quero comprar um maço de papel, com o moqueio, se eu compro o papel, eu tenho desconto, se o papel é três reais, o senhor vai comprar ele a dois e cinquenta, naquele estabelecimento que tá cadastrado, onde o dono, junto com o banco firmou um compromisso em dar desconto comprando em moqueio, eu comprei várias vezes com desconto lá no Lourenço, com moqueio, eu comprei...

B: Eu já comprei também.

A: Agora não dá mais, porque não tem...

B: Mas uma vez eu cobreí, eu cobreí, porque já que ele está cadastrado, ele se inscreveu lá querendo dar o desconto, aí eu cobreí, aí eu ganhei cinco centavos de desconto em cada produto...

A: Girassol (supermercado) a mesma coisa, sempre que eu compro, quando eu comprava no Girassol, a Lene sempre dava o desconto lá, inclusive uma vez eu fui comprar material escolar, dava vinte e pouco, eu paguei dezessete, então é um bom desconto.

B: Agora a gente precisa saber porque eles não quiseram dar mais o desconto, a gente precisa saber porque o comerciante que recebe a moeda não está dando mais esse desconto. Qual é, se eles estão tendo retorno, qual é a problemática.

Durante a investigação foi possível observar que o Banco Tupinambá construiu na comunidade uma sólida rede de aceitação da moeda no território baseada na relação de confiança estabelecida ao longo dos anos de sua atuação. Ainda é possível observar nos comércios locais muitas placas de “Aceitamos Moqueio”, mas os relatos surgidos nas entrevistas e no grupo focal sinalizam um enfraquecimento do circuito monetário da moeda, como igualmente tem acontecido com a moeda Palmas em uma experiência de Banco Comunitário do estado do Ceará (RIGO; FRANÇA FILHO, 2014).

É possível inferir que o simples fato de estar inserido no sistema capitalista e, por consequência, submetido aos preceitos neoliberalizantes, modernizantes e desenvolvimentistas, as entidades comunitárias veem-se subjugadas as regras do jogo estabelecidas pela força do sistema e se desvirtuam de seus propósitos iniciais, reiterando o posicionamento de Misoczky et al (2010), quando afirmam que o real impõe limites para o desenvolvimento das ideias. Estamos imersos em uma lógica de reprodução social que nos embaça a vista para a visualização de novas possibilidades fora do que está posto e aí reside a dificuldade de romper com o paradigma vigente e propor uma transformação radical da sociedade, convocando amplas críticas filosóficas, ecológicas, culturais e econômicas ao capitalismo e ao mercado, bem como os conceitos acompanhantes de crescimento e desenvolvimento.

O relato da Presidente da Associação das Mulheres da Pesca reforça a dependência das entidades em relação ao capital: “se eu quero botar um projeto aqui, tudo você tem que pagar, aí as coisas não vão para frente, terminam por ali, é muito difícil” (EI - AMP). E assim, por mais que exista boa vontade e empenho das entidades comunitárias, qualquer ação delas em prol da melhoria das condições de vida da comunidade incorre na necessidade de recursos financeiros, sobretudo para concorrer a editais ou buscar algum benefício do governo, que

impõe uma série de requisitos e atendimento de padrões burocráticos, que na maioria dos casos, implica em “ajustes” às circunstâncias do capital, exploração e perda de autonomia.

Outro exemplo, é a Associação das Mulheres da Pesca e a Colônia dos Pescadores, que enquanto entidades sindicais e representativas de classe, são utilizadas pelo Governo Federal como intermediadoras para a concessão de créditos e acesso aos benefícios sociais (seguro defeso, auxílio maternidade, aposentadoria, etc.) aos seus associados. E da mesma forma como acontece no caso do Tupinambá e Caixa Econômica, estas entidades precisam arcar com toda a estrutura predial, equipamentos, pessoal, material de expediente, mão de obra, despesas contábeis e assumir os riscos do “negócio” social e não recebem nenhum auxílio financeiro do governo para custear essa estrutura operacional, infere-se que este seja um dos motivos da dificuldade histórica de sustentabilidade financeira vivenciada pelas entidades atuantes no contexto comunitário da Baía do Sol.

Evidências nos levam a crer que a Colônia dos Pescadores promoveu uma alteração em seu Estatuto no ano de 2013 para se adequar às exigências do programa Minha Casa Minha Vida. Alterações dessa natureza, além de amplamente burocráticas, implicam em elevados custos para uma entidade que não possui qualquer fonte de receita regular além dos R\$ 10,00 (dez reais) de contribuição mensal de seus associados. Motivados pela possibilidade de acessar esse benefício para seus associados, a entidade direciona seus esforços para as atividades burocráticas e compromete financeiramente sua baixa receita, deixando em segundo plano ações de natureza mais associativa e a militância política na comunidade. Além do que a aderência ao programa de habitação social, indiretamente, implica em compartilhar dois aspectos fundamentais, (1) da política de grandes obras em infraestrutura para compensar os investimentos eleitorais realizados pelas construtoras e empreiteiras nas campanhas do Partido dos Trabalhadores; e (2) aceitar um modelo de habitação totalmente desconexo da realidade amazônica, em que os assistidos seriam transferidos para uma região distante das margens do rio (importante meio de subsistência e produção desta comunidade) e submetidos a um padrão estrutural de moradia que não comporta a estrutura familiar ribeirinha, formada por muitos filhos. A exigência do programa Minha Casa Minha Vida em instalar aquecedor de água em todas as unidades habitacionais de uma região que atinge 35°C e 95% de umidade relativa do ar, em quase todo o ano, é uma evidência de que ele não foi pensado endogenamente para atender aos anseios da população local, mas faz parte de um projeto macroestrutural pensado em nível nacional para acolher às expectativas de um Estado Capitalista.

E assim poderíamos citar inúmeros episódios observados nas práticas sociais empreendidas pelas entidades comunitárias da Baía do Sol que revelam a forma marcante como

o desenvolvimentismo, transvertido no discurso do Mercado, Progresso, Estado e Ajuda, apresentam-se nesta comunidade ribeirinha localizada em território Amazônico.

As últimas categorias a serem analisadas no contexto do desenvolvimento da Baía do Sol são Ciência, Igualdade e Exploração da Natureza. Sendo que as duas primeiras demonstraram frequência mediana no *corpus* da pesquisa, correspondendo a 6% cada uma delas, do total das codificações referentes ao nó Desenvolvimento; além de apresentar certa similaridade entre si, conforme exposto na Figura 34, página 184; e a última apresentou apenas 3% das codificações no tema.

No que tange à **Ciência**, representada aqui pela modernidade que indica a hegemonia do conhecimento científico e das práticas gerenciais capitalistas, foi possível observar durante as investigações, certa valorização do conhecimento científico em predominância ao conhecimento popular e tradicional das comunidades ribeirinhas da Amazônia, e isso se exemplifica pelos inúmeros cursos técnicos promovidos pelas instituições em suas trajetórias, pelo desejo de ter uma universidade, um laboratório de informática e uma escola profissionalizante no bairro e pela proposição da Colônia dos Pescadores em trabalhar com a gestão de projetos de desenvolvimento voltados para o agronegócio. No entanto, cabe ressaltar, que essa categoria não foi muito expressiva nas falas dos atores entrevistados.

Quanto à **Igualdade**, que no contexto do desenvolvimento significa que todos devemos seguir a mesma trajetória rumo a um mundo único, o que se observa é o desejo dos comunitários de ter acesso aos produtos, serviços e estilo de vida medianos encontrados nos grandes centros urbanos, colocando isso como um ideal a ser conquistado, à exemplo de uma “farmácia boa”, posto de gasolina e uma universidade. Segundo relatos, um caminho possível para o atingimento desse objetivo seria pela via do desenvolvimento do turismo no local.

A última categoria de análise do desenvolvimento na Baía do Sol é a **Exploração da Natureza**, que significa a apropriação dos recursos naturais a fim de satisfazer os objetivos de vida do ser humano e do capital que representou apenas 3% das codificações no tema e sinalizam certa preocupação da comunidade em preservar os recursos naturais disponíveis na comunidade, à exemplo da Operação Verão, realizada na praia que fica em frente à cidade, para coletar lixo e conscientizar os jovens sobre a conservação desse bem comum à população, além das demais práticas já apresentadas em momentos anteriores do texto.

Apesar de todos os fatores expostos anteriormente, a Baía do Sol possui um forte componente para o exercício de uma cidadania plena e emancipadora, é a existência de espaços públicos independentes das instituições do governo, do sistema partidário e das estruturas do Estado, condição indispensável segundo Vieira (2005), para o exercício da democracia

contemporânea. O terreno é fértil, a esfera social pública já está formada com a criação das entidades comunitárias que integram na Baía do Sol, o que falta apenas é ampliar a participação social e política cidadã de seus moradores, a fim de que estes se transformem em agentes políticos autônomos.

4.3.2 Um outro mundo é possível

O principal desafio é se manter dentro dessa conexão de empreendedorismo social, empoderando os atores, mas sem esse viés do lucro, porque é difícil manter uma entidade da qual não visa o lucro, e agente atualmente vive de projetos, e com essa ruptura do próprio governo que era um parceiro muito forte, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), hoje os bancos comunitários está vivenciando um novo desafio de tentar se manter aberto com as condições que temos, que é muito difícil, de tentar manter esse instituto aberto, por que tem muita, é uma logística, tem muita despesa e no momento o retorno não é suficiente, então os institutos e as entidades que apoiam os bancos comunitários vivem de projetos e no momento o cenário não é muito bom. Então hoje a gente tá tentando fazer novos parceiros, criar novas alternativas para que podemos dar continuidade ao sonho (EI – IBCT).

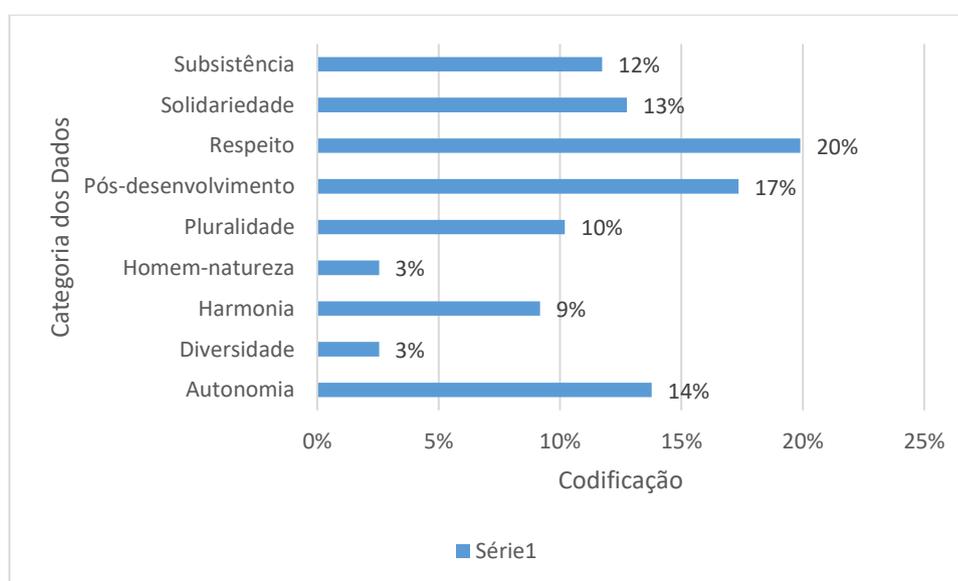
A fala da coordenadora do Instituto Banco Comunitário Tupinambá demonstra a dificuldade que as organizações sociais possuem em aliar Sonho e Sustentabilidade financeira. Por estarem inseridas no contexto do sistema capitalista de produção, estas entidades inevitavelmente veem suas práticas sociais sendo influenciadas pelo determinismo econômico que prevalece nas relações do mundo contemporâneo. O grande desafio é manter o foco na missão social, mesmo diante das exigências feitas pelo mercado e pelo Estado para se adequarem às práticas gerenciais capitalistas dos editais, contratos, publicações contábeis, sistemas de informações, prestação de contas, formato jurídico, entre outras. A conjugação dessas ações sobrecarrega a estrutura operacional das organizações sociais e por vezes transferem o foco para sua sobrevivência financeira e demandas burocráticas.

O fato exemplificado a partir da realidade do Instituto Banco Comunitário Tupinambá é extensivo às demais entidades comunitárias atuantes no contexto da Baía do Sol, que se deparam com as mesmas limitações. Todavia, mesmo diante deste desafio colossal da sobrevivência enfrentado por essas organizações sociais, foi possível observar um *ethos* na Baía do Sol capaz de inspirar práticas sociais e elucidar formas alternativas de organização da vida social no território, gerando uma aproximação ao campo de estudos do pós-desenvolvimento, foco de nossa análise nesta subunidade.

As práticas sociais empreendidas pela ação comunitária em pequenas localidades situadas na Amazônia, como a Baía do Sol, não conseguem questionar seriamente os núcleos conceituais, as práticas, as instituições e o discurso do desenvolvimento convencional, entendido como progresso linear, especialmente expressado em termos de crescimento econômico; contudo, expressam valores capazes de ressignificar suas práticas e inspirar alternativas ao desenvolvimento construídas socialmente.

Recorremos à literatura para captar os valores compartilhados pelo campo de estudos do pós-desenvolvimento que visam inspirar formas alternativas de produção de vida social, sendo selecionadas as seguintes categorizações: Subsistência, Solidariedade, Respeito, Pluralidade, Homem-Natureza, Harmonia, Diversidade e Autonomia. O texto a seguir fará uma explanação sobre a forma como cada umas destas categorias foram observadas durante a investigação das práticas sociais empreendidas pela ação comunitária na Baía do Sol e como estas podem inspirar práticas de pós-desenvolvimento. O conteúdo será organizado levando em consideração os critérios de extensão (quantidades de unidades de análise em que a categoria apareceu no *corpus*), frequência (quantidade de vezes em que a categoria foi codificada no *corpus*) e similaridade entre os elementos (análise de *clusters*). A figura 36 demonstra as categorias mais codificadas e a figura 37 as similaridades entre elas a partir da análise de *clusters*.

Figura 36 - Codificação das categorias do pós-desenvolvimento



Fonte: Elaborado pela autora (2016)²⁸

²⁸ Na categoria Pós-Desenvolvimento foram alocadas todas as falas que se remetiam ao tema, mas não se enquadravam em nenhuma das categorias criadas (nós).

Figura 37: Nós em Cluster por similaridade de palavra no contexto do pós-desenvolvimento na Baía do Sol



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

A análise dos gráficos acima remete a uma predominância no *corpus* das categorias: *Respeito* (20%), seguida de *Autonomia* (14%), *Solidariedade* (13%) e *Subsistência* (12%), em um contexto mediano aparecem *Pluralidade* (10%) e *Harmonia* (9%), sendo as menos frequentes *Homem-Natureza* (3%) e *Diversidade* (3%).

Quanto ao sentimento de **Respeito**, que foi predominante no contexto analisado e está associado a um sentimento positivo por uma pessoa ou para uma entidade e também ações específicas e condutas representativas daquela estima, o mesmo apresenta-se no *corpus* com grande similaridade com a categoria **Solidariedade**, que se remete ao compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas às outras e cada uma delas a todas; sendo ambos observados na realidade prática das entidades da Baía do Sol de diferentes formas.

No cenário investigado o respeito é manifestado sob variados primas. O sentimento de pertencimento comunitário é o mais expressivo deles, e revela que a população da Baía do Sol se reconhece como unidade territorial possuidora de uma história, natureza, cultura, sabores, valores próprios e únicos ao território em que estão inseridos e assumem que possuem um associativismo centenário e muito influente na reprodução do modo de vida da população local. Durante as entrevistas, os moradores demonstraram um grande respeito às entidades representativas do agir comunitário local.

Os moradores da Baía do Sol demonstram elevado apreço pela natureza do local. Fato elucidado na fala frequente dos entrevistados que usam o termo *paraíso* para se referir ao bairro, conforme trechos a seguir:

Aqui é um paraíso de se viver, muito bom de se morar aqui, muito pela questão da tranquilidade, do sossego. (Moradora da comunidade – GF)

Bom, eu sempre converso com meus amigos né, que não residem aqui na Baía do Sol, que eu falo para eles que eu moro, assim, no paraíso, ta? Eu moro num paraíso, eu falo para eles, que eu moro num paraíso.

(...)

Duas semanas atrás a gente fizemos uma operação verão, então a gente ficou muito triste quando se deparou com a praia grande e a gente encontramos muita sujeira. Mas claro, a gente sabe que infelizmente tem que ter consciência nesse aspecto ainda, entendeu? Realmente ficamos muito triste com isso, mas dá para melhorar? Dá, ainda tem tempo, tem tempo sim. Então eu sempre vou nessa tecla, a gente tá vivendo aqui no paraíso, mas basta a gente saber se comportar dentro desse paraíso (Voluntário do Instituto Tupinambá – GF).

Concordo com senhor Herval, vocês vivem em uma maravilha, têm um pôr do sol bonito, tem um brilho da lua bonito, o mar e o rio são preciosos, as garças, os pássaros, o canto dos sapos a noite, escuto todos os dias, os grilos, apesar de estar picada com tantos mosquitos, (risos), já sofri as picadas das formigas de fogo, toda inchada a minha cara, mas estou desfrutando desta maravilha (Intercambista mexicana – GF).

As falas demonstram reconhecimento e respeito às potencialidades naturais do local, ao modo de vida compartilhado, além da preocupação da comunidade na preservação de seus atributos. A população da Baía do Sol e suas entidades representativas estão alerta e têm desempenhado algumas ações de mobilização popular relativas à coleta de lixo na comunidade, à poluição das praias, ao avanço da erosão e à escassez do pescado, representando a postura zelosa da comunidade sobre seu espaço, sua fauna e flora. Apesar da ausência de uma relação utilitarista com a natureza, não foi possível observar que a população tenha conquistado uma maturidade capaz de compreender que a comunidade não é formada apenas pela união de pessoas, mas que se constitui de relações dinâmicas entre pessoas e os outros seres vivos animados, inanimados, visíveis e invisíveis.

Outra expressão de respeito muito evidenciada durante a entrevista foi a deferência da comunidade às ações empreendidas pelo Instituto Banco Comunitário Tupinambá. As principais manifestações representativas dessa estima se dão pela valorização dos serviços ofertados pelo banco, reconhecendo que estes promoveram melhorias nas condições de vida da comunidade local, conforme depoimento de uma moradora idosa da comunidade:

Eu recebia em Benevides (município distante 1 hora da Baía do Sol), arriscava minha vida, pegar cinco e meia o ônibus aqui, ficava lá no trevo, atravessava pegava um moto-táxi, ia lá, recebia, coraçozinho olha, na palma da mão. Todo dia, todo dia. Para me levar uma pessoa, eu levei algumas vezes, mas quando eu chegava, eu ia fazer conta, era cinquenta reais que eu gastava e eu tinha que lanchar por aí, aí a nossa amiga me deu essa orientação, olha você faça transferência pra cá (Banco Tupinambá), aí ela me ensinou tudo, escreveu tudinho, e eu sumi pra lá (COMUNITÁRIA – GF, 2016).

A população do bairro demonstra muito orgulho em ter um banco próprio e tem respeito pelo trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Instituto em seus anos de atuação. Os atores destacam as premiações nacionais recebidas pelo banco como reconhecimento de um trabalho de qualidade na comunidade; a adoção de uma moeda social própria – o Moqueio, que promoveu um aumento da circulação monetária e o consequente fortalecimento da economia local e os eventos promovidos pelo instituto que apreciam a cultura local e estão voltados para a valorização da família.

O elevado sentimento de respeito entre os moradores da comunidade, suas entidades e sua natureza refletem na prática social da solidariedade presente no povoado. Apesar do contingente de voluntários ser pequeno em comparação ao tamanho da comunidade, o número de pessoas diretamente envolvidas com as atividades organizativas nas instituições criadas na comunidade é bastante significativo, não pelo volume, mas pelo impacto produzido. Nenhuma das entidades pesquisadas possui mão de obra remunerada, todas as ações efetuadas por essas entidades são fruto exclusivos do voluntariado local, que promoveu nesses quase 100 anos de história de mobilização popular inúmeras conquistas para a localidade, como cursos de qualificação profissional, artesanato, a criação de uma creche escolar, de um laboratório de informática, de um banco comunitário e de uma moeda social própria, acesso a benefícios previdenciários do governo, a linhas de crédito especiais para a pesca artesanal, além de festividades e outras formas de integração social.

A perspectiva da solidariedade é marcante nas ações das instituições atuantes no bairro, pois todas, sem exceção, buscam por uma forma de melhoria das condições de vida dessa população esquecida pelo poder público e assolada por graves problemas como baixa renda, falta de saneamento básico, condições precárias de acesso a saúde, transporte e educação de qualidade, aumento dos episódios de violência, ocupação desordenada, entre outros.

A solidariedade constitui-se em um dos valores declarados pelo IBCT em seus documentos constitutivos e evidencia-se no cotidiano da entidade, que oferece crédito pessoal em moeda social visando prioritariamente o atendimento das necessidades mais urgentes do dia-a-dia, como em casos de doença, ou imprevistos no orçamento familiar, a exemplo do caso narrado pelo coordenado do Banco, em que a pessoa solicitou um crédito de M\$50,00 (cinquenta moqueios) para repor o gás de cozinha que acabou no final do mês e as pessoas não tinham mais recurso financeiro disponível. Segundo ele: “Ela vem até nós, a gente passa essa moeda para ela, ela vai comprar dentro da comunidade, isso gera autoestima, isso traz empoderamento, isso faz com que as pessoas fiquem mais alegres, mais felizes e consigam promover o Desenvolvimento Sustentável”. Neste mesmo exemplo, a pessoa que pegou MR\$

50,00 pagou depois de um mês utilizando o recurso de 1% de juros, ou seja, M\$ 0,50 (cinquenta centavos de moqueio), sendo que se ela fizesse um empréstimo diretamente no comércio local, pagaria em torno de 30% de juros, e o gás que era R\$ 50,00 sairia por R\$ 65,00. A utilização do Moqueio na comunidade diminuiu bastante essa prática do “fiado” no comércio com a cobrança de juros muito elevados.

A concessão do crédito para a comunidade é baseada em critérios de solidariedade. Existe no banco um Comitê de Aprovação de Crédito responsável em analisar cada um dos pedidos de empréstimo para consumo ou crédito produtivo, que diferentemente dos bancos convencionais não avalia Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), SERASA ou volume de movimentação bancária, mas foca sua análise no critério “Vizinhança”. O que vai contar no momento da análise é se a pessoa é bem relacionada com a vizinhança, se é confiável, responsável, cumpridora de suas obrigações; o comitê consulta também o comércio local para saber se a pessoa possui boas referências, se é boa pagadora, honesta, e todas essas informações são disponibilizadas pela própria comunidade. Cabe destacar que esse processo é bastante simples e ágil, e tem oportunizado mudanças intensas na vida das pessoas, conforme relatos a seguir:

De repente a gente precisa pagar um boleto, ou alguma coisa, aí a gente vai lá no banco, aí ele “financia” para que a gente possa “ressarcir” esse compromisso (Comerciante – VD - 01, grifo nosso, 2016²⁹).

A gente comprou aqui era de madeira, aí hoje a gente construiu e tá alvenaria, a gente vai avançar cada vez mais. A gente tá pretendendo construir outra” (Comerciante – VD – 02, 2016).

Sempre quando a gente precisa, a gente vem aqui no banco eles emprestam o Moqueio, a gente faz as nossas compras pra gente poder revender” (Comerciante VD-04, 2016).

O Moqueio me ajudou a construir a minha casa. Eu comprava a lajota com reais e separava o Moqueio para alimentos (Moradora VD-05, 2016).

Hoje eu tenho a minha casa própria, o meu carro, tenho mais outro empreendimento, melhorou 100% (Comerciante VD-05, 2016).

Tudo isso se resume na fala do coordenador do Banco que afirma “Respeitamos as pessoas, para que elas se tornem protagonistas da sua própria história” (VD – 02). Cabe ressaltar que a comunidade também possui outras experiências de crédito solidário, como a Associação de Mulheres da Pesca que em parceria com a Cáritas do Brasil oferta uma linha de microcrédito produtivo baseado em um fundo solidário para as mulheres pescadoras.

²⁹ Esse grifo foi utilizado para sinalizar que os termos foram empregados pelo comerciante com o sentido errado, onde lê-se “financia” refere-se a “empresta”; e onde lê-se “ressarcir” refere-se a “cumprir”.

Outras expressões de solidariedade observadas foram as coletas entre os comunitários para a compra de combustível para capinar o campinho de futebol das crianças, conhecido como Poeirão; o IBCT que tem ajudado outros municípios pobres da região a implantar a metodologia de bancos comunitários; a líder da Associação da Mulheres da Pesca que é tida como uma referência local no auxílio do mais necessitados, amparando sempre que possível aqueles que recorrem à entidade com dificuldades; o esforço do líder da Colônia de pescadores em conquistar o seguro defeso para pescadores(as) da Z-09; o centro comunitário que promove a distribuição de sopa na comunidade e assim vai se construindo a imbricada teia de solidariedade que integra essa pequena comunidade ribeirinha da Amazônia.

A próxima categoria ligada ao pós-desenvolvimento é a **Autonomia**, que no contexto analisado está relacionada à liberdade de um indivíduo/grupo gerir livremente a sua vida, efetuando racionalmente as suas próprias escolhas. Partindo dessa premissa, o próprio histórico de associativismo centenário na comunidade como uma forma de organização social em busca de melhorias nas condições de vida da população local, já é em si a maior manifestação de autonomia na Baía do Sol. As diversas ações empreendidas pelas entidades potencializam as capacidades territoriais da comunidade e aos poucos vão construindo o caminho rumo ao empoderamento de seus atores, a exemplo do curso de formação e atualização das atividades aquaviárias³⁰ e de piscicultura e apicultura ofertado pela Associação das Mulheres da Pesca, que segundo a presidente, espera-se com esse curso criar as condições para que as pessoas se sustentem apenas da pesca, sem empregos. O centro comunitário também se destaca nesse contexto das instituições preocupadas com a formação técnica da comunidade, segundo relatos do entrevistado, seu grande desejo seria ensinar aos jovens e adultos as práticas da pesca artesanal.

Entende-se que quando uma comunidade decide criar um banco próprio, com moeda social própria, sendo esta aceita pela comunidade e em mais de 90% dos empreendimentos locais, ela está construindo a sua autonomia e trilhando endogenamente o caminho que quer seguir. Apesar de o capítulo anterior destacar a forte influência dos fatores econômicos nas práticas sociais das entidades da Baía do Sol, não podemos perder de vista que o processo de formação e ampliação da cidadania e empoderamento deve ter como ponto de partida a realidade concreta na qual as pessoas se encontram, pois como afirma Liszt (2005), só é possível

³⁰ O modal aquaviário compreende toda forma de transporte que é realizado com auxílio de fontes de águas, como rios, lagos, mares, oceanos, canais, etc., e compreende tanto o transporte de cargas, tanto em pequenos como em grandes volumes, como o transporte de passageiros, seja em formas convencionais como em turismo (COLUNISTA PORTAL, 2013).

acessar níveis mais elevados de uma cidadania crítica e politizada se condições mínimas de alimentação, casa trabalho e perspectivas de futuro forem atingidas. Face ao exposto, afirma-se que o esforço coletivo das entidades da Baía do Sol constitui-se em práticas sociais autônomas, que têm promovido transformações valorosas à população e ao seu meio de vida; e progressivamente têm minimizado os problemas de pobreza extrema no bairro. Alcançado este nível básico de subsistência, o desafio que se lança agora é buscar uma cidadania emancipadora.

A tecnologia social dos bancos comunitários, com sua moeda social própria, com taxas de juros irrisórias, crédito desburocratizado e com avaliação de crédito baseado no valor humano, configuram-se em alternativas de gestão financeira completamente alheias ao pensamento moderno ocidental e por vezes interpretado como estranhos, incompreensíveis e incapazes de produzir. O próprio Banco Central do Brasil no início tentou impedir a circulação da moeda social própria por não compreender a lógica subjacente da solidariedade e aceitar o conhecimento científico como o único caminho que leva à sabedoria.

É nesse contexto que emerge a concepção de **Pluralidade** relativa à existência de um grande número de possibilidades, de não ser único e da multiplicidade. No contexto da Baía do Sol, a pluralidade está relacionada a um território em que coexistem entidades associativas com interesses diversos, ações múltiplas, mas um objetivo comum: promover uma vida de qualidade aos seus habitantes. As entidades comunitárias no bojo de suas práticas sociais demonstram elevada recepção ao novo, ao outro, ao diferente, quando possuem um Fórum de Desenvolvimento Local, que antes era limitado ao público comerciante e hoje é aberto para toda e qualquer pessoa que queira contribuir no debate e nas ações de melhoria na comunidade; quando criam projetos específicos para o empoderamento feminino e o protagonismo juvenil; quando recebem calorosamente os intercambistas que vem do exterior; quando aceitam correr o risco de aceitar uma moeda diferente da moeda historicamente recebida no país; quando valorizam, prestigiam e incentivam as danças, comidas e costumes tradicionais desse território da Amazônia; e quando declaram que “ninguém supera a pobreza sozinho, porque a gente tem muito mais poder juntos” (Coordenador do Banco Tupinambá – EE, 2015).

Durante as observações na Baía do Sol, foi possível perceber que as entidades focam suas estratégias na garantia da **Subsistência** de seus associados, entendida como a junção apenas do necessário para manter a vida. Os moradores compreendem que já são beneficiados por morar em um lugar de beleza singular e riquezas naturais abundantes, seus desejos podem ser traduzidos na fala de uma das integrantes do projeto CECI Mulheres quando perguntada sobre como gostaria de ver a Baía do Sol no futuro:

O meu desejo é que tenha uma economia igualitária, todo mundo tenha seu dinheirinho no bolso, que ninguém seja mais pobre, nem mais rico, todo mundo possa usufruir de bens e possa viver uma vida tranquila. Isso que eu desejo! (VOLUNTÁRIA CECI MULHERES, 2016)

O enfoque na melhoria das condições de subsistência da comunidade está na preocupação de todas as entidades em promover capacitação em atividades produtivas, em garantir a tradição da pesca artesanal na comunidade, no incentivo ao pequeno produtor e comerciante que precisa de M\$ 100 a M\$ 200,00 (cem a duzentos moqueios) para iniciar ou ampliar sua venda de carvão, sua farinha, sua fruta, sua verdura, o seu pescado. Logo, percebe-se na Baía do Sol que apesar do aumento constante do volume de recursos movimentados na comunidade, estes se destinam prioritariamente para o consumo básico, relativos a gêneros de primeira necessidade. Esses números na fala do IBCT são números que geram felicidades e que transformam vidas.

Entretanto, o reconhecimento social pelo papel desempenhado pelas entidades da Baía do Sol não se limita às melhorias materiais, é frequente no relato dos entrevistados um reconhecimento de que as práticas sociais empreendidas influenciam na reestruturação das formas de relacionamento entre as pessoas, contribuindo para a restituição do equilíbrio nas relações entre seres humanos, a **Harmonia**.

As instituições do bairro estimulam a socialização entre as pessoas da comunidade. Durante a realização de uma reunião da Associação das Mulheres da Pesca, foi possível observar que elas almoçam juntas, compartilham os alimentos e ao mesmo tempo em que trabalham se divertem no grupo, que possui elevado grau de descontração. A Colônia dos Pescadores sempre que precisa arrecadar algum valor financeiro promove eventos festivos na comunidade para reunir a família, já o Centro Comunitário dedica-se mais ao fomento do esporte e lazer e o Instituto Tupinambá congrega ações que estimulam o convívio social, como a reunião do Fórum, em que é servido um delicioso chá das 17h e bolo, os eventos são promovidos 03 (três) vezes ao ano, além dos concursos e brincadeiras.

O alcance de uma harmonia plena na comunidade depende ainda de uma maior integração entre as entidades do bairro, a investigação em campo revelou que a comunicação entre elas é incipiente e que não há um canal que facilite esse acesso, o convite para reuniões é feio boca-a-boca, e assim a pouca comunicação gera entendimento distorcidos, abre espaço para os conflitos negativos e distancia a possibilidade de união de forças entre elas.

A **Confiança** não apareceu na literatura como uma categoria teórica apontada pelos autores do pós-desenvolvimento, contudo, os moradores do bairro destacam-na como um

elemento estruturante das relações sociais entre as pessoas e entre estas e as instituições. Uma comunidade formada por pescadores, pequenos agricultores e comerciantes, relata que antes da existência do banco na comunidade, não se sentia confortável em ir até um banco comercial convencional para acessar um serviço financeiro ou pedir um crédito. A vestimenta simples dos comunitários, aliada ao espaço refrigerado, formal e fala difícil e acelerada dos funcionários do banco (que consideram obrigação do cliente conhecer todos os serviços e operar as máquinas), faziam com que essa população se sentisse diminuída/inferiorizada nessa relação comercial. O surgimento de um correspondente bancário com caráter comunitário foi decisivo na eliminação dessa relação opressora banco-comunidade ribeirinha e no estabelecimento de vínculos de confiança e melhoria na autoestima da população. Agora os pescadores, as donas de casa, as mães do Bolsa Família, passaram a ser atendidos por seus vizinhos da comunidade, pessoas simples como eles, de confiança e com toda a paciência necessária para lhes orientar sobre a melhor forma de acessar os serviços financeiros. Esses elementos aumentam a confiança das pessoas que depositam no banco a certeza de não serem enganados ou de que lhes será vendido algum serviço indesejado.

O sentimento de pertencimento e autoconfiança aumentam quando a população percebe que tem a sua disposição um crédito simples, barato e acessível para as despesas diárias ou para investir em seus pequenos negócios, onde a medida de avaliação é o caráter, a boa-fé, a honestidade, ou seja, valores compartilhados pela comunidade.

As categorias com menor codificação no *corpus* foram a relação do *Homem-Natureza* e a *Diversidade*. Conforme descrito no tópico sobre Desenvolvimento, não foi possível perceber na população um sentimento intrínseco de pertencimento à natureza, capaz de se visualizar como uma das unidades que compõe a totalidade desta. Sendo assim, existe a predominância de um antropocentrismo no território, que alimenta o sentimento de que o homem é o ser superior na relação Homem-Natureza e que caberia a este a explorá-la ou preservá-la; ainda que se tenha percebido uma grande preocupação da população local e das entidades em relação à proteção dos recursos da natureza do território.

Quanto a **Diversidade**, entendida como o ato de renúncia à norma epistemológica dominante, valorizando outras fontes de conhecimento para além do moderno ocidental e científico, também foi pouco recorrente no *corpus*. Mas durante nossa observação foi possível perceber que as entidades comunitárias desenvolveram ao longo dos anos um ação organizacional própria, baseada nas reuniões informais, no diálogo, na união de forças para superar as dificuldades, na arrecadação de recursos promovendo bingos, viagens, festividades, feiras; e assim, desenvolveram práticas sociais peculiares da localidade.

No contexto geral do *corpus* da pesquisa, a identificação de práticas sociais relacionadas ao pós-desenvolvimento apresentou 199 codificações, 38% a mais que as codificações relativas ao conjunto semântico que remete à lógica do desenvolvimento, que apresentaram 144 codificações. A análise destes números atesta a existência de um hibridismo nas práticas sociais empreendidas pela ação comunitária na Baía do Sol, que possui grandes aproximações com a lógica desenvolvimentista, que impõe a hegemonia do mercado como eixo norteador de nossas relações sociais, sinalizando que existe um mundo ideal a ser perseguido e alcançado por todos indiscriminadamente; mas também apresentam práticas imbricadas de valores do pós-desenvolvimento, como respeito, autonomia, solidariedade e subsistência que retroalimentam as esperanças de criação de uma forma própria e coletiva de viver em harmonia, inspirando a criação de um novo paradigma cultural e econômico.

A criação de um banco comunitário e de uma moeda social própria, inspirados nos ideais da economia solidária, se constituiu na prática social mais diferenciada da Baía do Sol rumo ao pós-desenvolvimento. Contudo, observou-se que assumir o papel de correspondente bancário de instituições financeiras de mercado tem interferido negativamente no curso das ações do Banco, assim como tem contribuído para desvirtuá-lo de seu objetivo principal de promover uma mudança social intensa e emancipadora. Encerramos esta análise com uma avaliação feita pela coordenadora do Instituto Banco Comunitário Tupinambá sobre os anos de atuação na comunidade:

Mas estamos nesse desafio da construção, é muito pouco tempo para dizermos que somos vitoriosos, mas no dia a dia, a cada passo estamos a conquistar, e eu acho que esse é o papel do Instituto e ele tem feito muito bem, conquistado cada dia, ajudando cada dia a formar, transformar e conquistar junto com essa comunidade, construir com a comunidade e aprender junto. (EI – IT, 2016)

E assim uma pequena comunidade ribeirinha, inspirada nas tradições da pesca artesanal de seus antepassados Tupinambás, empenhada no seio da floresta amazônica dá sua contribuição para o avanço do campo de estudos do pós-desenvolvimento, na certeza de que neste mundo cambem muitos outros mundos!

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo de investigação empírica analisou as práticas sociais comunitárias vivenciadas em pequenas localidades da Amazônia sob a lente teórica do pós-desenvolvimento. Antes de adentrar no campo de estudos do pós-desenvolvimento, julgou-se necessário uma explanação sobre as perspectivas teóricas predominantes nos estudos sobre desenvolvimento - Modernizante, Estruturalista e Pós-estruturalista. A explanação de cada uma dessas abordagens é condição indispensável para compreender como foi construído o projeto hegemônico de desenvolvimento identificado com a racionalidade econômica moderna, como tal perspectiva consolidou-se com o surgimento de uma nova conotação ao termo, sua antítese: o subdesenvolvimento (LACERDA, 2009); e para demonstrar como se tem avançado nas críticas em direção ao pós-desenvolvimento. Feito isto, a investigação imergiu no campo de estudos do pós-desenvolvimento, iniciou com a explanação das principais evidências da queda da ideologia do desenvolvimento e concluiu apresentando o campo teórico do pós-desenvolvimento e algumas das formas alternativas de reprodução da vida social como o Bem-Viver, a Gestão dos Bens Comuns e Práticas Sociais Comunitárias vivenciadas em pequenos territórios.

Por se tratar de um estudo qualitativo, exploratório, que utilizou como estratégia de pesquisa o estudo de caso, o capítulo referente aos procedimentos da pesquisa iniciou apresentando a unidade de observação empírica - Baía do Sol - a partir de uma contextualização da macrorregião em que está inserida, a Amazônia. As fontes consideradas importantes para a realização da análise foram os documentos constitutivos das entidades, as falas dos atores da comunidade e dos representantes das entidades e os vídeos produzidos na localidade. Os métodos de acesso a estas fontes foram a pesquisa bibliográfica, entrevista individual, entrevista em grupo (grupo focal) e a observação. Todo o conjunto de dados selecionados, denominado de *corpus* da pesquisa foram analisados a partir do conjunto de técnicas de Análise do Conteúdo, com o auxílio do software NVivo.

No esforço de responder à questão problematizadora da pesquisa que busca compreender **de que forma as práticas sociais comunitárias se configuram em experiências de pós-desenvolvimento na Baía do Sol - PA?** Foi proposto um objetivo geral da tese que foi desmembrado em três objetivos específicos que serão sintetizados nos parágrafos a seguir.

Em relação ao primeiro objetivo específico responsável por investigar como se processa a organização comunitária na Baía do Sol - PA o estudo indica que a Baía do Sol constitui-se em uma seara de mobilização comunitária, que pode ser evidenciada pela quantidade das

entidades comunitárias formadas localmente, pelo tempo de existência dessas organizações, pelas conquistas produzidas nesse contexto e pelo sentimento de pertencimento presente no discurso de seus atores que estabelecem como o lugar fortes laços de identidade.

Os dados de campo demonstraram que o associativismo comunitário no território da Baía do Sol pode ser caracterizado por um grupo permanente de pessoas que ocupam um espaço comum e se organizam em 5 entidades comunitárias, que interagem dentro e fora dos papéis institucionais e criam laços de identidade entre si na busca de um bem comum para o bairro (GOHN, 2005). A Baía do Sol é uma comunidade que organizou-se autonomamente baseada na rede da vida, em que as condições de convivência se dão baseadas no diálogo entre os sujeitos e em relações horizontalizadas entre seus atores.

Como pontos favoráveis à criação de um novo modo de reprodução de vida local que reconheça, prestigie e considere as peculiaridades de uma pequena comunidade localizada na Amazônia, capaz de nos fazer refletir sobre um outro projeto de mundo e sociedade, a experiência da Baía do Sol revelou uma forte integração social, baseada em relações coletivas, cooperativas e igualitárias entre seus atores; um sentimento de proteção à natureza, além de preservar e valorizar as tradições e culturas locais; e apresentou um longo histórico de mobilização social, seja para atender aos interesses de uma classe em específico – trabalhadores (as) da pesca artesanal - ou de toda a população, constituindo-se em um celeiro de atuação comunitária, capaz de se articular em torno dessas entidades para buscar meios e parceiros na conquista de seus objetivos.

Entretanto, o campo sugere que a integração dos comunitários se limita ao contexto interno de cada uma das entidades, inexistindo entre elas ações estruturadas e contínuas no sentido de somar esforços, eliminar sobreposições e promover uma ação comunitária comum a todo o bairro. Além deste, outros aspectos foram identificados como limitadores no contexto do associativismo comunitário na Baía do Sol, como a pouca comunicação entre as entidades, que possivelmente é a justificativa para a existência de conflito entre elas; a dificuldade em se conquistar a sustentabilidade financeira; a utilização exclusiva de trabalhadores voluntários, que limita o acesso à mão-de-obra tecnicamente capacitada para atuar no campo social; a dificuldade na sucessão dos cargos de liderança das entidades e, por fim, destaca-se a necessidade dessas entidades pensarem ações endógenas, propostas a partir das condições reais da localidade e seus verdadeiros anseios, eliminando a tática de importação de produtos sociais prontos pensados fora da realidade local da Baía do Sol.

O segundo objetivo específico da pesquisa propõe caracterizar as práticas sociais comunitárias vivenciadas na Baía do Sol - PA e foi dividido em 04 (quatro) práticas a fim de

melhor organizar o conteúdo, sendo elas: a práticas administrativas, econômicas, políticas e sociais.

No campo das práticas administrativas destacou-se como práticas comunitárias características da ação das entidades do território: a elaboração e desenvolvimento de projetos, a ação da liderança das entidades, a oferta de cursos, a realização de reuniões entre os comunitários e firmação de parcerias com entidades externas à comunidade. Os conteúdos analisados das práticas administrativas de entidades comunitárias atuantes no contexto de pequenas localidades na Amazônia levam a sugerir que existe uma dificuldade de adaptação destas instituições ao novo contexto das organizações sociais do século XXI que passam a assumir uma posição menos política e mais gerencial, exigindo desta forma uma ampliação na capacidade de planejar, organizar, executar e controlar os projetos estabelecidos em parcerias com as entidades do 1º, 2º e 3º setor da economia, e isso envolve acesso a conteúdos específicos da área de gestão que estão fora do campo de alcance das entidades comunitárias atuantes no contexto de pequenas localidades na Amazônia.

As práticas econômicas que correspondem à forma como a comunidade organiza sua produção, consumo e distribuição de riqueza localmente, podem ser resumidas nos seguintes pontos: Criação de um banco comunitário com moeda social própria – o Moqueio, a valorização do Real e do dinheiro, oferta de linhas de crédito pelas entidades comunitárias, ações afirmativas de empoderamento feminino, a gestão da sustentabilidade financeira das entidades e a atividade econômica da pesca artesanal.

Os conteúdos analisados indicam que a criação de um banco comunitário no território que atue com moeda social própria, linhas de crédito subsidiadas baseadas no princípio da solidariedade e projetos sociais que fortaleçam o empoderamento das pessoas é realmente uma tecnologia social inovadora e pode constituir-se em importante elemento de superação da base conceitual, das práticas, das instituições e dos discursos do desenvolvimento, e contribuir para significativos avanços rumo ao pós-desenvolvimento, desde que o mesmo se desvincule das entidades bancárias, rompendo com a lógica instrumental que regue as regras de mercado, colocando os interesses da população como prioritários na condução das ações da entidade.

Como aspectos limitadores das práticas econômicas vivenciadas na comunidade, destaca-se a predominância do papel moeda, representativo da lógica economicista; a dificuldade evidente de sustentabilidade financeira das organizações comunitárias; e o enfraquecimento da atividade pesqueira como princípio organizador central da vida dessa comunidade ribeirinha.

No que tange às práticas políticas, o campo sinalizou uma baixa participação dos atores locais nas ações cotidianas das entidades e uma interferência do viés partidários nas relações políticas na comunidade. Observou-se que práticas políticas se limitam aos discursos institucionais dos estatutos e projetos, mas na prática revelam limitações relativas à priorização na formação político-cidadã; a construção de sólidas alianças, redes, parcerias, e articulação sobretudo entre as entidades da comunidade; a construção de um projeto sociopolítico cultural que seja de toda a Baía do Sol; e ao fomento um novo projeto de vida na Amazônia, pensado endogenamente por seus atores locais.

Por fim, tem-se as práticas sociais que foram sintetizadas na grande participação das mulheres na vida social da comunidade, a participação e promoção de feiras e eventos, e a apresentação de danças típicas da região que representam as manifestações culturais da comunidade possíveis de serem observadas durante a imersão em campo.

As entidades comunitárias da Baía do Sol, ao exercerem um conjunto de práticas administrativas, econômicas, políticas e sociais, conforme exposto acima, promovem inconscientemente o atrelamento deste pequeno território da Amazônia e seus moradores ao aparato institucional que promove o fortalecimento do discurso desenvolvimentista na região, tais como: as práticas de intermediação de acesso às linhas de crédito ofertadas por bancos comerciais, a atuação como correspondente bancário de entidades financeiras, o acesso a recursos financeiros por meio de editais públicos ou privados, a oferta de cursos técnicos/profissionalizantes/instrumentais em parcerias com entidades que atuam a serviço do mercado e a interferência do viés partidários nas relações políticas na comunidade.

A análise conjunta das práticas anteriormente expostas encaminha o estudo para o terceiro objetivo específico da tese, que sugere comparar as práticas sociais comunitárias vivenciadas na Baía do Sol - PA com os valores compartilhados pelo campo de estudos do Pós-desenvolvimento.

Face ao exposto, é possível sugerir que as práticas sociais vivenciadas por pequenas comunidades situadas na Amazônia, à exemplo da Baía do Sol, possuem forte influência da constelação semântica que envolve o pensamento hegemônico do desenvolvimento, mostrando suas aproximações com os pilares linguísticos característicos ao termo e que são fortemente combatidos pelo campo de estudos do pós-desenvolvimento: Ajuda, Ciência, Desenvolvimento, Estado, Exploração da Natureza, Igualdade, Mercado e Progresso.

Demonstrou-se relevante, no *corpus* da pesquisa, a associação ente as categorias **Ajuda** e **Estado** permitindo sugerir que, na compreensão dos atores da Baía do Sol, o papel do Estado é ajudar a população, e que a ausência desta ajuda, é inclusive, a origem da maioria dos

problemas que assolam o bairro, contrariando os achados de Ostrom (2011) que defende a ideia de uma governança comunitária pautada em comportamento cooperativo. Os dados despontam ainda para a presença de um significativo nexo de **Mercado** enquanto regulador da vida social, remetendo a ideia de **Progresso**, como um movimento para a frente, avanço, estando relacionado a concepção linear da história ocidental. Deste feito, é possível inferir que as práticas sociais empreendidas pela ação comunitária no cenário ora analisado, almejam a promoção de um desenvolvimento por meio do aquecimento do comércio local rumo a uma melhoria na qualidade de vida da população, representado pela ampliação de acesso ao consumo.

Com menor expressividade no *corpus* analisado, aparecem a valorização do conhecimento científico ante ao conhecimento popular e tradicional das comunidades ribeirinhas da Amazônia – valorização da **ciência**; o desejo dos comunitários de ter acesso aos produtos, serviços e estilo de vida medianos encontrado nos grandes centros urbanos, colocando isso como um ideal a ser conquistado – **igualdade**; e a **exploração da natureza**, que significa a apropriação dos recursos naturais a fim de satisfazer os objetivos de vida do ser humano e do capital.

As análises anteriormente expostas indicam que a “operacionalização do progresso apoiada em seu alicerce econômico e orientada por uma lógica instrumental e mercadológica” (GOULART et al, 2010, p. 47), chegou com grande vigor aos territórios da Amazônia Brasileira, neste caso à Baía do Sol. Apesar do forte histórico de mobilização comunitária e das práticas sociais específicas produzidas no território visando a produção de formas alternativas de melhorar suas condições de vida, a investigação em campo revelou que a Baía do Sol, está integrada ao sistema capitalista e suas lógicas subjacentes de progresso, crescimento, desenvolvimento, universalização, com um processo “natural” e imperceptível (GAVA, 2010).

Esta integração é reflexo da forma subordinada que a própria Amazônia foi conectada aos ditames do grande capital, reproduzindo neste contexto, igualmente ao restante do mundo, graves problemas de ordem ambiental, social, econômico, etc. Na esfera ambiental é possível citar os impactos ao ecossistema produzidos pelos grandes projetos de extração mineral, pelo desmatamento da pecuária e agroindústria; no âmbito social, destaca-se a ausência de planejamento no processo migratório incentivado pelos grandes projetos na região, que acabam por incentivar o inchaço populacional dos grandes centros urbanos, a favelização, o aumento da violência e da pobreza, geradas sobretudo em virtude da população local não ter mais os meios de produção necessários para a garantia de sua própria subsistência e precisar se submeter à lógica do mercado – à exemplo do que vem acontecendo na Baía do Sol; no âmbito

econômico, destaca-se a forma subordinada e dependente que a região é integrada ao cenário nacional e internacional, fornecendo madeira bruta ou semielaborada, minérios semielaborados, soja, gado, energia e sua vasta biodiversidade em troca de grandes passivos ambientais e danos sociais à sua população local que tem sua história milenar, sua diversidade cultural, seus valores e modo de vida violados pelo *modos operandi* do capitalismo e seu discurso desenvolvimentista.

Entretanto, ante a situação de profunda instabilidade vivenciada na Amazônia, no Brasil e no mundo, o capitalismo e seu pilar desenvolvimentista vem sendo amplamente discutido e criticado, contrariando o pensamento hegemônico de que supostamente estaríamos vivenciando a reta final da história, por não haver outras possibilidades de organizações sociais futuras, tem chegado ao fim.

O pós-desenvolvimento surge nesse contexto e representa uma crítica radical à acepção da modernidade como o único horizonte válido de pensamento e ação (GUDYNAS 2013). Trazendo para o campo de análise das relações sociais e produtivas um novo horizonte de sentido permeado por reflexões acerca de como entendemos o mundo e como nos relacionamos com ele, ou ainda, como fazer a transição a outros modos de vida que permitam escapar das armadilhas da modernidade e do desenvolvimento hegemônico, intrínsecas ao capitalismo (IBÁÑEZ, 2016).

Os dados coletados em campo indicam que as práticas sociais empreendidas pela ação comunitária em pequenas localidades situadas na Amazônia, como a Baía do Sol, não conseguem questionar seriamente os núcleos conceituais, as práticas, as instituições, e o discurso do desenvolvimento convencional, entendido como progresso linear, especialmente expressado em termos de crescimento econômico; contudo expressam valores capazes de resignificar as práticas e inspirar alternativas *ao* desenvolvimento, contribuindo para a constituição coletiva de uma nova maneira de viver e para o avanço do campo teórico-prático do pós-desenvolvimento. Pois como afirma Esteva (2009) os movimentos sociais, as práticas comunitárias e os grupos ambientalistas ocupam posição de destaque nas configurações teóricas e práticas do pós-desenvolvimento.

No contexto geral do *corpus* da pesquisa, foram identificadas 08 (oito) categorias relacionadas ao pós-desenvolvimento, sendo elas: Subsistência, Solidariedade, Respeito, Pluralidade, Homem-Natureza, Harmonia, Diversidade e Autonomia, que serão sintetizadas a seguir na ordem decrescente de representatividade no texto.

O **Respeito** foi a categoria de pós-desenvolvimento predominante no contexto analisado, tendo como maiores expressões, o respeito dos moradores entre si, pelas entidades

representativas do agir comunitário, pela natureza do local e pelas ações empreendidas pelo Instituto Banco Comunitário Tupinambá. A **Solidariedade** foi uma prática igualmente significativa no *corpus* analisado dado o impacto produzido pelo voluntariado da comunidade e a perspectiva da economia solidária exercida pelo Banco Comunitário Tupinambá. A **Autonomia** enquanto liberdade de um indivíduo/grupo gerir livremente a sua vida, efetuando racionalmente as suas próprias escolhas, é ilustrada pelo histórico de associativismo centenário na comunidade e pela tecnologia social dos bancos comunitários, com sua moeda social própria, com taxas de juros irrisórias, crédito desburocratizado e com avaliação de crédito baseado no valor humano. A **Pluralidade** no contexto da Baía do Sol está relacionada a um território em que coexistem entidades associativas com interesses diversos, ações múltiplas, mas um objetivo comum: promover uma vida de qualidade aos seus habitantes. As entidades comunitárias no bojo de suas práticas sociais demonstram elevada recepção ao novo, ao outro, ao diferente, quando possuem um Fórum de Desenvolvimento Local, que antes era limitado ao público comerciante e hoje é aberto para toda e qualquer pessoa que queira contribuir no debate e nas ações de melhoria na comunidade; quando criam projetos específicos para o empoderamento feminino e o protagonismo juvenil; quando recebem calorosamente os intercambistas que vem do exterior; quando aceitam correr o risco de aceitar uma moeda social diferente da moeda historicamente recebida no país; e quando valorizam, prestigiam e incentivam as danças, comidas e costumes tradicionais desse território da Amazônia;

A investigação aponta ainda que as entidades comunitárias focam suas estratégias na garantia da **Subsistência** de seus associados, entendida como a junção apenas do necessário para manter a vida. Os moradores compreendem que já são favorecidos por morar em um lugar de beleza singular e riquezas naturais abundantes. Além da influência das entidades nas melhorias materiais, é frequente no relato dos entrevistados o reconhecimento de que as práticas sociais empreendidas influenciam na reestruturação das formas de relacionamento entre as pessoas, contribuindo para a restituição do equilíbrio nas relações entre seres humanos, a **Harmonia**. As categorias relacionadas ao pós-desenvolvimento, com menor codificação no *corpus*, foram a relação do **Homem-Natureza**, não sendo possível perceber na população um sentimento intrínseco de pertencimento à natureza, capaz de se visualizar como uma das unidades que compõe a totalidade desta; e a **Diversidade** entendida como o ato de renúncia à norma epistemológica dominante, valorizando outras fontes de conhecimento para além do moderno ocidental e científico.

No contexto geral do *corpus* da pesquisa, identificou-se uma predominância de práticas sociais relacionadas ao pós-desenvolvimento que apresentaram 199 codificações, 38% a mais

que as codificações relativas ao conjunto semântico que remete à lógica do desenvolvimento, que apresentaram 144 codificações. As análises expostas nos parágrafos anteriores, que relatam sobre a aproximação das práticas sociais empreendidas pela ação comunitária da Baía do Sol ao discurso dominante de desenvolvimento ou às categorias de pós-desenvolvimento corroboram com a declaração de tese que afirma que “As práticas sociais comunitárias vivenciadas na Baía do Sol - PA revelam possibilidades alternativas de organização da vida social, apesar de serem marcadas por um hibridismo nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas; ou seja, os processos socioculturais vivenciados nesse território são frutos da combinação de elementos do discurso hegemônico de desenvolvimento característico da modernização e de práticas de pós-desenvolvimento, e essa amalgamação gera na Baía do Sol a construção coletiva de uma nova maneira de viver.”.

O hibridismo nas práticas sociais pode ser evidenciado pela aproximação das práticas sociais a Baía do Sol com a lógica desenvolvimentista, revestida nos pilares linguístico da Ajuda, Estado, Mercado e Progresso, que impõe a hegemonia do mercado como eixo norteador de nossas relações sociais, sinalizando que existe um mundo ideal a ser perseguido e alcançado por todos indiscriminadamente. Mas ao mesmo tempo em que possui laços de subordinação à lógica do capital, a comunidade apresenta práticas imbricadas de valores de pós-desenvolvimento, como Respeito, Autonomia, Solidariedade, Subsistência e Confiança que se apresentam como predominantes no *corpus*, retroalimentando as esperanças de criação de uma forma própria e coletiva de viver em harmonia, inspirando a criação de um novo paradigma cultural e econômico.

A Baía do Sol possui um forte componente para o exercício de uma cidadania plena e emancipadora. É a existência de espaços públicos independentes das instituições do governo, do sistema partidário e das estruturas do Estado, condição indispensável segundo Vieira (2005), para o exercício da democracia contemporânea. O terreno é fértil, a esfera social pública já está formada com a criação das entidades comunitárias que integram na Baía do Sol, o que falta apenas é ampliar a participação social e política cidadã de seus moradores, a fim de que estes se transformem em agentes políticos autônomos.

Na Amazônia, terra de enfrentamentos claros ao modelo de crescimento econômico concentrador de riquezas (BECKER; STENNER, 2008), há experiências que vem ganhando relevância pelas suas conquistas e forma de atuação que aliam respeito à diversidade social e cultural, autonomia dos grupos sociais e valorização do saber local, como a vivência produzida na Baía do Sol. Quando as organizações sociais fazem destas práticas seus princípios de

atuação, elas também produzem conhecimento, na medida em que trocam experiências coletivas gestadas no cotidiano do território e reafirmam que o maior aprendizado social se dá na feitura de estratégias que garantam a reprodução social da vida na floresta, ainda que urbanizada, desmatada e vista como base de exploração mercantil. Mas, ao mesmo tempo, é reconfortante e impulsionador perceber sinais, pistas, alternativas e esperança de uma possível mudança de paradigma que alie vida e floresta, o que vem sendo protagonizado pelas populações locais, segmentos sociais, movimentos e organizações que pautam outra agenda que mobiliza e politiza o debate na direção de um desenvolvimento sócio ético, político-cultural e ambiental que seja humano e livre, na sua essência.

Outro ponto que gostaria de destacar nestas considerações finais são as limitações da pesquisa. A primeira delas diz respeito à falta de oportunidade, no período em que estive em campo, de acompanhar as atividades/práticas de todas as entidades comunitárias pesquisadas, em virtude da incompatibilidade com a agenda de encontro e reuniões das entidades. A segunda diz respeito ao distanciamento físico da autora em relação ao *lócus* da pesquisa no momento da coleta e análise dos dados, dificultando a retirada de algumas dúvidas residuais e o acesso a documentos que não foram disponibilizados durante a estada em campo, como no caso do Centro Comunitário. O *corpus* extenso é sinalizado como o último limitador da pesquisa, que ao se propor a explorar o conjunto das práticas sociais vivenciadas pelas 05 (cinco) entidades comunitárias da Baía do Sol reuniu um volume bastante significativo de dados a serem analisados entre documentos de constituição, entrevistas individuais, grupo focal, vídeos e relatórios de observação.

Tomando por base esse último limitante, apresenta-se como encaminhamento para estudos futuros analisar cada uma das entidades organizativas da Baía do Sol isoladamente e em maior profundidade, tentando desvelar nuances que por ventura não puderam ser percebidas na análise conjuntas das entidades, em virtude do grande volume de dados gerados. Nesse contexto dá-se destaque ao Instituto Banco Comunitário Tupinambá que é na atualidade a organização com o maior número de projetos em execução e apresentou uma tecnologia social inovadora – banco comunitário e moeda social – para promover melhoria nas condições de vida do território.

Outros encaminhamentos possíveis seriam (1) testar as categorias utilizadas neste estudo – desenvolvimento e pós-desenvolvimento – em outros territórios da Amazônia, onde pequenas comunidades desenvolvem experiências alternativas de reprodução de vida, realizando uma análise comparativa com a experiência da Baía do Sol; e (2) realizar a coleta de informações em campo utilizando-se das orientações da etnometodologia que privilegia a

“observação de campo das práticas sociais naturalmente ocorrentes, o interesse pela vida cotidiana e pela interação espontânea da conversa, a utilização das noções e das categorias de ator social, de quadros da experiência, de saberes do senso comum partilhado” (Rodrigues e Braga, 2014, p.123).

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O Buen Vivir: Uma oportunidade de imaginar outro mundo.** In: Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2012.
- ADAMS, T. **Práticas sociais e formação para a cidadania:** Caritas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- ALMEIDA, R. H. **Araguaia-Tocantins:** Fios de uma história camponesa. Editor Francisco Júnior, 2006.
- ALMEIDA, A.M.O.; SANTOS, M.F.S.; TRINDADE, Z.A. **Representações e práticas sociais:** contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. Temas em Psicologia da SBP - 2000. Vol. 8 nº3, 257-267.
- ALVES-MAZZOTTI, A J.; GEWANDSZNAJDER, F. **Os métodos nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** São Paulo: Thompson, 1999.
- AMARAL, M. **Teorias do Imperialismo e da Dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo.** 2012. 161fls. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012.
- AMIM, M.M. **A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 107 | 2015, 17-38.
- ANDRADE, J.A. **Desenvolvimento e Gestão Pública:** das ideias às práticas. REDES – Revista de Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 3, p. 115 - 141, set/dez. 2010.
- ARAGÓN, L.E. **Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar:** cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec, 2013.
- ARRUDA, M. **Lucrar sem produzir:** Crise financeira como oportunidade de criar uma economia mundial solidária. PACS – Instituto Políticas Alternativas para o cone sul.2008. In: Ladislau Dowbor. Disponível em: <http://dowbor.org/2009/01/lucrar-sem-produzir-nov-2008.html/>. Acesso em 16 dez 2015.
- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013. **Mosqueiro: Marahu / Paraíso / Baía do Sol / Cuaruara.** Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/19376. Acesso em: 13 mai 2016.
- BANCO COMUNITÁRIO ESMERALDA. **O que é Moeda Social?** Disponível em: <http://bancoesmeralda.com.br/o-que-e-moeda-social.php>. Acesso em: 02 out 2016.
- BARDIN L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2011.
- BAUER, M. W.; AARTS, Bas. A Construção do Corpus: Um Princípio para a Coleta de Dados Qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático.** Petrópolis, Rj Vozes, 2002.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2002.

BECKER, B.K. **Geopolítica da Amazônia**. Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP proferida pela autora em 27 de abril de 2004. Estudos Avançados 19 (53), 2005.

BECKER, B.K.; STENNER, C. **Um futuro para a Amazônia**. Série inventando o futuro. São Paulo: Oficina de textos, 2008.

BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: Tratado de sociologia do conhecimento. 24ªed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRANDÃO, C. **Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais**. In. RIBEIRO, M.T.F., e MILANI, C.R.S. orgs. Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009. 312 p.

BRASIL. Lei n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário. Brasília, 18 fev 1998. Legislação Federal e marginália.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Do Antigo ao novo desenvolvimentismo na América-Latina**. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas FGV-EESP. Textos para discussão 274. Nov 2010a.

_____. **As três interpretações da dependência**. Fundação Getúlio Vargas – FGV. Escola de Economia de São Paulo. Perspectivas: São Paulo, v.38, p.17-48, jul/dez 2010b.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S.; **Investigação Qualitativa em Educação**. Coleção Ciências da Educação, Porto: Porto Editora, 1994.

_____. **Qualitative research for education: Na introduction to theories and methods**. Boston: Pearson, 2007.

BOFF, L. **Ecologia**: grito da Terra, grito dos pobres. São Paulo, Ática, 1995.

CAIDEN, G., CARAVANTES, G. **Reconsideração do termo desenvolvimento**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. 16(1):4-16, jan.-mar., 1982.

CALADO, S; PATRUS, R. MAGALHÃES, Y.T. **Quem ensina um professor a ser orientador?** Proposta de um modelo de orientação de monografias, dissertações e teses. Administração: Ensino e Pesquisa • Rio de Janeiro • v. 12 • n. 4 • p.697-721 • Out/Nov/Dez 2011.

CAMPOS, C. J.G. **Método de análise de conteúdo**: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Rev Bras Enferm, Brasília (DF) 2004 set/out;57(5):611-4.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

- CARCANHOLO, M. **Dialética do Desenvolvimento Periférico**: Dependência, Superexploração da força de trabalho e política econômica. Revista Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.247-272, mai/ago. 2008.
- CARVALHO JR, P. H. **Análise do gasto da união em ações assistenciais ou focalizado na população pobre e em benefícios previdenciários de fortes impactos sociais**: 1995-2004. Brasília: IPEA, 2006.
- CASEY, E. **Getting Back into Place**: Toward a Renewed Understanding of the Place-World. Bloomington: Indiana University Press, 1993.
- CAZELLA, A.; BONNAL, P.; MALUF, R. **Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial**. In: CAZELLA, A.; BONNAL, P.; MALUF, R. Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 25-45.
- CHACON, S. S. Desenvolvimento. In: BOULLOSA, R. F. (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. P.48-50.
- CHESNAIS, François. **A mundialização financeira**. São Paulo: Xama, 1998.
- COHAB. **Cheque Moradia**. Disponível em: <http://www.cohab.pa.gov.br/>. Acesso em 22 set 2016.
- COLUNISTA PORTAL. **Transportes: Conceitos e tipo de modais**. 2013. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/cotidiano/artigos/52227/transportes-conceito-e-tipos-de-modais>. Acesso em 23 set 2016.
- CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES REGIONAL NORTE – CPP-NORTE. **Quem somos?** Disponível em: <https://cppnorte.wordpress.com/quem-somos/>. Acesso em 24 set 2016.
- CORREA, S.R.M.; OLIVEIRA, R.V. **A nova agenda de desenvolvimento pela ótica dos conflitos sociais**: o caso do Belo Monte. Recops, v.12, n.24, jul-dez 2015, p. 19-52.
- COSTA, A.S.M.; VERGARA, S.C. **Estruturalista, Pós-estruturalista ou Pós-Moderno?** Apropriações do pensamento de Michel Foucault por pesquisadores da área de administração no Brasil. Gestão e Sociedade. Belo Horizonte, vol 6, nº 13, p 69-89. Jan/abr 2012.
- COOPER, D.R.;SCHINDLER, P.S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7ª ed. Porto Alegre: Bookma, 2003.
- CRUZ NETO, O; MOREIRA, M.R.; SUCENA, L.F. **Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa**: o debate orientado como técnica de investigação. XIII Encontro do Associação Brasileira de Estatísticas Populacionais. Ouro Preto, MG. 4-8 nov. 2002.
- DALLABRIDA, V.R. (Org). **Governança territorial e desenvolvimento**: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ªed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIRLIK, A. Place-based Imagination: Globalism and the Politics of Place. In: PRAZNIAK, R.; DIRLIK, A. (eds.) **Places and Politics in an Age of Globalization**. Nova Iorque: Rowman and Littlefield, 2000.

DRAIBE, S. **Uma nova institucionalidade das políticas sociais**. São Paulo em Perspectivas; São Paulo, v.11, n.4, p. 3-15, 1997.

_____. **Imperialismo y Dependencia**. Cidade do Mexico, México: Ed. Era, 1978.

_____. **A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas**. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Origem e desenvolvimento da Teoria da Dependência**. Instituto de Estudos Latino Americano – IELA 10 anos. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Abril 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DjlEYXRxWBS>. Acesso em: 22 dez 2015.

DUARTE, G.M. **Todas as práticas sociais são construídas, logo, poderiam ser radicalmente outras**. Pub. 5 nov. 2012. Disponível em: <https://socialistalivre.wordpress.com/2012/11/05/todas-as-praticas-sociais-sao-construidas-logo-poderiam-ser-radicalmente-outras/>. Acesso em 01 nov 2016.

DUARTE, E. J.; GRACIOLLI, P. H. E., **A Teoria da Dependência: Interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina**. In: V Colóquio Marx e Engels, 2007.

EMBRAPA. **Pesca e aquicultura**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-pesca-e-aquicultura>. Acesso em 23 set de 2016.

ENRÍQUEZ, M.A.R.S. A indústria mineral no contexto do desenvolvimento da Amazônia. In: DINIZ, M.B. (org.). **Desafios e potencialidades para a Amazônia do século XXI**. Belém: Paka-Tatu, 2011.

ESCOBAR, A. **Encountering Development**. The Making and Unmaking of the Third World. Princeton: Princeton University Press, 1995.

_____. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

_____. **La Invención del Tercer Mundo: construcción e desconstrucción del desarrollo**. Bogotá: Norma, 2007.

_____. **Encountering Development**. 2 ed. Princeton: Princeton University Press, 2011.

_____. **Decrecimiento, post-desarrollo y transiciones: una conversación preliminar**. **INTERdisciplina**. Vol 3. Nº 7. set-dez 2015.

Estatuto da Associação das Mulheres da pesca da Baía do Sol. Associação das Mulheres da pesca da Baía do Sol, 1990.

Estatuto da Colônia de Pescadores Z-09, de Mosqueiro. Colônia de Pescadores, 2013.

Estatuto do Instituto Banco Tupinambá de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária. Instituto Banco Tupinambá, 2011.

Estatuto Social Clube de Mães do Povoado Baía do Sol. Clube de Mães do Povoado Baía do Sol, 1986.

ESTEVA, G. **Desenvolvimento.** In: SACHS, Wolfgang (Ed.) Dicionário de desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Más allá del desarrollo:** la buena vida. Revista América Latina en Movimiento, No. 445, Junio, 2009.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora UNB, 2001.

FERNADES, A.L.C. **A influência das condições de vida na capacidade do cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto:** o caso da Funpapa (Belém-2011). 2011. 120fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano). Universidade da Amazônia, Belém, 2011.

FERNANDES, F. **Comunidade e Sociedade:** leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

FISHER, T. **A gestão do desenvolvimento social:** agenda em aberto e propostas de qualificação. VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 out. 2002.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, E.L. **Alguns aspectos da linguagem científica.** Sitientibus, Feira de Santana, n.12, p 101-112, 1994.

FRIZZO, K.R.; SARRIERA, J.C. **Práticas Sociais com Crianças e Adolescentes:** O Impacto dos Conselhos Tutelares. PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2006, 26 (2), 198-209.

FROEHLICH, J.M.; BRAIDA, C. R. **Antinomias pós-modernas sobre a natureza.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.17, n.3, jul.-set. 2010, p.627-641.

FURTADO, C. **Um projeto para o Brasil.** Rio de Janeiro, Editora Saga, 1968.

_____. **Em busca de novo modelo:** reflexões sobre a crise contemporânea. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURTADO, A.M.; SILVA JUNIOR, O.C. **Impactos ambientais do desmatamento e expansão urbana na Ilha do Mosqueiro.** Observatório Geográfico da América Latina. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/>. Acesso em 15 set 2016.

GASKELL, G. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, M.W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático** – 7ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GAVA, R. **O local e o global no contexto do desenvolvimento**. Administração Pública e Gestão Social - APGS, Viçosa, v.2., n.3, pp. 298-316, jul./set. 2010

GIDDENS, A. **Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura**. In: GIDDENS, A. TURNER, J. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

GLOSSÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. Desenvolvimento Endógeno, p.8, 2011.

_____. Desenvolvimento Territorial, p. 9, 2011.

_____. Desenvolvimento Regional, p. 8, 2011.

GODOY, Arilda S., **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In Revista de Administração de Empresas, v. 35, n.2, Mar/Abr 1995a. p. 57-63.

GOHN. M.G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

GOMBATA, M. **Francisco de Orellana, o conquistador do Amazonas**. 01 mar 2013. Guia do Estudante. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/francisco-orellana-conquistador-amazonas-735039.shtml>. Acesso em 03 nov 2016.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-1.0677673,-48.367478,11894m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR>. Acesso em 15 mai 2016.

GOULART, S.; VIEIRA, M.M.F.; COSTA, C.F.C; KNOPP, G.C. **Articulações em rede e acontecimentos no território: subsídios teóricos para a formação de políticas públicas para o desenvolvimento**. CADERNOS EBAPE. BR, v. 8, nº 3, artigo 1, Rio de Janeiro, Set. 2010 p. 388-403.

GOWDY, J.M. **Governança, Sustentabilidade e Evolução**. In: PRUGH, T; RENNER, M.(Org). Estado do Mundo 2014: Como Governar em Nome da Sustentabilidade/ Worldwatch Institute. Salvador, BA: Uma Ed., 2014.

GUDYNAS, E. **El malestar moderno con el Buen Vivir: Reacciones y resistencias frente a una alternativa al desarrollo**. *Ecuador Debate* 88: 183-205, 2013.

_____. **Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo**. *América Latina em Movimento - ALAI*, nº 462: 1-20; fevereiro 2011, Quito

GUDYNAS, E; ACOSTA, A. **La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa**. *Utopía y Praxis Latinoamericana* 16, nº 53 (2011): 71-83.
<http://www.gudynas.com/publicaciones/GudynasAcostaCriticaDesarrolloBVivirUtopia11.pdf>

GÜNTHER, Hartmut. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?** Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina Universidade de São Paulo, 2005.

HARVEY, D. **A Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 2010.

HERINGER, R. **Políticas de Ações Afirmativas para Estudantes: Promovendo a Igualdade.** ActionAid Brasil. Conferência Nacional de Educação – CONAE. Eixo VI – Justiça Social, Educação e Trabalho: inclusão, diversidade e igualdade. Colóquio 6.42. Março/2010

HILLMAN, A. **Organização da Comunidade e Planejamento.** 2ed. Rio de Janeiro: Agir, 1964.

IBÁÑEZ, M.R. **Conversatório sobre o Bem Viver: Desafios do fazer político em nosso tempo.** Ponto de Debate. Fundação Rosa Luxemburgo. Nº 4. Jan 2016.

Ilha do Mosqueiro, Belém – Pará. Disponível em:

<http://www.viagensbrasil.blog.br/2010/11/ilha-do-mosqueiro-belem-do-para.html>. Acesso em 15 set 2016.

IMAZON. Mapas. Disponível em: <<http://amazon.org.br/categorias-mapas/amazonia-legal/>>. Acesso em 23 jan 2015.

INFOPÉDIA. **Circuito Económico.** In Artigos de apoio Infopédia. Porto: Porto Editora, 2003-2016. Disponível na Internet: [https://www.infopedia.pt/\\$circuito-economico](https://www.infopedia.pt/$circuito-economico). Acesso 06 nov 2016.

INSTITUTO TUPINAMBÁ. Nossa história. Disponível em:

<http://bancotupinamba.blogspot.com.br/p/nossa-historia.html>. Acesso em 15 mai 2016.

Jornal Martim-Pescador. História das Colônias de Pescadores no Brasil. Disponível em:

http://www.pesca.sp.gov.br/noticia.php?id_not=14491. Acesso em 22 set 2016.

JUNQUEIRA, L.A.P. **A gestão intersectorial das políticas sociais e o terceiro setor.** Saúde e Sociedade. V.13, n.I, p.25-36, jan-abr 2004.

KNOPP, G.C.; DARBILLY, L.V.C.; VIEIRA, M.M.F.; SIMÕES, J.M. **Cultura e desenvolvimento.** In: VIEIRA, et al (org.). Cultura, Mercado e Desenvolvimento. p 41-63. Porto Alegre: DaCasa Editora, 2010.

LACERDA, J. S.; **Teorias do Desenvolvimento: Reflexões sobre origens e aplicações em nosso contexto.** XXXIII Encontro da ANPAD. São Paulo – 19 a 23 set 2009.

LATOCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LEE, Nick; LINGS, Ian. **Doing business research: a guide to theory and practice.** Londres: Sage Publications Ltd., 2008.

LESBAUPIN, Ivo. **Por uma nova concepção de desenvolvimento.** *Le Monde Diplomatique Brasil*, novembro de 2010.

LOCATELLI, S. H. **Plano Amazônia sustentável: uma nova concepção estatal de desenvolvimento para a Amazônia?** 2009. 107 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

LOUREIRO, V. R. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento.** São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

LUBIENIECKA, E.R. **Does post-development theory find alternatives to westernization of international relations.** In: 8th Pan-european conference on international relations: one international relations or many? Multiple worlds, multiple crises. University of Warsaw - Poland, 18-22 set, 2013.

LUZZARDI, R.; STRASBURGUER, A.; NOVO, F.; ALTEMBURG, S. S. N. **A panacéia do desenvolvimento: subdesenvolvimento enquanto causa.** *Revista Faz Ciência*, v.11, n.14 Jul./Dez. 2009, pp. 39-54

MAMANI, F. H. **Buen vivir / vivir bien: filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas.** Lima: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas – CAOI, 2010. Disponível em: <<https://www.reflectiongroup.org/stuff/vivir-bien>> Acesso em: 15 de ago, 2014.

MARINI, R. M. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo.** Tomado de Cuadernos Políticos nº 12, Ediciones Era, México, abril-junio, 1977a.

_____. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini.** Sader, Emir (org.), Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 295p.

_____. **Desenvolvimento e Dependência.** In: _____. Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005e. p 221 – 224

_____. **Acerca del Estado en América Latina.** Havana, 1991. Disponível em: Acesso em: 27 de Abr de 2009.

_____. O ciclo do capital na economia dependente. In: **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência.** FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime e LUCE, Mathias (orgs). São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

MARANHÃO, C.H. **Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais.** In: MOTA, A.E. (org). *Desenvolvimentista e Construção da Hegemonia: crescimento econômico e reprodução de desigualdade.* São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2006.

MATOS, J.F.L. **Aprendizagem e prática social: Contributos para a construção de ferramentas de análise da aprendizagem matemática escolar.** Ata do encontro Escola de Verão

Luso-Italo-Espanhola sobre Aprendizagem da Matemática, em 1999, Santarém. Disponível em: <http://spiem.pt/publicacoes/arquivo/encontro-1999-santarem/>. Acesso em: 31 out 2016.

MEDEIROS, R.S.; GODOY, J. H.A. **Desenvolvimento, território e políticas sociais: SUAPE e uma nova agenda de pesquisa sobre os impactos sociais de grandes projetos.** Revista Pós Ciências Sociais - Repocs, v.12, n.24, jul/dez. 2015.

MERRIAM, S. **Qualitative research and case study application in education.** San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

_____. **Qualitative Research: A Guide to Design and Implementation.** Revised and Expanded from Qualitative Research and Case Study Applications in Education: Jossey-Bass, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Territórios da Cidadania – 2008.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/3638408.pdf>. Acesso em: 03 nov 2016.

[MISSIO, F. J.](#) ; [JAYME JR., F. G.](#) ; OREIRO, J. L. **Resgatando a Tradição Estruturalista na Economia.** In: 41º Encontro Nacional de Economia / ANPEC, 2013, Foz do Iguaçu. Anais do 41º Encontro Nacional de Economia / ANPEC, 2013.

MIRANDA, A.A.B. **O conceito de território e as recentes políticas de desenvolvimento rural e suas contradições no estado do Maranhão.** Revista Políticas Públicas, v.16, n.1, p.123-132, jan/jul.2012.

MISOCZKY, M.C; GOULART, S.; MORAES, J. **A ditadura do discurso do desenvolvimento em questão:** das críticas proscritas a concepções emergentes. VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. ENEO 2010. Florianópolis – SC. 2010.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo.** Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OCHOA, C. **Amostragem não probabilística:** amostra por bola de neve. Disponível em: <http://www.netquest.com/blog/br/amostra-bola-de-neve/>. Acesso em: 16 ago 2016.

OLIVEIRA, J.D.; **Ordem, Instituições e Governança: uma análise sobre o discurso do desenvolvimento no Sistema ONU e a construção da ordem internacional.** 2010. 124f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ, Rio de Janeiro. 2010.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, M. W.; SILVA, P. B. G; GONÇALVES JUNIOR, L.; MONTRONE, A.V.G. JOLY, I.Z. **Processos educativos em práticas sociais:** reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. XXXII Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Caxambu - MG, 04 a 07 de out de 2009.

ONWUEGBUZIE, Anthony J.; LEECH, Nancy L. **Validity and qualitative research: an oxymoron?** Quality & Quantity: International Journal of Methodology, v. 41, n. 2, p. 233-249, 2007.

OSTROM, E. **El gobierno de los bienes comunes: La evolución de las instituciones de acción colectiva**; trad. y rev. téc. de Letícia Merino Pérez. 2ª Ed. México: FCE, UNAM, IIS, 2011.

PAMPLONA, A. **A história da Baía do Sol**. Disponível em: http://adevaldopamplonasf.blogspot.com.br/2014_09_01_archive.html. Acesso em 15 set 2016.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Trad. José Lebre de Freitas. Lisboa: Herder, 1967.

PIACENTINI, P. **Trabalho voluntário no Brasil: Parcela pequena da sociedade se engaja nesse tipo de iniciativa**. Revista Pré-Univesp. Nº.60 Capitalismo e Sustentabilidade Novembro 2016. Disponível em: <http://pre.univesp.br/trabalho-voluntario-no-brasil#.WCC8nvkrLIU>. Acesso em 07 nov 2016.

População Baía de Sol – Belém. População. Disponível em: http://populacao.net.br/populacao-baia-do-sol_belem_pa.html. Acesso em: 15 mai 2016.

Portal Brasil. **Revisão de programas sociais apresenta primeiros resultados**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/08/revisao-de-programas-sociais-apresenta-primeiros-resultados>. Acesso em: 22 set 2016.

_____. **Clubes de troca negociam produtos e serviços**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/clubes-de-troca-negociam-produtos-e-servicos>. Publicado em 11 abr 2012. Acesso em: 22 set 2016.

PNUD. **O que é desenvolvimento humano**. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH. Acesso em 12 dez 2015.

PNUMA/OCTA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. **Geo Amazônia: perspectiva do meio ambiente na Amazônia**. Brasília: OTCA/Pnuma, 2008.

Projeto EcoTUPI - Agência jovem de comunicação comunitária. Instituto Tupinambá, 2015.

Projeto Ceci Mulheres. Instituto Tupinambá, 2013.

QSR International. **O que é o Nvivo**. Disponível em: <http://www.qsrinternational.com/>. Acesso em 17 set 2016.

RADOMSKY, G.F.W. **Desenvolvimento, Pós-estruturalismo e Pós-desenvolvimento: A crítica da modernidade e a emergência de “modernidades alternativas”**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol 26 nº 75. Fev/2011. P.149-162.

RÊGO, W. **O sistema financeiro nacional e os juros remuneratórios nas operações bancárias de crédito, à luz do sistema de proteção e defesa do consumidor**. 2009. Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=bd2ad27a-fff2-4f21-9fe6-c27b684a0ce2&groupId=10136. Acesso em: 18 out 2016.

RIBEIRO, A. **O preconceito contra as mulheres na história**. Publicado em 19 set 2009. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/banco/o-preconceito-contra-as-mulheres-na-historia>. Acesso em: 13 out 2016.

RIGO, A.S; FRANÇA FILHO, G.C. **Enigma das Palmas: Análise do (de)Uso da Moeda Social no “Bairro da Economia Solidária”**. XXXVIII Encontro Nacional da ANPAD. Rio de Janeiro 13 a 17 de set. 2014

RIST, Gilbert. **The history of development: from western origins to global faith**. 3 ed., Londres, Zed books, 2008.

RODRIGUES, A. D.; BRAGA, A. A. **Análises do discurso e abordagem etnometodológica do discurso**. In: MATRIZES, v. 8, n. 2, p. 117-134, 2014.

RODRIGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009.

ROSENSTEIN-RODAN, P.N. **Problems of industrialisation of eastern and south-eastern Europe**. The Economic Journal, Volume 53, Issue 210/2011 (Jun. – Sep., 1943), 202 – 211.

ROSTOW, W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. Rio de Janeiro : Zahar, 4ªed, 1971.

ROTARY CLUB DO RECIFE – BOA VISTA. **A história do Rotary no Brasil**. Disponível em: <http://www.rotaryclubdorecifeboavista.com.br/historia-rotary-brasil.html>. Acesso em 23 set 2016.

SACHS, W. **The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power**. 2ed. Londres, Atlantic Highlands/Zed Books, 2010.

SANTOS, Antônio R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.

SANTOS, Boaventura Souza. **Os processo S ‘5 globalização** In: SANTOS, B. S. A globalização e as ciências sociais. 2a. edição. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Elinaldo L. **Administração do Desenvolvimento: Um campo em busca da relevância ou a relevância em busca de um campo?** 2014. 349fls. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, E.L.; SANTOS, R.S.; BRAGA, V. **Bases epistemológicas da administração do desenvolvimento: percepções e perspectivas no contexto brasileiro**. V Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. Florianópolis, mar. 2015.

_____. **A Administração do Pós-desenvolvimento de Arturo Escobar.** XXXVIII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro 13 a 17 de set. 2014.

SANTOS, E.L.; SANTOS, R.S.; BRAGA, V.; BRAGA, A.M.S. **Desenvolvimento: Um conceito multidimensional.** DRd – Desenvolvimento Regional em debate Ano 2, n. 1, jul. 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo, Hucitec, 1996.

SANTOS, Theotonio. **The Structure of Dependence.** The American Economic Review, Vol. 60, No. 2, Papers and Proceedings of the Eighty-second Annual Meeting of the American Economic Association (May, 1970), pp. 231-236. American Economic Association.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1997.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público:** as tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEPAq - Secretaria do Estado de Pesca e Aquicultura do Pará. Sobre a pesca artesanal. Disponível em: <http://www.sepaq.pa.gov.br/?q=node/24> . Acesso em 11 ago 2016.

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **O que são ações afirmativas?**. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/assuntos/o-que-sao-acoes-afirmativas>. Acesso em 08 nov 2011.

SIGNIFICADOS. **Significado de Commodities.** Disponível em: <http://www.significados.com.br/commodities/>. Acesso em 31 jan 2016.

SIGNIFICADOS. **Significado de LBA.** Disponível em: <https://www.significados.com.br/lba/>. Acesso em 23 set 2016.

SILVA, T.D.L.; SILVA, E.M. **Mas o que é mesmo Corpus?** – Alguns Apontamentos sobre a Construção de Corpo de Pesquisa nos Estudos em Administração. XXXVII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro – RJ 7-11 set 2013.

SIMONIAN, L.T.L.; SILVA, J.B. Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Sustentabilidade na Baía do Sol em Mosqueiro, Belém – PA. In: SIMONIAN, L.T.L. (org.). **Belém do Pará: história, cultura e sociedade.** Belém: Editora do NAEA, 2010. p. 635-659.

SINGER, P. **Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário.** Estudos Avançados, v.18, n.51, São Paulo, 2004.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e Participação.** 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, E.C.L.; LUCAS, C.C.; TORRES, C.V. **Práticas sociais, cultura e inovação: três conceitos associados.** R. Adm. FACES Journal Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 210-230. abr./jun. 2011.

STAKE, R. E. Case study methodology: An epistemological advocacy. In: W. W. Welsh (Ed.), **Case study methodology in educational evaluation.** Proceedings of the 1981 Minnesota Evaluation Conference. Minneapolis: Minnesota Research and Evaluation Center, 1981.

_____. **The Art of Case Study Research.** Thousand Oaks: SAGE Publications, 1995.

_____. Cases Studies. In: DENZIN, Norman K, e LINCOLN, Yvonna S. (eds.) **Handbook of qualitative research.** 2.ed., Thousand Oaks: Sage, 2000.

_____. **Multiple case study analysis.** New York, NY: The Guilford Press, 2006.

SVAMPA, M. **Pensar el desarrollo desde América Latina.** En *Renunciar al bien común. Extractivismo y (pos)desarrollo en América Latina*, editado por Massuh, G. 17-58. Buenos Aires: Mardulce, 2012.

TENÓRIO, F.G. et al. **Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas.** In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 3, 2008, Salvador. Anais. Curitiba: Anpad, 2008.

TEODÓSIO, A. S. S.; RESENDE, G. A. Desvendando o Terceiro Setor: trabalho e gestão em organizações não- governamentais. In: CARVALHO NETO, A. M. & NABUCO, M. R. (orgs.) **Relações de trabalho contemporâneas.** Belo Horizonte: Instituto de Relações do Trabalho, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999.

TODA MATÉRIA. **Floresta Tropical.** Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/floresta-tropical/>. Acesso em: 03 nov 2016.

TRUMAN, H.S. Investiture Speech, 20 enero 1949. In: **Documents on American Foreign Relations.** Connecticut: Princeton University Press, 1967.

VESCE, G.E.P. **Mídia Audiovisual.** Disponível em: <http://www.infoescola.com/comunicacao/midia-audiovisual/>. Acesso em: 17 set 2016.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização.** 8ª ed. Rio de janeiro: Record, 2005.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F.K.; SEIFERT. **Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável.** Cad. EBAPE.BR, v. 10, nº 3, artigo 6, Rio de Janeiro, Set. 2012.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome: _____

Gênero: () Masculino () Feminino

Idade: _____

Principais projetos em que está envolvido na comunidade:

Vimos, por meio deste Termo, convidá-lo (a) a participar da pesquisa de tese de doutorado, intitulada Pós-desenvolvimento: uma análise das práticas sociais empreendidas pela ação comunitária na Baía do Sol-PA, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), tendo como orientadora a Prof.^a Dr.^a. Débora Coutinho Paschoal Dourado e Co-Orientadora a Prof.^a Dra. Jackeline Amantino de Andrade. Esta pesquisa tem como **objetivo geral** analisar as contribuições que as práticas sociais empreendidas pela ação comunitária na Baía do Sol-PA podem promover ao campo de estudos do Pós-desenvolvimento.

Esclarecemos que sua participação será por meio da técnica do grupo focal, cujo roteiro de debate foi elaborado por nós a respeito do tema em estudo. Para o registro das respostas, utilizaremos anotação direta, gravação de áudio e a captação de imagens em vídeo para ter melhores condições de análise dos registros a posteriori.

Informo que seus nomes verdadeiros serão ocultados no texto da tese.

Pesquisadora

GISELLE ALVES SILVA

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu,, declaro que li as informações sobre a pesquisa e que me sinto perfeitamente esclarecido (a) sobre o conteúdo da mesma. Declaro, ainda, por minha livre vontade, que aceito participar, cooperando com a coleta de informações necessárias para a realização da mesma.

Belém, ____/____/____

APÊNDICE B - Roteiro de atividade do Grupo Focal

- ✓ 15:00 - Credenciamento
- ✓ 15:15h - Dinâmica de acolhimento e boas-vindas ao grupo;
- ✓ 15:30 - Apresentação da **pesquisa**, da **equipe** e dos **convidados**: Estes terão um tempo de 1min (cada) para se apresentar, destacando as principais atividades que desempenham na comunidade da Baía do Sol;
- ✓ 15:45 - Debate: a seguir serão levantados alguns temas que servirão como guia para a condução do debate, não havendo entre elas uma necessária ordem hierárquica, podendo inclusive surgir novas questões:
- ✓ **PRÁTICAS SOCIAIS**
 - Envolvimento com as ações da comunidade
 - Relacionamentos entre os membros da comunidade
- ✓ **AÇÃO COMUNITÁRIA**
 - O que lhes Motivação/mobiliza a se dedicar às ações na comunidade
 - Quais são hoje os maiores desafios da comunidade
 - Quais são hoje as maiores conquistas da comunidade
 - Participação dos membros da comunidade
 - Liderança local
- ✓ **PÓS-DESENVOLVIMENTO**
 - Diferencial/qualidade da comunidade da Baía do Sol
 - Futuro
 - Sonho
- ✓ 17:45 - Rito de agradecimento
- ✓ 18:00 - Coofe-brack

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista individual – Liderança

1. Nome, Idade e Atividade que desenvolve na comunidade
2. Histórico da Instituição que representa
3. Quais são os objetivos da Instituição que representa?
4. Quais as principais ações promovidas pela sua Instituição?
5. Quais as principais conquistas promovidas pela sua Instituição?
6. Quais os principais desafios vivenciados pela sua Instituição?
7. Como é a relação entre a sua instituição e as demais entidades comunitárias da Baía do Sol?
8. Como você avalia a atuação do Instituto na comunidade?